

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**“RODAS DE CONVERSA” SOBRE A (ALÉM DA)
CAMPANHA “CRACK NEM PENSAR”: A SAGA DO
“SUPER-HOMEM MODERNO” EM TEMPOS DE
CRACK**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Moises Romanini

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**“RODAS DE CONVERSA” SOBRE A (ALÉM DA)
CAMPANHA “CRACK NEM PENSAR”: A SAGA DO “SUPER-
HOMEM MODERNO” EM TEMPOS DE CRACK**

Moises Romanini

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ênfase em Psicologia da Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Adriane Roso

Santa Maria, RS, Brasil

2011

R758r Romanini, Moises
“Rodas de conversa” sobre a (além da) campanha “Crack, nem pensar” : a saga do “Super-homem moderno” em tempos de crack / por Moises Romanini. – 2011.
189 p. ; il. ; 30 cm

Orientador: Adriane Roso
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2011

1. Psicologia social 2. Televisão 3. Cocaína crack 4. Cultura I. Roso, Adriane II. Título.

CDU 159.9

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Terezinha Branco Gallotti – CRB 10/1109
Biblioteca Central UFSM

©2011

Todos os direitos autorais reservados a Moises Romanini. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**“RODAS DE CONVERSA” SOBRE A (ALÉM DA) CAMPANHA
“CRACK NEM PENSAR”: A SAGA DO “SUPER-HOMEM MODERNO”
EM TEMPOS DE CRACK**

elaborada por
Moises Romanini

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Adriane Roso, Dr^a. UFSM.
(Presidente/Orientadora)

Pedrinho Arcides Guareschi, Dr. UFRGS.
Membro

Beatriz Teixeira Weber, Dr^a. UFSM.
Membro

Santa Maria, 09 de dezembro de 2011.

Este trabalho é dedicado aos nossos interlocutores, que compartilharam conosco seus desejos de vida, suas dores, seus saberes e seus vazios.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vilson e Clarice, e ao meu irmão, Mateus, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram. Especialmente aos meus pais que, durante toda a minha vida, trabalharam arduamente, sem descanso, para que pudesse me oferecer as condições necessárias para minha formação e, mais do que isso, o amor e suporte emocional que tanto precisei durante todos esses anos. Por entenderem quando estive ausente e pelo exemplo de dedicação, persistência e honestidade. Ao meu irmão, que tanto me protege e me compreende.

Ao Cristiano, amigo e companheiro, por sua paciência em escutar tantas vezes trechos deste trabalho que recém haviam sido escritos, pelo amparo nos momentos de dificuldade e por me ensinar a ver a vida com mais alegria.

Aos meus amigos, Debora, Glause, Daiani, Carlise (Nenê), Michelle, Cíntia, Luciane, Liane, Tiago, Jaqueline, Camila, Amanda, Bruna, Roberta, Ana Carolina, e às minhas primas Rogéria, Regi e Rejane, por entenderem minhas ausências e pelos sentimentos diversos que nos unem. Distantes ou próximos fisicamente, estão sempre juntos comigo.

À Professora Adriane, a quem tenho muito a agradecer. Pelo companheirismo, amizade e carinho, por me ensinar o que verdadeiramente é ser um professor: ética, luta pelos alunos, de um esforço e dedicação incomensuráveis e, acima de tudo, amor pelo que faz! Pelo belo trabalho de orientação que fez comigo durante o mestrado e pelos muitos trabalhos conjuntos que estão por vir!

Ao Professor Omar, amigo atencioso, por estar sempre pronto para uma escuta acolhedora.

Aos Professores Pedrinho e Beatriz, por aceitarem fazer parte desse momento, pelas contribuições e questionamentos na Banca de Qualificação de Projeto que mudaram a direção deste trabalho.

Ao Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação” e, principalmente aos membros com quem tive um contato mais próximo, Camila, Rosinéia, Mônica, Fernanda, Mirela e Alex, pelas trocas realizadas e pelas relações que conseguimos estabelecer.

Aos colegas de Mestrado, principalmente à Carlise, Ana Carolina e Guilherme, por nossas longas conversas, pelo desejo de transformação social que compartilhamos e pela amizade que construímos.

Às alunas da Graduação em Psicologia que compõem o Grupo “Olhares sobre Álcool/Drogas”, Fernanda, Mirela, Gabriela, Nelci e Cláudia, pelo interesse e dedicação de vocês nas atividades do grupo. Por nossas discussões que, a cada encontro realizado ficaram melhores e mais profundas, contribuíram significativamente com a construção desta dissertação.

À aluna Fernanda, com a qual trabalhei na co-orientação de iniciação científica, pelo trabalho e pela relação que construímos principalmente no decorrer deste ano. E também pelas contribuições na transcrição dos grupos.

À equipe do CAPS ad, por acolher com entusiasmo nosso projeto e por nos receber sempre de portas abertas. Pelo esforço em fazer do CAPS, a cada dia, um lugar melhor.

Ao Gilson, que atuou como co-mediador, e à Thatiane, que atuou como observadora dos grupos, por aceitarem nosso convite e por terem contribuído tanto com nossa pesquisa.

Ao Grupo Ítaca, Guilherme, Flávia, Cláudia, Alexandra e Douglas, pelo convite para participar do Projeto Ítaca, que certamente modificou os rumos (Rumo à Ítaca!) desta dissertação e, principalmente à Cláudia, pela amizade construída e por nossos encontros, nos quais compartilhamos experiências, saberes e afetos.

Ao Grupo de Trabalho Centro-Oeste, mais conhecido como GT Centro-Oeste, principalmente à Roberta, Vânia, Félix, Camila, Bruna, Mauren, Grazi, André, Ramiro e outros membros que porventura tenha esquecido de mencionar, pela amizade e pela experiência, de juntos aprendermos que fazer Psicologia é, antes de tudo, um fazer ético e político.

À CAPES e ao Programa REUNI, pelo apoio financeiro.

*Andei depressa para não rever meus passos
Por uma noite tão fugaz que eu nem senti
Tão lancinante, que ao olhar pra trás agora
Só me restam devaneios do que um dia eu vivi
Se eu soubesse que o amor é coisa aguda
Que tão brutal percorre início, meio e fim
Destrincha a alma, corta fundo na espinha
Inebria a garganta, fere a quem quiser ferir
Enquanto andava, maldizendo a poesia
Eu contei a história minha pr'uma noite que rompeu
Virou do avesso, e ao chegar a luz do dia
Tropecei em mais um verso sobre o que o tempo esqueceu
E nessa Saga venho com pedras e brasa
Venho com força, mas sem nunca me esquecer
Que era fácil se perder por entre sonhos
E deixar o coração sangrando até enlouquecer
E era de gozo, uma mentira, uma bobagem
Senti meu peito, atingido, se inflamar
E fui gostando do sabor daquela coisa
Viciando em cada verso que o amor veio trovar
Mas, de repente, uma farpa meio intrusa
Veio cegar minha emoção de suspirar
Se eu soubesse que o amor é coisa assim
Não pegava, não bebia, não deixava embebedar
E agora andando, encharcado de estrelas
Eu cantei a noite inteira pro meu peito sossegar
Me fiz tão forte quanto o escuro do infinito
E tão frágil quanto o brilho da manhã que eu vi chegar
E nessa Saga venho com pedras e brasa
Venho sorrindo, mas sem nunca me esquecer
Que era fácil se perder por entre sonhos
E deixar o coração sangrando até enlouquecer
(Saga – Letra e Música de Filipe Catto)*

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

“RODAS DE CONVERSA” SOBRE A (ALÉM DA) CAMPANHA “CRACK NEM PENSAR”: A SAGA DO “SUPER-HOMEM MODERNO” EM TEMPOS DE CRACK

AUTOR: MOISES ROMANINI

ORIENTADORA: ADRIANE ROSO

Local e Data de Defesa: Santa Maria, 09 de Dezembro de 2011

Essa dissertação de mestrado nasce de nossas inquietações desde que a Epidemia do Crack passou a ser um fenômeno conhecido socialmente a partir de diversas matérias, reportagens e campanhas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Tomando o conceito de ideologia como referência, o objetivo geral foi o de analisar como os usuários de crack, inseridos em um Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas, percebem as formas simbólicas veiculadas na campanha televisiva “Crack nem pensar”. Os objetivos específicos foram: conhecer o que os usuários sentem e pensam ao assistir a campanha televisiva “Crack nem pensar”; analisar como os usuários interpretam as construções sobre eles mesmos presentes na campanha; analisar como eles percebem as construções sobre a droga veiculadas na campanha; identificar e interpretar possíveis relações de dominação (ideologia) presentes no discurso dos participantes em relação à campanha; e refletir, a partir da experiência dos grupos, sobre a possibilidade de criar novas formas de abordar o tema. Através dos encontros dialógicos, propomos a construção de um espaço de comunicação, entendido como o direito de dizer sua palavra, expressar sua opinião. Pautados na perspectiva teórica da Psicologia Social Crítica e nos pressupostos metodológicos da Hermenêutica de Profundidade, utilizamos como método a realização de observações participantes, escrita de um diário de campo e a constituição de “Rodas de Conversa”. Para a realização das “Rodas de Conversa”, foi utilizada a técnica de Grupos Focais. Foram realizados três grupos, totalizando 16 interlocutores. Os dados foram submetidos à análise, formando três eixos teóricos, e concebendo a cultura moderna ocidental como eixo norteador: os “projetos modernos” e a produção de “refúgio humano”; a televisão como *agorá* das sociedades modernas; e o mito das drogas. Inúmeras foram as estratégias ideológicas identificadas nessa pesquisa (e.g. naturalização, eternalização, diferenciação, universalização, dentre outras). Ao colocar em funcionamento “modos de expressão de subjetividade”, o grupo evidenciou seu caráter não apenas terapêutico, mas político. Além disso, as “Rodas de Conversa” salientaram a postura crítica dos interlocutores em relação à campanha debatida e, apesar de concordarem com a importância da veiculação do tema na mídia, acreditam que as propagandas “fugiram da realidade”. Para eles, as propagandas podem colaborar no aumento do preconceito da população em relação aos usuários de drogas. Dessa forma, as “Rodas de Conversa” foram além do debate sobre a campanha “Crack nem pensar”, tendo a noção de subjetividade sido fundamental nas análises.

Palavras-chave: Psicologia Social. Televisão. Cocaína Crack. Cultura.

ABSTRACT

Master's Thesis
Postgraduation Program in Psychology
Federal University of Santa Maria

“ROUNDTABLE CONVERSATIONS” ABOUT THE (AND BEYOND THE) CAMPAIGN “CRACK NEM PENSAR”: THE SAGA OF THE “MODERN SUPER-MAN” IN TIMES OF CRACK

AUTHOR: MOISES ROMANINI

ADVISOR: ADRIANE ROSO

Place and Date of Defense: Santa Maria, December 09, 2011.

This master's dissertation is conceived from our uneasiness since the Crack Epidemic has become a phenomenon socially known through several news, reports and campaigns broadcasted by means of mass communication. Based on the concept of ideology, the general objective was to analyze how the crack users attending a Psychosocial Attention Center – Alcohol and Drugs perceive the symbolic forms transmitted on the television campaign “Crack nem pensar” (in English, “Crack? No way!”). The specific objectives were: to know how the users feel and what they think when watching the television campaign “Crack nem pensar”; to analyze how the users interpret the constructions of themselves represented in the campaign; to analyze how they perceive the constructions of the drug transmitted by the campaign; to identify and interpret possible relations of domination (ideology) established in the participants' speech with regard to the campaign; and reflect, through the experience of the groups, on the possibility of creating new forms of approaching the theme. Through the dialogical meetings, we proposed the construction of a communication space understood as the right to say their word, and express their opinion. Based on the theoretical perspective of the Critical Social Psychology and on the methodological presuppositions of the Deep Hermeneutics, we used as a method the conduction of observation-making on the part of the participants, the writing of a field diary and the establishment of “Roundtable Conversations”. For conducting the “Roundtable Conversations”, the Focus Group technique was used. Three groups were formed in a total of 16 speakers. The data were submitted to analysis forming three theoretical axis, conceiving the modern western culture as the main axis: “modern projects” and the production of “human dregs of society”; the television as the *agorá* of the modern societies; and the drug myth. Several ideological strategies were identified in this research (e.g. naturalization, eternalization, differentiation, universalization, among others). By using “modes of subjectivity expression”, the group demonstrated not only a therapeutic character but also a political character. Moreover, the “Roundtable Conversations” highlighted the speakers' critical posture regarding the campaign under debate, and in spite of their agreement with the importance of the theme being broadcasted by the media, they believe that the adds “escaped from reality”. For them, the adds can contribute to increased prejudice on the part of the population toward the drug users. Thus, the “Roundtable Conversations” went beyond the debate over the campaign “Crack nem pensar”, in which the notion of subjectivity was crucial to the analyses.

Key words: Social Psychology. Television. Crack Cocaine. Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA COMO PRESSUPOSTO TEÓRICO: UM POUCO DO NOSSO PONTO DE VISTA OU DA NOSSA VISTA DO PONTO	16
O MÉTODO DA PESQUISA OU EM BUSCA DAS PERGUNTAS QUE LIBERTAM	21
O Local e os Interlocutores da Pesquisa: <i>sobre o que está aí</i>	23
Observação Participante e o Diário de Campo: <i>tomando consciência daquilo que nos rodeia</i>	25
“Rodas de Conversa”: <i>à procura do que não está aí</i>	27
Procedimentos de Análise: <i>evidenciando os significados atribuídos à Campanha “Crack nem pensar”</i>	29
Considerações Éticas	31
PRODUZINDO NOVOS SENTIDOS COM OS ENCONTROS DIALÓGICOS: DA CONSCIÊNCIA QUE LIBERTA, DA LIBERDADE QUE RESPONSABILIZA	34
Análise Cultural das Sociedades Modernas Ocidentais – a produção do “Refugo Humano”, a Mídia e o “Mito das Drogas” como eixos teóricos de análise	36
A PRODUÇÃO DO “REFUGO HUMANO” E OS “PROJETOS MODERNOS”	40
Mercado e Consumo	42
O Estado Moderno: Aparelhos Ideológicos e Repressivos	49
Família: lócus de sustentação de ideais ideológicos	53
A Polícia Militar como encarnação do Aparelho Repressivo de Estado	61
O “Projeto Moderno” pautado na Cosmovisão do Liberalismo-Individualista: da desigualdade à exclusão	64

A TELEVISÃO COMO A AGORA DA MODERNIDADE: UMA (IM)POSSIBILIDADE?	72
Aproximando-se da noção de Mídia	76
As Instâncias da Produção e da Recepção na Campanha “Crack, nem pensar”: dialogando com a Análise de Discurso Francesa	85
A Função Midiática da Prevenção e da “Videologização”: o uso de Estratégias ideológicas	95
O “MITO DAS DROGAS”: CRACK, CORPO E POLÍTICAS	100
Discursos, políticas e práticas: criminalização das condutas e <i>patologização</i> do usuário	104
A Criminalização das Condutas dos Usuários de Drogas.....	106
A Patologização do usuário e a Política de Atenção Integral	110
As Drogas e o Crack: definições, usos e contextos	117
Um corpo habitado por histórias e cicatrizes: experiências de prazer e de dor	130
O corpo-viril e o corpo-beleza	134
O corpo do excesso	137
O corpo-território	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA PRODUÇÃO DO “REFUGO HUMANO”, MÍDIA E DROGAS: A “CRACKTONITA” E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DO “SUPER-HOMEM” MODERNO	146
REFERÊNCIAS	159
ANEXO 1	171
ANEXO 2	180
ANEXO 3	181
ANEXO 4	183
ANEXO 5	185

ANEXO 6	187
ANEXO 7	188
ANEXO 8	189
ANEXO 9	190

INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado nasce de nossas inquietações desde que a Epidemia do Crack passou a ser um fenômeno conhecido socialmente a partir de diversas matérias, reportagens e campanhas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. As inquietações iniciais nos motivaram a realizar uma pesquisa sobre mídia e drogas, especificamente sobre a epidemia do crack. Essa pesquisa teve como resultado o trabalho de conclusão do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria intitulado “Mídia e Ideologia: um estudo sobre a epidemia do crack” (Romanini, 2009) e teve como pressuposto a teoria da mediação da cultura moderna, elaborada pelo sociólogo John Thompson.

A mediação da cultura é considerada por esse autor uma característica fundamentalmente constitutiva das sociedades modernas. Consiste no “processo geral através do qual a transmissão das formas simbólicas se tornou sempre mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia” (Thompson, 2007, p.12). Ela provoca mudanças na forma como as pessoas se relacionam, no conteúdo e na maneira como as mensagens são transmitidas pela mídia, fazendo com que o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato seja derivado da recepção das formas simbólicas (ações e falas, imagens e textos) veiculadas pelos meios de comunicação (Thompson, 2007; Guareschi, 2003).

A hipótese inicial de que ao ler, escutar e/ou assistir matérias relacionadas à epidemia do crack não estamos apenas nos informando sobre o assunto, mas estamos sendo inseridos nos mais variados fenômenos ideológicos (Guareschi, 2003), foi confirmada pelos resultados do trabalho de conclusão do Curso antes citado. Foram identificadas inúmeras estratégias ideológicas no discurso do Jornal Zero Hora (2008), o que nos leva a concordar que as mídias têm colaborado com a criação, estabelecimento e manutenção de relações de dominação (Thompson, 2007; Roso & Guareschi, 2007; Guareschi, 2003). Nesse trabalho,

Ideologia refere-se às maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas. (Thompson, 2007, p.79)

A análise crítica das formas simbólicas veiculadas no jornal mostrou que o usuário de crack torna-se passivo diante da pedra, que ele irá, necessariamente, tornar-se um criminoso em função da dependência e que são indivíduos que provém de famílias desestruturadas ou que desestruturaram suas famílias. Além disso, devido ao fato de que o crack é “*diabólico e avassalador*”¹, os tratamentos propostos são ineficazes, desqualificando a política da reforma psiquiátrica e, conseqüentemente, promovendo uma defesa implícita dos modelos repressivos e biomédico-curativos (Romanini & Roso, 2011; Brasil, 2005). Observamos que esse discurso pode estar colaborando com o estabelecimento e/ou manutenção de relações de dominação, e a conseqüência desse tipo de relação veiculada e sustentada pela mídia é o estabelecimento e/ou manutenção de processos de exclusão, que prejudicam o acesso aos direitos das pessoas ou dos grupos excluídos, em função de sua posição e trajetória traçadas em um campo social.

Essa dissertação de mestrado se insere em um projeto maior intitulado “Cenários midiáticos/institucionais, relações de poder e representações: desafios atuais na saúde pública”, ancorado no Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação”². O projeto maior tem como objetivo desenvolver pesquisas e atividades de extensão sobre processos de comunicação (interpessoal e mediada por aparatos tecnológicos e/ou institucionais) à luz da Psicologia Social, com vistas a contribuir na construção de uma sociedade comprometida com a justiça, a liberdade e a paz, especialmente no que tange às minorias sociais. Interessam os discursos de instituições e da mídia escrita, televisiva e digital frente a problemáticas específicas em saúde pública, como violência e criminalidade, drogas e sexualidades.

Nesta pesquisa, pretendemos aprofundar a compreensão sobre o objeto de pesquisa do projeto maior. Todavia, partimos de um espaço geográfico distinto (CAPS ad³), de uma mídia específica (televisão), de um objeto referencial (campanha de prevenção ao uso do crack) e de um método peculiar (hermenêutica de profundidade). O objetivo geral foi o de analisar como os usuários de crack, inseridos em um CAPS ad, percebem as formas simbólicas veiculadas na campanha televisiva “Crack nem pensar”. Os objetivos específicos foram: conhecer o que os usuários sentem e pensam ao assistir a campanha televisiva “Crack nem pensar”; analisar como os usuários interpretam as construções sobre eles mesmos presentes na campanha;

¹ As frases ou expressões extraídas do jornal serão colocadas em itálico e entre aspas, quando literais.

² Grupo de Pesquisa registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e autenticado pela Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0327707QZ7GBKR>

³ Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas.

analisar como eles percebem as construções sobre a droga veiculadas na campanha; identificar e interpretar possíveis relações de dominação (ideologia) presentes no discurso dos participantes em relação à campanha; e refletir, a partir da experiência dos grupos, sobre a possibilidade de criar novas formas de abordar o tema.

Através dos encontros dialógicos, propomos a construção de um espaço de comunicação, entendido como o direito de dizer sua palavra, expressar sua opinião. Considerando que o psicólogo da saúde é “um pesquisador e um profissional que não foge da complexidade e transita dos microprocessos de produção de sentido às questões institucionais e políticas” (Spink, 2009, p.27) e que, conforme Moscovici (2003), o objeto central da Psicologia Social deve ser o estudo de tudo o que se refira à ideologia e à comunicação, torna-se relevante compreender e analisar como os usuários de um CAPS ad percebem a campanha “Crack nem pensar” (Grupo RBS, 2009).

Acreditamos que uma pesquisa pautada em encontros dialógicos propicia a criação de ações nas quais o(s) Outro(s) também possa(m) dizer a sua palavra sobre “o crack”. Dessa forma, a proposta de encontros dialógicos com os usuários traz à tona processos de participação social, nos quais se produz “uma psicologia do reconhecimento em que sujeitos socialmente excluídos entram nas arenas públicas para dizer quem são, o que sabem e o que querem” (Jovchelovitch, 2008, p.280).

Por isso, não apenas a análise da recepção é fundamental nesse estudo, mas também a preocupação em entender como “eles”, usuários de crack, percebem essas propagandas e, através da proposta de encontros dialógicos, evidenciar os saberes dos próprios usuários sobre o tema. A valorização dos saberes dos usuários - que podem estar sendo destituídos pelo confronto com os saberes legitimados veiculados na mídia, através da invenção de outras práticas - pode até não criar novas teorias, “mas novos conhecimentos, locais, temporais e políticos” (Hüning & Guareschi, 2008, p.14).

Essa dissertação está dividida em sete partes. Na primeira parte, apresentamos um breve esboço sobre o nosso pressuposto teórico: a Psicologia Social Crítica. Na segunda, descrevemos os métodos adotados – observação participante, diário de campo e as “rodas de conversa”, guiadas pelo método de Grupos Focais – e tecemos alguns comentários sobre o pressuposto metodológico que orientou nossas análises – a Hermenêutica de Profundidade. Na terceira parte, apresentamos e discutimos as análises a partir de três eixos teóricos, tomando uma análise geral da cultura moderna ocidental como eixo norteador. A seguir

analisamos os três eixos teóricos, em três partes distintas, porém complementares: os “projetos modernos” e a produção de “refúgio humano”; a televisão como *agorá* das sociedades modernas: uma (im)possibilidade?; e o mito das drogas. Por fim, a sétima e última parte desta dissertação é constituída por algumas interpretações decorrentes do estudo e pelas considerações finais.

A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA COMO PRESSUPOSTO TEÓRICO: UM POUCO DO NOSSO PONTO DE VISTA OU DA NOSSA VISTA DO PONTO

Essa dissertação tem como base teórica e metodológica os pressupostos da Psicologia Social Crítica. O termo crítica, que agrega um sentido e uma implicação diferente à Psicologia Social, vem, etimologicamente, do verbo grego *krinein*, que significa “julgar”, a ação de realizar um julgamento num tribunal (Guareschi, 2009). Segundo o mesmo autor, num verdadeiro julgamento, o indispensável é que “haja duas partes, que se tenha presente o pressuposto indispensável da existência de dois lados nas questões, nos fenômenos, nas realidades humanas” (p.15). Portanto, crítico ou postura crítica significa que todas as ações e todos os fenômenos possuem ao menos dois lados, ou seja, nada é absoluto, tudo contém sua contradição.

Guareschi (2009) nos aponta outro conceito que pode nos ajudar a entender a noção de crítica: o histórico. O histórico ou a história, ao contrário do que muitos pensam, não são os fatos. “Histórico é uma *qualidade* dos fatos, aquela qualidade que me diz que todos os fatos são passageiros, temporais transitórios, precários, *relativos*, incompletos” (p.16). A essência do histórico, portanto, é que algo aconteceu como fruto de múltiplas determinações e que passou, terminou. Nesse sentido, a História é uma disciplina revolucionária não pelo fato dela contar os acontecimentos, mas por mostrar que todos eles são passageiros e que, como consequência disso, nada se sustenta eternamente, que tudo pode ser *transformado* (Guareschi, 2009).

Ao não apenas relacionar, mas empregar os dois adjetivos juntos, *histórico-crítico*, Guareschi (2009) entende por Psicologia Social Crítica aquela

Psicologia Social que mostra *o que está aí*, juntamente com *o que não está aí*, com a relatividade e a precariedade de todo o presente, tendo sempre a percepção de que tudo é incompleto, tudo contém sua contradição, tudo tem seu outro lado, sua contrapartida, que completa o presente, *o que está aí*. É por isso também que vejo que uma Psicologia Social *Crítica* me oferece uma compreensão mais ampla do real dos fenômenos, pois, diante *do que está aí*, lembra-me também tudo *o que não está aí*, o lado oculto, não iluminado, silenciado, mas que também é parte da totalidade do fato e do fenômeno, da realidade. (p.16)

A adoção dos pressupostos teóricos e epistemológicos da Psicologia Social Crítica enriquece a discussão dessa pesquisa em duas direções: a primeira refere-se à construção da noção *histórica* do fenômeno das drogas, da guerra às drogas, do que continua sendo pauta de debate e do que deixou de ser. Essa construção histórica nos possibilita desnaturalizar e debater a questão das drogas e suas políticas de repressão e atenção aos usuários.

A segunda direção, assinalada anteriormente, refere-se à noção de crítica como um julgamento, que necessariamente deve ser constituída por duas partes. Consideramos o discurso da campanha televisiva “Crack nem pensar” um discurso instituído e legitimado pelo reconhecimento social da própria instituição que a veicula, o Grupo Rede Brasil Sul (RBS). Colocar a campanha em debate com aqueles que mais entendem/sabem do tema – os próprios usuários – é um desafio e requer a adoção de uma postura crítica. A campanha televisiva aparentemente nos apresenta *o que está aí*, e a proposta de encontros dialógicos com os usuários para debater tal campanha pode nos mostrar outras coisas que *estão aí* e também *o que não está aí*.

A noção de consciência, portanto, é fundamental para a Psicologia Social Crítica. A consciência é entendida como o *quanto de resposta* conseguimos dar às perguntas “Quem sou eu?” e “Que são as coisas que me rodeiam?”. Nesse sentido, a consciência leva à liberdade, e ambas conduzem à responsabilidade (Guareschi, 2009). Constitui-se, assim, o que Guareschi (2009) denomina de tripé da dignidade humana – consciência, liberdade e responsabilidade –, no qual

Começa-se por *refletir* sobre a questão, buscando as razões de por que somos como somos, de por que as coisas são assim. Em outras palavras: vou tomando consciência do problema. Ao aumentar essa consciência, vou também, ao mesmo tempo, conhecendo as verdadeiras e complexas razões da estruturação dos fenômenos e, pode-se dizer, me libertando de ignorâncias, mitos, lacunas, medos, condicionamentos etc. E essa compreensão que me faz livre, me faz também ser responsável, isto é, faz com que aja de determinada maneira, pois agora sou/estou consciente e sei mais do porquê de as coisas serem assim. Essa é a responsabilidade que vem de dentro (p.27).

Nesse sentido, a Psicologia Social Crítica traz consigo uma cosmovisão, ou seja, uma “visão de mundo”, um entendimento geral e, até certo ponto, articulado de determinadas realidades (Guareschi, 2009). Essas cosmovisões são, ao mesmo tempo, sociais e individuais, e se apresentam como forças históricas que requerem, conforme o contexto sócio-histórico,

uma hegemonia sobre as pessoas e os povos. A Psicologia Social Crítica se articula à Cosmovisão do Comunitarismo Solidário (Guareschi, 2009), sobre a qual vamos tecer alguns comentários sobre seus elementos, pois serão importantes para os movimentos de análise que faremos nesse estudo.

O Comunitarismo Solidário assume uma concepção de ser humano na qual a pessoa é igual a relação. Relação aqui significa “aquilo devido ao qual algo (alguma coisa) não pode ser (existir) sem que haja outro. Em outras palavras, alguma coisa que seja relação, para ser, necessita de outra. O “outro” é intrínseco a ela, faz parte de sua própria definição” (Guareschi, 2009, p.52). Portanto, nessa concepção o ser humano é um, singular, específico (como o “indivíduo” da cosmovisão do Liberalismo Individualista, outra cosmovisão analisada pelo autor citado), mas ele não pode *ser* sem outros. Tal cosmovisão é sustentada pelos valores de “amorismo” (a relação dos seres humanos entre si e com as coisas deveria ser uma relação de comunhão e amor), de “solidarismo” ou solidariedade (que comporta duas dimensões centrais: a de uma relação de comunhão e a da ação) e o de “comunitarismo”, que é discutido por Guareschi (2009) juntamente com a dimensão social, com o tipo de sociedade que essa cosmovisão comporta.

Através do resgate da noção de comunidade (na qual são partilhadas relações de afeto, comunhão e amor; ela constitui um modo de vida em sociedade onde todas as pessoas são consideradas singulares que têm direito a dizer sua palavra, onde os sujeitos podem se constituir como seres políticos), a cosmovisão do Comunitarismo Solidário busca valorizar, resgatar e/ou estimular condutas e relações de participação, de solidariedade e de cooperação/colaboração (Guareschi, 2009). Ressaltamos que a explicitação dessa cosmovisão não se dá por acaso: acreditamos que ela é essencial na construção de uma Psicologia Social Crítica e para pensarmos em possibilidades para a construção de uma sociedade mais justa, o que interferirá de modo definitivo em nosso modo de (re)interpretar os sentidos construídos no decorrer dessa pesquisa.

Tais considerações sobre os pressupostos teóricos e metodológicos, bem como de nossa visão de mundo, colocam essa pesquisa numa posição fundamental dentro da discussão proposta por Boaventura de Sousa Santos (2010), cujas teses buscam propor uma micro-utopia de uma universidade democrática e emancipatória. Destacamos aqui duas dessas teses, a saber: 1) a necessidade de uma dupla ruptura, de um lado, com o paradigma positivista de ciência e, de outro lado, com a hegemonia do saber científico em relação a outros saberes,

denominados de ‘saberes populares’; 2) a democratização da universidade depende fundamentalmente, além da necessidade de transformação das estruturas de poder internas e da ampliação do acesso ao ensino superior, da criação de comunidades interpretativas que integrem o conhecimento científico, o senso comum, os saberes populares e a mídia para um enfrentamento dos problemas sociais.

A idéia de comunidades interpretativas faz “apelo a uma democratização do saber não apenas em seu momento de divulgação e ‘aplicação’, mas, além disso, na ordem de sua constituição ou produção” (Schmidt, 2006, p.13). Nesse sentido, a realização de grupos focais com usuários para discutir propagandas que falam sobre o uso de crack nos aproxima da noção de comunidade interpretativa, pois pressupomos nesses encontros a possibilidade de uma construção coletiva de saberes acerca de si mesmos e de sua saúde. Dessa forma, a pesquisa afirma seu caráter desarticulador das práticas e dos discursos instituídos, tanto os midiáticos quanto os produzidos como científicos, modificando a premissa “conhecer para transformar” por “transformar para conhecer” (Coimbra, 1995).

Algo mais precisa ser dito acerca do processo de pesquisa concebido nesse projeto. Toda pesquisa é um ato social realizado por sujeitos de um saber próprio e de projetos próprios, nesse sentido, toda pesquisa é pesquisa participante porque aqueles envolvidos no ato da observação estão, eles próprios, interagindo com o objeto que está sendo observado (Jovchelovitch, 2008). Seguindo o raciocínio da autora, pensamos que os grupos a serem realizados podem ser considerados intervenções psicossociais, que por sua vez

podem ser concebidas como encontros dialógicos entre pesquisadores e comunidades, envolvendo o reconhecimento de pontos de encontro, confrontos potenciais e possíveis alianças que podem ocorrer entre os diferentes saberes em jogo, entre a agenda dos pesquisadores e a realidade da comunidade. (p.281)

Pesquisar com a adoção de uma atitude dialógica não significa idealizar os saberes locais, mas construir um encontro crítico baseado no princípio dialógico em que todos os participantes, incluindo aqui o pesquisador como participante, podem desenvolver saberes. A atitude dialógica está baseada tanto no ato de ouvir o outro e permitir sua expressão máxima, quanto na constante avaliação de como a realidade dos participantes abala as hipóteses, teorias e pressupostos no trabalho do pesquisador (Jovchelovitch, 2008).

Entendemos que a pesquisa é um processo que procura conhecer os processos de sentido que se configuram nos diferentes cenários sociais (Veronese & Guareschi, 2006).

Nesses cenários sociais, as pessoas interagem e, ao mesmo tempo em que produzem formas simbólicas, são interpeladas por estas. O pesquisador, ao tentar apreender esses cenários, “vai, então, tecendo os elementos de sentido, os quais se produzem na sua relação com os eventos” (p.86).

O MÉTODO DA PESQUISA OU *EM BUSCA DAS PERGUNTAS QUE LIBERTAM*

O que pretendemos nessa pesquisa é levar em conta aspectos das formas simbólicas que constituem o próprio objeto de estudo, isto é, a forma como os usuários de um CAPS ad percebem a campanha televisiva “Crack nem pensar”, e que o enquadraram num referencial mais amplo e mais profundo. Isso é o que Thompson denomina de Hermenêutica de Profundidade (HP) (Thompson, 2007). Esse referencial serve como um enquadramento que pode nos guiar na análise de formas simbólicas ou de um fato comunicacional qualquer, e nos ajuda a não esquecer de aspectos importantes que poderiam influenciar na compreensão de determinados fenômenos (Guareschi, 2003).

Ao oferecer “o aprofundamento, o *mergulho* nas condições contextuais do fenômeno” (Veronese & Guareschi, 2006, p.88), a HP nos possibilita analisar o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que cerca o fenômeno pesquisado, bem como empreender análises discursivas (de conteúdo, semióticas, argumentativas, entre outras) e analisar a ideologia como vertente social, o que confere um caráter potencialmente crítico à pesquisa (Thompson, 2007; Veronese & Guareschi, 2006). Parece-nos, portanto, que o caráter inovador da HP, assim como apontam Veronese & Guareschi (2006), consiste na superação de abordagens tradicionais de ideologia, já que ela não propõe o desvelamento de sentidos, mas invoca a necessidade de propô-los, discuti-los e desdobrá-los. Trata-se, dessa forma, de construir uma análise plausível, dentro de um paradigma compreensivo; não de acessar e revelar a verdade, mas de fazer *uma leitura qualificada* da realidade tal qual ela se apresenta, no nível do sentido apreendido do fenômeno, no campo investigado. Esse exercício poderá ser potencialmente transformador do mundo social e mostra-se potente também como ferramenta para a pesquisa social que pretenda conhecer e entender um campo-sujeito (Veronese & Guareschi, 2006, p.87).

Com a HP queremos nos responsabilizar por aquilo que escrevemos/falamos: trata-se de um referencial metodológico que nos proporciona a liberdade de (re) interpretar o que agora *está ai*, de criar novos significados, de assumir nossa posição, e consideramos que isso também é Psicologia Social Crítica.

O referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 2007), escolhido como nosso referencial de análise dos dados, é composto por três fases mutuamente

interdependentes e complementares: a análise sócio-histórica, a análise discursiva e a interpretação/reinterpretação. Essas formas de análise são complementares entre si, partes de um processo interpretativo complexo.

A primeira fase, a *análise sócio-histórica*, tem como objetivo reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Nesse primeiro momento, há quatro aspectos básicos dos contextos sociais que definem níveis de análise distintos, a saber: situações espaço-temporais (visa reconstruir os ambientes em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas por pessoas situadas em locais específicos); campos de interação (análise de posições e conjunto de trajetórias que determinam algumas relações entre as pessoas, inclusive relações de dominação); instituições sociais (reconstrução do conjunto de regras, recursos e relações que as constituem e seu desenvolvimento através do tempo); e estrutura social (pretende identificar as assimetrias e diferenças, bem como analisar seus princípios subjacentes que garantem seu caráter sistemático e durável) (Thompson, 2007).

Além desses quatro aspectos, os meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão são fundamentais para o estudo das formas simbólicas. Entende-se por meios técnicos um substrato material em que, e através do qual, as formas simbólicas são produzidas e transmitidas. Os meios técnicos conferem às formas simbólicas certo grau de fixidez, certo grau de reprodutibilidade e uma possibilidade de participação daqueles que empregam o meio. Dessa forma, a análise sócio-histórica dos meios técnicos não é apenas uma investigação técnica, mas dos contextos mais amplos em que esses meios estão inseridos e empregados (Thompson, 2007).

As mensagens que circulam nos campos sociais são também construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada. Essa característica é o que fundamenta a segunda fase da Hermenêutica de Profundidade. A *análise formal ou discursiva* tem como finalidade básica analisar a organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações (Thompson, 2007). Assim como na análise sócio-histórica, existem várias maneiras de conduzir a análise formal ou discursiva. Nesta pesquisa adotamos a Análise Temática, que será descrita em uma seção posterior.

Após a codificação e caracterização das categorias temáticas, iniciamos a terceira fase da Hermenêutica de Profundidade, a *interpretação/reinterpretação*. Enquanto a análise formal ou discursiva procede através de análise - quebra, desconstrução de padrões e efeitos que

operam dentro das formas simbólicas - a interpretação/reinterpretação procede por síntese, ou seja, ela se propõe a construir criativamente possíveis significados. No processo de interpretação procura-se compreender o “aspecto referencial” das formas simbólicas (elas se referem a algo, dizem alguma coisa sobre algo). Portanto, “interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar” (Thompson, 2007, p. 379). A interpretação da ideologia assume, então, uma dupla tarefa: a explicação criativa do significado e a demonstração sintética de como esse significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.

A seguir, descrevemos o local e os interlocutores da pesquisa, o processo de observação participante, a construção do diário de campo e dos grupos focais dentro do serviço. Por fim, apresentamos os procedimentos de análise das informações, bem como as considerações éticas necessárias a presente pesquisa.

O Local e os Interlocutores da Pesquisa: *sobre o que está aí*

O local escolhido para a realização da pesquisa foi o CAPS ad Novo, em virtude da sua especificidade: o serviço foi criado na cidade de Santa Maria no ano de 2009 com intuito de acolher a demanda crescente por tratamento a usuários de crack. O CAPS ad Novo funciona desde o ano de 2009, no município de Santa Maria, cidade do estado do Rio Grande do Sul, que possui em torno de 280.000 habitantes. Quando foi iniciada a pesquisa, o CAPS era ainda um serviço em implantação, sendo denominado de duas formas: o CAPS ad Novo ou a Equipe de Implantação do CAPS ad Novo. No decorrer da pesquisa, por volta do mês de abril, a equipe conseguiu avançar no processo de regularização através de uma portaria do Ministério da Saúde, na qual foi oficialmente anunciado o nome do serviço: CAPS ad Cia do Recomeço.

Os tratamentos são oferecidos dentro das modalidades: intensivo, semi-intensivo, e não-intensivo. Essa classificação do plano terapêutico dos usuários não é rigorosamente seguida em virtude das características específicas da população atendida. O plano terapêutico, no CAPS ad Cia do Recomeço, é pensado para um período de curto prazo e construído de forma conjunta com os usuários, visto que esses oscilam muito em relação a sua frequência no serviço, seja por motivo de desistência, seja por terem conseguido um emprego ou outra atividade. Os atendimentos e as atividades são desenvolvidos em um ambiente com salas para

atendimento individual e grupal, e também conta com um espaço de convivência entre os usuários.

O serviço articula-se com a rede municipal, especificamente: com o Ambulatório de Saúde Mental, o CAPS II Prado Veppo, CAPSi, CAPSad “Caminhos do Sol”, a Unidade de Dependência Química (SERDEQUIM) do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (HUSM), além da rede de Atenção Básica, do Programa de Saúde da Família (PSF), do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), das Fazendas Terapêuticas, do Conselho Tutelar e do Poder Judiciário.

Os participantes da pesquisa foram usuários do referido serviço, estando inseridos em um plano terapêutico, com idade superior ou inferior a 18 anos. Após um período de inserção de um dos pesquisadores no local, usuários do serviço foram convidados a participar dos grupos, em caráter voluntário, constituindo um grupo de 3 a 12 pessoas.

Os critérios de inclusão estabelecidos *a priori* foram (a) que o participante estivesse sendo acompanhado por um profissional do CAPS, por meio de psicoterapia individual ou grupal, e (b) que consentisse com a participação na pesquisa. É importante que os participantes estejam em atendimento psicoterapêutico, pois os grupos focais poderiam despertar sentimentos e lembranças desagradáveis mesmo após o término da pesquisa. Os participantes dessa pesquisa foram denominados de interlocutores, de modo a qualificá-los como “parceiros intelectuais dos pesquisadores na compreensão de fenômenos e na elaboração do conhecimento” (Schmidt, 2008, p.394).

Os grupos focais, propostos nessa pesquisa, compuseram as atividades do serviço, sendo registrados nos prontuários dos usuários os contatos realizados e a participação nos grupos, para que os profissionais do CAPS pudessem acompanhar a realização dessa atividade. Elementos como a forma como os encontros foram inseridos no quadro de atividades do serviço, quais usuários se beneficiariam da atividade, bem como a relação dos encontros com o serviço em si, foram discutidos com a equipe de profissionais nas reuniões semanais. Além disto, dois profissionais do serviço participaram, a convite dos pesquisadores, das “Rodas de Conversa” como co-mediador e como observador, de forma voluntária. O convite foi feito à equipe, que ficou responsável por definir quem seriam os profissionais que participariam dos grupos. Deste modo, a realização dessa pesquisa não se constituiu em uma simples coleta de dados no local, mas uma incorporação dos métodos na realidade cotidiana do serviço.

O profissional co-mediador teve como tarefas: co-mediador as discussões e as atividades desenvolvidas nos encontros; assim como fará o pesquisador-mediador⁴, registrar suas impressões, sentimentos e observações a respeito dos encontros; e realizar, juntamente com o pesquisador-mediador, reuniões para avaliar/analisar o andamento da pesquisa. Para exercer tais tarefas, o co-mediador recebeu o projeto de pesquisa e, após sua leitura, foram discutidas questões teóricas e metodológicas com o pesquisador-mediador antes do início das atividades, que, por sua vez, foi supervisionado pela coordenadora desta pesquisa.

Observação Participante e o Diário de Campo: *tomando consciência daquilo que nos rodeia*

Ao realizarmos pesquisas empíricas no campo da psicologia temos, ao nosso dispor, instrumentos, mais ou menos seguros, de coleta de informações sobre cenários sociais e interações humanas. Questionários, entrevistas, escalas, testes psicológicos, etc. Todavia, a mais aprimorada e complexa ferramenta que sempre acompanha todos os demais instrumentos é a capacidade do pesquisador de observar os sujeitos em seu contexto.

Utilizamos, em nossa pesquisa, o método da observação participante (Angrosino, 2009), acompanhado da ferramenta do diário de campo. Ou melhor, a observação participante em sua fase exploratória. A inserção do pesquisador-mediador no CAPS ad ocorreu a partir de observações nas reuniões de equipe e em outras atividades do serviço, sob autorização prévia dos usuários e profissionais.

Concebendo o diário de campo como a principal forma de registro das informações coletadas no decorrer das observações (MacRae, 2004), incorporamos essa prática como método de nossa pesquisa. A prática do diário de campo nos revela que o ato de anotar ou de escrever sobre as observações feitas no local da pesquisa tem uma utilidade que vai além do registro de dados que com o tempo poderiam ser esquecidos; trata-se de um ato que “funciona como maneira de introduzir uma ordenação inicial ao material e ajuda a detonar reflexões mais sistematizadas e aprofundadas” (MacRae, 2004, p.7).

Em uma revisão sobre o diário de campo como ferramenta e dispositivo para o ensino e para a pesquisa, Azevedo e Carvalho (2009) indicam dois modos de escrever um diário, identificados a partir dos estudos de Lourau. O primeiro aponta para a necessidade de fazer a análise das implicações do pesquisador na observação participante. Enquanto observa, o

⁴ A expressão “pesquisador-mediador” foi utilizada nessa pesquisa para indicar e enfatizar o papel de mediador característico dos Grupos Focais, papel esse exercido pelo discente do mestrado.

pesquisador tenta construir certa distância do objeto, ao mesmo tempo em que busca o máximo de familiaridade com o campo de estudo. Esse primeiro modo de realizar o diário, portanto, consiste numa ferramenta para traduzir e dar visibilidade a esses movimentos de aproximação e de distanciamento, podendo revelar as implicações do pesquisador nesse processo de trabalho.

O segundo modo identificado por Lourau é chamado de método funcionalista, no qual podemos identificar, dentro de um mesmo diário, três diários, indivisíveis e profundamente relacionados: o Diário de Campo (constituído por um puro levantamento e agrupamento de dados observados ou a observar), o Diário Íntimo (o censurado pelo próprio autor ou por editores, sofre censura ou para resguardar as pessoas, para adequar-se a limites éticos ou morais vigentes. Nele, o observador e o objeto começam a se confundir, os sentimentos do pesquisador em relação às pessoas e ao local são expressos), e o Diário de Pesquisa (é a produção de um texto “erudito” com esboços do que está para ser descoberto e discutido no trabalho de pesquisa) (Azevedo & Carvalho, 2009).

No diário de campo de nossa pesquisa, encontramos uma “mistura” de todos esses elementos: uma análise de implicação do pesquisador-mediador frente ao serviço e aos acontecimentos, um levantamento dos dados observados no campo, a descrição de sentimentos despertados e, também, um texto mais “erudito”, no qual o pesquisador-mediador levantou algumas questões consideradas pertinentes para a discussão dos resultados nessa dissertação. Esse diário, porém, não é constituído apenas pelas anotações do pesquisador-mediador, mas também por reportagens veiculadas em jornais da cidade, por letras de músicas e os relatos da observadora do grupo. Todos esses materiais referem-se, de alguma forma, a fatos ocorridos e vivenciados dentro do CAPS ad Cia do Recomeço.

Gostaríamos de ressaltar que, no projeto da pesquisa, havíamos colocado o diário de campo numa posição mais secundária dentro da pesquisa. Contudo, ao iniciarmos as observações e a realização das “Rodas de Conversa”, percebemos a importância desse procedimento para pensarmos melhor na complexidade das discussões que surgiram nos grupos, merecendo um destaque maior dentro do presente trabalho. A prática da observação participante e da escrita do diário de campo nos possibilitou aprofundar as discussões e nos ajudou a *tomar consciência daquilo que nos rodeava*.

“Rodas de Conversa”: à procura do que não está aí

Após aproximadamente dois meses da inserção do pesquisador-mediador no CAPS, foi ofertado no serviço a atividade que envolve a participação nos grupos focais. Esta atividade foi denominada no CAPS como “Rodas de Conversa”, pois acreditamos que a expressão “grupo focal” não é muito familiar no serviço. A divulgação e o convite à participação nas “Rodas de Conversa” foram realizados através dos contatos estabelecidos a partir das observações iniciais e da participação em algumas atividades no CAPS. Além disso, em reuniões de equipe, os profissionais sugeriram uma lista de nomes de pessoas que poderiam participar dos grupos, beneficiando-se com esta participação e favorecendo a discussão no grupo. Supomos que a inserção de um co-mediador que fosse profissional da equipe, bem como do observador, facilitasse o contato com os usuários do serviço e que colaborassem significativamente com o andamento da pesquisa, tendo em vista que eles estão inteiramente imersos naquela realidade. Tal suposição se confirmou após a realização dos grupos.

Definido o momento de iniciar os grupos, o pesquisador-mediador realizou o convite à participação nos grupos pessoalmente, quando encontrava os usuários no próprio serviço, ou através de contatos telefônicos com os próprios usuários ou familiares, quando aqueles não eram encontrados no CAPS. A explicação inicial, dada nesse contato pessoal e/ou telefônico, sobre a atividade a ser desenvolvida e o aceite por parte da pessoa não eximiu o pesquisador-mediador de retomar tais explicações e, até mesmo, aprofundá-las quando da formação do grupo em questão. A construção das “Rodas de Conversa” foi orientada pelo método de Grupos Focais, com duração aproximada de uma hora cada grupo.

Segundo Oliveira e Werba (1998), os grupos focais podem ser descritos como entrevistas que se fundamentam na interação desenvolvida dentro do grupo, utilizando essa interação grupal para produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. O grupo focal, dessa maneira, pode ser entendido como um procedimento de coleta de dados no qual o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo, além de observar características do processo grupal. Portanto, tem como objetivo “obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representações de pequenos grupos acerca de um tema determinado” (Kind, 2004, p.126). A técnica de Grupos Focais, como apontam alguns autores (Kind, 2004; Roso, 1997), encontra-se fundamentada na tradição do trabalho com grupos, na sociologia e na psicologia social crítica.

Os grupos focais têm sido considerados uma ferramenta metodológica em pesquisas participativas, buscando o desenvolvimento comunitário e “dar voz” a grupos marginalizados, através do emprego de um método dialógico de pesquisa, baseado nas construções de Paulo Freire (Barbour, 2009). As análises dos grupos focais são mais do que uma extração de temas a partir de dados, elas envolvem um “[...] processo de interrogar dados, contextualizar comentários, desenvolver tentativas de explicação e submetê-las a mais interrogações e refinamentos.” (p.48).

Nesse sentido, ao oferecer *insights* aos participantes e pesquisadores a partir do reconhecimento de si no outro e da reconstrução das próprias narrativas, o grupo focal se revela como sendo, além de um método de coleta de dados, uma ferramenta de intervenção com potencial terapêutico (Barbour, 2009). Considerando, então, que os grupos focais são concebidos como um método apropriado para estudar as normas, significados e processos de um grupo, é preciso destacar que esses “dados” devem ser analisados sob a perspectiva de um grupo específico, em um dado contexto, visto que os fenômenos são específicos a um tempo, lugar e cultura particulares inseridos em um macro contexto sócio-histórico e cultural (Barbour 2009; Kind, 2004; Roso, 1997).

Com o grupo formado, o primeiro momento foi caracterizado pelo estabelecimento do *rapport* com o grupo. Nesse momento inicial, o mediador teve como objetivo tranquilizar e estabelecer o enquadre para o grupo, destacando alguns aspectos: apresentação e explicação dos objetivos do grupo; explicitou-se que não existem opiniões certas e erradas, que opiniões contrárias são bem-vindas e o mediador fez o pedido aos participantes para que falem um de cada vez; explicação do termo de consentimento para a participação na pesquisa; pedido de permissão para gravação, com as devidas considerações sobre a confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes.

Após esse momento, foram exibidas duas vezes, em um computador, as duas propagandas solicitadas e veiculadas pelo Grupo RBS da Campanha “Crack nem pensar”⁵ (Anexo 1). A apresentação das propagandas teve como propósito estimular o debate. Seguindo à exibição destas, a discussão das “Rodas de Conversa” foi pautada por um roteiro de questões, elaborado a partir de um esboço de áreas de indagação de acordo com os objetivos de nosso estudo.

⁵ As propagandas estão disponíveis em: www.cracknempensar.com.br; <http://www.youtube.com/watch?v=R-r0UNMsG3E> e <http://www.youtube.com/watch?v=hiTUvI7Kpcc&feature=related>.

O roteiro foi constituído pelas seguintes questões: 1) Vocês já tinham assistido essas propagandas? 2) O que vocês acham dessas propagandas? 3) Quem fez a campanha? 4) Por que fez a campanha? 5) Como fez? E quando fez? 6) Vocês acham que é assim mesmo (como a propaganda mostra)? 7) Para quem elas são destinadas? 8) Sobre o que/quem elas falam? 9) Essas propagandas dizem algo de/sobre vocês? Se sim, o quê? 10) O que as pessoas das propagandas têm em comum com vocês? 11) E o que elas têm de diferente de vocês?

Após a discussão no grupo, o mediador expôs, de maneira sintética, a discussão promovida pelo grupo focal e averiguou se ainda havia dúvidas ou outros comentários que os participantes desejassem fazer. Nesse ponto, o diário de campo assume uma posição fundamental, pois propomos que o mediador, logo após a realização do grupo, pudesse utilizar o diário como uma maneira de analisar as suas implicações naquele encontro específico. Além disso, esse momento proporcionou ao mediador um momento para avaliar se a constituição do grupo e se o roteiro de discussão foi adequado.

Com a gravação e transcrição dos grupos, pudemos verificar se as necessidades de informação foram satisfeitas e se os objetivos da pesquisa haviam sido contemplados. Percebemos que, através da adoção desses métodos de pesquisa, enquanto que, com a observação participante e o diário de campo, fomos *tomando consciência daquilo que nos rodeava*, com as “Rodas de Conversa”, fomos *à procura do que não estava aí*, daquilo que às vezes não é dito ou não pode ser dito, formando grupos, reunindo interlocutores, com a intensa vontade de escutar o que eles tinham a nos dizer.

Procedimentos de Análise: *evidenciando os significados atribuídos à Campanha “Crack nem pensar”*

As informações colhidas nas diferentes técnicas de pesquisa (observação, anotações de diário e grupos focais) foram compreendidas recorrendo a uma análise de conteúdo temática. A noção de tema, na análise temática, está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. O tema é constituído por uma gama de relações e pode ser graficamente apresentado através de uma palavra, de uma frase, de um resumo. Bardin (2004) define o tema como “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (p.99). Fazer uma análise temática, portanto, consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que constituem a comunicação e cuja presença pode significar alguma coisa para o objetivo analítico da pesquisa.

Operacionalmente, a análise temática se desdobra em três etapas (Minayo, 2010). A primeira etapa, denominada de Pré-Análise, consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada dos objetivos iniciais da pesquisa. Nessa fase determinamos as unidades de registro ou de significado (unidades que expressam um sentido em si mesmo e em relação ao contexto. Uma unidade de significado pode ser uma palavra, uma frase ou parágrafo, o que importa é que seja um conjunto de proposições que expressem um determinado tema), a unidade de contexto (a delimitação do contexto de compreensão da unidade de significado), os recortes, a forma de categorização e os conceitos teóricos mais gerais que orientaram a análise.

A segunda etapa, denominada de Exploração do Material (Minayo, 2010), consiste numa operação classificatória cujo objetivo é alcançar o núcleo de compreensão do texto. Ou seja, identificadas as unidades de significado, categorias temáticas foram eleitas, englobando e expressando o conteúdo e as mensagens implícitas contidas nos discursos dos grupos. Para isso, “o investigador busca encontrar *categorias* que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado” (Minayo, 2010, p.317). Após a categorização, temos a terceira etapa, denominada de Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação. Nesse momento já não mais falaremos em Análise Temática, mas seguiremos à terceira fase da Hermenêutica de Profundidade, a Interpretação/Reinterpretação, que constitui o quadro metodológico mais amplo.

Sabemos que a principal crítica às técnicas de Análise de Conteúdo tradicional (nas suas diferentes modalidades) consiste da referência ao foco que dá apenas ao “discurso, reduzindo-se assim sua capacidade explicativa. A ênfase quase absoluta na fala como material de análise transforma a questão da descoberta e da validade na habilidade de manipulação de instrumentos técnicos” (Minayo, 2010, p.352). Ressaltamos, contudo, que respondemos a essa crítica por duas vias: a primeira, é que não utilizamos a Análise de Conteúdo *tradicional*, permitindo-nos, dessa maneira, construir uma maneira singular de analisar as observações, os diários e as falas nos grupos; a segunda, é que a adoção da Hermenêutica de Profundidade como um referencial mais amplo de análise nos proporciona contextualizar sócio-historicamente as formas simbólicas analisadas, ampliando, ao invés de reduzindo, a capacidade explicativa.

Ressaltamos que a análise temática serviu como um primeiro passo em nosso estudo, auxiliando-nos na organização dos discursos a serem analisados. Identificados os temas

relativos às “Rodas de Conversa”, procedemos através de uma análise teórica, sócio-histórica, elencando eixos teóricos, nos quais englobamos os temas inicialmente levantados. Nesse sentido, não apresentamos nessa dissertação os “temas”, mas eixos que os contemplam, tornando assim nossa análise, em certo sentido, mais complexa.

Finalizando a análise, o processo de síntese visa, então, a construção criativa de possíveis significados para aquilo que está sendo veiculado pela mídia. Com o auxílio da análise sócio-histórica e da análise discursiva, o objetivo aqui é de relacionar todos esses elementos, interpretando a ideologia subjacente ao discurso midiático. Com certeza, esse movimento de análise e síntese nos ajudará a elucidar os significados atribuídos pelos usuários à campanha televisiva “Crack nem pensar”, permitindo-nos a reflexão de como esse fenômeno se insere num contexto social mais amplo e como ele afeta as relações em nossa sociedade.

Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao NEPS – Núcleo de Educação Permanente em Saúde da Prefeitura Municipal de Santa Maria, que é o órgão responsável para aprovar as pesquisas no âmbito da saúde municipal. Como essa pesquisa tem como público usuários de um CAPS ad da cidade, a aprovação do NEPS é necessária para que ocorra o encaminhamento do projeto ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria. Como o NEPS emite uma carta de aceite após a análise do projeto pela equipe de profissionais do serviço, não foi necessário que os pesquisadores apresentassem um termo de consentimento para a instituição. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 0006.0.243.000-11 (Anexo 2). A pesquisa segue as exigências e procedimentos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (1996) que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos.

Os interlocutores foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, através da leitura e explicações adicionais do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3). Para os participantes menores de 18 anos, além do Termo de Assentimento (Anexo 4), foi encaminhado um Termo de Consentimento que foi assinado pelos pais e/ou responsáveis (Anexo 5). O profissional que participou como co-mediador também foi informado sobre sua participação na pesquisa e assinou um termo de confidencialidade

específico (Anexo 6), bem como a observadora dos grupos (Anexo 7). Além dos termos citados, essa dissertação apresenta o termo de confidencialidade assinado pela coordenadora da pesquisa (Anexo 8).

Sobre o Termo de Consentimento para os pais e/ou responsáveis, precisamos fazer uma consideração fundamental para este estudo. A Resolução 196/96 preconiza que as pesquisas devem ser desenvolvidas, preferencialmente, com indivíduos com plena autonomia. Ainda acrescenta que indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser sujeitos de pesquisa quando a informação desejada possa ser obtida através de sujeitos com plena autonomia (Conselho Nacional de Saúde, 1996). Contudo, temos ressaltado a importância dessa pesquisa com os usuários do CAPS ad e que, apesar de serem considerados um grupo vulnerável, consideramo-los sujeitos com plena autonomia para decidir pela participação ou não da pesquisa.

O que ocorreu, entretanto, é que alguns usuários do serviço, menores de 18 anos e, portanto, considerados não autônomos legalmente, não têm contato sistemático com familiares e/ou responsáveis, o que poderia inviabilizar a participação nos grupos, apesar do interesse e consentimento próprios. Nesses casos, apoiamos-nos no Consentimento da Instituição, já concedido e encaminhado juntamente com o presente projeto ao Comitê de Ética da UFSM, e na Resolução 016/2000 no Conselho Federal de Psicologia. Nessa resolução há uma referência sobre pesquisas com populações consideradas em situação de risco, tornando-se facultativo o consentimento informado de pais que não tenham contato sistemático com seus filhos, guardiões legais que não tenham condições cognitivas ou emocionais para avaliar as consequências da participação deles na pesquisa ou ainda, pais ou guardiões legais que abusaram, negligenciaram ou foram coniventes com o abuso dos mesmos (Conselho Federal de Psicologia, 2000). Ressaltamos, todavia, que esses participantes receberam o termo de consentimento tanto na forma oral, quanto na forma escrita.

Após o término da redação da dissertação, foi agendado um retorno à instituição, onde será realizada uma discussão sobre as “Rodas de Conversa”, bem como uma avaliação de todo o processo. Além disso, os profissionais do CAPS ad e os usuários foram convidados a participar da Banca de Defesa da Dissertação.

Há outro aspecto que deve ser considerado. Essa pesquisa trabalhou com grupo pré-familiarizado ou pré-existente. Dentre as vantagens no trabalho com um grupo que já convive é que os indivíduos dentro dos grupos focais podem levar a um entendimento mais

aprofundado das dinâmicas do grupo e de como elas podem influenciar no desenvolvimento das visões e posições dos participantes (Barbour, 2009). Usar grupos pré-existent, entretanto,

levanta importantes questões éticas, particularmente em relação a garantir a confidencialidade. Os pesquisadores precisam estar cientes de que esses grupos têm uma vida que continua depois que eles eliciaram os dados e deveriam minimizar possíveis ramificações negativas. É essencial que o pesquisador dedique tempo para enfatizar a importância da confidencialidade antes da discussão, bem como tempo e espaço para quaisquer preocupações a respeito de descobertas sejam oferecidos ao final. Particularmente no trabalho com membros de comunidades de minorias étnicas, os participantes de grupos focais podem ter relações complexas e interligadas que podem ser afetadas por confidências compartilhadas. (p.96)

Portanto, tais considerações éticas evidenciam que os procedimentos de uma pesquisa não podem se limitar a uma abordagem protocolar e superficial, restrita a etapa de coleta de dados. A incorporação das exigências e procedimentos da Resolução 196/96 não é indicativo suficiente, embora importante, de que a preocupação ética seja evidenciada em todo o processo de pesquisa. Por isso, “o tema da ética em pesquisa precisa ser objeto de permanente reflexão e crítica, inclusive pelo próprio movimento e provisoriedade que caracterizam a ciência ou mesmo os valores e a moral de uma sociedade” (Padilha et al., 2005, p.97).

Postas estas considerações éticas e finda a apresentação dos procedimentos de pesquisa, passamos à análise das informações. A etapa apresentada a seguir consiste na análise dos eixos teóricos, que se divide nas seguintes partes: os “projetos modernos” e a produção de “refúgio humano”; a televisão como *agorá* das sociedades modernas; e o mito das drogas. Os três eixos estão subdivididos em outras três partes cada um e estão ancorados em uma breve análise sobre a cultura moderna ocidental.

**PRODUZINDO NOVOS SENTIDOS COM OS ENCONTROS
DIALÓGICOS: DA CONSCIÊNCIA QUE LIBERTA, DA LIBERDADE
QUE RESPONSABILIZA**

Foram realizadas três “Rodas de Conversa”: a primeira foi composta por sete interlocutores, a segunda por três e a terceira por seis, finalizando com um total de 16 interlocutores (dois do sexo feminino e quatorze do sexo masculino), que aconteceram no primeiro semestre de 2011. Elaboramos um quadro (Quadro 1) com alguns aspectos relacionados aos nossos interlocutores retirados dos prontuários acessados no serviço. Esses aspectos nos ajudam a contextualizar e entender algumas das considerações tecidas na análise discursiva. Assim, à medida que a análise vai sendo arrolada, sempre que for possível, traremos elementos desse quadro à discussão.

Grupo	Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Situação Ocupacional
1	B	M	15	Ens. Fund. Incompleto	Afastado da escola
1	NA	M	26	Ens. Fund. Completo	Trabalhando
1	L	F	26	Ens. Sup. Incompleto	Desempregada e afastada da faculdade
1	A	M	28	Ens. Fund. Incompleto	Desempregado, em situação de rua
1	J	M	19	Ens. Fund. Incompleto	Realiza trabalhos temporários
1	R	F	19	Ens. Médio Incompleto	Desempregada e afastada da escola
1	E	M	18	Ens. Fund. Incompleto	Desempregado, mora com a família
2	E	M	23	Ens. Fund. Completo	Desempregado, mora com a família
2	F	M	17	Ens. Fund. Incompleto	Cumprindo medida sócio-educativa na CASE
2	J	M	27	Ens. Fund. Incompleto	Desempregado, em situação de rua
3	DS	M	13	Ens. Fund. Incompleto	Afastado da escola
3	J	M	22	Ens. Fund. Incompleto	Desempregado, em situação de rua
3	G	M	26	Ens. Fund. Completo	Desempregado, mora com a companheira
3	A	M	27	Ens. Fund. Completo	Trabalhando, mora com a esposa
3	V	M	29	Ens. Fund. Incompleto	Trabalhando
3	D	M	29	Ens. Fund. Completo	Desempregado, mora com uma familiar

Quadro 1 – Caracterização dos Interlocutores da Pesquisa

Como o objetivo inicial da nossa pesquisa é analisar como os usuários de crack, inseridos em um CAPS ad, percebem as formas simbólicas veiculadas na campanha televisiva “Crack nem pensar”, muitas das perguntas que constituíram o roteiro das “Rodas de Conversa” versaram sobre as propagandas. Contudo, observamos que as propagandas da Campanha “Crack nem pensar” funcionaram como dispositivos para os usuários falarem sobre suas experiências e seus saberes em relação ao crack, dispositivo significando uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada uma está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores (Deleuze, s.d., p.1).

Essa noção de dispositivo será retomada na última etapa da dissertação, quando discutiremos o grupo como uma forma de subjetivação e como instrumento de pesquisa potencialmente crítico. Além dos grupos, como já dissemos anteriormente, adotamos como método a observação participante e a escrita de um diário de campo. Esse diário foi composto pelas anotações do pesquisador-mediador, relatos da observadora do grupo, materiais midiáticos e letras de músicas referentes aos registros realizados.

Destacamos como um importante resultado da pesquisa a participação de um co-mediador e de um observador da própria equipe do CAPS ad, já que entendemos que eles funcionaram como um “Doc”, ou seja, intermediários que abriram as portas e colaboradores da pesquisa. É com o “Doc” (no nosso contexto um psiquiatra e uma estudante de psicologia) que o pesquisador-mediador pôde, de acordo com Whyte (2005), esclarecer algumas das incertezas que permaneceram ao longo da investigação, podendo, inclusive, influenciar nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de ‘assistente informal’ (Whyte, 2005).

Quando convidamos dois profissionais da equipe para compor a pesquisa, percebemos o interesse dos mesmos em participar. Poderíamos ter composto uma “equipe de pesquisa” com pessoas do nosso próprio grupo de pesquisa, mas entendemos que os profissionais, além de facilitarem o contato com os interlocutores, poderiam representar um olhar diferente do

nosso em relação à pesquisa, devido a sua prática cotidiana no serviço, o que efetivamente ocorreu.

As anotações no diário também foram acompanhadas pela orientadora da pesquisa, de modo que novas ações e condutas pudessem ser sugeridas ao pesquisador-mediador. Nesse sentido, o diário de campo serviu como um instrumento de acompanhamento do discente mestrando. A tarefa de manter um diário de campo também possibilitou o desenvolvimento de uma rotina de trabalho. Como salientou Whyte (2005), mediante os registros e manutenção de um diário de campo, o pesquisador se autodisciplina a observar e anotar sistematicamente.

Portanto, a prática da observação participante e da escrita do diário de campo nos possibilitou reconhecer que a narrativa do pesquisador é mais um ponto de vista dentre outros que - embora mediado pelo olhar da supervisão - favorece o aprofundamento das discussões, ajudando a *tomar consciência daquilo que nos rodeia e contribuindo para pensar no que não está aí*, no oculto, nos fenômenos ideológicos.

A seguir, apresentamos uma breve contextualização sócio-histórica sobre a Cultura Moderna Ocidental, para, então, nos determos na análise de nossos três eixos teóricos. Ressaltamos, porém, que apesar de termos apresentado a Hermenêutica de Profundidade com três fases distintas (mesmo que mutuamente interdependentes e complementares), não procederemos dessa maneira. Arriscamo-nos, nesta dissertação, a realizar uma Análise “Sócio-Discursiva”. Assim a denominamos, pois se trata de um procedimento que aborda a análise sócio-histórica e a análise discursiva em blocos únicos, e não distintos como se poderia esperar. E ainda, concebendo o “histórico” como elemento constitutivo do “social”, optamos por nomear nossa análise de “Sócio-Discursiva”.

Análise Cultural das Sociedades Modernas Ocidentais – a produção do “Refugo Humano”, a Mídia e o “Mito das Drogas” como eixos teóricos de análise

Partindo da concepção estrutural de cultura, pensada por Thompson (2007), cuja ênfase se dá tanto ao caráter simbólico dos fenômenos culturais quanto ao fato de tais fenômenos estarem sempre inseridos em contextos sociais estruturados, entendemos a “análise cultural” como o estudo das formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos

e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. (Thompson, 2007, p.181)

Deste ponto de vista, os fenômenos culturais são entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados, enquanto que a análise cultural visa estudar a constituição significativa e a contextualização social desses fenômenos. Com essas concepções em mente, propomos três eixos teóricos que nortearam nossa análise cultural das sociedades modernas ocidentais: a produção do refugio humano (trabalhando com as noções de mercado e consumo, aparelhos ideológicos e repressivos de Estado, e de sistemas de desigualdade e de exclusão), a televisão como a *agorá* da modernidade (abordando as noções de mídia, as instâncias de produção e de recepção e a função midiática de colaborar na prevenção do uso de drogas) e o problema social das drogas (referenciando suas definições e usos, a noção de corpo, estigmas e discursos/práticas associados ao fenômeno). A noção de subjetividade perpassa os três eixos e será aprofundada na última etapa deste trabalho. Trataremos brevemente neste momento da construção do projeto sócio-cultural da modernidade, antes de adentrarmos nas análises dos eixos citados.

O desenvolvimento das sociedades modernas é o resultado de um conjunto de transformações institucionais fundamentais que tiveram início na Europa durante o último período da Idade Média e os primórdios da era moderna (Thompson, 2008). Através da exploração, do comércio e da colonização, tais transformações foram envolvendo cada vez mais outras partes do mundo, tomando um caráter global e não mais apenas europeu.

Uma primeira linha de transformação apontada por Thompson (2008) está relacionada às mudanças econômicas. A emergência das sociedades modernas implica um conjunto específico de mudanças econômicas através das quais o feudalismo europeu foi se transformando gradualmente num novo sistema capitalista de produção e de intercâmbio de produtos e serviços. Ao redor de 1450, esse novo sistema de produção e intercâmbio de mercadorias surge na Europa e, rapidamente, expande-se tanto em produtividade quanto em alcance geográfico.

A Revolução Industrial (ocorrida na segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX) aconteceu dentro do contexto de um sistema econômico capitalista que já existia na Europa e em outros lugares há muitos séculos. Ao introduzir uma série de novos métodos de produção - uso das máquinas, divisão de trabalho, etc. - a Revolução Industrial aumentou significativamente a capacidade produtiva das empresas, anunciando a era do processo

industrial em grande escala. Essas mudanças ocorreram dentro de um sistema de relações de propriedade e de produção que permaneceram relativamente estáveis (Thompson, 2008).

Uma segunda linha de transformação refere-se às mudanças políticas. O desenvolvimento das sociedades modernas se caracterizou, também, por um processo de mudanças políticas através das quais as “numerosas unidades políticas da Europa Medieval foram sendo reduzidas em número e reagrupadas num sistema entrelaçado de estados-nações, cada um reclamando soberania sobre um território claramente delimitado e possuindo um sistema centralizado de administração e de tributação” (Thompson, 2008, p. 48). Conforme Bauman (2005), o Estado-nação é um Estado que faz da ‘natividade ou nascimento’ o ‘alicerce de sua própria soberania’. Com a noção de identidade nacional, a ficção da ‘natividade ou nascimento’ desempenhou o papel principal entre as fórmulas empregadas pelo nascente Estado moderno para legitimar a exigência de subordinação incondicional de seus indivíduos.

Arelada à segunda linha de transformação, Thompson (2008) aponta uma terceira linha: o desenvolvimento do monopólio em determinados territórios. Nesse sentido, a guerra e a sua preparação exerceram um papel fundamental nesse processo de alterações políticas. Com o desenvolvimento das sociedades modernas, o poder militar foi se concentrando cada vez mais nas mãos de estados-nações que reivindicavam o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território. Dessa forma, os governantes criaram os meios para exercer o poder coercitivo, principalmente através das guerras contra rivais externos ou contra possíveis ameaças externas, mas também meios para reprimir revoltas internas e manter a ordem dentro de seus territórios. Porém, para criar esses meios de exercer o poder coercitivo, os governantes tinham que criar meios para extrair recursos (dentre eles, homens), equipamento e capital, das populações subjugadas a esse poder (Thompson, 2008).

Essas transformações das sociedades modernas constituem uma quarta linha de transformação institucional apontada por Thompson (2008) como sendo de domínio “cultural”. Conforme Thompson, teóricos sociais têm tentado detectar, de maneira equivocada, largas mudanças nos valores e nas crenças, nas atitudes e nas orientações no plano cultural. O autor não nega a importância dessas mudanças, mas propõe uma nova argumentação. Ao focalizar nos meios de produção e circulação das formas simbólicas no mundo social, podemos ver que, com o advento das sociedades modernas uma transformação cultural sistemática começou a ganhar um perfil mais preciso. É o que Thompson (2007)

denomina de “Mediação da Cultura Moderna”, expressão já debatida na introdução deste trabalho.

Nessa análise, buscamos entender o capitalismo não apenas como um paradigma econômico da modernidade, mas também como um paradigma cultural, tendo papel fundamental na sua constituição como um projeto sócio-cultural (Santos, 2010). Constituíram-se na matriz da modernidade ocidental dois tipos de conhecimento: o conhecimento-regulação (CR) e o conhecimento-emancipação (CE) (Santos, 2007). Para o autor, todo o conhecimento se distingue por seu tipo de trajetória, que vai de um ponto A denominado “ignorância” a um ponto B denominado “saber”. A ignorância no conhecimento-regulação é o *caos*, ou seja, ser ignorante é viver no caos de uma realidade incontrolada e incontrolável; conhecer, nesse modelo de conhecimento, é *ordem*. Portanto, no modelo do CR, “saber é pôr ordem nas coisas, na realidade, na sociedade” (Santos, 2007, p.53). Já para o CE, o ponto A, da ignorância, é chamado de *colonialismo*, ou seja, a incapacidade de reconhecer o outro como igual, a objetivação do outro, e o ponto B, o saber, é o que se pode denominar de *autonomia solidária*.

Esses dois modelos de conhecimento estão inscritos na matriz da modernidade ocidental, entretanto, o conhecimento-regulação dominou por inteiro quando a modernidade ocidental passou a coincidir com o capitalismo. Nesse sentido, essa desregulação observada na modernidade se deve ao desenvolvimento histórico do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico deste período. No “capitalismo desorganizado” (Santos, 2010), período que estamos a viver, a discrepância entre experiência e expectativas também está desfigurada, pois está invertida: as expectativas para a maioria das pessoas não são mais positivas que as experiências atuais; ao contrário, tornam-se mais negativas. Contudo, as promessas da modernidade – a liberdade, a igualdade e a solidariedade – continuam sendo uma aspiração para a população (Santos, 2007).

Ao lado das promessas da modernidade – a liberdade, a igualdade e a solidariedade – vai se constituindo uma produção de pessoas, redundantes e indesejáveis, que trataremos a seguir no capítulo intitulado “A produção do “refugo humano” e os “projetos modernos”, que foi subdividido em: Mercado e Consumo; O Estado Moderno: Aparelhos Ideológicos e Repressivos; e O “Projeto Moderno” pautado na Cosmovisão do Liberalismo-Individualista: da desigualdade à exclusão.

A PRODUÇÃO DO “REFUGO HUMANO” E OS “PROJETOS MODERNOS”

Iniciamos a discussão desse eixo teórico a partir da narração de três cenas, registradas no Diário de Campo utilizado durante o período de observações no CAPS ad.

1ª Cena

Hoje foi o primeiro dia que estive junto com os usuários do CAPS ad. Logo que cheguei, uma das profissionais me apresentou a alguns deles. Fui muito bem recebido por todos. Estávamos sentados na sala da equipe quando o telefone tocou. Assim que ela desligou, contou-nos a história: era a gerente da escola de idiomas, que fica localizada ao lado do CAPS. Por que ela não foi ali para conversar? (Questionava-me). A reclamação era que, pela manhã, quando a secretária da escola chegou, os usuários estavam ali na frente bebendo (bêbados! – pensei) e fumando maconha (será que não era cigarro? Pensei outra vez). Ela ainda completou dizendo que no outro dia jogaram objetos – pedras e tomates – no pátio deles. Disse também que a secretária tem medo quando chega à escola sozinha e que já perderam alunos por causa das “bagunças” do CAPS.

2ª Cena

Participei da Oficina Online, que ocorre semanalmente na sala de computação da Biblioteca Pública Municipal. Uma situação me chamou muito a atenção: um participante da oficina estava assistindo o clipe da música “Eu só quero é ser feliz”. Ele estava vidrado na tela e visivelmente emocionado. Cantarolando junto com o clipe, uma lágrima percorreu sua face. Tocado com o que vi, busquei a letra da música na internet e reproduzo aqui um trecho:

*“Eu só quero é ser feliz,
Andar tranqüilamente na favela onde eu nasci, é.
E poder me orgulhar,
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar. (...)
Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer,
Com tanta violência eu sinto medo de viver.
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado,
A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado.*

*Eu faço uma oração para uma santa protetora,
Mas sou interrompido a tiros de metralhadora.
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela,
O pobre é humilhado, esculachado na favela. (...)
Eu só quero é ser feliz... (...).”*

3ª Cena

Na sexta-feira estávamos na cozinha e um usuário, que deve ter uns 13 ou 14 anos, estava sentado e conversando conosco. Repentinamente ele olha para mim e diz: “um dia quero ser igual a tu!”. Ele falou sorrindo. Surpreendido pela declaração do menino, questionei: “Como assim?”. Ele respondeu: “Eu tenho o sonho de ser um doutor, inteligente... queria ter um consultório só pra mim ou um escritório, pra ficar sentado trabalhando num computador”. Ele queria saber o que precisa fazer para alcançar seu sonho. Então conversamos sobre escola, estudos, universidade... e, mais do que isso, sobre esperança. Ele disse que ficou feliz com nossa conversa. E eu também.

Com estas cenas, iniciamos nossa análise “sócio-discursiva”. Elas não foram escolhidas ao acaso. Manteremos nosso foco, neste momento, apenas na primeira delas. Constatamos que essa cena representa apenas um dos tantos momentos em que a equipe do CAPS teve problemas com a “vizinhança”. Nesses momentos, a presença dos “indesejáveis” incomoda porque eles “bebem” e “fumam maconha” enquanto se dirigem ao tratamento e deixam as pessoas com medo devido a seus comportamentos ditos “agressivos”.

Nas imediações do serviço encontramos comércios, empresas prestadoras de serviços, escolas, muitas casas e prédios residenciais. Além disto, temos também espaços públicos municipais que, nos intervalos das atividades desenvolvidas no CAPS, são “ocupados” pelos usuários. Quando eles ficam em frente à casa que abriga o serviço, pessoas passam e olham desconfiadas. Também pudera, muitos deles não têm um aspecto físico, visual, “apropriado” para a região que ocupam, próximo ao centro da cidade: parecem, algumas vezes, um grupo de “moradores de rua” parados em frente a uma casa.

É desta forma que o observador-mediador sentia os transeuntes quando estava com os usuários, em conversas informais, no espaço externo da casa. Nas suas últimas inserções no serviço, pôde acompanhar a necessidade imposta de procurar outro local para o CAPS, pois a

dona da casa, da qual a Prefeitura Municipal é inquilina, pediu a “desocupação” da mesma. Não somente da casa, mas desses espaços citados, uma reivindicação da vizinhança. Não estamos querendo com isso dizer que, em alguns momentos, os comportamentos dos usuários não fossem “hostis”, muito menos “demonizar” as pessoas que moram nas redondezas por sentirem-se incomodadas com a presença deles. Talvez sentíssemos o mesmo se a situação fosse conosco, em frente às nossas casas.

O que pretendemos evidenciar com esta situação é a concepção do sistema capitalista não apenas como um paradigma econômico da modernidade, mas também como um paradigma cultural. Assim como acontece com o lixo que produzimos todos os dias, que deve ser transportado para um “lixão” ou aterro sanitário longe da nossa visão, longe do centro da cidade, também pessoas são tratadas como “refugo(s) humano(s)” (Bauman, 2005a). Essas pessoas, redundantes, “indesejáveis”, atrapalham os negócios da escola de idiomas e do comércio local. É preferível que elas permaneçam em suas casas, afastados do centro, ou, melhor ainda, internados para tratamento.

Mercado e Consumo

No período do “capitalismo desorganizado”, o mercado ultrapassou as fronteiras da dimensão econômica e colonizou o Estado e a comunidade, e tem no explosivo crescimento do mercado mundial, na relação salarial precária e na crescente diferenciação dos produtos de consumo – particularizando os gostos e aumentando as escolhas – suas características fundamentais (Santos, 2010). Contudo, o crescimento do mercado mundial não foi acompanhado por um desenvolvimento social e, a maioria dos interlocutores dos grupos realizados, expressa esta contradição: eles têm apenas o ensino fundamental incompleto e, no período em que aconteceram os encontros, estavam desempregados (conforme consta no Quadro 1).

Quando conseguem trabalhar, são subempregos ou empregos com baixos salários, perpetuando sua condição social, como pudemos observar nas condições de vida dos nossos interlocutores. Nessa direção, Mance (1998) afirma que o sistema capitalista, além de ser um sistema econômico e político, é o sistema semiótico modelizante principal. Ele transforma qualquer coisa em valor de troca, até mesmo a afetividade e desgraças humanas - para vender produtos ou ampliar índices de audiência de telejornais -, sendo capaz, inclusive, de colocar tudo a serviço de sua reprodução. O consumo, para a vida humana, além de ser uma exigência

para a reprodução de cada ser vivo em particular, é também uma necessidade cultural produzida pelo próprio modo de viver das sociedades modernas (Mance, 1998). Todavia, como nossos interlocutores (e milhares de outras pessoas que vivem nas mesmas condições) respondem a essa necessidade de consumo?

Numa sociedade de produtores e de consumidores não há espaço para os consumidores falhos, incompletos, imperfeitos. Os consumidores falhos, sem ter um lugar seguro e inquestionável nessa sociedade, só podem ter certeza de uma coisa: excluídos do único jogo possível, não são mais jogadores e, portanto, não são mais necessários, são redundantes (Mance, 1998). Redundância compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” - com refugo. A história da era moderna tem sido uma longa cadeia de projetos, projetos concebidos através da idéia de que o mundo pode ser sempre transformado.

Criar projetos é sempre um esforço criativo. E o problema reside nisso: o lixo é o ingrediente indispensável do processo criativo. A modernidade, sendo uma condição da produção compulsiva e viciosa de projetos, criou um número excessivo deles, e consigo criou também excesso de lixo, de refugo, refugo humano - pessoas redundantes que não têm espaço no mundo moderno (Bauman, 2005a). Bauman explica esse fenômeno através da metáfora do “carro do progresso”.

No carro do progresso, o número de assentos e de lugares em pé não é, em regra, suficiente para acomodar todos os passageiros potenciais, e a admissão sempre foi seletiva. Talvez por isso o sonho de se juntar a essa viagem fosse tão doce para tantos. O progresso era apregoado sob o slogan de mais felicidade para um número *maior* de pessoas. Mas talvez o progresso, marca registrada da era moderna, tivesse a ver, em última instância, com a necessidade de *menos* (e cada vez menos) pessoas para manter o movimento, acelerar e atingir o topo, o que antes exigiria uma massa bem maior para negociar, invadir e conquistar (Bauman, 2005a, p. 24).

As sociedades contemporâneas podem ser denominadas também de sociedades de consumo. Nestas, o *slogan* de “mais felicidade para um número maior de pessoas” vem à tona com uma potência surpreendente: ser mais feliz significa consumir mais. Felicidade torna-se sinônimo de consumo. A compra da casa própria, de um carro para a família, de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e tantos outros produtos com primeiro pagamento para daqui a sessenta, noventa dias, parcelado sem juros. As condições facilitadas de compra de produtos e serviços têm sido associadas aos indicadores de crescimento econômico no país: os

“mais” pobres estão “menos” pobres. Um paradoxo reduzido à premissa “a felicidade ao alcance de todos!”.

As tão difundidas noções de progresso e desenvolvimento econômico, constitutivas do mercado, levam os consumidores a dois tipos de consumo: o alienante e o compulsório (Mance, 1998). No consumo alienante, o consumidor, ao buscar na mercadoria mais do que simples qualidades objetivas, atribui-lhe qualidades virtuais, o que determina sua aquisição e consumo. Nesse processo, a pessoa se torna, ela mesma, em mercadoria. A fala de um interlocutor expressa este tipo de consumo:

(...) tu usa, tu fuma pra vivê e vive pra fumá, se tu tiver mesmo afundado, sem vontade de saí tu tá, tu tá igual aos cara ali. Não digo igual, porque, como eu falei, eu achei muito... meio forçado demais as imagens, aí sabe, mas o cara tá... o usuário, o usuário tá, praticamente quase tudo igual. Claro, e tem uns que... como é que eu vou te dizer... tem uns que abusam demais, entendeu. Tem... eu já vi gente aí que chegou a bater, a bater até na mãe pra roubar, dentro de casa. Então, não que vai se criar no meio dos usuários assim, mas já vi gente bater até na mãe pra rouba dentro de casa⁶. (G3/260. I-D)⁷

O crack é “a droga devastadora, é a droga do milênio” (G2/193. I-E), é fumado “pra vivê”, para sentir prazer, para sentir o “barato” da droga que, apesar de passageiro, é muito intenso. Essas são qualidades virtuais atribuídas à droga pelos usuários, após a experiência de consumo da mesma. Quando se “fuma pra vivê”, acaba se vivendo “pra fumá”. Eis o caráter alienante do consumo. O sujeito passa a ser definido por aquilo que ele consome – por isso, em muitas matérias veiculadas pela mídia, eles são denominados de “crackeiros”. Pelo fato de serem reduzidos à identidade de “crackeiros”, a percepção que eles têm é a de que “o usuário tá, praticamente quase tudo igual”. Tornam-se a própria mercadoria quando têm seus atos, como bater na mãe e roubar dentro da própria casa, justificados pelo consumo da droga – é como se dissessem “eu sou o crack”.

⁶ As falas dos interlocutores serão sempre reproduzidas em *itálico*. Portanto, não utilizaremos a sigla “SIC” (Segundo Informações Colhidas), uma vez que as falas já estarão destacadas.

⁷ Adotamos um sistema alfanumérico padrão para citar as falas dos interlocutores dos grupos, com o objetivo de preservar as identidades dos mesmos. A primeira parte refere o grupo em que fala ocorreu: primeiro (G1), segundo (G2) e terceiro grupo (G3). O número que segue após a barra indica o número da linha da transcrição, facilitando sua busca. Por fim, o código apresenta duas letras: a letra “I” significa interlocutor; seguida sempre da primeira letra do nome da pessoa autora da fala. Mantivemos as falas no original, ou seja, sem correções gramáticas/ortográficas.

Outro aspecto discutido nos grupos que denuncia esse caráter alienante do consumo é a confusão entre o crack e a nova droga, o *oxi*⁸. Identificamos na fala de alguns interlocutores que, em muitas “*bocas*”, estão “*vendendo oxi e dizendo que é crack*”. Ou seja, muitos usuários têm consumido *oxi*, pensando que é crack. A atribuição das qualidades virtuais do crack tem tamanha força que eles não percebem a diferença entre uma droga e outra – é como se afirmassem “*não importa o que estou consumindo, o que importa é que estou consumindo, sou um consumidor*”.

Além disto, o consumo alienante também se configura pelo valor do produto. Se o consumidor não pode pagar pela mercadoria, tem três soluções imediatas: ou encontra uma maneira de conseguir *mais* dinheiro (“*já vi gente bater até na mãe pra rouba dentro de casa*”), ou negocia a forma de pagamento (“*acontece com algumas mulheres, que elas se prostituem pra conseguir crack*”), ou ainda substitui a mercadoria desejada por outra que ele pode pagar. A última alternativa é destacada por um interlocutor:

Eles tão falando só do crack, porque é o carro chefe do tráfico de droga hoje em dia é o crack. Antigamente quando o cara ia comprar cinqüenta grama de fumo, o cara pagava trinta pila, hoje tu vai pagar cento e cinqüenta, quase não tem, entendeu. Em compensação tu vai... atrás de crack, tu acha baratinho, e o efeito é muito mais forte do que a... mais dinheiro e menos volume, quem nem fala, pra carregar, pra vender, pra tudo. (G3/229. I-D)

Vemos que se trata, sobretudo, de uma estratégia de mercado. Introduce-se uma nova mercadoria através de uma promoção, “seduzindo” o consumidor a experimentar a novidade. Neste ponto, percebemos a passagem do consumo alienante para o consumo compulsório. Enfatizamos, contudo, que esses dois tipos de consumo são interdependentes e, na maioria das vezes, é muito difícil de identificá-los separadamente. O consumo compulsório se refere, conforme Mance (1998), principalmente aos grupos sociais menos favorecidos economicamente, no qual essas pessoas maximizam seu poder de consumo através dos poucos recursos que possuem.

Podemos também conceber o consumo compulsório pela via da compulsão. Um consumo compulsivo, “com pulsão”. A pulsão, noção proveniente da psicanálise, pode ser

⁸ Tanto o Crack quanto o Oxi são substâncias produzidas a partir dos restos do refino da cocaína, e ambas são fumadas em forma de pedra. A diferença entre as drogas reside em sua composição química: o crack possui em sua composição bicarbonato de sódio e amoníaco; enquanto que o oxi é composto por querosene e cal virgem. Essas informações podem ser encontradas nos links:
<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2011/04/saiba-diferenca-entre-oxi-crack-e-cocaina.html>;
<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/oxi-e-mais-prejudicial-que-o-crack>

pensada, grosso modo, como uma energia, ou uma tensão gerada por uma falta, por uma necessidade, e que “exige” uma satisfação. O consumo compulsório, nesse sentido, pode ser entendido como um consumo incessante, desmedido, que busca constantemente satisfazer as pulsões. Em nossas discussões nos grupos, entretanto, a satisfação gerada pelo consumo de crack é fugaz: “*E o crack não, o crack te dá, o crack só te dá uma bobeira na hora ali, tu fica meio espiado e passou*” (G2/53. I-J). Ao que outro interlocutor responde prontamente, assim como é imediata a necessidade de consumir mais uma vez – “*já quer usar de novo*” (G2/54. I-F).

Percebemos também o consumo compulsório nas sucessivas tentativas de buscar a satisfação e de obter o mesmo efeito, ou ainda maior, em relação à droga comumente consumida. Duas contribuições ilustram esse aspecto: “*De repente... quem usa maconha, de repente, bah, vem um conhecido, bah, eu tenho um crack aqui, vô experimentar pra mim ver como é*” (G2/185. I-E). E “*...faz um pitico⁹ ali, já mistura a maconha com o crack ali... dali uns dias não dá mais o efeito, tu ali já vai só pro crack, a maconha já vai ser descartada*” (G2/186. I-J).

Por fim, arriscamo-nos a pensar num terceiro tipo de consumo: “o consumo às avessas”. Essa idéia surge de um comentário realizado sobre a discordância em relação à forma como os usuários são representados através das imagens veiculadas nas propagandas: “*Mas as pessoas ali não é real. Aquilo ali são pessoas que têm tuberculose, aquela bactéria comedora de gente, né?*” (G1/171. I-A). Após risos e murmúrios, o mesmo interlocutor complementa seu raciocínio: “*A bactéria comedora de gente come, que come de dentro pra fora, né meu. Tu pensa que tá bem, uma hora tu vai ver tu já não tem a tua mão*”.

Quando o grupo foi questionado sobre uma possível comparação entre o crack e a “*bactéria comedora de gente*”, um interlocutor pondera que “*o crack seca, e não come a carne humana...*” (G1/232. I-AN) e continua afirmando que “*na moral ele é assim, o crack ele te droga, o crack te seca de fora pra dentro assim, essa bactéria te come de dentro pra fora. É bem diferente*”. Parecia haver, no grupo, a preocupação em diferenciar os usuários, reais, daqueles apresentados na propaganda. Tomando emprestada a dicotomia do dentro e do fora, não nos parece que o crack e a *bactéria comedora de gente* sejam tão diferentes. Tanto o crack quanto a bactéria podem ser considerados algo que era externo e foi introjetado no

⁹ Pitico é um cigarro feito com farelos da pedra de crack misturados à maconha.

organismo. Um seca o corpo, o outro come. Em ambos, sentem-se perdas, às vezes irreparáveis.

Nesse sentido, outro interlocutor acredita ser possível comparar a pedra com a bactéria:

Ah, eu acho que sim, porque quanto ao psicológico, quanto à moral da pessoa, quando tu, tu... eu pelo menos quando tava fumando, fui perdendo família, fui perdendo minha moral, fui perdendo amigos, fui perdendo coisas que eu tinha dentro de casa, fui perdendo muita coisa. Então eu acho que é uma coisa que vai fazendo tu perder tudo, então acho que não deixa de ser um... (G1/237. I-L).

Relatos de perdas significativas em função do consumo de crack foram expressos em todos os grupos. Encontramos na frase acima seis referências ao verbo “perder”. Nesse jogo neoliberal de produtores e consumidores, como em qualquer outro jogo, uns ganham e outros perdem. Nesse caso, o consumidor de crack perde, ele “seca”. A droga o consome, não é ele que consome a droga. Um “consumo às avessas”. Um consumo não somente alienante e compulsório ao mesmo tempo, mas um consumo no qual a alienação é compulsória.

Identificamos nessa análise sobre o mercado/consumo, ao menos duas estratégias ideológicas de construção de formas simbólicas presentes nos discursos dos nossos interlocutores. A primeira é a padronização, na qual “formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (Thompson, 2007, p.86). Através desta estratégia, os usuários, que são praticamente “*tudo igual*”, passam a ser vistos como “os crackeiros”, como um grupo padronizado. Trata-se, portanto, de uma estratégia tipicamente utilizada nos meios de comunicação quando o tema abordado é o uso e/ou usuário de drogas. Essa visão padronizada do grupo de usuários, entretanto, parece estar incorporada no discurso dos interlocutores, como algo “natural”.

A segunda, um pouco em decorrência da primeira, é a diferenciação, que consiste em dar ênfase às distinções e diferenças “entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes” (Thompson, 2007, p.87). Ao continuarmos mantendo padronizado o grupo dos “crackeiros”, por exemplo, mantemo-lo diferente do(s) nosso(s) grupo(s). Ou seja, conseguimos detectar no uso do crack, assim como em outras adições, um consumo patológico (alienante e/ou compulsório), mas não em nossa forma de consumir. O outro possui a patologia. Contudo, enquanto mantermos

essa construção diferenciada, continuaremos pensando que somos muito diferentes dessas pessoas – quando, na verdade não o somos. Vivemos a “patologia do consumo” todos os dias, desde quando “lutamos”, trabalhamos e economizamos para comprar o “carro dos sonhos” – nossos esforços se voltam para esse objetivo, “somos o carro”, assim como ocorre no consumo alienante do usuário de crack.

Isto também acontece quando substituímos mercadorias incessantemente, compulsoriamente, por mercadorias cada vez mais desenvolvidas, acompanhando as “modas tecnológicas”. Podemos citar como exemplo os *notebooks*, objetos de desejo e presenças constantes nas propagandas televisivas. Hoje compro um *notebook*, considerado “um dos melhores”, com uma ótima configuração. Daqui a um ano, ou menos tempo que isso, o mesmo computador está desvalorizado economicamente e considerado ultrapassado. Mal terminei de pagá-lo, já estou desatualizado (assim como o *notebook*). Essa lógica compulsória de consumo, portanto, não atravessa somente a vida de usuários de drogas, todos nós estamos imersos nessa lógica, mas preferimos manter as distinções para considerar somente o outro como patológico.

A estratégia de diferenciação também foi identificada na comparação estabelecida entre ricos e pobres. Em relação a este aspecto, Boaventura de Sousa Santos (2010) nos indica que o enfraquecimento da comunidade no período do “capitalismo desorganizado” se deve em muito ao fato de que as práticas de classe deixaram de se traduzir em políticas de classe. A consciência de classe somente existe enquanto um lugar de diferença em relação à outra classe considerada superior. Um dos interlocutores evidencia essa distinção:

E outra coisa ó, eles só vão nas favelas, nos cortiços, nas vielas ver os irmãozinhos fumando aí. E outra coisa, por que eles não vão na burguesia ver se eles não acham aí pior do que quem mora em favela? E o que eles passam também: eles vendem a fuseu pros ricos!
(G1/365. I-AN)

Na seqüência deste grupo, o mesmo interlocutor fala da superioridade entre ricos e pobres, demonstrando sua indignação:

E por que é que o rico é mais que o pobre também? Olha, pega um rico ali com dez, quinze gramas de cocaína, dez, quinze gramas de pedra, ou cinco, seis quilos de maconha... No outro dia os caras já tão na rua de volta. E se é um pobre não, ou eles espancam o cara ou eles deixam o cara lá no chiqueiro. Atiram fora a chave... é o lado esquecido, é o outro lado esquecido da cidade. (G1/473. I-AN)

A diferenciação indica que a marginalização, decorrente do uso de crack, é um problema a ser enfrentado pelos pobres. Quando “*um rico*” é pego, flagrado com porte abusivo de cocaína, por exemplo, no outro dia “*já tão na rua de volta*”. É como se na prisão e no julgamento pelo descumprimento da lei houvesse um tratamento VIP (*Very Important Person*), como foi detectado no discurso do jornal Zero Hora: quando se discute a eficácia dos tratamentos – no Sistema Único de Saúde (SUS) “o índice de recuperação é zero”, mas é possível vencer o vício com um tratamento VIP, em clínicas particulares e caríssimas (Romanini & Roso, 2011).

Lembramos aqui da segunda cena narrada no início de nossa análise. Acreditamos que a música, que tanto emocionou o participante daquela oficina, pode nos dizer algo sobre o que nos propomos a discutir: “*Eu só quero é ser feliz/ Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é./ E poder me orgulhar./ E ter a consciência que o pobre tem seu lugar. (...)*”. A letra da música proclama um lugar para o pobre, ou melhor, que o pobre deve ter a consciência que ele tem o seu lugar. Questionamo-nos, contudo, que lugar é esse. Nas ruas das favelas? No centro das cidades são presenças incômodas. No “*chiqueiro*”, a chave é “*jogada fora*”. Nos dois casos, ocupam um lugar de esquecimento – *o lado esquecido da cidade*. Para serem lembrados, precisam ocupar outros lugares e não somente o lugar destinado ao “pobre”.

A música segue com sua mensagem: “*Eu faço uma oração para uma santa protetora,/ Mas sou interrompido à tiros de metralhadora./ Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela,/ O pobre é humilhado, esculachado na favela*”. É “esculachado” na favela, no “chiqueiro”, nas ruas das cidades. Essa diferenciação, apresentada na música e discutida nos grupos, revela certa consciência de classe, mas é apenas consciência, que não se traduz em práticas e políticas que buscam a transformação social.

O Estado Moderno: Aparelhos Ideológicos e Repressivos

A análise realizada acima evidencia uma das principais consequências no Estado trazida pelo surgimento do capitalismo desorganizado – o Estado, nesse período, parece ter perdido a capacidade e a vontade política para continuar regulando as esferas da produção (um exemplo disto são as privatizações) e da reprodução social (exemplificado pela retração de políticas sociais e pela crise do Estado de Bem-Estar Social) (Santos, 2010).

Para discutir a noção de Estado Moderno, partimos da distinção entre Aparelho (Repressivo) de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 2010/1970). Conforme

Althusser, o Estado é denominado de Aparelho de Estado, definindo-o através da força de execução e intervenção repressoras, a serviço das classes dominantes, na luta de classes conduzida pela burguesia contra o proletariado.

Tal concepção está bastante arraigada na teoria marxista de Estado e o seu foco está nas relações de exploração das classes dominantes sob as classes dominadas. Conforme vimos, partimos da noção de relações de dominação (Thompson, 2007), caracterizadas por relações de poder assimétricas, injustas, entre homens e mulheres, ricos e pobres, entre uma etnia e outra. Podemos elencar aqui inúmeras formas de relações de dominação, mas o que queremos salientar é que, mesmo não mantendo o foco apenas nas relações desiguais entre classes, a teoria do Aparelho de Estado ainda nos parece fundamental para esta análise.

Paralelo ao Aparelho (Repressivo) de Estado e fazendo progredir sua teoria, encontramos os Aparelhos Ideológicos de Estado. O segundo não pode ser confundido com o primeiro, como assinala Althusser:

Na teoria marxista, o governo, os ministérios, o exército, a polícia, os tribunais, os presídios, etc., que constituem o que doravante denominaremos de Aparelho Repressivo de Estado. O “repressivo” sugere que o Aparelho de Estado em questão “funciona pela violência” – pelo menos no limite. (...). Daremos nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas (Althusser, 2010/1970, p.114).

Baseado nessa definição, Althusser (2010/1970) propõe uma listagem empírica de Aparelhos Ideológicos de Estado: o AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas); o AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas”, públicas e particulares); o AIE familiar; o AIE jurídico; o AIE político (o sistema político, incluindo os diferentes partidos); o AIE sindical; o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc.); e o AIE cultural (literatura, artes, esportes, etc.).

Considerando essa listagem empírica, três distinções entre o Aparelho Repressivo e os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser delineadas. A primeira é que, enquanto há um Aparelho de Estado, há uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos de Estado. A segunda é que, enquanto o Aparelho de Estado – unificado – pertence inteiramente ao domínio público, a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado pertence ao domínio privado – igrejas, partidos, sindicatos, famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, empreendimentos culturais são particulares (Althusser, 2010/1970).

A terceira distinção é que o Aparelho Repressivo de Estado funciona “pela violência”, ao passo que os Aparelhos Ideológicos funcionam “pela ideologia”. Isto significa que todo Aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, opera tanto pela violência quanto pela ideologia. Entretanto, o Aparelho Repressivo de Estado funciona predominantemente pela violência e, secundariamente, pela ideologia. O inverso é válido para os Aparelhos Ideológicos de Estado. Nesse sentido, o que unifica essa diversidade de AIE é a sua função dita ideológica:

O que unifica sua diversidade é precisamente esse funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual eles funcionam é sempre efetivamente unificada, a despeito de sua diversidade e suas contradições, *sob a ideologia dominante*, que é a ideologia da “classe dominante”. Dado que, em princípio, a “classe dominante” detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e, portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na medida em que, em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através de suas próprias contradições. (Althusser, 2010/1970, p.116)

Mais uma vez destacamos que partimos de uma noção distinta de ideologia, entendo-a como as maneiras pelas quais os sentidos, mobilizados pelas formas simbólicas, podem estabelecer e/ou manter relações de dominação (Thompson, 2007). Nessa direção, não partimos de uma noção de “uma ideologia dominante”, mas de ideologias dominantes, hegemônicas, que levam à manutenção de “monopólios de interpretação” (Santos, 2010) – sobre as drogas e usuários de drogas, sobre diversidade sexual, gênero e tantos outros fenômenos sociais. Deste modo, tomaremos os diferentes aparelhos ideológicos descritos por Althusser como “interatuantes” na fabricação das relações de poder/dominação de classe, de raça, de etnias, entre outras.

No período histórico pré-capitalista, havia um Aparelho Ideológico de Estado (ou monopólio de interpretação) dominante – a Igreja, que concentrava em si não apenas as funções religiosas, mas também as escolares, de informação e da “cultura”. Nesse período podemos pensar no par hegemônico Igreja-família. No período atual, do capitalismo desorganizado (Santos, 2010), observamos a substituição deste pelo par escola-família (Althusser, 2010/1970). É nesse sentido, também que os aparelhos ideológicos são “interatuantes”, uma vez que a ideologia parece sempre operar em pares, duplas, trios...

A ausência de capacidade e vontade política do Estado para regular a produção e a reprodução social traz, contudo, sérias implicações ao sistema educacional. Não nos deteremos em uma análise mais profunda sobre a escola justamente pela sua ausência nos discursos dos interlocutores. Revisitando página por página as transcrições dos grupos, não encontramos nenhuma vez a palavra “escola”.

Retomaremos mais adiante a noção de cultura como um sistema de regras, discutida nos grupos, mas trazemos aqui a fala de um interlocutor, muito significativa para pensarmos na escola como um Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 2010/1970):

eu sou contra o sistema porque o sistema tenta sempre te rotular e eu não tenho, não tenho rótulo nenhum. Eu prefiro seguir a minha orientação do que... o que eu aprendi com igreja, o que eu aprendi com clínica, o que eu aprendi com pai e mãe (G2/203. I-J).

A escola, como bem sabemos, institui rótulos como de bom ou mau aluno, inteligente ou “burro”, aprovado ou reprovado. Com exceção de um participante, que tem Ensino Superior Incompleto, parece que todos foram reprovados em matéria de escola. A reprovação os excluiu. O *slogan* “escola para todos” parece não se aplicar a eles. Só que a noção de escola para todos encobre uma tentativa de culpabilizar o indivíduo e sua família quando não consegue mantê-lo na escola. Ao atribuir a culpa ao indivíduo e sua família pelo fracasso escolar, o Estado exime-se de qualquer responsabilidade. Afinal de contas, o Estado oferece escola a todos os cidadãos.

Acontece que a precarização das relações de trabalho e das condições estruturais de muitas escolas, bem como a pauperização das regiões periféricas em que elas se encontram, são esquecidas quando, por exemplo, o Governo Federal consegue aumentar o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em décimos de pontos. Os pontos obtidos no IDEB indicam o desenvolvimento da educação brasileira, assim como os indicadores econômicos (como a inflação, o aumento do poder de consumo dos brasileiros, o PIB – Produto Interno Bruto, dentre outros) revelam o desenvolvimento acelerado do Brasil.

Quantos garotos, como o que foi citado na terceira cena que descrevemos, existem pelo Brasil afora? Certamente muitos. Mas não são os números que nos importam neste momento. Ao falar sobre o seu desejo de *ser alguém na vida*, alguém que ele não sabia bem quem era, seus olhos brilharam. Mas é mais um garoto fora da escola e que não sabia qual era “o caminho” para conseguir se formar “doutor”. Ficou *feliz* apenas com a imaginação. Será que não é de mais imaginação que nossas escolas precisam, além de tantas outras coisas?

Dessa forma, vemos que a escola não faz questão no decorrer dos grupos. A frase de um interlocutor que citamos acima refere os saberes aprendidos com a igreja, com a clínica e com os pais. Não há referência alguma sobre saberes aprendidos na escola. Talvez o que aprenderam na escola, desde muito cedo, foi experimentar a exclusão. Não queremos, com essa breve análise, culpar a escola pela exclusão. O nosso intuito foi apenas o de pontuar e problematizar a ausência do Aparelho Ideológico Escolar nos discursos dos nossos interlocutores. E, como vimos, a escola ainda pode ser considerada um aparelho ideológico, pois parece estar reproduzindo relações de dominação que ocorrem num contexto sócio-histórico mais amplo, excluindo aqueles que não se adaptam a ela.

No caso de nossa pesquisa, essa exclusão do contexto escolar é visível. Conforme o Quadro 1, dos 16 interlocutores apenas um chegou a ingressar no Ensino Superior e também apenas um ingressou no Ensino Médio. Em ambas as situações, eles não concluíram o curso. Mas o que mais nos chama a atenção é o elevado número de pessoas que não concluíram sequer o Ensino Fundamental. Em um dos grupos realizados, um interlocutor era analfabeto. A baixa formação escolar, dentre outros inúmeros fatores, pode explicar o alto índice de desemprego e de subempregos junto a essa população.

Mas a escola não atua sozinha como aparelho ideológico. Althusser (2010/1970) apontou para a predominância do par capitalista escola-família, como portador de monopólios interpretativos sobre a realidade que nos cerca. O tema família foi relevante nas discussões dos três grupos, por isso vamos focar nele como exemplo de aparelho ideológico.

Família: locus de sustentação de ideais ideológicos

A família contemporânea sofre transformações em muitos aspectos, principalmente nas relações intergeracionais e de intimidade, caracterizada pela maior expressão dos afetos e busca de autonomia dos seus membros, visando a construção subjetiva individual. François de Singly (2007) fala da família contemporânea como uma instância caracterizada por três elementos: uma grande dependência em relação ao Estado; uma grande independência em relação aos grupos de parentesco; e uma grande independência de homens e mulheres em relação a esta família.

À medida que há um crescimento do peso do fator afetivo na regulação das relações intrafamiliares, ocorre também uma separação progressiva do espaço público e do espaço privado. Aqui é situado um dos paradoxos da família moderna: cada vez mais “privada” e

cada vez mais “pública”. “A privatização incontestável da família moderna é, de alguma forma, uma ilusão porque é acompanhada de uma grande intervenção do Estado e das instituições” (Singly, 2007, p.33).

A família é caracterizada, também, pelo modo específico de viver a diferença de gênero que implicada nas relações entre as gerações e o parentesco. A partir do movimento de individualização da vida familiar, as relações entre pais e filhos ganham respeito e flexibilidade e há uma maior atenção e investimento de recursos em relação à saúde e à educação dos membros da família. Em meio a mudanças culturais e sociais, a família empenha-se em reorganizar aspectos de sua realidade que o meio sócio-cultural-histórico vai alterando. Nesse movimento de reorganização, a família, por um lado, apresenta uma grande gama de mudanças e, por outro lado, ela tem estado em evidência por ser um espaço privilegiado do desenvolvimento e estabelecimento da vida emocional de seus componentes (Reis, 2007).

Destacada a inegável importância da família na constituição dos sujeitos e os processos de transformação que esta vem passando, alguns autores falam em “crise da família”, “morte da família” ou ainda “desinstitucionalização da família”. Essa “crise” da instituição familiar a coloca em evidência não apenas nos estudos de importantes pesquisadores, mas também nos meios de comunicação. A “mediação da família” torna público aquilo que era privado, o que coloca a família numa posição mais “transparente” em relação às intervenções do Estado e das instituições, como a própria mídia.

A transformação da família ocidental (“crise da família”, “morte da família”) tem sido apontada como responsável pela crise da burguesia, sobretudo no que diz respeito ao (bom) comportamento de crianças e adolescentes. Aqui é importante destacar o papel da mídia, particularmente da televisão, doméstica e onipresente, que veicula entrevistas com “profissionais da área” (juristas, pedagogos, religiosos, psiquiatras e psicólogos, por exemplo) com o intuito de legitimar a relação entre a dissolução da família e a delinquência, as drogadições, a desorientação dos jovens, entre outros (Kehl, 2003).

A noção de família “dissolvida” ou desestruturada traz consigo o modelo de família burguesa oitocentista, e tudo o que foge desse padrão é considerado em desordem, a família em desordem como denominou Roudinesco (2003). Reside, portanto, nessas formas simbólicas veiculadas pelas mídias, um discurso institucional que responsabiliza a dissolução da família pela situação de degradação social que vivemos, como se a crise social

contemporânea não tivesse nenhuma relação com a degradação dos espaços públicos e de políticas sociais destinadas às camadas mais pobres da população.

Vemos, porém, que não é por acaso que o tema “família” teve tanto destaque nas discussões realizadas. A primeira propaganda não fala “da família”, mas fala “com ela”: “Prepare-se para ver imagens chocantes e de forte impacto emocional. Mas, por favor, não tire os seus filhos da sala. As crianças e os adolescentes são as maiores vítimas do crack...” (Grupo RBS, 2009). A segunda propaganda, por sua vez, não cita a palavra família, mas fala daqueles que vivem com o usuário, utilizando imagens que remetem às de pai, mãe e irmãos. Em uma tela escura, com letras brancas, a mensagem é: “Você vai ver agora os efeitos devastadores do crack em quem vive ao lado do usuário: medo, rejeição, vergonha, desespero”, e a propaganda termina com a narração “o crack acaba com todos que estão à volta de um dependente” (Grupo RBS, 2009).

A primeira reação dos interlocutores à exibição das propagandas é a de concordar com o que está sendo dito: “*A realidade tá ali na família. A família sofre junto*” (G1/159. I-AN), afirma um deles. Parecendo uma maneira de responder à segunda propaganda, de que ele tenha causado todos aqueles sentimentos nos familiares, o mesmo interlocutor continua seu discurso: “*o cara perde a vergonha mesmo, não vale, não vale nada. (...). Ali é a realidade. A família, medo. Porque, olha aqui cara, pra nós veio primeiro o crack, bateu esse medo do vício...*” (G1/161. I-AN).

O sentimento de culpa pelo sofrimento gerado na família é compartilhado em todos os grupos. Enquanto que parece haver certa indiferença em relação aos aspectos direcionados a eles próprios, os interlocutores se dizem “*afetados*” pelas imagens e texto veiculados nas propagandas no tocante ao sofrimento da família:

A única parte assim que me afetou foi que leva à destruição, que leva a família junto. Isso daí eu vi que aconteceu com a minha. Que todo mundo se mobilizou lá em casa, entendeu? Meus irmãos, nós somos entre cinco irmãos, o pai e a mãe, dois irmãos do casamento antigo do meu pai, dois com a minha mãe, e eu também... então todo mundo se motivou, todo mundo tá me incentivando. É o que eu tenho conseguido ultimamente. Faz um pouquinho mais de duas semanas que eu não uso nada. Como eu digo, cada dia é uma batalha. (G2/279. I-E)

Essa fala, além de demonstrar de que forma as propagandas “*afetam*” os usuários, também traz consigo um exemplo do que tem sido denominada de “*famílias recompostas*”,

uma expressão do que Kehl (2003) chama de família tentacular. Mesmo que a questão da estrutura familiar não tenha sido debatida nos grupos, ela permeou nossa discussão. Essa mesma família, recomposta, ora é apregoada pela mídia como uma “família normal”, que deve ser aceita, ora é considerada uma das causas da dependência, quando entramos no mérito das drogas (Romanini & Roso, 2010).

“Eu queria tanto ter uma família normal...”, escutamos freqüentemente. A família “normal” ideal, modelo que correspondeu às necessidades da sociedade burguesa em meados do século XIX, se dissolveu. A sociedade contemporânea, regida por leis de mercado que disseminam imperativos de bem estar, prazer e satisfação imediata dos desejos, só reconhece o amor e a realização sexual como fundamentos para as uniões conjugais. Essa transformação torna a família um agrupamento circunstancial e precário (Kehl, 2003).

Governada pela lei dos afetos e dos impulsos sexuais, a família deixa de ser uma sólida instituição e gera um mal-estar, oriundo da dívida que nos cobramos ao comparar a família que conseguimos improvisar com a família que nossos pais e avós constituíram. A fim de “saldar” essa dívida, que na verdade é inexistente, Kehl (2003) caracteriza as separações e novas uniões, famílias ditas “monoparentais” ou “homoparentais” (termos que ainda agregam valores patriarcais), ou seja, essas constituições familiares diferentes da família nuclear ideal, como “família tentacular”. Além de denominá-la dessa forma, a autora defende a existência dessas famílias.

A família tentacular contemporânea, menos endogâmica e mais arejada que o modelo nuclear burguês de família, “traz em seu desenho irregular as marcas de sonhos frustrados, projetos abandonados e retomados” (Kehl, 2003, s/p.), na qual cada filho do casal separado é a memória viva do momento que aquele amor fazia sentido. Portanto, se o ideal de família nuclear não for superado, ele pode funcionar como “impedimento à legitimação da experiência vivida dessas famílias misturadas, engraçadas, esquisitas, improvisadas e mantidas com afeto, esperança e desilusão, na medida do possível” (s/p.).

Outra tipificação da família que encontramos comumente nos discursos midiáticos, proveniente do discurso científico, é a de “família co-dependente”, como assinala um dos interlocutores:

(...). Ei tem família que acaba a família inteira, o cara se acaba como co-dependente aí por causa de, de um usuário só da família. Isso sim, muitas vezes, cara, a família inteira

ama aquela pessoa e vai lá e... a família inteira se mobiliza pra tentar salvar o cara e não consegue (G3/18. I-D).

O sentimento de culpa pelo sofrimento e pela co-dependência dos familiares se dissolve um pouco a partir de uma ideia de universalidade do problema: “*nenhuma família hoje se escapa mais disso*”, afirma um interlocutor. Ao ser questionado sobre essa afirmação, complementa:

Pode ver que a maioria das famílias sempre tem um usuário ou que não descobriram que usa escondido, mas é usuário, sempre tem um e outro. Na minha família não é só eu usuário, tem mais quatro ainda usuários que usam, só que escondido da minha família (G1/416. I-R).

Neste ponto da discussão, identificamos a estratégia ideológica da universalização, através da qual “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos” (Thompson, 2007, p.83). A ideia de que *todas* as famílias convivem com o “problema” das drogas e, ao mesmo tempo, uma espécie de “apaziguador” do sentimento de culpa dos usuários, pois eles não são os únicos a causarem sofrimento aos pais, e uma forma de “escamotear” outras intenções.

Alguns políticos e algumas políticas públicas sugerem que as insuficiências do serviço de saúde pública não devem ser resolvidas com mais investimentos no setor, mas com políticas sociais que “fortaleçam” a família (Fonseca, 2005). Como o problema é universal, as famílias, responsáveis pela dissolução dos costumes (Kehl, 2003; Singly, 2007; Roudinesco, 2003), precisam ser “empoderadas”:

A lógica que apresenta essas duas políticas - investimento nas famílias e investimento no serviço de saúde pública -, como mutuamente excludentes, é obviamente absurda. Mas o pior é que muitas vezes a noção de que a família é o principal responsável pela saúde de seus membros vem antes de qualquer política efetiva de “fortalecimento” familiar. Desse jeito, o acento na família arrisca ficar como nada mais do que uma máxima moralista, um alibi, que desculpa a falta de empenho político num programa realmente integral de saúde (Fonseca, 2005, p. 58).

A culpabilização continua em cena nos grupos, mas, aos poucos, o sentimento que era do usuário, passa a ser descrito como um sentimento dos familiares:

Eu acho que é um sofrimento total mesmo. [Breve silêncio] Além do usuário sofrer, a família também sofre muito, né. Porque que nem ele falou, acho que ele que falou ali, que

envolve uma família toda e envolve pra tentar ajudar uma pessoa que é viciada, e realmente, pelo amor, digamo do pai ou da mãe, seja um parente, ele sofre também junto com a pessoa que usa, eles vão ver e presenciam tudo... (G3/68. I-A)

A imagem do “*senhor preocupado*” na segunda propaganda faz com que alguns interlocutores se lembrem dos seus pais: “*a imagem da propaganda que veio ali, foi do meu pai esses dias, foi no dia que eu tive um surto mesmo, que ele ficou preocupado mesmo*” (G2/31. I-E). Quando questionado sobre o porquê da preocupação, ele complementa:

Preocupado né. Bah, será que eu não eduquei bem meu filho pra ele entrar nessa? Ele me falou isso daí, falaram isso para mim sabe, será que a gente... não fizeram nosso papel de pai mesmo para conseguir educar, porque se perdeu e tal. Isso daí, isso aí a propaganda tenta passar um pouco também, né, pros pais tentarem educar seus filhos, né. (G2/33. I-E)

Nas duas falas citadas acima, observamos o desejo de “ter uma família normal” (Kehl, 2003), de preferência feliz, sem sofrimentos e que consiga resolver “seus problemas” no âmbito privado almejado pelo projeto da modernidade (Singly, 2007). Quando isto não ocorre, os pais questionam se não conseguiram exercer o “*papel de pai mesmo para conseguir educar*”. Para os que não conseguiram cumprir esse papel, a propaganda, através da televisão presente nos lares, pode ter a função de ajudar os pais a “*tentarem educar seus filhos*”. A expressão “*tentarem educar*” nos revela, também, que a tentativa dos pais de colaborar com a construção de uma sociedade sem drogas foi frustrada.

Essa tentativa frustrada e a sensação de não ter cumprido o papel de “pai” estão associadas à tão veiculada idéia que relaciona a dissolução da família patriarcal e a “dissolução dos costumes” (Kehl, 2003). Essa relação é pensada a partir de duas vias. A primeira vai no sentido do público ao privado. O modelo de socialização, que durante quase dois séculos esteve sob o domínio da família patriarcal, acontecia dentro de sociedades nas quais havia uma continuidade entre a vida pública e a vida privada, ou seja, os valores e restrições aprendidas no âmbito da família (privado) correspondiam aos ideais exigidos para o desempenho dos papéis sociais (público). Atualmente, vivemos uma dissolução ou deterioração dos espaços públicos e a passagem de uma ética da produção para uma ética do consumo, do desenvolvimento de uma cultura individualista e narcisista, entre outros fatores, e esses “são os grandes responsáveis pela desmoralização da transmissão familiar dos valores, e não o contrário” (Kehl, 2003, s/p.).

A segunda via, na direção do privado ao público, está relacionada às dificuldades que os pais e mães - ou padrastos e madrastas – têm em sustentar sua posição de autoridade responsável perante às crianças. Maria Rita Kehl (2003) sugere que “talvez o peso da dívida para com a família idealizada faça com que estes adultos sintam-se também em dívida com seus filhos, legítimos ou de adoção, e assim incapazes de lhes impor as restrições necessárias a um processo educativo” (s/p.).

Soma-se a este lugar mal sustentado – o lugar da única e radical diferença em relação aos filhos, a diferença dos lugares geracionais – o descompromisso social em relação a todas as tradições. Educar, neste contexto, é assumir riscos ante a geração seguinte, e a recusa dos riscos implica num estado de abandono. O enunciado “prefiro correr o risco de errar do que te abandonar” fundamenta-se, dessa maneira, no desejo de paternidade ou de maternidade. Portanto, podemos defender a família tentacular porque todos os “papéis” dos agentes familiares são substituíveis, por isso são denominados de “papéis”. O que é insubstituível é o olhar de um adulto sobre a criança, amoroso e responsável, “desejante de que esta criança exista e seja feliz na medida do possível – mas não a qualquer preço” (Kehl, 2003, s/p.).

Entretanto, percebemos outro movimento, também mediado pelas propagandas, que vai da auto-culpabilização dos pais à atribuição de culpa a eles pelos próprios interlocutores. Em primeiro lugar, as propagandas exercem, na concepção dos interlocutores, dois efeitos que são paradoxais: assim como elas ajudam os pais a “*tentarem educar seus filhos*”, elas também, ao causarem um “*impacto na sociedade*”, colaboram para o aumento do preconceito em relação ao usuário de drogas, gerando consequências negativas no âmbito familiar.

O segundo efeito pode ser observado na fala de um interlocutor: “*se o cara parecer que tá começando a fumar em casa, bei dá um preconceito horrível. Entendeu? Os pais, quanto as mães vão ficar com isso na cabeça de uma maneira muito mais forte do que era para ser*” (G2/10. I-J). O mesmo interlocutor complementa essa idéia ao afirmar que “*a família começa a rejeitar muito mais... dentro do que era na mensagem mesmo, invés de abrir os braços, vamos cruzar os braços para um filho e ele vai procurar a rua*”.

O enunciado “prefiro correr o risco de errar do que te abandonar” (Kehl, 2003, s/p.), citado acima, é questionado por um interlocutor. Esse sentimento de abandono, ou melhor, de ser abandonado, fica explícito em algumas falas: “*E dá um abandono da família, ninguém te dá bola. Se ele quiser morrer, deixe que morra. Ninguém dá bola. Ninguém dá bola, que morra...*” (G1/165. I-AN).

A família do cara, chega, julga o cara, te fala isso e aquilo, mas não consegue conversar, amparar, saber se o cara quer ser internar, te ajudam com isso, te ajudam com aquilo. Se o cara já não tem o apoio da família, vai ter de quem? Então o cara vai usando mesmo, e vai usando, e vai usando, e a vida já não tem mais sentido... (G1/413. I-AN)

A culpa atribuída à família fica explícita não somente nas críticas direcionadas à maneira de conduzir a situação, após a descoberta da “dependência” da droga, mas na “falha” do objetivo primordial de prevenir o uso:

Que nem tem o negócio da família. O cara tem uma família que nunca teve um drogado na família, certo? Daí o amigo do teu filho é drogado. Ah, porque esse vagabundo tem que morrer. Daí o teu filho entra na droga: meu Deus do céu! Vamos ajudar meu filho... entendeu? Só dói quando... quando pegar... quando a pessoa sentir mesmo, aí ela vai ver... (G3/285. I-D).

Ver, olhar, sentir... o familiar não vê que o filho está usando drogas, mas sente depois. A pessoa, enquanto usuária da droga, não vê o sofrimento dos familiares e quando vê, “*ele consegue suprir isso no uso*”, “*Tipo, tu vê a tua mãe chorando de desespero muitas vezes tu chora junto, mas já pensando em se arrancar pra não ter que vê aquilo e não usá né cara. (...)*” (G3/78. I-D). O sofrimento, causado pela culpa de ter “estragado” a família, parece vir apenas com a sobriedade. Mas, os familiares, sóbrios, também não conseguem “ver” o sofrimento do(s) filho(s).

A “destruição” ou a desestruturação da família (Kehl, 2003; Roudinesco, 2003; Singly, 2007), bem como a atribuição de culpa tanto ao usuário quanto à sua família, decorrente do uso do crack, soam como algo naturalizado nos discursos. Através da naturalização, “um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais” (Thompson, 2007, p.88).

Ao naturalizarmos o sofrimento, a culpabilização das famílias e dos seus membros pelo uso de drogas, a responsabilização dessa mesma família pela “dissolução dos bons costumes” e dos valores éticos, acabamos por nos esquecer de problematizar o contexto sócio-histórico no qual essas famílias estão inseridas, e esquecemo-nos do que Kehl (2003) tão bem nos lembrou:

se o espaço público não for revalorizado e se as responsabilidades públicas não forem retomadas, sobretudo no Brasil, a família sozinha não será capaz de dar conta da crise ética que estamos enfrentando. A situação se agrava no caso das famílias pobres, fragilizadas pela

falta de políticas sociais e de construção de cidadania; nelas, o desvio em relação às fantasias de família ideal podem ser vividas como uma forma de desmoralização dos pais, o que dificulta a tarefa de educação dos filhos e pode produzir justamente a delinquência e a violência que se quer evitar. (Kehl, 2003, s/p.).

A Polícia Militar como encarnação do Aparelho Repressivo de Estado

É justamente esse espaço público desvalorizado que nos remete à discussão sobre o Aparelho Ideológico Jurídico (AIJ) e ao conceito de Estado como um Aparelho Repressivo de Estado (Althusser, 2010/1970). Não nos deteremos no AIJ neste momento, já que este será retomado na análise sobre o tema “Guerra às Drogas”, inserido no terceiro eixo do trabalho. Mas a referência ao AIJ é fundamental aqui, pois guarda estreita relação com a atuação repressiva do Estado, através da figura dos policiais.

Lá onde as políticas sociais do Estado não chegam, onde a escola não consegue atuar, no “*lado esquecido da cidade*”, é lá que o Aparelho Repressivo do Estado se faz presente através da polícia. Mas a presença da polícia é marcada pela imprecisão do aparato jurídico-institucional no que tange a criminalização do uso de drogas, ou melhor, na diferença estabelecida entre quem é usuário e quem é traficante. Essa imprecisão é expressa na fala dos interlocutores:

Não, diz que não é pra tu andar com não sei quantas buchinhas de maconha. Sim, porque assim como, cinco buchinha assim, né, é usuários (...). Até cinco né... mas depois de 12 parece, né, que já é traficante, já é tráfico (G1/307-309. I-J).

O Estado, cuja função é a de assegurar os direitos, políticos e civis dos cidadãos, no caso das drogas ilícitas, tem apresentado sua feição de repressor das atividades condenadas criminalmente, principalmente através da polícia (Zaluar, 2008a; 2008b). Essa face repressora determina quem está dentro e quem está fora da lei, quem está a favor e quem está contra a sociedade. Contudo, a imprecisão do aparato jurídico em relação às drogas ilícitas pode estar sustentando relações de dominação, uma vez que “a quantidade apreendida não é o critério diferenciador, pois encontraram-se casos classificados como “posse e uso” com 1860 quilos de maconha apreendida e casos classificados como “tráfico” com apenas dois gramas” (Zaluar, 2008a, p.10).

A complicada relação entre esses jovens e o Estado torna-se ainda mais complexa com a presença constante da polícia: “*A única paulada que dá em todo mundo é a polícia*”

(G1/303. I-AN); “*É, no geral é a polícia. O cara fica apavorado com a polícia. Eles podem te pegar com qualquer coisa, mas te pegou com o crack, pronto. Acabou*” (G1/304. I-A). A última frase reflete a criminalização do usuário de crack, independente do “crime” ser caracterizado como “posse e uso” ou “tráfico”. Se eles forem “pegos” com qualquer outra droga, é possível sair ileso da ação policial: “*Se o cara tá com baseado, eles nem dão bola, que é maconha*” (G1/305. I-E). Mas os interlocutores ressaltam que isso ocorre com alguns policiais, pois outros “*se pega o cara fumando um baseado já te dá na cara*” (G1/324. I-E).

Observamos que essas ações truculentas dos policiais com esses jovens são uma das faces visíveis desse *iceberg*, uma vez que a fragmentação institucional e a centralização decisória, dentre outros fatores, acarretou a burocratização dos serviços públicos, o que leva ao total desrespeito às garantias constitucionais que limitam a ação da polícia (Zaluar, 2008a; 2008b). Como consequência disto, os usuários de drogas são submetidos a “revistas humilhantes, provas plantadas, processos pelo porte de droga com a caracterização de crime de tráfico (que é considerado hediondo), dependendo do arbítrio do policial, resultam em prisões injustas ou em extorsões ilegais” (Zaluar, 2008a, p.14).

Percebemos, portanto, que nesses grupos mais vulneráveis à ação policial, os efeitos dessa violenta repressão podem ser desastrosos por estimularem ainda mais a criminalidade violenta, como fica explícito na fala de um interlocutor:

Porque lá no... lá... eu já vi lugar que a polícia chega, eles te levam e te jogam pra um campo pra te ajudarem, e lá não, lá eles te cagam de pau. Te dão uma camaçada de pau, te largam quebrado, vão te larga ali morto. Lá tem... lá em Florianópolis agora tem um tal de grupo do extermínio que eles tão matando os usuário, que aí eu acho que é polícia mesmo, entendeu, eles estão matando os usuários. Tão chegando, pegando meia dúzia de louco num mocó aí e tão fuzilando todo mundo. (G3/183. I-D)

Ao ser questionado sobre o porquê do extermínio, a resposta é direta: “*Por quê? Pra acabá. Pra acabá com o usuário...*”. Mas não é para “*acabá*” com qualquer usuário, mas com o usuário pobre, esse que “perturba” o bom convívio social. Retomamos aqui o questionamento de outro interlocutor, citado anteriormente, sobre os motivos da superioridade entre ricos e pobres. Zaluar (2008a), mais uma vez nos ajuda a pensar nessa questão:

Jovens de classe média e alta não chegam a ser estigmatizados como problemáticos, anti-sociais ou violentos, apresentando-se muito mais como jovens em busca de diversão ou, quando exageram, jovens que necessitam atendimento por médicos e clínicas particulares.

(...). Jovens pobres, porém, não gozam da mesma compreensão: são presos como traficantes por carregarem consigo dois ou três gramas de maconha ou cocaína, o que ajuda a criar a superpopulação carcerária, além de tornar ilegítimo e injusto o funcionamento do sistema jurídico no País. (p.9)

É exatamente neste ponto que justificamos a relação estabelecida anteriormente entre o AIE Jurídico e o Aparelho Repressivo de Estado (Althusser, 2010/1970). A polícia, enquanto representante desse aparelho repressivo, atua pela via da violência, prioritariamente, mas também atua pela via da ideologia, sustentando relações históricas de dominação entre “ricos e pobres”. Essa atuação fica ainda mais comprometida à medida que a indefinição ou confusão do aparato jurídico acerca da ilegalidade do uso de drogas acaba inflacionando processos de corrupção:

Tem uns que pegam o cara fumando assim, meu, ‘vamo ver se essa maconha é boa, se não for boa tu vai tomá uma tunda de pau, se for boa tu vai passá’. Eles pegam, fumam. E aconteceu comigo já e um camarada do carinha pega e fumar assim e dizer que a maconha era boa e dizer assim ‘ó quem vai fumar aqui vai ser nós agora’ e de eles pegar e fumar, na cara dura. (G1/325. I-A)

Se o usuário não tem dinheiro, “paga” pelo silêncio ou tolerância policial com o produto que consome. A questão da corrupção política e policial, no que tange ao tema discutido, é apontada como um dos entraves que levam à ineficácia de qualquer campanha publicitária que vise à prevenção do uso de drogas.

Essa análise traz mais uma vez à tona a estratégia de diferenciação (Thompson, 2007), em uma de suas formas mais violentas e excludentes, pois, ao estabelecer uma diferença radical entre usuário e traficante, entre rico e pobre, entre quem é a favor e quem é contra a sociedade, leva à outra construção ideológica, muito perigosa: o expurgo do outro. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo comum, retratado como mau e perigoso e contra o qual os indivíduos são convocados a resistir, ou melhor, combater (Thompson, 2007). Essa estratégia é levada ao extremo no caso citado do extermínio de usuários de crack (pobres), pois pior que usar drogas é usar crack; e pior que ser usuário é ser pobre!

O “Projeto Moderno” pautado na Cosmovisão do Liberalismo-Individualista: da desigualdade à exclusão

Ao serem questionados sobre “quem” participou da elaboração das propagandas da campanha “Crack nem pensar”, um interlocutor disse que *“teve ajuda, garanto, para trabalhar essa propaganda de psicólogo, terapeuta, de muita gente né, mas teve falta de apoio de usuário para transmitir melhor”* (G2/59. I-J). Outro interlocutor acha que a construção da propaganda *“envolve muito esse tipo de gente que estuda e que quer se especializar em dependência química... Com certeza tem o dedinho da OMS junto, né”* (G3/195. I-D).

Essas falas nos lembram do discurso do presidente do Grupo RBS, no lançamento da campanha, quando ele afirma que *“nós discutimos com inúmeros segmentos, com especialistas da sociedade”* (Grupo RBS, 2009). O lugar legitimado dos especialistas pela mídia parece “naturalizado” (Thompson, 2007) no discurso dos usuários. *“Psicólogos”, “terapeutas”, “essa gente que quer se especializar em dependência química”* e a *“OMS”* são atores reconhecidos socialmente para abordar o tema, eles “traduzem”, segundo Hüning & Guareschi (2008), numa linguagem científica aquilo que acontece na realidade.

Porém, o grupo, funcionando como um dispositivo, gerou em alguns dos interlocutores uma questão fundamental: pra fazer essa campanha não devia ter *“um pouquinho mais da mão de quem tá dentro do mundo?”*. Essa questão coloca em xeque, ao menos momentaneamente, a tão sonhada “modernização” provocada pela racionalidade “científica” da modernidade. Não importa em nossa análise verificar se houve ou não a participação de usuários, mas o fato disto ser pontuado pelos interlocutores, a partir de seus saberes, de saberes de *“quem está dentro do mundo”*.

É fato, entretanto, que o processo de exclusão dos usuários na participação em momentos de elaboração de políticas públicas é histórico. Essas ausências levaram Boaventura de Sousa Santos (2007) a elaborar uma Sociologia das Ausências, para tentar mostrar que *“o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo”* (p.28-29). Um dos modos de produção de ausências, o que mais nos interessa nesse momento, é a *“monocultura do saber e do rigor”*, cuja principal ideia é a de que o único saber rigoroso é o saber científico.

A monocultura do saber representa, portanto, uma falta, uma ausência, um desperdício de experiência. Ao ignorarmos os saberes dos usuários, por exemplo no momento de planejar e implementar políticas públicas e campanhas de prevenção, desperdiçamos essa experiência. Com o intuito de ultrapassar essa monocultura, Santos (2007) propõe a ecologia dos saberes, que não tem o intuito de desacreditar as ciências, mas pensar na possibilidade de que a ciência não constitua uma monocultura, mas que faça parte de uma “ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês” (p.32-33). Ou seja, que se possa desestabilizar os monopólios de interpretação.

A universidade seria um local profícuo para a construção dessa ecologia de saberes (Santos, 2007). Mas o que temos observado ainda é a perpetuação dessa monocultura. A produção de conhecimentos, dentro da academia, fica na maioria das vezes restrita às publicações científicas e, quando extrapola os muros da universidade, atinge as comunidades através de projetos de extensão e de intervenções, dos “especialistas” a “quem precisa de ajuda”. E a Psicologia, enquanto um campo do conhecimento científico, vem historicamente contribuindo com o desperdício das experiências, até mesmo quando se propõe à nobre tarefa de “escutar os sujeitos”.

As explicações individualizantes da Psicologia, que contribuem para a manutenção da dicotomia clássica entre indivíduo e sociedade, sobre comportamentos violentos, desviantes e patológicos são incorporados pelas pessoas, o que é evidenciado no discurso de um dos interlocutores, ao explicar os motivos que levam uma pessoa a cometer um crime:

É o ego do cara né, que o cara tem dentro da cabeça. Que nem diz que um lado da cabeça é consciente e o outro é o subconsciente, né. Nunca tão junto os dois, aí aflora aquilo lá... que nem o psicopata, o psicopata, ele é calmo, né, meu, até a hora em que ele dá o bote. É rapidinho. (G2/321. I-J)

Essas explicações individualizantes, oriundas da racionalidade científica de áreas como a Psicologia e a Psiquiatria, não costumam ser a exceção, elas são a regra. E não é por acaso. A racionalidade científica se desenvolveu com a modernidade, pautada pela Cosmovisão do Liberalismo Individualista (Guareschi, 2009). Segundo essa cosmovisão, o ser humano é assumido e concebido como um indivíduo, em duas vertentes: ele é “um”, único, singular (assim como na Cosmovisão do Comunitarismo Solidário); mas é também

separado de tudo e de todos, não há nada, nele, que o relacione aos outros (Guareschi, 2009). Ele é suficiente em si mesmo – a premissa do *self made man*, o homem que faz por si mesmo.

Em termos práticos, de condutas e relações, a concepção de ser humano como indivíduo leva à vivência social do individualismo, egoísmo e egocentrismo: tudo converge para o indivíduo, os outros servem apenas de instrumento, de escada na busca incessante por ascensão social e econômica. A lei máxima do liberalismo, “sem competitividade não há progresso”, extrapola a competitividade de mercado e afeta as relações entre as pessoas, ou melhor, entre os indivíduos. Competir significa lutar contra os outros, não junto, mas um contra o outro. Para que a competitividade entre os indivíduos se concretize, a exclusão de outras pessoas é inevitável, e mesmo condição necessária para que ocorra (Guareschi, 2009).

É o que Bauman (2005a) metaforizou através da noção de “carro do progresso”: não há lugar para todos, mesmo que a promessa seja universal. Os que ficam de fora do “carro do progresso” são considerados “refugos”, eles perderam seu lugar na competição com outros, outros mais fortes, outros mais adaptados, “predadores sociais” (Guareschi, 2009). Os “predadores sociais” são os vencedores do jogo criado pelo neoliberalismo: o darwinismo social.

O individualismo, característica marcante das sociedades contemporâneas, aparece de diversas maneiras nos discursos produzidos nos grupos. Uma delas, já citada nessa análise, refere-se ao “*abandono da família*”, que ninguém “*te dá bola. Se ele quiser morrer, deixe que morra*”. Outro interlocutor fala do isolamento do usuário de droga:

Tu se afasta das pessoa, cara. Muitas vez, tipo, é que os cara dizem: “ah meu filho, não te envolve com tal pessoa, que tal pessoa vai te da droga pra usa”. Não vai te dá nada. O cara que tá no crack vai se esconde pra fuma sozinho, quanto mais tu tiver pra fuma sozinho melhor, entendeu. É o... o crack te deixa tão louco cara, que tu quer ficar escondido. (G3/219. I-D)

Quanto mais tiver para usar sozinho, melhor. No isolamento, “*ninguém liga pra como tu se sente*” (G2/16. I-E). Mas o processo de isolamento do usuário, tanto da família quanto do círculo de amigos, ocorre em uma via de mão dupla – ao mesmo tempo em que ele se isola dos outros, os outros também o isolam, como podemos perceber na fala: “*apesar dele se isolar um pouco, tem gente que se afasta deles. Tem gente que se afasta. Não digo por maldade, mas por própria ignorância mesmo*” (G3/294. I-D).

Aqui vemos uma potência significativa da premissa do *self made man*, do homem que faz por si mesmo, e, diríamos melhor, faz-se por si mesmo. Sozinho, com a maior quantidade de droga possível (quanto mais você tem, mais feliz será!), em um “mato”, ou no “quarto trancado”, não só o uso se faz de forma individual, mas os sentimentos são guardados dentro de si, “no lado esquecido” de si mesmo. Os outros não se importam com seus sentimentos, eles não se importam com os sentimentos dos outros. O sofrimento é anestesiado pelo uso compulsivo do crack.

Esse anestesiamento é evidenciado na afirmação de um interlocutor: “*quem é viciado não consegue ver o sofrimento, né. Eu pelo menos quando eu usava, não conseguia pensar em nada né... eu só pensava em usar a droga...*” (G3/68. I-A). Esse mesmo interlocutor prossegue com suas ponderações:

(...) mas eu não conseguia ver, na verdade eu tava cego, eu não conseguia ver o sofrimento que eu tava passando, mas quem tá de fora consegue ver o que a pessoa tá passando, né. Na verdade, aquele que usa ele tá cego, né... ele não vê nada. É que nem fala ali, eu não podia fechar os olhos para essas coisas, e realmente é verdade mesmo. (G3/70. I-A)

Alguém poderia nos questionar o porquê destas falas constituírem esse eixo teórico e não o que aborda a questão das drogas, já que eles falaram de situações que se referem diretamente ao uso da droga. Voltaremos a discutir os efeitos “anestésicos” e a dor provocada pela droga no terceiro eixo, pois acreditamos que estes guardam uma especificidade com a cultura das drogas. Entretanto, o individualismo expresso nessas falas é sentido não apenas por quem faz uso do crack. Todos nós sentimos, em nosso cotidiano, reflexos do individualismo.

Por exemplo, nas universidades vemos docentes com seus grupos de pesquisa, fechados em si mesmos em suas salas. Mesmo que uma sala seja ao lado da outra, não se sabe o que o “colega” de departamento está produzindo, pela falta de tempo ou de vontade mesmo. O que importa é “ter mais”, mais artigos publicados, mais currículo, independente dos outros (aqui o “ter mais” significa “ser mais”, não estamos falando, portanto, do mesmo consumo alienante/compulsório dos usuários de drogas?). E com nossos interlocutores não poderia ser diferente. Eles sentem e vivenciam o individualismo de outras maneiras, mas vivenciam-no. E por isso, acreditamos que esse elemento apresentado, sob a roupagem do uso de drogas, é, na verdade, reflexo da cultura moderna ocidental.

Esse comportamento individualista, que nos leva à competição, faz com que nos sintamos únicos, singulares, e, ao mesmo tempo, separados de tudo e de todos. Quando nos fechamos sobre nós mesmos, não conseguimos “ver” os sentimentos, os sofrimentos dos outros. Portanto, o que estamos defendendo aqui é que o que poderia ser definido como um “sintoma” da dependência química ou de algum transtorno de conduta ou personalidade – a dificuldade em sentir, em ver o sofrimento do outro –, é, na verdade, um “sintoma” da sociedade, refletido nas pessoas. Será que é a sobriedade que nos torna cegos diante dos outros? Ou é a “toxicomania da sociedade”, como afirmou Minayo (2003), que nos cega?

Prosseguimos para a parte final dessa análise, deixando essas questões em suspenso. A nossa cultura, nos grupos, é concebida como um sistema que diz “sim e/ou não”. É um sistema binário, que define quem está contra e quem está a favor da sociedade. As propagandas debatidas com os interlocutores servem, de alguma forma, “*pra definir mesmo, quem tem, quem tá na sociedade, quem tá com o sistema e quem tá contra o sistema. É uma apologia que tá fazendo*” (G2/192. I-J). Dessa forma, ao definir quem está “*com o sistema*” e quem está “*contra o sistema*”, a fala deste mesmo interlocutor expressa o que muitos outros disseram de outras maneiras: “*Olha eu digo assim, eu já saio fora do sistema porque eu não me encaixo nessa propaganda. Eu já tô contra. Mas quem tá seguindo a propaganda, quem tá querendo seguir ela ali, já tá a favor*” (G2/201. I-J).

Ao ser questionado se ele está “*contra o sistema*” por que foi usuário de drogas, ele responde: “*Sim, eu ainda sou usuário. Mas ela... eu sou contra o sistema, porque o sistema tenta sempre te rotular e eu não tenho, não tenho rótulo nenhum*” (G2/203. I-J). Mais adiante, discutimos no segundo grupo sobre a “*eficácia*” das propagandas com as crianças, pois um participante achava importante a campanha para “*educar*” os filhos, para não deixar que eles “*entrem nesse caminho*”. Nesse momento temos uma construção interessante sobre o sistema:

Dependendo da formação dela, entendeu? Que não é de rua, ela já segue um sistema, o sistema dos pais, a educação dos pais. Tu olha televisão, tu não olha, tu escova teus dentes, vai pro quarto, dorme... Tu brinca, tu não brinca, tu vai pra rua, tu não vai, tu vai jogar bola, tu não vai, tu vai ter um cachorro, tu não vai ter, tu vai ter um gato, tu não vai ter... entendeu? Isso aí é um sistema. Ela vive dentro de um sistema. Nós já não! Nós já larguemo das casa, eu já morei na rua, não moro mais em casa (...). Dentro da minha casa tinha um sistema. Dentro de um sistema “não use drogas”. Lá em casa já peguei pra sair... já vai... e meu pai, ele continua vivendo nesse sistema dele. E ele olha essas propagandas aí, e mesmo

eu usando crack, eu ensinava pra ele, né, olhando a propaganda ali, ia lá, pra estudar na internet e diz lá “droga não é legal”. (...). Mesmo quando eu pegava e saía pra festa. Eu pegava e bebia e dizia pra ele, o pai bebe, mas isso não vai ser legal pra ti. O que tu vai querer pra tua vida? Vou querer ser engenheiro, vou querer ser um lutador, quando o meu pai lutava judô, ele não bebia, não fumava, não fazia nada. Se tu quer mesmo isso pra tua vida, tu vai ter que seguir assim. Entendeu? [Breve silêncio]. (G2/238-240. I-J)

O sistema, nesse sentido, é definido como um conjunto de regras que “*coordenam a vida do cara*”, e que diz sempre “*não*”. Só que “o não” traz sempre consigo “o sim”, um depende do outro. Se, sim, você quer ser “*alguém na vida*”, um engenheiro, um lutador ou um doutor, como o garoto da cena que narramos, você precisa acatar “o não”, “*não use drogas*”. Há, entretanto, um questionamento acerca do ser contra o sistema: trata-se de uma escolha ou de uma imposição? Ou outra coisa? Talvez resistência aos Aparelhos Ideológicos? Resistência aos modos de vida capitalísticos?

O interlocutor citado acima afirma que “*foi me imposto isso*”, “*foi o que me sobrou*”. No terceiro grupo, um participante acredita que se trata de uma escolha:

Muitas vezes é a comodidade de tu tá na rua, não tê o que fazê, ninguém te incomoda né... é bem mais fácil tu, tu vivê isso do que tu tê que seguir regras, tu tê que ouvi o patrão gritando contigo, muitas vezes vem até um coordenador de fazenda mandando tu fazê as coisa, entendeu? (...). É muito mais fácil tá na rua muitas vezes, do que tê que agüenta muita coisa dos outros. (G3/94-96. I-D)

Esse interlocutor é categórico em relação a essa questão, tanto que continua seu discurso afirmando que foi para a rua “*por opção mesmo, por não querer ouvir ordem, por não querer estudar, não querer agüentar nada dos outros. Por opção eu já fui pra rua. De sem-vergonha mesmo*” (G3/323. I-D). Ressaltamos, contudo, uma informação encontrada no prontuário dele: mora em casa com um parente, e sua família é considerada de classe sócio-econômica média-alta. Essa informação é relevante, pois percebemos que os outros interlocutores, provenientes de classes sociais menos favorecidas, mostraram-se incomodados com essas afirmações. Tanto o discurso acima sobre o sistema, quanto a reação dessas pessoas, nos revela que para a maioria deles não se trata de uma escolha.

Esse debate nos remete aos dois sistemas hierarquizados das sociedades capitalistas (Santos, 2007): o sistema de desigualdade e o sistema de exclusão. O sistema de desigualdade é o que faz o capitalismo funcionar. Trata-se de um sistema hierarquizado. Podemos imaginá-

lo na forma tradicional de pirâmide, no qual o que ou quem está embaixo está dentro – a relação capital-trabalho denunciada por Marx, ou seja, não há capitalistas sem trabalhadores. Os trabalhadores precisam estar dentro para que o sistema funcione.

O sistema de exclusão, por sua vez, é o sistema em que algo ou alguém fica totalmente de fora – “o refugio humano”. E percebemos que cada vez mais pessoas passam do sistema de desigualdade ao sistema de exclusão – apesar da recorrente afirmação de que “os *mais* pobres estão, a cada dia, *menos* pobres”. Os que estão fora saem do contrato social, da sociedade civil: “são os desocupados que não têm esperança de voltar a ser ocupados; e os jovens em milhares de guetos urbanos das grandes cidades” (Santos, 2007, p.63). Qualquer semelhança com os contingentes de usuários de crack nas ruas das grandes cidades não é mera coincidência.

Nas falas de nossos interlocutores observamos a passagem que ocorre de um sistema a outro. Essa passagem se dá, dentre outras formas, pelo uso do crack. O uso do crack os exclui do sistema, ou os inclui no sistema de exclusão. É paradoxal mesmo! Inclusão na exclusão. Aquele que não serve mais, nem como um ser desigual, pois transformou-se num produtor e consumidor falho, não faz mais parte do “carro do progresso”.

E eu já era antes, antes eu já era punk, meu. Meu sistema, o meu sistema já era em parte contra o da sociedade. Tu vai pra rua, tu senta numa esquina e começa a beber e já vem dois, três e te falam “ah eu não quero que tu fique na frente da minha casa”, eu não quero que tu fique aqui, eu não quero que tu fique lá. Entendeu? O cara tá ali cuidando carro, “ah eu não quero que tu pise na minha calçada, não quero que tu fique na minha calçada”, não beleza, não vou ficar... mas não podem me proibir de ficar no resto. (...). A gente tem um sistema que tá sempre, tá sempre no compasso, sim e não, sim e não, sim e não, sim e não... e o compasso dos outros sistemas é não, não, não, não, não faz isso, não faz aquilo, não faz aquele outro, é errado. Entendeu? A gente tem um contraste muito grande... [Breve silêncio] com a sociedade. (G2/244. I-J)

“Não quero que tu fique dentro da minha casa”, “não quero que tu fique na minha calçada”, “não quero que eles fiquem na frente da minha escola de idiomas”, “não quero mais o CAPS na minha casa”. A propriedade privada do “eu”, individualista, fechado sob si mesmo, ameaçado pelo “outro”, ameaçador e perigoso. “Mas não podem me proibir de ficar no resto”. O resto aqui são as ruas, o espaço público, cuja culpa pela sua depreciação é considerada “deles”, do “refugio humano”.

Mas o custo de “*ficar no resto*” é alto, pois o Aparelho Repressivo da Polícia só permite que eles fiquem nesse “resto-rua” à medida que os policiais “*te cagam de pau*” (G3/183. I-D). Parece-nos que estamos nos sentindo ameaçados por algo estranho, o outro estranho, mas que no fundo é bem familiar. É familiar porque talvez esses jovens não sejam assim tão “contrastantes” com a sociedade em que vivemos, talvez eles sejam o reflexo do que estamos produzindo cotidianamente: atribuição de culpa (sempre ao outro), individualismo, “cegueira”, exclusão. Afinal de contas, quem não quer “ser feliz e andar tranquilamente” no *lugar em que nasceu*, ou escolheu (escolheu?) viver?

Para finalizar este eixo, resgatamos a idéia de colonialismo como a violência matricial da modernidade (Santos, 2007). É fato que o colonialismo político terminou (será?). Mas o mesmo não se pode dizer do colonialismo social ou cultural. Entendendo o colonialismo como “todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações, em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade” (Santos, 2007, p.59), vemos que a cosmovisão do liberalismo individualista e os elementos aqui discutidos caracterizam nossa sociedade como uma sociedade colonialista, que cala, silencia, objetifica e exclui o outro que não se adapta aos ideais modernos.

Justamente nessa direção que justificamos a definição desse eixo como “A produção do “Refugo Humano” e os projetos modernos”. São inúmeros os projetos modernos, e nessa análise nos focamos apenas em alguns: o projeto do mercado globalizado, do consumo desenfreado, dos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado (destacando aqui a Família no primeiro caso, e a Polícia no segundo), a monocultura do saber promovida pelo projeto científico de emancipação social, os sistemas de desigualdade e opressão. Todos esses projetos operam pela ordem, pela eliminação do caos, através do que denominamos de colonialismo social ou cultural. Esse colonialismo, ao sustentar a violência matricial, exclui tudo o que é considerado “lixo”, “refugo”. E, neste caso, o “refugo” é “humano”.

Além dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado, existem outros aparelhos que contribuem com a fabricação de refugos humanos, sendo um deles a mídia televisiva. Deste modo, no capítulo que segue buscaremos salientar a potência da mídia em nossos cotidianos, desenvolvendo algumas idéias acerca da “Televisão como a *agora* da Modernidade: uma (im)possibilidade?”.

A TELEVISÃO COMO A AGORÁ DA MODERNIDADE: UMA (IM)POSSIBILIDADE?

Neste eixo teórico vamos nos deter na quarta linha de transformação das sociedades modernas apontadas por Thompson (2007) como sendo de domínio “cultural”. O objetivo aqui é analisar o contexto sócio-histórico da produção, veiculação e recepção das formas simbólicas que constituem as propagandas televisivas da campanha “Crack nem pensar”. Nessa direção, faz-se necessário discutir e caracterizar as instâncias de produção (Rede Globo e Grupo RBS) e de recepção, enfatizando os processos de apropriação desses conteúdos veiculados pela mídia. Como o nosso foco são as propagandas televisivas da campanha, propomos também pensar na televisão como a *agorá* das sociedades modernas, aquela que conforma o espaço público contemporâneo. Utilizando as construções teóricas de diversos autores (Thompson, Charaudeau, van Dijk, Guareschi, Bucci e Kehl, principalmente), concluímos essa análise trazendo à tona a noção de “videologia” – um trocadilho que envolve, ao menos, dois conceitos fundamentais em nosso trabalho: mitologia e ideologia.

Iniciamos a análise do segundo eixo através da narração de duas cenas, também extraídas do nosso Diário de Campo:

1ª Cena

Hoje o assunto no CAPS foi a morte de um jovem que freqüentava o serviço. Tive pouco contato com ele, mas lembro quando ele disse na quinta-feira que não voltaria mais ao CAPS. E não voltou. A equipe estava providenciando sua internação em uma fazenda terapêutica, e ficaria tudo certo para essa semana. Ele foi baleado por uma policial ao tentar roubar uma escola na madrugada do domingo. Fiquei um pouco chocado ao receber a notícia, mas logo os usuários queriam conversar sobre o assunto. Quando eu estava no pátio com eles, um usuário leu a notícia que foi publicada hoje no Diário de Santa Maria. Após a leitura eles discutiram se o rapaz “estava no inferno”. Um respondeu: “Ele já vivia no inferno quando estava vivo”. Outro disse: “Claro que está no inferno... ele roubava de pessoas inocentes, usava crack, alopava por aí...”. Após um tempo de discussão, um dos guris disse que não concordava com a opinião dos demais e que encerrassem o assunto, pois estavam falando de crenças religiosas.

2ª Cena

Das três pessoas que tinham consulta marcada e haviam confirmado presença no grupo, uma não foi, e os outros dois foram, mas não quiseram ficar para participar do grupo. Com um deles houve uma confusão. Eu ainda não havia chegado no CAPS. Esse usuário veio acompanhado da mãe. Essa mãe chegou muito alterada no serviço, acusando a equipe de ter dado o número de telefone da família para um repórter da RBS. Os profissionais da equipe não entendiam o que ela estava falando. Ela disse que está se formando em um curso superior e que iria colocar ao CAPS e o “repórter” na justiça. (...). Quando ela falou em Campanha da RBS, a profissional que a atendia entendeu que a situação se tratava de um mal-entendido e que a mulher estava se referindo à minha pesquisa. No caso, o “repórter” era eu. Desfeito o mal-entendido, essa mãe ficou mais calma, mas mesmo assim solicitou que eu ligasse novamente para confirmar a explicação. Quando cheguei ao CAPS me contaram a situação ocorrida e me disseram que, apesar do rapaz ter demonstrado interesse em participar do grupo, a mãe quis ir embora e levou o filho junto com ela.

De maneiras distintas, as duas cenas narradas mostram a potência da mídia em nossos cotidianos. A primeira se refere à midiaticização da morte de um usuário do serviço, baleado pelas costas quando tentava fugir de um roubo mal-sucedido. A matéria (Anexo 9) veicula que a policial militar atirou em “legítima defesa”. O jornal Diário de Santa Maria, entregue todas as manhãs no CAPS, passou de mão em mão quando a notícia se espalhou. Todos queriam ler a reportagem que mostrava o “fim previsível” de um usuário de crack que “aloprava por aí”. A discussão sobre o possível “paradeiro” do jovem – o inferno – nos remete à representação do uso/usuário de drogas como pecado/pecador (Mota, 2009), cujo “destino final” só pode ser o inferno. Ninguém cogita a possibilidade do “paraíso”.

Essa representação, cuja antinomia fundamental é o bem e o mal, lembra-nos, também, da discussão feita por Moscovici (2011) sobre o sagrado e o profano. Nesta cena, podemos pensar nessa distinção a partir de duas vias. A primeira, é que o sagrado é o objeto (do furto), que por sua vez se liga ao consumo. O ato profano, dessa forma, é o ato de furtar e atacar não uma pessoa em si, mas um bem ou uma instituição (por exemplo, quando um “bandido” mata um policial, não foi “apenas” uma pessoa que ele atacou, mas, sobretudo, a instituição da polícia, guardiã da ordem, representante do Aparelho Repressivo de Estado). O bem (o

capital, o material, mercadoria) é inviolável, intocável. É isso que ele toca no ato do furto. E se um “bandido” mata um “bandido”? Ele é “absolvido” pelo senso comum. Era bandido mesmo! Mas se o “bandido” mata um homem “não-bandido” todos ficam horrorizados. Então, é o bem que uma pessoa possui/representa que está na esfera do “sagrado”.

Em uma última instância, o que está em jogo aqui é o “valor” da vida de cada um: alguns “valem menos”, pois estavam excluídos do sistema capitalista; outros “valem mais”, pois representam bens (o dinheiro e o consumo) e instituições (a polícia, por exemplo). O que define a diferença entre o profano e o sagrado, portanto, não é mais “Deus” ou a “Religião”, que diferenciava as coisas entre religiosas e não religiosas, mas os valores do mercado e do consumo. Há um abismo entre o profano e o sagrado – o paraíso fica muito longe do inferno, o céu da terra (ou abaixo da terra, como muitas vezes ouvimos falar em nossas infâncias). A “proibição de contato” (Moscovici, 2011) foi violada nessa história do homicídio veiculada na mídia local: o profano tocou o sagrado, e por isso o jovem pagou com a própria vida (que já não valia muito!).

A segunda via compreende o sagrado e o profano como temas que podem ou não ser debatidos entre os usuários do serviço. Não há maiores problemas em falar sobre a reportagem veiculada, sobre o uso, sobre os roubos. Mas não é permitido conversar sobre “crenças religiosas”. É proibido o “contato” com esse tema. Cada um tem sua crença e não se discute. Vemos que a própria mídia, de uma maneira geral, procede da mesma forma em relação ao tema drogas. Parece paradoxal, e o é na verdade, mas o tão veiculado tema das drogas tem seus “pontos cegos”, pontos que são “proibidos” de entrar nas pautas de discussão.

Por exemplo, veicular a ideia de que famílias desestruturadas levam ao uso de drogas e que esse uso, conseqüentemente, conduz a práticas criminosas, é corrente, comum, profano (Romanini & Roso, 2010). Agora, discutir os ideais que temos de família e problematizar a relação de causalidade estabelecida entre uso de drogas e criminalidade não. Como foi o discurso científico que produziu as verdades sobre família e sobre os índices de criminalidade associado às drogas, não podemos questioná-los, pois são verdades “sagradas”. Por mais que a Igreja não seja mais considerada o Aparelho Ideológico hegemônico nos tempos modernos e que, portanto, não “regula” mais a produção de conhecimentos, pensamos que as religiões continuam a produzir, através da dicotomia entre o sagrado e o profano, a forma como

pensamos em alguns temas, mesmo que disfarçada nos discursos científicos, que se dizem laicos¹⁰.

A segunda cena nos mostra outra face da “mediação da cultura moderna” (Thompson, 2007). A revolta da mãe em relação à possível “invasão ao sagrado seio de sua família” traz à tona o que já discutimos no primeiro eixo: o paradoxo da família moderna, cada vez mais privada e cada vez mais pública (Singly, 2007). Sustenta-se a noção de família como um espaço privado, por exemplo, na responsabilização atribuída a ela pela “dissolução dos costumes” e do uso de drogas, através da qual à família é concedido um lugar fechado sobre si mesmo, como se estivesse isolada do resto (ou seja, do público). Ao mesmo tempo, ela se torna cada vez mais pública através das intervenções crescentes do Estado (Singly, 2007; Fonseca, 2003) e também do papel exercido pela mídia: tornar público o privado, denunciar essas famílias que não dão conta da educação dos seus filhos.

Essa situação que gerou um mal-estar não apenas na mãe desse jovem, mas, também, no pesquisador-mediador, disparou-nos algumas reflexões, das quais destacamos duas nesse momento. A primeira é que o “repórter” representou uma ameaça à sua família. Isso pode estar nos servindo como um indício de que algumas famílias possam receber as formas simbólicas veiculadas pela mídia como uma agressão, como se pensassem: “Estão nos culpando pelo nosso fracasso como pais!”. Essa mãe se sentiu agredida, violada, ao imaginar que a equipe do CAPS tinha dado seu número de telefone ao “repórter”. Ainda, fica o questionamento: se essa mãe não tivesse uma formação em curso superior, teria ela se posicionado ou teria ela se submetido ao interesse do “repórter” sem hesitar? Não temos como responder a esse questionamento, mas a Psicologia Social Crítica deve gerar pontos de interrogação.

A segunda diz respeito à nossa inserção no serviço. Questionamo-nos se também não havíamos, em alguma medida, agido agressivamente, já que esta foi a reação da mãe. Ligar para a casa da família, convidar para participar de um grupo cujo objetivo é debater a

¹⁰ Moscovici, em *A Invenção da Sociedade*, resgata o enigma que preocupa Durkheim: que a religião fornece aos indivíduos a possibilidade de se viver e de se pensar como sociedade. A partir desse enigma, Moscovici (2011) prossegue sua análise levantando algumas questões: “O que é uma religião? (...). Em que se reconhece o religioso? Como distinguir as representações e as práticas que têm esse caráter daquelas que dele são desprovidas? (...). De onde vem a força que, no interior de uma sociedade, estabelece uma separação entre as coisas religiosas e as que não o são?” (p.55). O autor ainda refere que esse fenômeno social, a religião, é definido pela união entre a idéia de Sagrado e a Igreja, ou uma comunidade de crentes. Para aprofundar essa discussão, ver Moscovici, 2011.

campanha “Crack nem pensar”, apresentar-se como psicólogo e mestrando em psicologia. Para a maioria das pessoas isso não se configurou como problema. Ao contrário, a maioria concordou prontamente em participar dos grupos, e alguns, com bastante entusiasmo. Mas para essa família foi um problema. Essa situação pode ainda ser melhor analisada, mas por enquanto nos serviu para refletirmos sobre o nosso papel de pesquisadores e o quanto nossas “intervenções” podem ser consideradas invasivas pelos outros.

O objetivo de narrar essas cenas foi o de discutir como a recepção e apropriação dos “produtos midiáticos” interferem em nossas vidas cotidianas. Iniciamos essa análise com a noção que os nossos interlocutores têm de mídia, através das falas extraídas das transcrições dos grupos. Agora, nos aproximaremos mais da noção de mídia, levando em conta quatro afirmações: (1) A comunicação, hoje, constrói a realidade; (2) A mídia não só diz o que existe (e o que não existe), mas atribui uma conotação valorativa, de que algo é bom e verdadeiro (ou o contrário); (3) A mídia propõe uma agenda de discussão; e (4) Existe um novo personagem dentro de casa – a televisão.

Aproximando-se da noção de Mídia

Em primeiro lugar, precisamos considerar que existem diferenças fundamentais entre o que se denomina mídia impressa e mídia eletrônica. A mídia impressa é um tipo de comunicação na qual cada pessoa escreve o que quer, como quer e dirigido ao público que quiser. Isso se dá devido às revistas e jornais se constituírem como empresas, que têm donos. Apesar dessa “liberdade” de expressão concedida aos escritores, esses veículos de comunicação buscam credibilidade e espaço político e social, visto que são controlados pelos próprios leitores através das assinaturas, que são responsáveis por parte de sua sustentação econômica (Guareschi, 2009).

A mídia eletrônica, por sua vez, está prevista na Constituição Brasileira como um “serviço público”, com uma concessão por um determinado período de tempo e, portanto, não podem ter “donos”. Os meios de comunicação eletrônicos, como a televisão e o rádio, têm como tarefas fundamentais não apenas informar e fornecer entretenimento à população, mas também educar criticamente os cidadãos, inclusive sobre o significado e o papel da própria mídia (Guareschi, 2009).

Guareschi e Biz (2005), ao apontar que, de cem entrevistados, apenas dois acreditavam que há diferença entre mídia impressa e mídia eletrônica e que apenas três

afirmaram que os meios de comunicação não têm donos, confirmaram a hipótese de que existe em nossa sociedade um profundo desconhecimento das leis que regulamentam os meios de comunicação eletrônicos e uma falta de consciência dos direitos à comunicação. Os dados apresentados nessa pesquisa, somados à informação de que, no Brasil, 9 famílias detêm 90% da mídia (Guareschi, 2009; Sodré, 2006) e que a média diária de horas do brasileiro em frente à televisão é de 3,9 (Guareschi, 2009), reforçam a idéia de que a mídia realmente colabora com a constituição e construção de nossa subjetividade. Isso nos remete a uma séria discussão sobre democracia e ética na mídia eletrônica.

Entendendo a mídia como a *agorá* da modernidade, imprescindível numa democracia e fundamental para a cidadania, e que o cidadão é aquele que *participa* no planejamento, na execução e nos resultados de políticas públicas, percebemos que não vivemos numa verdadeira democracia, pois a participação no planejamento de políticas, hoje, só é possível através da mídia (Guareschi, 2009). Perguntamo-nos: como haverá tal participação se a maioria das pessoas não conhece seus direitos à informação e comunicação?

Podemos afirmar que, atualmente, entre os meios de comunicação, a mídia televisiva é a que detém maior abrangência e receptividade, constituindo-se para a maioria dos cidadãos brasileiros na principal fonte de informação (Guareschi & Biz, 2005). A história da televisão brasileira tem início no dia 20 de janeiro de 1950, quando foi inaugurada a sede da TV Tupi no Rio de Janeiro. Entretanto, inúmeras dificuldades técnicas adiaram o início das transmissões, ocorrendo a primeira transmissão experimental da televisão brasileira no dia 10 de setembro, sendo exibido um filme no qual Getúlio Vargas fala sobre o seu retorno à vida política (Mattos, 2010).

A televisão, no Brasil, não apenas acompanhou como também representou a modernização do país. Eugênio Bucci (2004a), ao analisar a crítica de televisão, cita uma crônica do poeta Olavo Bilac, publicada na Revista Kosmos em 1904, que parece uma breve e despreziosa profecia, que transcrevemos em parte:

(...) A atividade humana aumenta, numa progressão pasmosa. Já os homens de hoje são forçados a pensar e executar, em um minuto, o que seus avós pensavam e executavam em uma hora. A vida moderna é feita de relâmpagos no cérebro, e de rufos de febre no sangue. O livro está morrendo, justamente porque pouca gente pode consagrar um dia todo, ou ainda uma hora toda, à leitura de cem páginas impressas sobre o mesmo assunto. Talvez o jornal do futuro – para atender à pressa, à ansiedade, à exigência furiosa de informações completas,

instantâneas e multiplicadas – seja um jornal falado, e animado com projeções animatográficas, dando, a um só tempo, a impressão auditiva e visual dos acontecimentos, dos desastres, das catástrofes, das festas, de todas as cenas alegres ou tristes, sérias ou fúteis, desta interminável e complicada comédia, que vivemos a representar no imenso tablado do planeta. (Bucci, 2004a, p.27-28)

Sem usar o nome televisão, o poeta descreveu um mundo integrado por ela. O nascimento da televisão veio dar continuidade a um modo de olhar que já estava pronto ou, ao menos, esboçado pela sociedade na qual viveu Olavo Bilac. Portanto, a TV não inaugura processos (não estamos falando em termos técnicos), pois antes mesmo de ser construída ela já possuía seu lugar no imaginário. Aquilo que o telespectador começou a ver na tela não emergia apenas dessa tela em si mesma, mas também de algo que já estava sendo demandado antes. O que a TV inaugura é a sua virtude de proporcionar novos campos de visão, abrindo horizontes ao vivo, janelas do “imenso tablado do planeta” (Bucci, 2004a).

Até hoje, uma das concepções mais aceitas sobre a televisão é a que a reduz a uma transportadora de conteúdos, uma passagem entre um emissor e um receptor. O maior problema dessa concepção, pondera Bucci (2004a), é que ela ajuda a obscurecer a função fundante dos meios de comunicação, sobretudo dos meios eletrônicos: a de construir e conformar o espaço público, ou de ser a *agorá* da modernidade (Guareschi, 2009). A televisão, nesse sentido, não mostra lugares, não traz lugares de longe para perto (bem perto, dentro de casa) – *a televisão é um lugar em si*. Da mesma forma, ela não supera abismos de tempo com suas transmissões na velocidade da luz: *ela encerra um outro tempo* (Bucci, 2004a).

A TV como lugar é o novo espaço público, uma esfera pública expandida. A partir da década de 1960 no Brasil, a televisão se tornou o suporte dos discursos que identificam o Brasil para o Brasil. A televisão consoma o seu lugar através de um lugar do olhar, como uma típica esfera pública: “que nos olha, que nos interpela, que nos designa e nos localiza antes de que para ele nós olhemos” (Bucci, 2004a, p.33). O Brasil é, portanto, fundamentalmente integrado pela TV: a história do país acontece ao vivo pela TV.

A partir destas considerações, quatro afirmações podem ser feitas sobre a mídia e, mais especificamente, sobre a mídia televisiva (Guareschi, 2009; Biz & Guareschi, 2005;

Guareschi, Romanzini & Grassi, 2008): 1) A comunicação, hoje, constrói a realidade¹¹; 2) A mídia não só diz o que existe (e o que não existe), mas atribui uma conotação valorativa, de que algo é bom e verdadeiro (ou o contrário); 3) A mídia propõe uma agenda de discussão; e 4) Existe um novo personagem dentro de casa – a televisão. Trataremos, pois, dessas afirmações.

(1) A comunicação, hoje, constrói a realidade (Guareschi, 2009).

O fato é que algo passa a existir, ou deixa de existir, se é ou não midiaticizado. Essa afirmação é expressa numa das primeiras falas de um dos grupos: “*Eu vi, mas eles falam agora só em crack, crack, crack...*” (G1/16. I-J). O crack e sua dependência, para muitas, senão para a maioria das pessoas, passou a existir como um fenômeno do campo social a partir do momento em que passou a ser repetidamente midiaticizado. Outro interlocutor ainda afirma:

Que tem muita gente que conhece o crack assim por propaganda e coisa, mas não sabe o que realmente que, que acontece com o usuário. A propaganda, ela não diz em si, né. Ah, tá ali, dá medo, dá isso e aquilo. Mas não mostra quando a pessoa fica desesperada, quando a pessoa fica entorpecida, né, quando a pessoa é realmente alterada. Isso aí a propaganda não mostra. Essa é a realidade que eu tô tentando chegar. [Breve silêncio] Isso aí é uma coisa que eu já passei, que eu não pretendo passar de novo. É um troço muito difícil. (G2/228. I-E)

Tentando traduzir essa fala: as pessoas ficam sabendo sobre o crack via mídia (“*muita gente que conhece o crack assim por propaganda*”), mas a mídia gera uma informação que não condiz com a percepção de vivência do usuário (“*não sabe o que realmente que, que acontece com o usuário*”). A propaganda instala o medo (“*A propaganda (...) dá medo, dá isso e aquilo*”) no receptor, ao invés de criar uma possibilidade de entendimento do receptor sobre o usuário, que é a pessoa que “*fica desesperada, quando a pessoa fica entorpecida, né, quando a pessoa é realmente alterada*”. Ainda, apesar de o usuário demonstrar um esforço em sair da dependência (“*uma coisa que eu já passei, que eu não pretendo passar de novo. É um troço muito difícil*”), a propaganda não faz menção a isso.

¹¹ Por realidade entendemos o “que existe, o que tem valor, o que traz as respostas, o que legitima e dá densidade significativa ao nosso cotidiano” (Guareschi, 2009, p.83).

O desejo do interlocutor, que fica explícito em suas falas, é de que as propagandas mostrem a sua realidade, ou melhor, a realidade vista pelos seus olhos e não pelos olhos de quem nunca usou crack:

(...). *Eu vi, eu vi agora no final de semana na televisão. Os índices de violência e homicídio, e assaltos que acontecem aumentou depois que veio o crack pra cá. Isso aí é inegável, né. Isso o que a propaganda mostra tá certo. O que não é verdade é o que mostraram a pessoa ali quase morrendo e com sangue, e daquele jeito ali. Eu pelo menos nunca vi uma pessoa em fase terminal do crack prá também tá falando, né, mas eu acho que é muito melhor mostrar as cenas reais, das pessoas fumando, como é fica de verdade, ou mostrar o cérebro de uma pessoa, os neurônios de uma pessoa, o pulmão de uma pessoa, do que mostrar aquilo ali. (G1/73. I-L)*

Outra implicação que encontramos nessa afirmação, através das falas dos interlocutores, é que a mídia “cria a realidade” de duas maneiras: a primeira, que é o sentido corrente dessa afirmação, é que a mídia define o que existe quando midiaticamente algum fenômeno, como é o caso do exemplo supracitado do “problema do crack”. O segundo sentido, atribuído pelos interlocutores, é que a mídia também cria a realidade ao deturpá-la: “eles fantasiaram muito” (G1/31. I-AN); “acho que 50% é verdade, mas 50% eles estão omitindo” (G1/39. I-R); “por isso que eu digo, eles distorceram um pouco a realidade. Porque a realidade do usuário é bem diferente” (G1/156. I-AN).

Na opinião deles, as propagandas deveriam apresentar “cenas reais”, assim como alguns programas como “Fantástico” e o “Profissão Repórter” têm feito, pois “uma reportagem mostrando a realidade é muito mais eficaz que uma propaganda que não é verdadeira, que além de tudo mostra coisas que não é verdade, né” (G1/349. I-L). Outra sugestão foi a de mostrar depoimentos de usuários e ex-usuários, e também de explicar os “sintomas” que levam ao uso. No final do primeiro grupo, os interlocutores encerraram o debate afirmando “vamos fazer uma nova propaganda”. Questionamo-nos, entretanto, como e a serviço de que a mídia mostraria essa “realidade”?

Os interlocutores deste debate falam de um lugar de saber em relação a essa droga, como eles mesmos afirmaram, todos chegaram “ao fundo do poço” e conhecem a realidade do uso e tráfico do crack na cidade de Santa Maria. Além disso, o espaço dialógico das “Rodas de Conversa” potencializou considerações críticas a respeito da campanha, sem desconsiderar a relevância da mesma para a sociedade.

Vemos, dessa maneira, que a mídia, para nossos interlocutores, cria realidades ao omitir, distorcer, fantasiar. E muitas vezes é essa “realidade” que a maioria das pessoas conhece. Os interlocutores ainda demonstram certa desconfiança em relação à mídia, quando debatem sobre o possível “pagamento” que os repórteres fazem para conseguir realizar as filmagens e entrevistas:

Ainda mais no Rio, São Paulo, os caras matam. Não é como numa pracinha aqui em Santa Maria que tu chega e vai querer filmar e vai ficar dando conversa. Ainda mais na espiadeira que ficam, do jeito que os caras ficam. É uma coisa bem combinada, eu vi bem direitinho. Os caras tremendo e fumando e conversou bem direitinho com o repórter como se fosse mais um fumando. (G1/284. I-L)

A discussão sobre a desconfiança em relação à mídia termina com uma frase sobre um recente acontecimento muito veiculado na mídia: “Isso tá que nem a falcatrua do Osama Bin Laden. Mataram o louco e não mostraram a foto do cara” (G1/296. I-AN). Essas falas demonstram o que Teun van Dijk (2008) afirmou sobre o poder midiático: esse poder não se manifesta apenas “nos” ou “por meio dos” discursos, mas também como força societal que atua “por detrás” dos discursos, através de estratégias como a manipulação, a doutrinação e a desinformação.

Outro ponto que merece a nossa atenção, nesse debate sobre a “criação de realidade”, é a importante constatação de um interlocutor - “O pessoal bota aquela propaganda que é a mesma de sempre que essa aí...” (G1/80. I-A), complementada por outro participante: “Só que nenhuma mostra o que é, só o que não é, entendeu?” (G1/81. I-B). Isso nos lembra de outra campanha antidrogas: “Drogas, nem morto!”. Essa campanha, de abrangência nacional, foi responsável pela veiculação de inúmeras propagandas ainda na década de 1990. Em uma das propagandas o foco do combate era a maconha¹². Nela, a maconha é apresentada como a responsável pelas repetidas reprovações na escola de um garoto, fisicamente bem maior que os demais colegas. A “lição de moral” da propaganda, resumidamente, é: se você *quer ser alguém na vida*, não use maconha. Ao final da propaganda, aparecia na tela o *slogan* “Drogas, nem morto”.

A campanha debatida em nossos grupos, denominada “Crack, nem pensar”, começa a ter suas propagandas veiculadas em 2009, praticamente dez anos após a veiculação da

¹² Essa propaganda está disponível no site de compartilhamento de vídeos YouTube no link: <http://www.youtube.com/watch?v=cuf8wohv6TQ>.

campanha citada anteriormente e seis anos após a implantação da Política de Atenção Integral aos Usuários de álcool e outras drogas. O que a atual campanha inovou ou avançou em relação à campanha da década de 1990? O “novo” aqui é o foco na droga crack, e não mais na maconha, e só. Substituiu-se a expressão “nem morto” por “nem pensar”. A estrutura discursiva dos *slogans* é a mesma: Crack (Drogas), Nem pensar (Nem morto)! Quem não pensa está morto. Quem usa drogas não pensa. Logo, quem usa drogas está, ou em breve estará morto. A lógica é a mesma dez anos depois, como se a implantação da política de atenção integral não caminhasse na direção programa.

E aqui é onde encontramos um dos aspectos das propagandas que mais inquietou os interlocutores. Eles dizem que, ao usar crack, não ficam como as “pessoas” da propaganda, ensangüentados, praticamente mortos. Eles ficam espiados, atentos, desconfiados de tudo e de todos. Enfim, nessa breve comparação entre as duas campanhas, entendemos melhor o que o interlocutor falou – que “*eles botam*” sempre aquela propaganda, que é igual às outras.

(2) A mídia não só diz o que existe (e o que não existe), mas atribui uma conotação valorativa, de que algo é bom e verdadeiro (ou o contrário) (Guareschi, 2009).

Em relação ao uso/usuário de crack, a campanha, ao atribuir-lhes uma conotação negativa, acaba por gerar “*mais preconceito*” e “*ninguém liga pra como tu se sente*” (G2/16. I-E). A atribuição de valores negativos e legitimados como verdades absolutas é sentida por um dos interlocutores através da discriminação que sofre cotidianamente:

Eu acho que é um certo tipo de preconceito que tem contra o usuário, que mostra uma realidade muito forçada sei lá... pode ser um pouco de preconceito, né... que daí o pessoal que vê isso aí, que passou aí, é muita TV, o pessoal assiste muita TV. Pessoal que passa pelo usuário e olha daquele jeito, enxerga daquele jeito... que tá morrendo, que esse aí não tem mais jeito, esse aí tá morrendo... esse aí vai me roubar... (G3/91. I-J)

Ao “*olhar daquele jeito*” para o usuário, que “*tá morrendo*”, que “*não tem mais jeito*”, que “*vai me roubar*”, na verdade, as pessoas e a mídia “*não enxergam o usuário, né*” (G3/32. I-V). E não enxergam, pois ao conhecerem o “problema do crack” através das formas simbólicas veiculadas pela televisão, são considerados “de fora” e “*quem tá de fora vê de um jeito bem diferente*” (G3/34. I-D).

(3) A mídia propõe uma agenda de discussão (Guareschi, 2009).

Muito do que se fala e se discute no cotidiano das pessoas é colocado em pauta pela mídia – por exemplo, a “epidemia do crack”, fenômeno até pouco desconhecido que virou tema de debates na população. Um interlocutor fala dessa pauta de discussão que é gerada dentro de sua casa, quando a família assiste algum programa de televisão que trata do tema drogas:

Bah. Eu tive que trocar de canal, porque começou a me dar dor de barriga, o troço, cara, eu tava com a minha família em volta, eles nem viram que eu troquei de canal porque daí já começa, um começa daqui, outro começa dali, porque ó, porque ó, não sei o que... e era assim, não era e pô. (G3/145. I-D)

Para esse interlocutor, o tema “crack” é tabu dentro de casa. Ele troca de canal antes que alguém da família perceba o que o programa está abordando. Caso não consiga fazê-lo, o tema se torna pauta de discussão na família. Percebemos o mesmo na narração da primeira cena deste eixo, quando os usuários do CAPS conversaram sobre a matéria que informava sobre o assassinato ocorrido no último final de semana.

(4) Existe um novo personagem dentro de casa – a televisão (Guareschi, 2009).

Ao mesmo tempo em que os interlocutores acham que a televisão tem a função de retratar a realidade e de colaborar na sua transformação, como, por exemplo, “ajudar a combater o crack”, acreditam que “a televisão não tá fazendo nada” (G1/76. I-E) e o que ela quer é “dar cagaço no cara” (G1/78. I-E). Retratar a realidade e combater o crack, assim como fazem os pais, muitas vezes, são funções da televisão enquanto um personagem, presente, que interage com o telespectador. A interação tanto existe que os usuários, ao invés de comprarem um produto anunciado por uma grande marca, ficam curiosos com o que a televisão está “falando” e “de repente é só de falar, que na primeira vez já vicia, ver se é mentira, vou experimentar... Sempre tem gente que pensa desse jeito né” (G2/181. I-E).

A televisão, portanto, é um organismo: “vive” como um organismo (Bucci, 2004b). Além de ser socialmente encarregada de registrar os acontecimentos imediatos e de promover o entretenimento, na tela da TV a história é processada e reprocessada: “o slogan da CNN costumava ser uma pergunta: “Onde é que você vai estar da próxima vez que a História acontecer?”. Resposta “correta”: diante da TV. É na TV que a História acontece. É também na TV que ela se reproduz” (Bucci, 2004b, p.207).

Portanto, essas afirmações são, ao mesmo tempo, premissas que orientam nossas discussões e preocupações que nos motivaram a pesquisar as formas como uma mídia de massa tem abordado o tema drogas. Além de serem premissas e preocupações, tais afirmações foram ilustradas no discurso dos próprios interlocutores. As considerações tecidas nos grupos nos mostra também como a mídia pode influenciar o processo de formação do *self*¹³, como constatamos na seguinte fala:

*O crack tomou conta. O crack tomou conta, como é que vô te dizê. Tu fuma maconha, tu convive com as pessoa tranqüilo, claro, o cara pode notá que tu tá meio aéreo, tá com uma cara de bobalhão, mas tudo bem, ele tá ali no meio das pessoa. Tu cheira cocaína, tudo bem, tu tá no meio das pessoa, tu tá convivendo com as pessoa, entendeu? Tu tá numa festa, na balada. Mas tu fuma pedra cara, tu se entoca, tu se entoca, porque **eu não sei se é pelo efeito ou pelo efeito que a mídia fez em cima da droga, que é tão errado e tão prejudicial, que tu se esconde num quarto, se esconde num mato, sabe...** [grifo nosso] (G3/217. I-D)*

Essa frase evidencia o que Thompson (2008) denominou de “quase-interação” mediada. A palavra “quase” funciona nessa definição como um adjetivo, ela adjetiva o tipo de interação, uma quase-interação, uma interação “pela metade”. Não se constitui como uma interação, pois envolve um tipo de relação cuja forma de intimidade é essencialmente não recíproca. A televisão fala conosco, escutamo-la, recebemos os conteúdos que ela veicula, mas ela não nos escuta, não nos vê. Mesmo não sendo uma intimidade recíproca, a “quase-interação” mediada produz efeitos no processo de formação do *self*.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa tornou esse processo cada vez mais mediado pelos aparatos institucionais das mídias, enriquecendo e acentuando a organização reflexiva do *self* (Thompson, 2008). Essa organização reflexiva do *self*, que produz profundos impactos no processo de autoformação, é destacada no trecho grifado acima, no qual o interlocutor, numa posição crítica, pondera sobre a possibilidade do isolamento do usuário ser um efeito da “demonização” da droga, midiaticizada principalmente pela televisão. Não que as conseqüências negativas do uso do crack experimentadas diretamente pelo usuário não influenciem nesse processo, mas aqui o papel da mídia é

¹³ Entendemos o *self* como um projeto simbólico construído ativamente pelas pessoas. É um projeto “que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade. Esta é uma narrativa que vai se modificando com o tempo, à medida que novos materiais, novas experiências vão entrando em cena e gradualmente redefinindo a sua identidade no curso da trajetória de sua vida” (Thompson, 2008, p.183).

colocado em cena. O possível aumento do preconceito em virtude da propaganda, como já citado no trabalho, também pode ser considerado um exemplo de como o processo reflexivo de formação do *self* pode ser influenciado pela mídia.

Contudo, ao mesmo tempo em que as formas simbólicas veiculadas pela mídia atuam no processo de autoformação das pessoas, essas mesmas pessoas interpretam-nas conforme suas pressuposições e expectativas que constituem seu *self*, o que nos remete à noção de recepção como um processo ativo e criativo (Thompson, 2008). Nesse sentido, ao interpretar as formas simbólicas, as pessoas incorporam-nas na compreensão que têm de si mesmas e dos outros, utilizando essas formas simbólicas como instrumentos de reflexão e autoreflexão. Esse processo de adaptar as mensagens à própria vida e aos contextos e circunstâncias vividas é denominado por Thompson (2008) de “apropriação”. Portanto, a recepção e a apropriação são processos interdependentes, como pudemos observar nas concepções que os interlocutores têm de mídia. Na próxima parte, trataremos das instâncias de produção e de recepção, ancorados em um diálogo inicial com a Análise de Discurso Francesa, representada aqui principalmente por Patrick Charaudeau.

As Instâncias da Produção e da Recepção na Campanha “Crack, nem pensar”: dialogando com a Análise de Discurso Francesa

Identificamos, então, no processo de midiaticização duas instâncias: a da produção e a da recepção. A instância da produção em nossa análise é o Grupo RBS, responsável pela veiculação da campanha “Crack, nem pensar”. O aparato institucional desse meio de comunicação (a televisão) é a Rede Globo e sua afiliada – o Grupo RBS. Nascida em 1965, a Rede Globo se tornou, nas décadas de 80 e 90 presença ininterrupta, totalizante na vida dos brasileiros (Bucci, 2004c). No final dos anos 1980, a Globo já era citada como uma das cinco maiores redes de televisão privadas do mundo. Ela exercia nesse período, e na verdade continua exercendo, uma centralidade no espaço público nacional, um espaço mediado hegemonicamente pela televisão (ibid).

Ao longo dos anos 1990, a Rede Globo perdeu fatias de público para emissoras concorrentes. Além disso, juntamente com todas as empresas de mídia no Brasil, passou a carregar, na virada do século, uma dívida financeira pesada. Apesar disto, a sua centralidade permanece. Bucci (2004b) busca argumentos para sustentar a hipótese de que a Rede Globo

dispõe da prerrogativa de prestar-se não somente a ser um meio de comunicação, mas como um lugar em que a sociedade brasileira elabora seus consensos.

A Globo é, por assim dizer, um palco do espaço público que ela mesma delimita. Ela soube forjar uma gramática universalizante através da combinação do melodrama (a novela) com o telejornal, num repertório dinâmico em que a nacionalidade se reconhece e se reelabora (Bucci, 2004c, p.221).

Atualmente, a Rede Globo é a maior cadeia de meios de comunicação de toda a América Latina e a terceira maior emissora comercial do mundo (Redação UOL, 2011). São, ao todo, 122 emissoras (sendo 5 próprias e 117 afiliadas), além da transmissão no exterior através da TV Globo Internacional e do serviço mediante assinatura no país. O sinal terrestre da Rede Globo cobre 98,53% do território nacional, cobre seu sinal por cabo através de todas as afiliadas, bem como TV paga via satélite, e ainda tem cobertura nacional de 100% via antena parabólica (Rede Globo, 2011). A cobertura territorial absoluta da Rede Globo e a expansão das atividades da empresa demonstram que a Globo “impôs o modelo brasileiro de televisão: aquela que informa, entretém e, acima de tudo, pacifica onde há tensões e une onde há desigualdades” (Bucci, 2004c, p.223), desde a década de 1970 assumindo a missão de integrar a nacionalidade.

O Grupo RBS, uma das empresas afiliadas da Rede Globo, é um grupo de mídia regional que atua no sul do Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em algumas regiões do Paraná. Fundado em 1957, a empresa forma o maior grupo de comunicações do país, fora do eixo Rio-São Paulo. Opera, atualmente, na área de rádio, televisão, jornal, internet, serviço de informação e uma fundação social. (Guareschi & Biz, 2003).

A RBS TV, principal mídia televisiva do Grupo RBS, possui 18 emissoras afiliadas à Rede Globo e duas emissoras de TV local (TVCOM). A sede principal da empresa está localizada na cidade de Porto Alegre e suas emissoras e retransmissoras cobrem a totalidade dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Constitui-se na maior rede regional em número de emissoras instaladas afiliadas à Rede Globo, perdendo apenas em extensão geográfica para a Rede Amazônica (Grupo RBS, 2011).

A RBS TV foi fundada no dia 29 de dezembro de 1962, quando entrou no ar a TV Gaúcha. Em 1967, a TV Gaúcha afiliou-se à Rede Globo e, a partir de então, grande parte de sua programação passou a ser gerada pela emissora carioca. Acompanhando o

desenvolvimento da história da televisão brasileira, a RBS TV Porto Alegre abriu seu sinal de TV digital em novembro de 2008. A empresa já fez testes na capital gaúcha (tendo seu primeiro programa produzido em alta definição, o Jornal do Almoço apresentado ao vivo do Mercado Público) e obteve autorização do Ministério das Comunicações (Grupo RBS, 2011).

Entretanto, elementos como o desenvolvimento tecnológico, a abrangência de cobertura, número de afiliadas e a concentração da RBS TV levaram o Ministério Público Federal (MPF) dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a abrir um processo administrativo. Esses processos têm como objetivo investigar práticas monopolistas e irregularidades na concessão de Rádio e Televisão para o Grupo RBS. O MPF de Santa Catarina solicita que a empresa, entre outras medidas, reduza o número de estações de TV e Rádio nos dois estados e o cancelamento da compra de um jornal de Joinville, pois configuraria monopólio deste meio de comunicação no Estado de Santa Catarina. O MPF gaúcho, por sua vez, solicitou ao presidente do Grupo RBS algumas informações, como o número de estações de rádio e TV que a empresa possui no Estado (Mattevi & Ribeiro, 2008; Weissheimer, 2009).

Tomando como exemplo os casos da Rede Globo e do Grupo RBS, vemos que o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa possibilitou que as mídias se transformassem em um aspecto fundamental, senão central, na produção e transmissão de formas simbólicas. Isso porque, através dos meios de comunicação, as formas simbólicas produzidas são capazes de circular numa escala sem precedentes, atingindo milhões de pessoas em todo o mundo.

Dentro deste contexto institucional, a referida campanha foi apresentada pelo presidente do Grupo RBS, Nelson Sirotsky, como uma forma de “enfrentar a epidemia do crack” (Grupo RBS, 2009). Como trabalhamos nesta pesquisa apenas com as duas propagandas veiculadas na RBS TV, e não com todo o material institucional produzido (como o *site*, os projetos sociais financiados pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, formas simbólicas impressas nos jornais, entre outros), faz-se necessário esclarecer o que entendemos por propaganda.

Entendemos a propaganda como um tipo de comunicação baseado em uma argumentação cuja finalidade é convencer o telespectador/receptor (*O crack vicia logo na primeira vez e produz as piores conseqüências... Crack nem pensar!*). Propaganda deriva de propagar e significa “qualquer forma de divulgação de uma idéia, filosofia, conjunto de

valores, com a intenção de informar e persuadir determinado público-alvo, levando-o à adoção ou adesão a tal idéia ou filosofia” (Guareschi et al., 2008, p.571).

Pensamos que além de ser ou ter um discurso propagandista, as propagandas também contém em si um discurso informativo. O discurso propagandista com a função de persuadir o alvo (não use crack!), o informativo, para transmitir-lhe saber (o crack causa as piores consequências: dor, prostituição, roubos, assassinatos...). No discurso propagandista, o *status* de verdade é da ordem do *que há de ser* – se usar crack, você ficará semelhante às “pessoas” que mostramos –, enquanto que no informativo, o *status* de verdade é da ordem do *que já foi* (Charaudeau, 2009) – essas conseqüências são vividas por quem já usou o crack, os especialistas confirmam tal realidade. As propagandas televisivas, uma parte das ações dessa campanha, foram consideradas nesse trabalho como sendo constituídas tanto com um discurso propagandista, que busca convencer o telespectador/receptor, quanto com um discurso informativo, cujo objetivo é transmitir um saber (Charaudeau, 2009).

A construção desse discurso ocorre, conforme Charaudeau (2009), através de um Contrato de Comunicação, constituído por dados externos e dados internos. Os dados externos são agrupados em quatro tipos de condição de enunciação: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo (este último aspecto foi abordado quando tecemos algumas considerações sobre o aparato institucional da Rede Globo e do Grupo RBS).

A *identidade* dos parceiros engajados no processo de troca é definida através das respostas às perguntas: “quem troca com quem?” ou “quem fala a quem?” (Charaudeau, 2009). Nessa condição de enunciação detectamos dois aspectos que definem a *identidade*: os atores envolvidos na construção da campanha e o público-alvo.

Os atores envolvidos na construção da campanha apontados pelos interlocutores são: “o Governo”, “a RBS” (inclusive os diretores), “psicólogo”, “terapeuta”, “esse tipo de gente que estuda e que quer se especializar em dependência química”, e também “tem o dedinho da OMS¹⁴”. Quanto à participação de usuários na construção da campanha, os grupos apresentam opiniões distintas. O primeiro grupo acredita que teve a participação de um “usuário lunático”, de “cabecinha fraca”, pois as propagandas não retratam a realidade. Para o segundo grupo “devia ter um pouquinho mais da mão de quem tá dentro do mundo” (G2/59).

¹⁴ Organização Mundial da Saúde.

I-J). Já o terceiro grupo tendeu mais para a opinião de que houve a participação de usuários na construção da campanha,

porque quem, quem não usa não sabe como funciona o troço sem se informar com alguém que faz. Quando chega na faculdade se tu... quem é que vai te ensinar o negócio, é o professor, porque... porque ele sabe como que funciona o negócio, né (G3/203.I-D).

Enfatizamos que os atores aos quais a mídia “concede a palavra prioritariamente não são sempre aqueles que estão implicados de modo direto nos fatos, mas aqueles *eleitos, especialistas* ou *cidadãos* suscetíveis de ter certa visibilidade social” (Charaudeau, 2009, p.192). Os eleitos são aqueles que representam a instituição política e, conseqüentemente, a retórica que utilizam constitui um jargão característico dos políticos. Charaudeau (2009) ainda nos alerta para o fato de que, quando os especialistas são solicitados a pronunciar-se, “sabem que devem falar de uma determinada maneira e, ao mesmo tempo, exibir-se como um ‘bom especialista’” (p.194). Além do mais, as mídias não convocam um especialista qualquer.

No debate com os interlocutores, o público-alvo preponderante da campanha são pessoas que nunca usaram drogas, pois “*quem não usa pode até ficar aterrorizado*”, “*chocado*” com as cenas, famílias, crianças, jovens, pais, que podem usar a propaganda para ensinar aos filhos que nunca devem usar drogas. Contudo, constatamos uma ambivalência que também pode ser observada em relação a esse elemento: alguns acham que para os usuários a campanha é uma “*comédia*”, podendo despertar o interesse de quem já faz uso de outras drogas; para outros, a campanha pode ajudar o usuário que tem “*vontade de largar o vício*”.

A *finalidade* é a condição que define que todo ato de linguagem é ordenado em função de um objetivo e busca responder à pergunta: “*Estamos aqui para dizer o quê?*” (Charaudeau, 2009). A condição de finalidade foi debatida nos grupos através de questões que versavam sobre o tema e os objetivos das propagandas.

Em relação à finalidade ou aos objetivos das propagandas, parece ser consenso que a campanha foi criada para “*causar impacto*” na sociedade, para chamar a atenção das pessoas para esse grave problema social. A campanha, segundo as discussões, tem a função de “*alertar a criança desde pequena, porque depois de adulto isso aí não funciona muito*” (G2/212.I-J) e “*está incentivando um pouco os jovens para não... O que é que vai acontecer se eles forem por esse caminho, né*” (G2/217.I-E). Entretanto, alguns interlocutores afirmam que, para alcançar o objetivo da prevenção, a intenção da campanha é “*assustar a pessoa pra ela não querer fumar*” (G1/57. I-L), fazendo do crack um “*bicho de sete cabeças*”. Essa

intenção é considerada errada por alguns, pois pode estar gerando “*mais preconceitos*” em relação ao usuário.

A finalidade é pensada em termos de *visadas*, e subentende que o objetivo da comunicação é fazer com que o outro seja incorporado à sua própria intencionalidade. Nesse sentido, Charaudeau (2009) compreende quatro tipos de visadas, que julgamos terem sido incorporadas no discurso dos interlocutores: a prescritiva (as propagandas “*assustam*” a pessoa para ela “*não querer fumar*”); a informativa (as propagandas servem para “*alertar*” as pessoas sobre os perigos do crack); a incitativa (as pessoas que assistem as propagandas acreditam que “*tudo é verdade*”, mas “*isso é pra enganar o povo*” já que mostra uma parte da “*realidade*”); e a visada do *pathós* (os telespectadores ficam “*assustados*”, sentem “*medo*” dos usuários). Portanto, parece-nos que a campanha é bem sucedida em suas visadas.

O *propósito* é a condição que nos mostra que todo ato comunicativo é construído em torno de um domínio de saber, e é definido a partir da resposta à pergunta: “Do que se trata?” (Charaudeau, 2009). Nos grupos, buscamos debater sobre o tema e o foco das propagandas. Vários pontos foram citados: ela fala do usuário, faz uma crítica ao usuário, mostra as conseqüências do uso da droga, visa conscientização e “*drogadição*”. Parece-nos que neste ponto temos uma linha de raciocínio, mesmo que com algumas contradições: na construção de uma campanha que fala dos usuários de crack, e destinada predominantemente a pessoas que nunca fizeram uso da droga, há pouca (ou nenhuma) participação dos próprios usuários. Nesse sentido, as “*Rodas de Conversa*” mostraram-se como um espaço efetivo de comunicação, no qual essas pessoas tiveram sua voz e seu saber reconhecidos.

Os dados internos do contrato de comunicação são “aqueles propriamente discursivos, os que permitem responder à pergunta do “*como dizer?*”” (Charaudeau, 2009, p.70). Em relação aos dados internos, vários aspectos debatidos nos grupos nos fornecem alguns indícios sobre os interlocutores percebem os elementos discursivos. Dentre esses aspectos, destacamos os impactos gerais causados pela exibição das propagandas, as razões e/ou motivos que justificam a criação da campanha, bem como suas limitações, a partir da avaliação dos interlocutores.

Em relação aos impactos gerados pelas propagandas, a primeira observação é que a maioria dos interlocutores dos grupos já havia assistido na televisão as propagandas da referida campanha. A maioria deles considera que “*ao vivo é bem pior*” e que “*fugiu da realidade*”. Alguns ainda se referem às propagandas como “*sensacionalismo*” e “*negócio*”

hollywoodiano”. Ainda em relação aos impactos gerais, os interlocutores fazem uma diferenciação importante: “*Chega a dar um impacto, mas não é tudo aquilo, como nós usuários, assim, que já usamos não chega a passar tudo aquilo para a gente, mas acho que para quem nunca fumou deve passar*” (G2/18.I-E). Ou seja, o impacto gerado neles parece ser diferente das pessoas que nunca usaram a droga.

No terceiro grupo realizado, um dos interlocutores pondera sobre o efeito da campanha, contrariando outro interlocutor que afirmou a ineficiência da campanha em relação aos usuários:

Não, eu acho assim que tem um efeito de... pelo menos eu me vejo aí como eu era, né. Que a questão que eu falei, a gente não se vê na verdade, muitas vez a gente não consegue se vê e aí está sendo mostrado como nós era e o ponto que nós íamos chegá, aqueles que ainda não chegaram. (G3/163.I-A)

O mesmo interlocutor também faz uma crítica à campanha: “*Eu só não concordo com ali ‘o crack nem pensar’, eu acho que nós devemos pensar sim. Porque se nós não pensá, nós vamos tá fechando os olhos pra isso que tem tomado praticamente a humanidade toda (...)*” (G3/70. I-A).

Quanto às razões e/ou motivos que justificam a criação da campanha, um interlocutor levanta a questão: “*Por que só a propaganda do crack? Se tem a cocaína, tem a maconha, a bebida, tem o haxixe, tem o chá de boleta...*” (G1/107. I-AN). A resposta, para o grupo, não demora a surgir: é a droga que “*mais tão usando*”, “*agora o que mais tá matando é o crack*”. Além de ser culpado de causar mais mortes, o crack promove crimes, assaltos e prostituição, pois “*quando a pessoa não tem um sustento, uma coisa, ela vai dar um jeito de conseguir dinheiro pra sustentar o vício, né. Então, quiseram fazer uma campanha para tentar abater um pouco essa droga, né*” (G2/57. I-E). Aqui podemos identificar claramente, mais uma vez, a estratégia de naturalização (Thompson, 2007) – a consequência “natural” do uso de crack é o envolvimento com crimes, assaltos e prostituição. Essa naturalização é legitimada pelas mídias em suas inúmeras matérias veiculadas sobre o tema e as falas dos interlocutores reproduzem o que já está no discurso midiático.

Um dos interlocutores se refere a um motivo pessoal do diretor do Grupo RBS, possivelmente baseado em boatos, para a criação da campanha e conclui sua idéia afirmando que “*é que nem político, político só vai sentir dor quando pegar no bolso ou na família, porque até então ele não tá nem aí pro povo*” (G3/124. I-D). Essa frase nos remete ao fato de

que o “problema do crack” iniciou no Brasil entre o final da década de 80 e o início dos anos 90, mas os usuários eram predominantemente de classes sociais desfavorecidas e em situação de rua (Horta et al., 2009; Kessler & Pechansky, 2008; Duailib, Ribeiro & Laranjeira, 2008; Domanico, 2006; Raupp & Adorno, 2010, 2011). Outra razão apontada está relacionada ao mercado de drogas, ao tráfico:

Eles tão falando só do crack, porque é o carro-chefe do tráfico de droga hoje em dia é o crack. Antigamente, quando o cara ia comprar cinquenta grama de fumo, o cara pagava trinta pila; hoje tu vai pagar cento e cinquenta, quase não tem, entendeu. Em compensação, tu vai... tu vai atrás de crack, tu acha baratinho, e o efeito é muito mais forte do que a... mais dinheiro e menos volume, quem nem fala, pra carregar, pra vender, pra tudo (G3/229. I-D).

Os interlocutores também apontaram as limitações da campanha. A primeira limitação indicada foi o momento na qual as propagandas foram veiculadas: “*eles botaram a propaganda depois que tomou conta. Tinha que ter botado no início*” (G1/110. I-A). Outra interlocutora expõe sua avaliação sobre a campanha:

Ah, eu acho que pra diminuir não é qualquer campanha, não é qualquer coisa não (...). Porque pra diminuir, fecha uma boca, abre dez, não é bem assim. Num país corrupto como o nosso, isso não vai melhorar dum dia pro outro. Nem uma década, nem duas. Assim como fazem campanha pra cocaína há quantas décadas, pra maconha, quantas décadas fazem campanha pra não usar e pra não sei o que e tai ainda, óh... (G1/345.I-L)

Ao ser questionada sobre o motivo da ineficiência da campanha, a mesma pessoa responde: “*Não é que não funciona. É como nesse caso que o próprio vício comanda, que o vício é muito mais forte do que uma propaganda. Ela se torna pequena perto de um vício*” (G1/347. I-L). Interlocutores de outro grupo também chegaram à mesma conclusão: o uso da droga é muito mais forte que qualquer campanha. Mas um interlocutor faz uma consideração sobre a campanha que está relacionada ao público-alvo da mesma, preferencialmente pessoas que nunca fizeram uso da droga:

Só tem um detalhe muito grande nisso aí que ninguém prestou atenção também. O usuário mesmo, até nem digo nós aqui, mas todo mundo aqui já usou e já teve lá no fundo do poço, cara. Quem tá no fundo do poço mesmo, não tem acesso a essa propaganda. Entendeu? Não tem acesso à propaganda, então, não faz diferença pra quem tá usando, pra quem tá no fundo do poço mesmo. A família sim, tudo bem. Vai ver, vai tá em casa, vai assistir, isso e

aquilo... Mas quem tá no fundo do poço não tem nem acesso a propaganda, então não vai fazer diferença. (G3/277. I-D)

Outro aspecto que gostaríamos de destacar é a diferenciação estabelecida pelos interlocutores entre as palavras “ditas” e “escritas” e as imagens veiculadas nas propagandas. Roland Barthes, em 1967 (citado em Charaudeau, 2009), buscou mostrar a autonomia da palavra e da imagem como sistemas significantes, entendendo que cada um é portador de conjuntos sociodiscursivos próprios. Embora autônomos, são sistemas interdependentes, pois é na sua relação recíproca de ancoragem que se produzem os processos de significação. Charaudeau, ao considerar a autonomia desses dois sistemas significantes, propõe uma classificação conforme as funções exercidas pelas palavras e pela imagem televisual.

Para os interlocutores, o que mais “*causou impacto*” neles foram as palavras, pois elas “*valem para todos*”, elas dizem “*a verdade*”. As imagens, contudo, são vistas como “*enviesadas*”, “*distorcidas*”. Vemos nessa distinção a autonomia da palavra e da imagem como sistemas significantes, conforme discutido acima.

Charaudeau (2009), baseado nesses dois sistemas, propõe uma classificação conforme as funções exercidas pelas palavras e pela imagem televisual. Das cinco funções exercidas pelas palavras, identificamos três nos discursos analisados: a descrição-narração (os interlocutores percebem as propagandas como uma forma de descrever os problemas relacionados ao uso de crack, envolvendo a população); a explicação (além de descrever, busca interpretar os fatos, afirmando, por exemplo, que o “*crack vicia logo na primeira vez*”); e o testemunho (revela a existência de uma realidade, como foi o caso da propaganda que se dirige aos familiares, um dos únicos pontos da discussão em que houve unanimidade nos três grupos – o sofrimento dos familiares).

A imagem televisual, por sua vez, pode ter três funções. A função de designação busca mostrar o mundo em sua realidade perceptiva como um “*estar-aí*”. Essa função evidencia efeitos de autenticidade. Esses efeitos não foram percebidos com nossos interlocutores, ao contrário, o efeito das imagens foi o de uma “*não-autenticidade*”. Para a maioria dos participantes, não há uma identificação com as “*pessoas*”, “*ensangüentadas*”, que “*parecem estar com tuberculose*”, ou seja, não ocorre esse efeito de autenticidade.

A função de figuração busca reconstituir o mundo como ele “*foi*”, tornando-o possivelmente verdadeiro. Em relação a essa função pudemos constatar o efeito de verossimilhança pretendido por ela, como foi o caso do interlocutor que achou a imagem do

“*senhor preocupado*” semelhante à imagem do seu pai, no dia em que teve um “*surto mesmo*”. A função de visualização, por fim, consiste em representar coisas do mundo “não visíveis a olho nu” (como representações gráficas, imagens virtuais, etc.). Essa função coloca em cena efeitos de descoberta de verdade, o que não foi percebido na fala dos interlocutores, que consideraram as imagens um “*negócio hollywoodiano*”, demasiadamente dramatizado, desprovido de “*verdade*”.

A partir dessa análise, percebemos que os receptores não são passivos: a recepção de formas simbólicas é sempre uma ação complexa e altamente qualificada (Thompson, 2007, 2008). A recepção e a apropriação, entendida como o movimento de “tornar próprio” algo que é novo, são concebidas como processos ativos e potencialmente críticos e devem ser interpretados dentro de um contexto sócio-histórico.

Essa noção de recepção nos mostra que, mesmo que os indivíduos tenham pouco, ou quase nenhum, controle sobre os conteúdos das formas simbólicas que lhes são oferecidas, eles podem trabalhar e reelaborar de maneiras singulares os conteúdos veiculados pelos produtores. Nesse sentido, a recepção é sempre uma atividade situada, rotineira, uma realização especializada que requer habilidades adquiridas ou construídas pelas pessoas e, também, um processo hermenêutico (Thompson, 2008).

A recepção é também um processo hermenêutico porque as pessoas envolvidas no processo de recepção são também envolvidas num processo interpretativo, no qual são construídos os sentidos para os produtos da mídia. Portanto, deve ficar claro que os significados atribuídos às formas simbólicas veiculadas pela mídia variam de um indivíduo para outro, e de um contexto sócio-histórico para outro, evidenciando que o “significado” das mensagens é uma construção, e não um fenômeno estático – como pode sugerir a expressão “transmissão cultural”, trabalhada por Thompson.

A tradição hermenêutica nos chama a atenção para outro aspecto relevante da interpretação: ao interpretar as formas simbólicas, as pessoas as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmo e dos outros, usam-nas como “veículos para reflexão e auto-reflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem” (Thompson, 2008, p.45). É o que o autor chama de “apropriação”, um extenso processo de conhecimento e autoconhecimento, no qual se adapta as mensagens à própria vida e aos contextos e circunstâncias vividas.

Na recepção e na apropriação, portanto, estamos envolvidos num processo de formação pessoal e de autocompreensão. Estamos constantemente nos modificando por meio de mensagens e de conteúdos significativos veiculados pelas mídias, e também de tantas outras formas. Nesse sentido, tanto o discurso e a comunicação, quanto os processos de recepção e de apropriação, desempenham um papel central na (trans) formação da ideologia (Dijk, 2008).

A Função Midiática da Prevenção e da “Videologização”: o uso de Estratégias ideológicas

Sabemos que, como o próprio diretor do Grupo RBS afirmou, a intenção da campanha é “tratar o tema sob a ótica prioritária da prevenção” (Grupo RBS, 2009) e, dessa forma, são propagandas destinadas prioritariamente às famílias e às pessoas não usuárias de drogas. Apesar disso, os interlocutores se consideram “alvos” da campanha também, já que ela “*fala dos usuários*”, “*critica o usuário*” e, portanto, fala deles, de quem eles são.

A “ótica prioritária da prevenção” do Grupo RBS é também a ótica dos interlocutores: “*é melhor prevenir do que remediar, né. Eu acho que é muito mais fácil a pessoa não usar do que sair*” (G1/109. I-L). Além de retratar a realidade, a mídia teria então a função primordial de prevenir o uso. E essa prevenção é relacionada por nossos interlocutores principalmente aos “não-usuários”, por dois motivos: o primeiro se refere ao fato de que a prevenção está dentro de um sistema “*não use drogas*”, e, portanto, como já fizeram uso de diversas substâncias, eles não fazem mais parte deste “*sistema*”; em segundo lugar, para eles o fato da propaganda “*ajudar*” alguns usuários a sair do “*fundo do poço*” não é o mesmo que prevenir.

Portanto, a noção que nossos interlocutores apresentam sobre prevenção é de algo que diz “não”, enquanto que eles já disseram “sim”. Prevenção e tratamento, dessa forma, parecem constituir, ao olhar deles, como duas políticas distintas, e não como concepções que fazem parte de uma mesma política. Veremos no último eixo a noção de tratamento e que a experiência deles com os serviços criados para esse fim, como o Hospital, a Fazenda Terapêutica e o CAPS, faz com que eles acreditem que estes têm como objetivo único tratar, curar, excluindo, sobretudo, formas de prevenir e, mais ainda, de promover saúde.

A mídia, nessa direção, também é vista como o agente modificador dos problemas que atravessam a sociedade (Roso & Guareschi, 2007). Só que a prevenção não os afeta mais,

resta-lhes apenas o tratamento. Contudo, ressaltamos que esse discurso é constituído por duas estratégias ideológicas: a padronização e a eternalização.

Através da padronização, “formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (Thompson, 2007, p.86). Como a prevenção nos remete à idéia de proibir e impedir, por exemplo, esta cumpre sua função apenas com aqueles que ainda não usaram e/ou não se tornaram dependentes da droga. Padroniza-se, dessa forma, o grupo dos usuários como aquele grupo que necessita de tratamento, preferencialmente internação. Nessa padronização, entretanto, desconsideram-se outras propostas de atenção à saúde, como a “promoção à saúde”, a noção freireana de conscientização, e a Redução de Danos.

A eternalização, por sua vez, consiste no esvaziamento do caráter histórico de fenômenos que são sócio-históricos. Esse esvaziamento ocorre quando os fenômenos são apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes (Thompson, 2007). Isso ocorre com o conceito de prevenção, “é melhor prevenir do que remediar”, já dizia o ditado popular. Ocorre que, ao eternalizarmos a idéia de prevenção, acabamos por nos esquecer que ela esteve (e ainda está) diretamente relacionada ao processo histórico da “guerra às drogas” e, conseqüentemente, à lógica proibicionista.

Parece-nos “natural” que seja melhor prevenir que curar, ou conforme o ditado popular, “é melhor prevenir do que remediar”. Entretanto, a prevenção não é uma prática única. De que prevenção estamos falando? Lancetti (1989) explica que a palavra prevenir, etimologicamente, provém do latim *praevenire*, vir antes, tomar a dianteira. Dentre as opções que o dicionário Aurélio dá a palavra, há duas que nos interessam para a discussão: uma delas é fazer propender, dispor, preparar-se; a outra é impedir, proibir, interromper. Os significados “impedir”, “proibir” e “interromper” nos remetem à lógica biomédica-curativa-repressiva identificada na série jornalística “A Epidemia do Crack” (Romanini & Roso, 2011), bem como na campanha “Crack, Nem Pensar”.

Os significados “fazer propender”, “dispor”, “preparar-se” lembram a definição de Caplan (1980) de ações preventivas em termos de “provisão de suprimentos”, físicos, psicossociais e sócio-culturais. Contudo, “se fazemos a oferta, produzimos demandas. Essas demandas de ajuda serão respondidas na ação preventiva sob a rubrica de ações supletivas. Dize-me quão desequilibrado estás e te direi o que te falta” (Lancetti, 1989, p.82).

Parafrazeando Lancetti, a campanha propõe: dize-me quão “viciado” estás e te direi o que fazer. O que fazer? Nem pensar em usar!

Ao abordar o tema exclusivamente sob o prisma da prevenção, a campanha “Crack nem pensar” parece desconsiderar a perspectiva da promoção de saúde e, além disso, como é comum neste tipo de campanha, busca “conscientizar” as pessoas sobre os efeitos nocivos decorrentes do uso de drogas. Mas é possível conscientizar alguém? Seria preciso, antes de tudo, dizer o que se entende por conscientizar. Se conscientizar significa recorrer aos especialistas para ensinar aqueles que não sabem, aqueles que “erroneamente” usam/abusam o/do crack, a resposta a esta pergunta seria “não”, mesmo que alguns chamem essa prática de conscientização. Se, por outro lado, como nos diz Jovchelovitch (2008), tomamos os encontros dialógicos como pressuposto para o trabalho em comunidades, não será possível conscientizar, mas oferecer um espaço dialógico no qual os saberes (popular e “científico”) se encontram, não havendo hierarquização ou valoração desses saberes, mas um estímulo à consciência crítica.

Para finalizar essa análise, trazemos a fala de um interlocutor sobre outra propaganda, contrapondo as que havíamos discutido no decorrer do grupo:

*Só uma vez, uma propaganda que eu vi que tava certo. Que eles iam na balada, e se joga na balada, que ele acha que ia usar e ia parar no outro dia. Só que ele usou, usou, usou... e a partir da semana que ele usou, ele não conseguiu parar mais. (...) E aí mostra que ele usou drogas com bebidas alcoólicas. E daí... (...). **Só tinha a imagem, ele não tinha voz, porque era a vontade dele de sair das drogas.** [grifo nosso] (G1/520-524. I-R)*

O que queremos problematizar com essa fala é que, em primeiro lugar, a lógica do discurso é a mesma das propagandas da Campanha “Crack nem pensar”. Em segundo lugar, a “dependência química” cala o sujeito, pois o “vício é mais forte” do que qualquer campanha, do que ver “a mãe chorando”, do que qualquer coisa. Mas o que não é questionado é que a construção midiática do uso/usuário de drogas cala o outro, exclui sua voz, sua palavra. Esse silenciamento da voz do outro é ocultado o tempo todo à medida que continuamos acreditando que o que “cala” as pessoas são as drogas, e não a construção sócio-histórica em torno desse fenômeno.

Entendemos, portanto, que a mídia exerce um papel fundamental nesse “ocultamento” das condições sócio-históricas do fenômeno “drogas”. A televisão, presença constante nos lares da maioria dos brasileiros, exerce uma dupla função que é observada pelos

interlocutores: ela “*retrata a realidade*”, ao mesmo tempo em que busca ser um reflexo das pessoas, respondendo às demandas da população (como diz o novo *slogan* da Rede Globo “A gente se liga em você!”). Outro lema, muito conhecido dos gaúchos, o lema do Grupo RBS, “Pra fazer a TV que você vê, a gente faz muita coisa que você não vê”, representa, para nós, não apenas os “esforços” dos jornalistas, repórteres e de toda uma equipe técnica que “faz o bem” à população, que é o significado atribuído nesse *slogan*. “A gente faz muita coisa que você não vê”, nesse trabalho, representa os fenômenos ideológicos propriamente ditos, aquilo que fica oculto, descaracterizado de seu contexto sócio-histórico e que produz efeitos de massificação.

Nesse sentido, encerramos a análise deste eixo com as reflexões de Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl (2004), sobre o termo “videologias”. A palavra “videologia” é, segundo os autores, um trocadilho em aberto, sujeito a outras interpretações, cujo significado implica tanto a noção de mitologia, pensada por Barthes, quanto o conceito de ideologia, que em nosso trabalho é o elaborado por John Thompson. O exercício semiológico de Barthes, em *Mitologias*, buscava analisar o sistema de signos que compõem o imaginário das sociedades industrializadas, cada vez mais mediadas pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela imprensa e pela publicidade (Bucci & Kehl, 2004).

Entretanto, como vimos no decorrer de nossas análises, podemos afirmar que hoje, ainda com o avanço da internet como meio de comunicação, a televisão ocupa o lugar da grande produtora de mitos. Entendendo os mitos como um conjunto de conceitos indiscutíveis compartilhado por todos os membros de um grupo, com o objetivo de produzir, se não uma verdade absoluta, ao menos um efeito de verdade – como vimos nas funções das imagens televisivas (Bucci & Kehl, 2004). Nessa direção, a televisão busca o tempo todo produzir verdades ou efeitos de verdade sobre o crack, por exemplo, e, através dessa produção, influenciar as pessoas através de suas “visadas” (Charaudeau, 2009), mas

a TV só influencia porque é o elo que industrializa a confecção do mito e o recoloca na comunidade falante. A TV não manda ninguém fazer o que faz; antes autoriza, como espelho premonitório, que seja feito o que já é feito. Autoriza e legitima práticas de linguagem que se tornam confortáveis e indiscutíveis para a sociedade, pelo efeito da enorme circulação e da constante repetição que ela promove. A TV sintetiza o mito. (Bucci & Kehl, 2004, p.19).

A campanha “Crack nem pensar”, dessa maneira, sintetiza o mito contemporâneo das drogas: como algo perigoso, que mata, que aumenta os índices de criminalidade, ou seja, que

deve ser evitado pelo bem da sociedade. Esse tipo de campanha produz efeitos de verdade visíveis, como vimos nas falas de nossos interlocutores, e perpetua essa noção de drogas que, por ser indiscutível, é confortável. Ao se tornar um mito, um tabu, seu debate causa mal-estar. Essas significações tornam-se “imutáveis”, “eternalizadas” porque há uma fixação entre significantes e significados¹⁵, cristalizando a ideologia (Bucci & Kehl, 2004).

Ao naturalizarmos e eternalizarmos o signo “droga”, acabamos por paralisar o movimento que ocorre nos processos de significação: o deslizamento entre significante e significado, deslocando os sentidos – “o que não era passa a ser, deixando de ser no instante seguinte” (Bucci & Kehl, 2004, p.17). A televisão, então, ao produzir e/ou manter o “mito das drogas”, produz fenômenos ideológicos, criando e sustentando relações de dominação. Dessa forma, a mídia produz “videologias”, a forma contemporânea do mito, concebendo a imagem simultaneamente como alicerce, instrumento e resultado da operação midiática. Através dessa operação, o “ver” (do latim *video*, *videre*) é fundamental já que vivemos numa sociedade “em que os seres somente são ou vêm à existência se forem dados à visibilidade imediata” (Chauí, 2004, p.7).

Como vimos em nossa análise, portanto, muitos dos nossos interlocutores sentem-se “invisíveis” e, conseqüentemente, inexistentes no meio social. A campanha “Crack nem pensar” os colocam em evidência, no “vídeo”, em nosso campo visual. Aí, então, passaram a existir. É justamente dessa existência e desse “mito das drogas” - sustentado pela “videologia” da campanha analisada - que vamos tratar no último eixo.

¹⁵ O significante, nesse caso é a “droga”, o “crack” – o objeto, desprovido de significado; “cola-se” a esse significante o significado – a droga como algo perigoso, nocivo à saúde, ilícito.

O “MITO DAS DROGAS”: CRACK, CORPO E POLÍTICAS

No segundo eixo, abordamos o papel da mídia, especificamente da mídia televisiva, no desenvolvimento das sociedades modernas. Vimos, nesse debate, que a mídia, dentre outras coisas, conforma o espaço público ao criar a realidade e estabelecer pautas de discussão, através dos acontecimentos e conteúdos que “ela” decide veicular para a população em geral. Neste eixo, pretendemos explorar um pouco acerca do tema “drogas” nas sociedades contemporâneas. Para isso, iniciaremos essa análise através da relação entre mídia e drogas, pois entendemos que para muitas pessoas, se não para a maioria, a “epidemia do crack” se constituiu como uma realidade a partir de sua massiva veiculação midiática.

Após analisarmos essa relação, vamos apresentar uma análise das políticas direcionadas ao uso/usuário de drogas no Brasil, destacando duas principais vertentes: a jurídico-institucional e a referente à saúde. Após esse movimento, passaremos a discorrer sucintamente sobre os aspectos sócio-histórico-culturais das drogas, focando nos aspectos relativos ao crack no Brasil. Nesse contexto, far-se-á uma revisão sobre a toxicomania dando ênfase às relações com o corpo, prazer e dor e sobre a noção de estigma.

Atualmente a questão do uso do crack entrou na pauta das discussões de saúde e segurança pública, principalmente através dos meios de comunicação. O uso inadequado de substâncias psicoativas tem sido apresentado como uma grave ameaça à saúde de inúmeros brasileiros e relacionado à elevação dos índices de violência e criminalidade em nossa sociedade (Brasil, 2005a; Romani, 2003; Ronzani et al., 2009; Minayo & Deslandes, 1998; Vedovatto, 2010).

Um dos primeiros estudos que focou a mídia e sua relação com o crack mostrou que reportagens publicadas em jornais americanos sobre a “epidemia do crack” eram sensacionalistas, sem embasamento científico e contribuíam para desviar o foco das autoridades sobre outros problemas sociais mais urgentes (Hartman & Gollub, 1999). Outro estudo norte-americano (Reinarman & Levine, 1997), indica que a primeira referência à nova forma de cocaína na mídia foi em um artigo publicado em 1984 no *Los Angeles Times*.

Dois anos depois, a mídia televisiva norte-americana, representada pela CBS¹⁶, promove e veicula um documentário chamado “*48 Hours on Crack Street*”, sendo apresentado

¹⁶ A sigla CBS significa “*Columbia Broadcasting System*”, considerada uma das maiores redes de televisão e rádio dos Estados Unidos.

da seguinte forma: “*Tonight, CBS News takes you to the streets, to the war zone, for an unusual two hours of hands-on horror*” (Reinarman & Levine, 1997, p.48). A televisão, cumprindo sua função de “retratar a realidade”, apresenta as ruas como uma “zona de guerra”, mostrando duas horas de práticas do horror, ou ainda, no seu sentido bélico, de treinamento prático para o horror. Parece uma chamada de filmes de terror. A partir de então, a utilização de palavras como praga, peste, epidemia e crise se tornou comum na mídia (Reinarman & Levine, 1997).

Políticos, a mídia e propagandas antidrogas se referiam com frequência à “adição inevitável” da cocaína, porém, enfatizavam que o crack era ainda pior, uma vez que ele promove uma “adição instantânea” (23 anos depois, o Grupo RBS, através da campanha “Crack nem pensar”, fala que o crack “vicia logo na primeira vez”). E é justamente em função disto que os termos epidemia e peste passaram a ser tão empregados nos discursos sobre o crack (22 anos depois, o Grupo RBS veicula a sua primeira série de reportagens sobre o crack, intitulada “A Epidemia do Crack”). Reinarman e Levine (1997) propõem uma breve análise sobre esses dois termos. Se a palavra “epidemia” é usada no sentido de uso “difundido” ou “prevalente”, não é possível caracterizar o fenômeno como epidêmico, já que a grande maioria dos norte-americanos não fazia (e nunca fez) uso dessa substância (se revisitarmos os dados epidemiológicos, que não é de nosso interesse aqui, possivelmente essa constatação é válida também para o Brasil).

Agora, entre a população pobre, especialmente entre os afro-descendentes e jovens latinos, o uso do crack era bem mais comum. Nesses grupos minoritários, portanto, poderia se falar em uma “epidemia do uso do crack”. Os autores ainda enfatizam que o álcool e o tabaco, considerados separadamente, matam mais pessoas do que todos os usos combinados de cocaína e heroína juntos. Nesse sentido, “epidemia” seria uma palavra apropriada para descrever o uso daquelas substâncias (Reinarman & Levine, 1997).

Essas considerações sobre o termo “epidemia” nos remetem aos “atributos simbólicos” das drogas, pois uma droga não é apenas um determinado composto com determinadas propriedades farmacológicas, mas elas são revestidas de valores sustentados por uma dada sociedade (Escohotado, 1997). A fim de exemplificar sua afirmação, Escohotado (1997) fala do caso da heroína. Em 1925, antes de ser controlada, era consumida por pessoas de classes abastadas, ativas no trabalho e geralmente alheias às ocorrências delituosas. Entretanto, uma década depois, um grupo muito mais jovem, marginalizado socialmente e considerado

responsável pela maioria dos crimes, passou a consumir a heroína freqüentemente. Vemos, dessa forma, que “ao lado do caráter legal ou ilegal se junta o fato de muitas drogas psicoativas estarem ligadas a setores predeterminados, adquirindo com isso um tipo de rótulo” (p.28). Parece-nos ser o mesmo caso dos afro-descendentes e dos latinos em relação ao crack nos Estados Unidos.

A palavra peste, ou praga, é considerada mais “forte” que epidemia (Reinarman & Levine, 1997). Ela se refere, geralmente, a uma doença contagiosa fatal. É sabido que o crack atua como estimulante do sistema nervoso central e que seu uso contínuo e frequente pode causar diversos problemas físicos e psicológicos, mas o uso em si não está diretamente associado à morte da maioria dos usuários (Reinarman & Levine, 1997; Fryer Jr., Heaton, Levitt & Murphy, 2005; Ribeiro, Dunn, Sesso, Dias & Laranjeira, 2006; Pulcherio, Stolf, Pettenon, Fensterseifer & Kessler, 2010). A maior frequência de morte dos usuários de crack tem sido associada a causas externas, como homicídios e infecção pelo HIV/AIDS (Reinarman & Levine, 1997; Fryer Jr. et al., 2005; Ribeiro et al., 2006; Pulcherio et al., 2010; Duailib et al., 2008; Zaluar, 2008a). Portanto, não podemos afirmar que o crack é uma praga, uma peste, no sentido estrito do termo, mesmo que esteja sendo utilizado para se referir a determinados grupos sociais pobres que estão “infestando” nossas cidades, como se eles carregassem em seus bolsos a peste, ou melhor, o crack.

Nos Estados Unidos, portanto, “sentimentos racistas fomentaram campanhas contra o uso da cocaína, retratada como uma droga muito usada por negros, que os levaria a praticarem atos de violência contra a população branca” (Domanico, 2006, p.11). Percebemos que o movimento da mídia brasileira e a forma como se abordou o tema (e continua sendo abordado) é muito semelhante a dos Estados Unidos.

No Brasil, diversos estudos têm mostrado que, nos meios de comunicação, as drogas são consideradas um mal vinculado ao campo jurídico-policial e médico-psiquiátrico e que, invariavelmente, leva os usuários à criminalidade. O discurso antidrogas é apresentado como hegemônico na sociedade atual, tendo como um de seus efeitos a ação repressora e a adoção de uma perspectiva exclusivamente biomédica-curativa (Vedovatto, 2010; Marinho, 2005; Ronzani et al. 2009; Noto et al., 2003; Brasil, 2005a; Reinarman & Levine, 2004; Romanini & Roso, 2011). Esse discurso antidrogas, todavia, revelaria outra face além daquela que apregoa “uma sociedade livre das drogas”: “A “epidemia do crack” pode, portanto, ser considerada, de certo modo, um resultado da política proibicionista, antidrogas, uma vez que a

ausência dos componentes químicos “obrigou” os comerciantes de drogas a recuperar o uso de cocaína fumada” (Domanico, 2006, p.15). É evidente que essa discussão “passa longe” das pautas midiáticas.

Nessa direção, também encontramos a pesquisa realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância e do Ministério da Saúde (Brasil, 2005a). Nesse estudo, constatou-se que tratar de drogas na mídia brasileira significa quase sempre tomar como ponto de partida uma relação estreita com a violência urbana, levando o tema a adquirir proporções gigantescas, com reações da mesma ordem, traduzidas em ações cada vez mais repressivas. Entendemos, dessa maneira, que se faz urgente e necessária a disseminação de debates mais aprofundados sobre o “fenômeno das drogas”, para que, através de uma postura crítica, consigamos desnaturalizar e desmitificar verdades produzidas pelas políticas da “Guerra às Drogas”.

Passemos agora à análise deste eixo, introduzida pela narração de duas cenas extraídas do Diário de Campo. Essas cenas, que contêm aspectos diretamente relacionados às questões teóricas apresentadas neste eixo, serão resgatadas no corpo de nossa análise, que será constituída dos seguintes elementos: discursos e práticas, enfatizando os discursos jurídicos (com foco na produção histórica da “Guerra às Drogas”) e os discursos e práticas da área da saúde (com foco na noção de tratamento); definições, usos e contextos; e corpo: experiência de prazer e de dor; estigmas e preconceito.

1ª Cena

Logo que cheguei ao CAPS conversei um pouco com um rapaz que iria nessa manhã para uma internação em Nova Palma. Questionei-o sobre suas expectativas em relação à internação, ao que ele me responde: “Eu tô bem empolgado, tava precisando dessa internação por causa da vontade de usar... acho que agora vou começar o tratamento mesmo”. Perguntei se no CAPS ele já não estava se tratando: “Um pouco sim... mas fico muito tempo sem fazer nada e essa gurizada aí não é fácil”. Mais tarde, após uma situação de violência ocorrida no serviço com um dos usuários, um dos profissionais da equipe solicitou a presença de um vigilante da prefeitura dentro do CAPS. Depois do “sufoco”, chegou um vigilante e o responsável por esse setor na prefeitura. Após algumas explicações sobre o serviço e sobre o que havia ocorrido, os dois nos disseram algumas coisas, e algumas frases ditas foram muito marcantes para mim e as reproduzo nesse diário:

“Eu conheço vários deles. O “fulano” [referindo-se ao usuário que apresentou comportamentos violentos naquela manhã] cresceu com a gente na rua. Eles já conhecem e já estão acostumados com o nosso jeito de trabalhar: desce o pau neles”.

“Vocês tinham que ter dado parte na polícia. Eles têm ficha suja. Vão dando parte até que a polícia vai guardando eles”.

“São tudo vagabundo e só vêm aqui pra comer de graça. Eles saem daqui e vão pro centro nos incomodar, roubar...”.

“Pra dar conta deles vamos precisar de dois vigias”.

“Se vocês querem os vigias aqui, vocês vão ter violência. O nosso treinamento é para bater e imobilizar os vagabundos. É claro, a gente entra em ação quando a conversa de vocês não funciona mais”.

2ª Cena

Cheguei hoje ao CAPS e estranhei o silêncio. Encontrei apenas duas profissionais dentro da casa. Saí no pátio e fiz a volta na casa. Nos fundos, encontrei dois estagiários do CAPS, numa “roda de conversa” com sete usuários do serviço. Juntei-me à roda. Conversamos durante quase duas horas. (...). Um momento da conversa que me chamou a atenção foi quando os guris começaram a mostrar suas cicatrizes. Parecia uma disputa de quem tinha mais cicatrizes no corpo. Cada cicatriz mostrada vinha acompanhada de uma história vivida por eles. Eles se comparavam entre si com base na quantidade de cicatrizes e no tempo ou número de vezes que “puxaram cadeia”. Os que têm mais cicatrizes no corpo e mais tempo de cadeia se consideram e são considerados mais fortes, portanto, merecem mais respeito que os outros. Observei que o respeito está associado à obediência “cega” ao “mais forte” e, conseqüentemente, ao medo. A “lei do mais forte” e do medo, vivenciadas na rua, parecem estar sendo “reproduzidas” dentro do CAPS.

Discursos, políticas e práticas: criminalização das condutas e patologização do usuário

O uso de drogas e, mais recentemente, o *abuso* de crack, constitui-se em um problema social. Para o Estado, é um problema social em termos de prejuízos: na esfera afetiva, nas esferas produtivas, consumistas, educativa e de saúde. Os prejuízos nessas diversas esferas resultam ao Estado, sobretudo, em prejuízos econômicos (Nascimento, 2006). Entretanto, as

tentativas do Estado de reduzir esses impactos não têm prosperado, e esse fracasso pode ser explicado por vários fatores, dentre eles se destacam:

(i) ausência de outro tipo de ação estatal que não seja o combate ao comportamento de consumir drogas pela via do direito penal; e (ii) o Estado põe em prática ações aparentemente divorciadas dos objetivos da sociedade em relação à economia de drogas, mostrando-se pouco eficaz em promover ações que diminuam essa economia e as conseqüências que são próprias dela. (Nascimento, 2006, p.185)

Quando um fenômeno revela-se num problema social, como “a epidemia do crack”, esse problema acaba se tornando alvo de políticas cujas ações tendem a inibir ou prevenir os “fatores causais” do mesmo. É, portanto, através das políticas públicas que o Estado adquire legitimidade para agir sobre um determinado grupo social, buscando implementar suas ações (Nascimento, 2006). Não pretendendo esgotar aqui essa concepção, entende-se nesse trabalho como Políticas Públicas “a formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos” (Rua, 2009, p.19). Podemos, então, pensar que as políticas públicas são uma das resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas aos investimentos em determinadas áreas envolvendo bens públicos.

Considerando a complexidade do fenômeno, concebido por diversos autores como um problema de ordem social (Petuco, 2010, 2011; Gorgulho, 2011; Nascimento, 2006; Lancetti, 2009), e não de uma mera “dependência química”, uma política de drogas precisa contemplar quatro aspectos: deve ser pragmática, amoral, com ênfase em saúde pública e multissetorial (Gorgulho, 2011). Lembramos que *amoral* não significa *imoral*. Pensar em uma política pública *amoral* significa pensar numa política “desprovida de moral”, de preceitos morais que classificam os sujeitos e suas práticas cotidianas como boas ou más, gerando estigmas e preconceitos como vimos na seção anterior.

Qualquer política pública que vise o fenômeno das drogas requer uma filosofia norteadora. Identificamos na “Guerra às Drogas” duas filosofias: a primeira concebe o usuário de drogas como criminoso e deriva do sistema normativo do direito penal brasileiro (como fica explícito na fala do “vigia municipal” na primeira cena, que “a polícia vai guardando eles”, já que “todos têm ficha suja”); a segunda concebe o usuário como doente, patologizando seu consumo, e fundamenta-se no modelo médico (Nascimento, 2006; Corrêa, 2010), conforme narrado também na primeira cena, sobre a centralidade da internação como

tratamento. As duas abordagens, contudo, fundamentam-se num único princípio: o da punição. Diríamos mais: elas fundamentam-se, sobretudo, na lógica proibicionista. Analisaremos agora esses dois discursos-práticas.

A Criminalização das Condutas dos Usuários de Drogas

As primeiras intervenções do governo brasileiro com relação à atenção ao usuário de drogas datam no início do século XX e foram constituídas pela criação de um aparato jurídico-institucional (Machado & Miranda, 2007). Esse aparato estabelecia, através de uma série de leis e decretos, o controle do uso e do comércio de drogas e a preservar a segurança e a saúde pública no país, prevendo penas que determinavam a exclusão dos usuários do convívio social. Essas intervenções, porém, não são genuinamente brasileiras, são intervenções importadas do modelo norte-americano de “Guerra às Drogas”.

A definição de uma substância como “droga” depende, em última instância, não de suas propriedades farmacológicas, mas do modo como o Estado decide tratá-la (Escotado, 1997; Simões, 2008; Rodrigues, 2003, 2004; Baptista, 2003; Corrêa, 2010; Oliveira, 2009). Declarada pelo governo de Richard Nixon (Estados Unidos), em 1972, a “Guerra às Drogas” tornou-se a tônica na abordagem internacional da questão das substâncias psicoativas ilícitas (Rodrigues, 2003). Nessa época, o tema do controle mundial das “drogas” havia alcançado um nível de alta regulamentação, cujo documento maior era a Convenção Única da ONU¹⁷ sobre Psicotrópicos, de 1961. Esse tratado sintetizou uma série de convenções que, desde o Congresso de Xangai, em 1909, vinha elaborando restrições à livre produção, venda e consumo de drogas estimulantes, como a cocaína, e narcóticas, como os opiáceos (Rodrigues, 2004).

O principal objetivo das normas internacionais acordadas nessas convenções era o banimento de todo uso que não fosse considerado para fins médicos. O objetivo expresso da lógica proibicionista, então, é a erradicação do uso de qualquer droga que altere a consciência ou a percepção da realidade. Ou seja, nessa perspectiva, até mesmo psicoativos legais como o álcool e o tabaco caminham para uma situação de controle que beira à proibição total (Rodrigues, 2003, 2004).

¹⁷ Organização das Nações Unidas.

O objetivo dessas convenções é expresso por um dos nossos interlocutores – “*A moral é pegar e não existir droga*” (G1/242. I-E) –, o que evidencia o alcance e disseminação desse discurso como algo “natural”, e não como resultados de convenções políticas. Essa idéia é complementada por outro interlocutor: “*Eu acho que enquanto tiver pra vender vai ter comprador. E enquanto tiver comprador vai ter pra vender também*” (G1/320. I-L). Outra pessoa conclui que: “*Acho que tem que pegar os cientistas, acho que é os cientistas que vêm trazendo isso aí pra cá...*” (G1/245. I-AN).

Impressa a marca da política externa dos Estados Unidos, principalmente através da defesa da elaboração de legislações antidrogas restritivas, a estratégia dessa política consistia basicamente na identificação de países-fonte – *agressores* – e países-alvo – *vítimas* das máfias globais. A guerra às drogas, dessa forma, foi delineada como uma postura dirigida à exteriorização do problema da produção de psicoativos e à repressão interna a consumidores e organizações do narcotráfico. Dispositivos como disciplinarização, vigilância e confinamento foram e continuam sendo utilizados para reprimir e controlar grupos sociais ameaçadores à ordem interna (Rodrigues, 2004). Em relação a esse aspecto, um interlocutor fala dessa exteriorização do problema da produção, talvez contrapondo o controle interno exercido sobre eles, através das ações truculentas da polícia (ou dos vigias da prefeitura que “descem o pau nos vagabundos”):

Não adianta combater o crack aqui no Brasil, tem que combater de lá de onde vem a droga, lá na fronteira lá, combater de lá. Não quero mais droga no meu país e assim e assim e deu. Não adianta combater o crack aqui no Brasil... (G1/114. I-A)

Contudo, a constatação do governo norte-americano da adoção de psicoativos entre jovens brancos soou como alarme para os defensores da erradicação do uso de tais substâncias. Como o objetivo era banir o uso, o esforço não poderia recair apenas nos guetos. A “contaminação” causada pelas drogas espalhava-se pelo corpo social (Rodrigues, 2003). Nesse sentido,

As “drogas” eram o problema diagnosticado pelo governo; assim, para eliminar o “vício” do ambiente social devia-se atacar a origem do flagelo. Dessa forma, às organizações narcotraficantes cabia a desarticulação, aos traficantes e usuários restava a punição. A postura de tolerância zero norteadora das políticas de segurança pública contemporâneas nos Estados Unidos, tomaram seus primeiros contornos no tratamento dispensado aos negociadores e aos consumidores de substâncias ilícitas. (Rodrigues, 2003, p.3)

Entendemos, portanto, que a medicalização e a criminalização do uso “leigo” de determinadas substâncias foram os principais meios pelos quais as sociedades modernas construíram o “problema das drogas”. O tão veiculado e debatido “problemas das drogas” nos remete, de fato, ao

problema mais amplo dos códigos de aceitação e de rejeição de determinadas substâncias, das condições pragmáticas nas quais se dá a definição, aplicação e transformação de categorias classificatórias por meio das quais a existência, a concepção e os usos de determinadas substâncias ganham sentido e eficácia na vida social. Uma determinada substância química se torna uma “droga” em um determinado contexto de relações entre atividades simbólicas e o ambiente, em que operam saberes e poderes. (Simões, 2008, p.17)

Além de uma construção simbólica e social, vemos que o consumo de substâncias como o álcool e o tabaco é aceito com “normalidade jurídica e social” (Organização das Nações Unidas, 2010), enquanto que o uso de substâncias como a maconha, cocaína e o crack é social e juridicamente condenável. Nesse sentido temos o confronto entre o controlado e o descontrolado, entre o lícito e o ilícito, entre o legal e o ilegal. Precisamos considerar, portanto, o caráter dúbio conferido a substâncias como o álcool e o tabaco (Helman, 2009), pois eles são considerados “drogas legais” ou “lícitas”.

Entretanto, o uso dessas “drogas” pode ser considerado descontrolado, e até mesmo ilegal (como é o caso quando uma pessoa dirige embriagada ou fuma um cigarro em local proibido por lei), dependendo do contexto sócio-histórico-cultural no qual está inserido. As demais drogas, como a maconha, cocaína e o crack, não apresentam essa dubiedade: seu uso é considerado “descontrolado”, “ilícito” ou “ilegal” independentemente do contexto, sendo tal deliberação tomada verticalmente e amparada num aparato jurídico-institucional considerado legítimo pela sociedade.

O contato mais imediato que nossos interlocutores têm com essa lógica proibicionista da “Guerra às Drogas” é com a figura dos policiais: *“Pra poder combater o crack, primeiro as polícia precisam parar de usar também (...). Eles têm que parar de usar maconha, eles têm que parar de usar crack, pedir pra eles parar de enxertar o cara também né meu. Que eles chacotam o cara”* (G1/316-318. I-AN). O mesmo interlocutor relata uma cena na qual os policiais fazem uso da substância que lhe pertencia:

Cocaína já pegaram comigo sabe, botaram uns troço e disseram ‘se for boa tu vai passar, se não for tu vai tomar’. Botaram em cima da viatura um carrerão e ‘fum’ [faz o

gesto do uso da cocaína em pó]. *Cada um tequiava uma vez e mexiam os nariz e disse ‘ó, tu passou, vai andando agora’. Me pegaram e tiraram tudo meus bagulhos. Bira¹⁸. Já pegaram bira minha e já tomaram bira minha também. Várias vezes.* (G1/327. I-AN)

Ao serem questionados sobre qual é a relação da polícia com a campanha “Crack nem pensar”, a resposta é imediata: “*Tem a ver porque eles são os primeiros a fazer a apologia...*” (G1/331. I-A), pois “*quando o crack tá entrando em Santa Maria, os brigadiano já tão até usando*” (G1/332. I-E). A discussão feita por Zaluar (2008a, 2008b), sobre a corrupção policial, surge no grupo a partir dessa problematização referente à apologia que os policiais fazem: “*É, aqui ele falou... se existe corrupção pra todas as outras coisas, pra droga mais ainda. Eu acho que enquanto em outros países com essas campanhas pode ajudar, mas não no Brasil. Do jeito que tem corrupção eu acho que...*” (G1/343. I-L).

A “Guerra ao Crack”, promovida pela Campanha “Crack nem pensar”, pode estar despertando sentimentos hostis na população em relação aos usuários, reforçando estigmas e preconceitos¹⁹ como o identificado nos Estados Unidos com o “Efeito *Crackhead*” – cabeça de crack (Reinarman & Levine, 2004):

*Eu sinto na verdade, como ele falou ali, que tem pessoas que sentem vontade, eu graças a Deus hoje eu olho numa propaganda um cara fumando e não consigo sentir vontade. Mas tem gente que ainda sente... medo, eu sinto uma **revolta** dentro de mim, eu sinto uma **repugnância** quando eu vejo, tipo um **ódio** disso, porque eu vejo que isso tá matando muito jovem, tá destruindo muitas famílias né. Então eu vejo isso aí muito forte pra mim, sabe, porque talvez eu não tenha chegado a esse ponto aí, mas eu tava bem pertinho de chegar. Então eu me vejo aí como eu tava antes né, eu tava a caminho dessa, dessa reportagem que tá sendo passada aí né, dessa propaganda [Grifos nossos].* (G3/165. I-A)

Essa “guerra ao crack”, portanto, tem despertado sentimentos como revolta, repugnância e ódio em relação à substância inanimada crack, mesmo sendo a “guerra às drogas” a “guerra mais covarde. Vocês já viram as drogas se defendendo da polícia e querendo lutar e fugir? Já viram uma droga atacando alguém? Como é que se estabelece uma guerra contra coisas?” (Corrêa, 2010, p.173). Só que esses sentimentos direcionados ao crack,

¹⁸ Bebida alcoólica não identificada.

¹⁹ Os temas do estigma e do preconceito serão tratados mais profundamente na última seção de nossa análise.

via estratégia de racionalização²⁰ (Thompson, 2007), com propagandas como essas que culpam os usuários pela destruição de suas famílias, pelo aumento da criminalidade (roubos e assassinatos como afirma a primeira propaganda), pelo aumento da prostituição e pauperização do espaço público, acabam sendo redirecionados aos usuários, sofrendo cada vez mais processos de exclusão social. Por fim, a fala de um interlocutor evidencia o paradoxo dessa guerra em outras palavras:

Como eu digo assim, eu conheço uma boca de fumo, que é a mãe e cinco filhas. E as filhas espalham pelo pátio escrito “Crack, nem pensar”. Então, eu não sei o porquê disso daí... e vendem, todas vendem. Quando a mãe não tá, é as filhas que vendem. Então, assim, é um troço assim que fica naquela, o que realmente quer passar pra gente. (G2/236. I-E)

A filosofia do Liberalismo Individualista (Guareschi, 2009) se faz visível nessa fala àqueles que conseguem também ver o que *não está aí*. O usuário de crack em nada se relaciona com a figura do traficante (representado aqui pela mãe e suas filhas). É esse usuário que se “dá conta” que o ser humano na sociedade pautada pelo liberalismo-individualista é fundamentalmente egoísta, “homo homini lúpus”, “o homem lobo para o homem” (Guareschi, 2009, p.95).

A Patologização do usuário e a Política de Atenção Integral

Além do discurso proibicionista, que criminaliza o usuário, temos o discurso médico, também hegemônico em nossa sociedade, que institui a “dependência química” como uma “doença crônica”, portanto incurável. Legitimadas por esse discurso, várias práticas constituíram a história da atenção ao usuário de drogas, dentre elas a que mais vigorou foi a reclusão em hospitais psiquiátricos. Mas foi somente em 2003 que o Ministério da Saúde estabeleceu a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas e reconheceu que houve um atraso histórico do Sistema Único de Saúde no enfrentamento de problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas. A atual política adota uma abordagem não mais comprometida com o controle e a repressão, mas sim com a redução dos danos e dos prejuízos (ao menos como paradigma político, em documentos oficiais).

²⁰ Através da estratégia de racionalização, “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (Thompson, 2007, p.82-83).

Através da Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, o Ministério da Saúde “assume de modo integral e articulado o desafio de prevenir, tratar e reabilitar os usuários de álcool e outras drogas como um problema de saúde pública” (Brasil, 2004a, p. 9). O projeto propôs a criação de uma rede de atenção integral do Sistema Único de Saúde (SUS), que envolvem ações de prevenção, promoção e proteção à saúde; a construção de malhas assistenciais formadas por dispositivos especializados (os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS ad) e não especializados (unidades básicas, programas de saúde familiar e hospitais em geral), bem como o estabelecimento de ações intersetoriais (Brasil, 2004a; Machado & Miranda, 2007; Oliveira & Santos, 2010).

O dispositivo do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), fazendo um uso deliberado e eficaz dos conceitos de território e rede, oferece atividades terapêuticas e preventivas à comunidade, buscando: prestar atendimento diário aos usuários dos serviços, dentro da lógica de redução de danos; oferecer cuidados personalizados; oferecer atendimento em diversas modalidades (intensivo, semi-intensivo e não-intensivo); oferecer condições para o repouso e desintoxicação ambulatorial para os usuários que necessitem de tais cuidados; oferecer cuidados aos familiares dos usuários dos serviços; promover, mediante diversas ações, a reinserção social dos usuários, utilizando recursos intersetoriais; entre outros (Brasil, 2004a). Portanto, o objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos. (Brasil, 2004b, p.13)

No decorrer do segundo grupo realizado nessa pesquisa, enquanto discutíamos sobre a noção de cultura como um sistema (abordado no primeiro eixo desta análise), o mediador questiona se o CAPS é também um tipo de sistema, ao que os interlocutores respondem: “É um sistema” (G2/266. I-F), mas é um sistema que “*não diz nem sim, nem não*”, ele “*te ensina a pensar o que tu dizer*” (G2/272. I-J), é “*o sistema pra tirar o cara dessa vida*”, “*pra tentar te tirar de outro sistema, entendeu?*”. Um interlocutor afirma que os sistemas na sociedade existem tanto para ajudar, quanto para destruir, e que o CAPS seria um “sistema de ajuda”:

Que nem eu... onde teria que recorrer? Digamos... eu tudo bem, recorri aos meus pais, né, ó eu não tô bem, tô passando por isso. Tá, mas vamos procurar um auxílio?! E onde

a gente achou esse auxílio? Foi aqui né. Então, o sistema tem que nos ajudar também. Como tá aí pra nos ajudar, como pra destruir. Existe as duas coisas. (G2/270. I-E)

Os CAPS ad desenvolvem uma série de atividades que vão desde o atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros) até atendimentos em grupo, oficinas terapêuticas ou visitas domiciliares (Brasil, 2004b). As atividades proporcionadas pela equipe de profissionais são percebidas de forma bastante positiva pelos interlocutores:

Ele te estrutura pra ti ter confiança em ti mesmo. Porque aqui dentro ninguém sabe se tu usa ou não na rua, eles só sabem se o cara conta, entendeu? Aqui é um livro aberto, se tu quer tu fala da tua vida, se tu não quer tu não fala, mas também não atrapalha quem tá falando. É isso. (G2/274. I-J)

O discurso de outro interlocutor evidencia o caráter terapêutico da fala, sentido nas atividades do serviço:

Quando a gente não fala, a gente fica com aquele peso assim, em cima das costas, sabe? Desde o dia que eu cheguei e falei e conversei, parece que saiu... deu um alívio, na alma, no corpo, em tudo sabe. Saiu um peso que eu tava carregando há muito tempo. Um fardo que só tava me levando pra baixo. Então, isso é uma coisa que a gente tá aqui, tá falando, tô me sentindo bem, tô me sentindo à vontade, é às vezes que a gente tem... Não conheço vocês totalmente, mas me sinto à vontade de expor o que aconteceu comigo, o que tá se passando... (G2/277. I-E)

Os CAPS ad são, então, considerados serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico, constituindo-se como um dispositivo estratégico do Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Tal movimento é pautado por dois paradigmas fundamentais: a desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial (Cedraz & Dimenstein, 2005).

É importante enfatizar que esses dois paradigmas não se confundem e não têm os mesmos objetivos. A desinstitucionalização requer uma contínua desconstrução de ideologias e práticas cristalizadas, defendendo uma mudança para além dos muros dos serviços de saúde mental. Aproxima-se, dessa maneira, à luta antimanicomial, que trabalha na perspectiva de uma política por transformações estruturais da sociedade. A reabilitação psicossocial, por sua vez, fundamenta-se na idéia de que os usuários desses serviços sofreram inúmeras perdas em decorrência do seu adoecimento. Ela parte do registro da falta e busca assegurar a equidade entre iguais e diferentes (Cedraz & Dimenstein, 2005). Portanto, enquanto a reabilitação

objetiva reinserir o indivíduo na sociedade, a desinstitucionalização se preocupa em transformá-la, repensando o trabalho, a família, a medicina, as políticas públicas e demais instituições que atravessam as nossas vidas na contemporaneidade, por isso exige um questionamento interminável acerca das nossas ações e se estabelece como uma idéia muito mais ampla que a reabilitação. (Cedraz & Dimenstein, 2005, p.307)

O paradigma da reabilitação psicossocial²¹ pôde ser observado em alguns momentos no CAPS ad onde foi realizada a pesquisa. Uma das grandes dificuldades que tivemos para compor e realizar as “rodas de conversa” foi o contato inicial. De uma lista de 15, 16 nomes, por exemplo, conseguíamos fazer o contato com cinco ou seis deles. Dos que conseguíamos conversar, na maioria das vezes o contato era com os pais ou outros familiares, dois ou três confirmavam a presença no grupo. Constatamos que as três principais causas para a impossibilidade de participar da pesquisa eram: os pais estavam sem contato com os filhos, pois estes estavam na rua há vários dias em uso; eles estavam, naquele momento, internados em um hospital ou fazenda terapêutica; e, voltaram a trabalhar e, dessa maneira, não poderiam fazer-se presentes no horário do grupo. Poderíamos nos deter nas duas primeiras causas, mas queremos aqui enfatizar que (mesmo que pareçam poucos) alguns “usuários do serviço” conseguiram retomar suas atividades laborais, o que evidencia esse caráter de “reabilitação psicossocial” do CAPS. Reproduzimos também a fala de um interlocutor evidenciando essa função do CAPS:

Pra mim, o CAPS é a família que eu não tenho mais. Todo o apoio que eu preciso, beí, ás vezes eu tô com raiva, tô com raiva, tô querendo me matar, porque eu sou bipolar, né, pego e corro pra uma das gurias. Beí ó, tô mal. Olha, tá acontecendo isso, isso e isso. Aí outro dia eu digo tô bem, tem isso, isso e isso. E teus exames? Não, não consegui, não consegui ainda... bah, consegui fazer meus exames, até que enfim. E sabe, é um ouvido pra falar, é um ouvido pra escutar o cara, é uma boca pra falar o que o cara quer ouvir. Pra ajudar o cara a tomar as decisão, quando o cara tá num impasse. O CAPS é isso. (G2/276. I-J)

Nessa direção, Lancetti (2009) nos fala em CAPS “turbinados”. Os CAPS podem se tornar “turbinados” quando e porque, dando prioridade às pessoas que estão em situação mais

²¹ A expressão “reabilitação psicossocial” é bastante controversa, pois está implícito nesse paradigma que se reabilita alguém que se estava “desabilitado”. Essa discussão precisa ser retomada e aprofundada em outra oportunidade.

difícil, em maior risco de morte ou de violência, a quem está em grande dificuldade de desenvolvimento pessoal e social ou do exercício de cidadania, produzem saúde mental, de modo intenso, complexo e sempre renovado. (p.52)

Contudo, para alcançar esses objetivos, os CAPS devem contar com espaço próprio e adequadamente preparado para atender sua demanda específica (que no caso dos CAPS ad é o atendimento diário a pacientes que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, elaborando um planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada), sendo capazes de oferecer um ambiente continente e estruturado. Os profissionais que trabalham nos CAPS possuem diversas formações e integram uma equipe multiprofissional. A equipe mínima prevista para os CAPS ad é composta por: 1 médico psiquiatra; 1 enfermeiro com formação em saúde mental; 1 médico clínico, responsável pela triagem, avaliação e acompanhamento das intercorrências clínicas; 4 profissionais de nível superior entre as seguintes categorias profissionais: psicólogo, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico; e 6 profissionais de nível médio: técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão (Brasil, 2004b).

Esse aspecto é fundamental em nossa discussão, uma vez que ele é um dos fatores pragmáticos da política. Na cena narrada sobre a “roda de conversa”²² no pátio do CAPS, descrevemos a chegada do pesquisador-mediador no serviço e seu estranhamento com o silêncio. Durante o período inicial de inserção do pesquisador-mediador, os profissionais da equipe estavam cumprindo o calendário de férias, o que esvaziou a equipe e diminuiu o número de atividades oferecidas nesse período. Parece-nos que esse foi um dos motivos que culminaram numa série de situações envolvendo violência no serviço e na posterior chegada do “vigia da prefeitura”. Somam-se a estes acontecimentos, as dificuldades que a equipe vinha encontrando com essa “nova população” atendida: usuários de crack e moradores de rua, pessoas que boa parte dos serviços da cidade não atende.

Entendemos que essas dificuldades encontradas pela equipe são, em última instância, reflexos da gestão pública de um modo geral, cujo desinvestimento nos serviços substitutivos da Reforma Psiquiátrica e falta de vontade política tem causado conseqüências desastrosas nas redes de saúde de municípios de todo o Brasil. Esse descaso da gestão pública, no entanto,

²² Narrada na página 105.

é um desafio com dimensões muito mais amplas: o processo de universalização das políticas sociais no Brasil vem ocorrendo num contexto mundial de crise das políticas de bem-estar social, ou seja, sob a hegemonia histórica de políticas neoliberais, com consequência como o desemprego estrutural, a precarização das políticas públicas e dos vínculos de trabalho, a violência. Todos esses fatores geram fortes implicações no campo da saúde mental (Vasconcelos, 2010).

No plano da saúde no Brasil, vivemos um Sistema Único de Saúde (SUS) marcado, entre outras coisas, por “dificuldades estruturais de financiamento, difícil acesso, precária resolutividade, e baixa capacidade para absorver novos desafios” (Vasconcelos, 2010, p.26). Mais especificamente no caso dos CAPS ad, as dificuldades em trabalhar com os usuários de crack não podem ser justificadas pelo fato de que “todo usuário de droga é um manipulador”, pois assim caímos no equívoco de criar mais mitos universalizantes, prontos para o usufruto da mídia. Mas talvez devamos conceber o uso do crack como

um dispositivo revelador dos limites e potencialidades em que nos movemos no âmbito da política de saúde, da saúde mental, dos desafios para uma intersectorialidade sustentada pela concepção dos direitos sociais e humanos, além das contradições históricas que se incluem na produção dessa clínica. (Lima, 2010, p.88)

É, portanto, dentro desse complexo contexto sócio-histórico que o CAPS ad se encontra, e dentro desse CAPS que, apesar das inúmeras dificuldades, têm conseguido desenvolver um trabalho significativo com esses jovens como pudemos constatar nas falas dos nossos interlocutores, nossas “Rodas de Conversa” ocorreram. Diante das dificuldades encontradas pela equipe, esta passou por alguns momentos de reestruturação do serviço, com o auxílio de uma supervisão institucional. Parece-nos que esse momento foi fundamental para que o serviço consiga se “turbinar” novamente.

Diante das dificuldades com o “problema do crack”, o Ministério da Saúde estabeleceu algumas medidas para esse “enfrentamento” – palavra muito utilizada pelo próprio Ministério, apesar do paradigma da atual política ser a Redução de Danos. O aprimoramento da atenção aos usuários de crack no âmbito do SUS passa por quatro importantes vertentes: ampliação da rede de atenção; ampliação do acesso com desenvolvimento de dispositivos que ofertem cuidados a usuários historicamente desassistidos, como os moradores de rua; maior institucionalidade do cuidado, com a criação de dispositivos de atenção integral que possibilitem cuidado contínuo; e aprimoramento da

articulação em rede da atenção a usuários de crack (Brasil, 2010). Embora o Ministério da Saúde tenha lançado editais de fomento a Centros de Referência de Enfrentamento ao Crack, projetos de pesquisa, consultórios de rua, fazendas terapêuticas, percebemos ainda uma ausência de investimento em Programas de Redução de Danos (PRD) em todo o Brasil. Muitos programas e projetos deixaram de existir devido às dificuldades de financiamento (Domanico, 2006; Souza, 2007).

Lancetti (2009) afirma que a Redução de Danos somente pode se transformar numa clínica porque “pode transformar-se num desvio que consiste em criar uma experimentação de vida ali onde o empreendimento é mortífero” (p.82). Sem usar a denominação “Redução de Danos”, nossos interlocutores estão falando dela no diálogo que segue abaixo:

G2/257. C-M: *Existe um meio-termo?*

G2/261. I-E: *Existe sim. Existe sim o meio-termo.*

G2/262. I-J: *Eu vou dar só um pega, eu pegava e fazia dinheiro aqui, pegava, largava, descia, passava numa boca. Mas esperava o horário certo, saía daqui quinze pras seis, pegava na boca seis horas, o cara já tava na porta do albergue, aí pá, fuma ali na frente mesmo e depois não tem mais como sair pra fora. Era o que eu fazia, o meio-termo.*

G2/263. I-E: *Existe cara. Nem tudo é sim ou não.*

G2/264. I-J: *Eu pegava cinquenta centavos, uma cachaça, uma pedra e fumava... tomava um banho, se tapava e dormia... depois levantava e voltava a dormir de novo. [Breve silêncio] O meio-termo, bem dizer, assim tô tentando até ir pra fazenda, tô tentando me manter, sabe? Em cima do muro... não tô tragado que nem eu tava, mas também nem parei ainda.*

Vemos que ao criar um desvio entre o “sim” e o “não”, pois “*nem tudo é sim ou não*”, cria-se também uma experimentação de vida: uma outra forma de usar a mesma droga, o uso de outra droga, ou outra estratégia. O fato é que aqui se constitui um outro saber sobre o próprio corpo, sobre a própria vida. A estratégia mais comum citada por eles é a substituição do crack por maconha, porque a “*maconha é um remédio natural*”. Mais uma vez Lancetti (2009) nos ajuda a pensar essa questão: “os *crackeiros*, ao fumarem maconha, não somente substituem uma prática que produz asma brônquica, infecções respiratórias e acidentes vasculares cerebrais, mas ligam os sujeitos a outros parâmetros de cooperação, de solidariedade e de convivência” (p.83).

A defesa dos direitos das pessoas que usam drogas é o eixo fundamental da atuação política da Associação Brasileira de Redutoras e Redutores de Danos – Aborda (Petuco, 2010). Quando a Aborda fala na defesa dos direitos, não está falando dos direitos dos usuários de drogas, nem dos toxicômanos, muito menos dos direitos dos dependentes químicos, pois

se falássemos dos direitos dos dependentes químicos, estaríamos falando apenas da saúde, e essa seria uma forma de “medicalizar” o debate. E ainda assim, estaríamos falando não de Saúde, mas de uma certa saúde, que coloca a substância no centro da reflexão, em vez de privilegiar um olhar complexo. (p.76)

É importante ainda ressaltar que tanto a mudança do nome Política Nacional *Antidrogas* para Política Nacional *sobre Drogas*, quanto a substituição gradual dos adjetivos bêbado, drogado, viciado, dependente, e agora crackeiro por usuários de drogas representam avanços semânticos que são “indutivos de debates epistemológicos, éticos e no concreto no cotidiano da vida das pessoas também” (Petuco, 2010, p.76). Contudo, esses avanços semânticos não significam o fim do debate, mas devem servir como estímulos para pensarmos os processos de estigmatização e “assujeitamento” a que essas pessoas são submetidas cotidianamente. Por isso que, na perspectiva da Redução de Danos, não se fala em direitos dos usuários de drogas, mas nos direitos das pessoas, dos sujeitos.

Analisadas essas duas formas de discursos e práticas, passaremos agora para uma breve reconstrução histórico do “fenômeno drogas” e do crack. Buscando uma articulação com essa história, apresentamos as definições, usos e contextos relatados pelos nossos interlocutores.

As Drogas e o Crack: definições, usos e contextos

Conforme vimos na introdução deste eixo, o que não é evidenciado na mídia é que o uso de drogas é uma prática antiga e universal. As drogas podem ser fonte de interesse, atração, medo, entre outros sentimentos e significados culturais atribuídos pelas sociedades. Assim, dependendo do momento histórico, da cultura predominante de cada época, o uso de drogas pode ser encarado de diversas maneiras, sendo visto, ora como um problema ou doença, ora como uma solução, ou mesmo cura (Bucher, 1992; Escohotado, 1997; Raupp & Adorno, 2011; Lins & Scarparo, 2010; Bourgois, 2003, 2010; Mota, 2009; Mourão, 2003; Oliveira, 2009).

A palavra “droga” apresenta, etimologicamente, diferentes significados: provém do vocábulo holandês *droog* (folha seca) – numa época em que as plantas eram utilizadas como fármacos; originada da palavra persa *droa* (odor aromático); origem ou no árabe *durâwa* (bola de trigo) ou no hebraico *rakab* (perfume); ou ainda que ela advém do alemão *droghe vate* - recipiente em que se armazenavam ervas. Para além dessas múltiplas possibilidades de significado, percebe-se um ponto comum entre elas: a relação umbilical entre ervas e drogas. Nesse sentido, constata-se que, para a medicina dos povos antigos, droga era uma erva (vegetal retirado da natureza) capaz de provocar alterações psíquicas (Organização das Nações Unidas, 2010).

Desde a pré-história, então, diferentes “drogas” vêm sendo usadas para uma ampla gama de finalidades, estendendo-se de um emprego lúdico, com fins prazerosos, até o desencadeamento de estados de êxtase místico/religioso. Destaca-se também o seu uso para fins curativos, seja em práticas religiosas, seja no contexto médico-científico da atualidade (MacRae, 2010; Escotado, 1997). Nas décadas de 1960/70 o consumo de drogas teve, inclusive, uma configuração diferenciada: estava associado a discursos e movimentos de contracultura, incluindo o objeto droga positiva e significativamente. Esses movimentos de contracultura enfatizavam a liberdade individual associada a questões sociais, propondo modos de vida alternativos e questionando o consumismo, o militarismo, o valor do trabalho e a repressão intrínseca à sociedade moderna (Mourão, 2003).

Mas antes disso, no final do século XIX, no esteio de uma nova ordem médica - organização de corporações médicas, por exemplo – (Pickstone, 2008), o uso de drogas passou a ser problematizado e o seu controle foi gradualmente deslocado da esfera religiosa para a da biomedicina. Essa mudança de esfera de controle das drogas nas sociedades refletiu na mudança de enfoque em aspectos de ordem religiosa e moral para a concentração em aspectos farmacológicos dessas substâncias (MacRae, 2010). O termo “psicoativo”, nesse contexto, torna-se um dos sinônimos da palavra “droga”: são substâncias que modificam o estado de consciência, humor ou sentimento de quem as usa – tal modificação pode variar de um estímulo leve, como o provocado por uma xícara de café, até alterações mais intensas na percepção do tempo, espaço e do próprio corpo, como, por exemplo, as provocadas por alucinógenos, maconha, cocaína e crack (Simões, 2008).

O sentido da palavra droga tem significado, entretanto, qualquer substância psicoativa ilícita (maconha, cocaína, crack, heroína, LSD, etc.), “cujo uso é tido necessariamente como

abusivo e que são alvo dos regimes de controle e proibição” (Simões, 2008, p.14). O mesmo autor ainda nos lembra que

nas sociedades contemporâneas, o uso de “drogas” assumiu as proporções de uma preocupação central no debate público, principalmente por sua representação unilateral como perigo para a saúde pessoal e coletiva e por sua associação imediata com a criminalidade e a violência urbana. (Simões, 2008, p.14)

Contudo, partimos de uma definição de drogas diferente. Entendemos que a droga é, ao mesmo tempo, um remédio e um veneno (Escohotado, 1997), ou como nos diz Le Poulichet “O tóxico não é a droga” (1990, p.80). O que pode fazer da droga um tóxico é o lugar que ela (a droga) assume na vida do sujeito. O que marca, então, a toxicomania é a tentativa de constituição de uma relação dual com a droga, eliminando qualquer terceiro da mesma. Indo além dessa concepção psicanalítica, Escohotado (1997) busca uma articulação entre diferentes fatores para estabelecer quando a droga se torna remédio ou quando ela se torna veneno, a saber: a) a dose usada; b) o objetivo do uso; c) a pureza da substância; e d) as condições de acesso a esse produto e modelos culturais de uso.

Essa concepção, portanto, não atribui um caráter exclusivamente negativo às drogas e nos permite falar delas como substâncias inanimadas que são, uma vez que

ao lado da química está o cerimonial, e ao lado do cerimonial estão as circunstâncias que caracterizam um território em um determinado momento de sua história. O uso de drogas depende do que elas oferecem quimicamente e biologicamente, e também do que representam como pretextos para minorias e majorias. São substâncias determinadas, mas os modelos de administração dependem muito do que se pensa sobre elas em cada tempo e lugar. Concretamente, as condições de acesso ao consumo são tão decisivas como aquilo que é consumido. (Escohotado, 1997, p.29)

Com o surgimento do crack na “cultura das drogas”, entretanto, parece impossível partirmos dessa concepção de drogas, talvez muito pelo fato do “pânico moral” (Domanico, 2006) em relação ao crack gerado pela mídia. Por isso, o título desta seção é “As drogas e o crack” – o crack pode até representar uma ruptura nas formas e até mesmo nos contextos de uso, mas será possível tratá-lo como uma substância, encarnada na figura do mal absoluto, tão diferente das demais?

Essa concepção do crack como um “mal absoluto” fica evidente nos discursos de nossos interlocutores, ao falarem da droga que eles consomem ou consumiram: “*O pessoal*

fala que o crack é... como vou dizer, é uma das novas coisas apocalípticas que tem a destruição. [breve silêncio] Muitos usuários, assim, já ouviram falar muito disso daí. [Breve silêncio] Que é a droga da destruição” (G2/35. I-E). A droga do “apocalipse”, da “destruição”, também é definida como um “bicho de sete cabeças”: “Eu não tinha pai, não tinha mãe e perdi a mulher e o filho porque não agüentavam mais isso. Aí a luta fica braba. (...) Aí não é mais nem de sete, é quatorze... Eu não tinha ninguém por mim...” (G1/403-405. I-AN). Outro interlocutor afirma que o crack “fica um bicho de sete cabeças” se a pessoa não procurar ajuda,

Eu acho que assim ó, quem teve ajuda ou quem quis ser ajudado, quem teve alguém que tirou por a gente, não é. Mas pra quem não teve ajuda, pra quem tá na rua, isso aí é, daí é. Porque tu não, quem não teve ajuda de nenhum lado, que não tem um pai ou uma mãe, ou um psicólogo ou um psiquiatra ou um CAPS da vida, é, daí é um bicho de sete cabeças porque só pensa naquilo ali, tu pensa que tu nunca mais vai sair daquilo ali, que tu vai morrer ali e que aí tu nem quer sair. Só quer viver fumando e morrer. (G1/402. I-L)

Outra concepção do crack destaca o tom catastrófico veiculado na mídia: “E o crack, digamos, né, é a droga devastadora, é a droga do milênio, tenho visto em muitos artigos né, que estão dizendo isso aí, que é a nova droga do milênio. E agora esse tal do oxi também chegando” (G2/193. I-E). Há, nessa direção, uma escala crescente de malefícios provocados por diferentes drogas. Na fala a seguir, constatamos uma comparação entre a maconha, a cocaína e o crack:

O crack tomou conta. O crack tomou conta, como é que vô te dizê. Tu fuma maconha, tu convive com as pessoa tranqüilo, claro o cara pode notá que tu tá meio aéreo, tá com uma cara de bobalhão, mas tudo bem, ele tá ali no meio das pessoa. Tu cheira cocaína, tudo bem, tu tá no meio das pessoa, tu tá convivendo com as pessoa, entendeu? Tu tá numa festa, na balada. Mas tu fuma pedra cara, tu se entoca, tu se entoca, porque eu não sei se é pelo efeito ou pelo efeito que a mídia fez em cima da droga, que é tão errado e tão prejudicial, que tu se esconde num quarto, se esconde num mato, sabe... (G3/217. I-D)

No decorrer das discussões, constatamos uma aparente contradição nos discursos dos nossos interlocutores: ao mesmo tempo em que concebem o crack como a droga do “apocalipse”, da “destruição”, como um “bicho de sete cabeças”, a “droga do milênio” e “a droga devastadora”, muitos relatos destacam outras drogas como sendo “piores” que o crack: “Acho que cola é pior. Eu já cheirei cola e já vi muitos louquinhos cheirando cola...”

(G1/209. I-E); *“É que nem o LSD, quando vim de Santa Catarina vai dominar também aqui. Porque é bom o troço. Eu já usei cara, docinho que chamam. É três papelzinho assim, daí tu rasga eles e bota debaixo da língua e começa a tomar água”* (G1/211. I-AN). O LSD, ou o “docinho” como eles chamam, *“parece um remédio que o cara toma quando é pequeno”* (G1/217. I-AN) e ao ser comparado ao crack, o mesmo interlocutor afirma que *“o LSD, ele alucina, e o crack não”*. Falamos que é uma aparente contradição, pois não é necessariamente uma contradição, já que pode haver algo pior que o apocalipse.

Essa “contradição” não foi explorada no grupo em questão, mas ela evidencia novamente as estratégias ideológicas de naturalização e eternalização (Thompson, 2007). Ao concebermos o crack como “naturalmente” destruidor, devastador, acabamos por diferenciá-lo das demais drogas a tal ponto que se transforma na “pior droga” e, portanto, um “além-droga”. Como consequência dessa naturalização, as drogas tornam-se algo eternalizado, tornando-as “coisas” desprovidas de seu caráter sócio-histórico, fator considerado fundamental por Escotado (1997) em sua definição.

Seguindo nessa vertente da dicotomia entre melhor e pior, a discussão sobre a maconha, ao ser apresentada como uma “droga melhor”, traz consigo uma definição que se aproxima daquela que abordamos, do remédio e do veneno (Escotado, 1997):

Por exemplo, pra mim que sou índio é natural a maconha. Na minha tribo o pessoal usa lá, não é de fininho, lá é grandão. (...). Chega lá e eles fumam numa folha de caderno, assim ó e ‘fu, fu’ [mostra como é fumada]. Fumaceira total lá. Na tribo é assim, agora na cidade grande, não sei, pra eles é tráfico. É droga. Mas pra nós é uma medicina. Faz bem pro coração, abre a mente, dá a larica, muita fome, dá sono. Se você quer dormir, fuma um baseado e tu dorme a noite inteira. Se tu tá com fome e não consegue comer, fuma uma maconha e abre o apetite. Mas... quer compor uma música, vai ali e fuma um baseado, vai lá escuta um som e daqui a pouco tu já tá, né... já a pedra é diferente do fumo. (G1/142-143. I-A)

Essa fala nos remete a dois aspectos. Em primeiro lugar, a noção de que a maconha (e outras drogas “mais leves”) é a porta de entrada para o consumo de drogas “mais pesadas”, idéia muito difundida no meio social e que fica explícita nas seguintes falas: *“De repente quem... quem usa maconha, de repente bah, vem um conhecido, bah eu tenho um crack aqui, vô experimentar pra mim ver como é”* (G2/185. I-E); *“...faz um pitico ali, já mistura a maconha com o crack ali...dali uns dias não dá mais o efeito, tu ali já vai só pro crack, a*

maconha já vai ser descartada” (G2/186. I-J); “*A maioria começa com o cigarro né? Uma droga leva à outra né?*” (G1/417. I-J); e “*Uma vai puxando a outra... por isso que fica ruim, porque a maioria é tudo usuário lá em casa. Por isso que não gosto de ficar em casa*” (G1/148. I-R).

Conforme a concepção que adotamos, o objetivo do uso é fator crucial na definição de drogas. O objetivo está relacionado aos efeitos buscados no uso. Pensando nisso, Escohotado (1997), revisa brevemente diversas formas de classificação das drogas já propostas, pautadas em diferentes critérios: farmacológicos, conforme o potencial de dependência, a estrutura molecular, condição legal, dentre outros. Mas o autor propõe uma classificação funcional das drogas, cujo critério é justamente o “efeito psicoativo” provocado por elas: 1) drogas apaziguadoras ou narcóticas (causam um alívio da dor, do sofrimento, psíquico ou físico – por exemplo, opiáceos, tranqüilizantes, hipnóticos, anestésicos, bebidas alcoólicas); 2) drogas visionárias e alucinógenas (proporcionam uma “excursão” a zonas não percorridas “do ânimo e da consciência” – por exemplo, ecstasy, maconha, haxixe, mescalina, o LSD, entre outras); e 3) drogas psicoativas estimulantes (proporcionam energia extra ao nosso corpo – por exemplo, erva mate, café, cacau, guaraná, anfetaminas, cocaína, medicamentos como a ritalina, e o crack).

Essa classificação proposta por Escohotado (1997), portanto, ajuda-nos a desnaturalizar o mito da “porta de entrada” – criado pelo discurso proibicionista, uma vez que as diferentes drogas são consumidas com objetivos distintos. É bem provável que antes do uso as pessoas não tenham consciência disso, mas os efeitos são sentidos, experimentados pelo usuário, como ficou claro na comparação entre o LSD e o crack feita por um interlocutor: o primeiro causa alucinação, o segundo não. Inclusive, o efeito do crack mostrado nas propagandas é muito questionado pelos interlocutores (“*O cara se perde, o cara anda sujo, mas não assim né cara*” (G1/36. I-J); “*O que for tá sempre caminhando pra lá e pra cá, ele tá olhando, entendeu? Depois que tu tá viciado não fica assim. Atirado assim*” (G1/56. I-J)). Se a pessoa quiser sentir “*sono ou fome*”, vai usar maconha; se quiser ficar “*ligado*”, usa cocaína ou crack, por exemplo. E nossos interlocutores apresentam essa noção, mesmo que não cheguem a problematizá-la.

O segundo aspecto da fala reproduzida anteriormente se refere às questões étnicas e culturais do uso de diferentes substâncias. Nesse caso específico, trata-se do consumo da maconha dentro da cultura de uma tribo de indígenas. Henman (2008), que concebe a

abordagem oficial das drogas como policialesca e sanitarista, aborda em seu trabalho a tortura do indígena Celestino Guajajara, ocorrida durante a Operação Maconha empreendida pela Polícia Federal no ano de 1977. Conforme o autor, essas operações e campanhas antidrogas

inspiram-se numa clara vontade etnocida por parte de nossa civilização, que busca denegrir e suprimir aspectos considerados “indesejáveis” nas culturas dos remanescentes indígenas no Brasil. (...) Processo similar é observado nas campanhas contra o uso de drogas entre muitos outros segmentos da sociedade, especialmente aqueles cuja aparência e comportamento divergem significativamente das normas aceitas pela maioria da população”. (p.49)

O nosso interlocutor indígena, portanto, é um duplo alvo da lógica “da guerra das trincheiras”: além de ser indígena, é também uma pessoa “em situação de rua”. Contudo, Henman (2008) enfatiza a necessidade de inverter essa lógica, pois é “hora de escutar a mensagem implícita na prática indígena de que as plantas psicotrópicas não são maléficas em si, mas que o seu aproveitamento adequado depende de uma precisa contextualização cultural” (p.49-50).

E diríamos mais: a necessidade de inverter a lógica não apenas para escutar a prática indígena, mas práticas e saberes de tantos outros grupos sociais e étnicos. Observamos, nesse contexto, um aumento significativo no número de pessoas albergadas e em “situação de rua” sendo atendidas no CAPS ad. Frequentemente esse grupo é relacionado a contextos de violência. Entretanto, a padronização e a naturalização das relações entre uso de crack e contextos de violência desconsideram as particularidades desse uso em determinados grupos sociais. Na etnografia de rua realizada por Adorno (2008), por exemplo, presenciou-se crianças e jovens que embora acabassem de acordar de sua dormida embaixo de uma marquise ou próximo ao meio fio, passavam a gritar e se referir como violentos e usuários de crack, usando uma estratégia ao mesmo tempo defensiva, de ataque, para atemorizar as pessoas que passavam e assimilar por efeito reflexivo o que a mídia divulgava a respeito da droga da qual faziam uso.

Historicamente, a proibição de determinadas substâncias esteve associada ao uso por parte de grupos considerados minorias sociais (Escohotado, 1997; Bourgois, 2003, 2010; Domanico, 2006). Essa proibição se deu com diferentes drogas ao longo da história: café, cacau, ópio, bebida alcoólica, entre outras. Reinerman e Levine (2004) citam uma frase emblemática de um clínico geral tunisiano em 1930, comentando os efeitos do chá quando

este chegou pela primeira vez em seu país: “The abuse of tea has taken on the characteristics of a plague. It is not only confined to men, but has even spread to women and children. The situation is becoming very dangerous. Tea abuse... takes the form of an imperious and irresistible craving” (Citado no *The Economist*, em agosto de 2002, apud Reinerman & Levine, 2004, p.182)²³.

Se fizermos o exercício de substituir a palavra “tea” por “crack”, teremos um discurso semelhante ao que vemos hoje na mídia: tem características de uma peste, de uma praga; atinge a todos: homens, mulheres e crianças (só faltou dizer ricos e pobres); a situação está ficando (no caso do crack já é) perigosa; e, por fim, o abuso do crack gera uma imperiosa e irresistível fissura. O crack foi descrito por pesquisadores americanos, no início da década de 80, como uma nova e potente forma de uso de cocaína - a inalação do vapor expelido da queima de pedras, produzidas a partir do “cozimento” da pasta base combinadas com bicarbonato de sódio (Kessler & Pechansky, 2008; Pulcherio et al, 2010; Duailib et al., 2008). O nome crack tem uma origem curiosa. Quando queimada em um cachimbo de vidro ou qualquer outro recipiente, a pedra produz um ruído típico de estalo, produz o som da palavra *crack*, o que deu origem ao seu nome (Horta et al., 2009; Domanico, 2006).

O crack é descrito por nossos interlocutores através de algumas características, como: “*diz que a pedra é feita com ácido de bateria né?*” (G1/194. I-E); “*por isso que é corrosivo, e mais o alumínio, o cachimbo, bei... mais a brasa, o isqueiro, a pedra, a cinza, é um monte de coisa...*” (G1/195. I-AN); “*E às vezes o cara na correria não tem cachimbo, vai na lata mesmo, que é pior ainda*” (G1/197. I-A); “*Tem gente que, quando não tem cigarro, usa a cinza da, da, do fogão a lenha*” (G1/198. I-J). A forma de uso do crack é considerada em alguns estudos como a responsável por diversos problemas físicos (pulmonares, cerebrais, queimaduras nos dedos e nos lábios, dentre outros) e psíquicos.

Conforme Leite (1999) e publicações da Secretaria Nacional sobre Drogas - SENAD (2006), o consumo de crack produz um aumento rápido de cocaína no sangue, causando efeitos psíquicos. Os efeitos iniciais observados no usuário de crack são euforia, sensação de bem-estar e desejo de repetir o uso. Porém, a continuidade do uso pode levar à ansiedade, hostilidade e depressão extrema. Continuando o uso em doses mais altas, pode-se perceber

²³ “O abuso do chá tem adquirido as características de uma praga. Não é restrito somente aos homens, mas se espalhou até entre mulheres e crianças. A situação está se tornando muito perigosa. O abuso do chá... toma a forma de uma fissura imperiosa e irresistível” (Citado no *The Economist*, em agosto de 2002, apud Reinerman & Levine, 2004, p.182). Tradução livre dos autores.

ilusões visuais e auditivas, hipervigilância, delírios paranóides, alucinações e a psicose cocaínica. Assim como os efeitos agradáveis, os desagradáveis são igualmente mais intensos. Além disso, o crack é a forma de cocaína com maior potencial de provocar consumo compulsivo e dependência.

A história do crack no Brasil seguiu uma trajetória semelhante a dos Estados Unidos, porém com um atraso de aproximadamente 10 anos. Os primeiros relatos sobre o consumo de crack surgiram em torno de 1989 entre crianças que viviam nas ruas do centro de São Paulo (Horta et al., 2009; Kessler & Pechansky, 2008; Duailib et al., 2008; Domanico, 2006; Raupp & Adorno, 2010, 2011). Hoje, a mídia brasileira tem relatado casos de uso de crack também nas classes média e alta, mas ainda faltam evidências científicas de que esse índice seja alarmante (Kessler & Pechansky, 2008). O fato de que o crack tenha se espalhado por todos os setores/camadas sociais da sociedade é considerado um mito por Reinerman e Levine (2004), já que dessa forma o fenômeno poderia ser caracterizado como epidêmico, fortalecendo assim a “guerra às drogas”.

Alguns estudos têm identificado o perfil dos usuários de crack brasileiro, confirmando que realmente a maior parte dos usuários é jovem, de baixa renda e do sexo masculino (Duailib et al., 2008; Ribeiro et al., 2006; Pulcherio et al., 2010). Esse perfil é semelhante ao que encontramos em nossa pesquisa (Quadro 1). Nossos interlocutores têm idades que variam de 13 a 29 anos, com uma média de 22,75 anos. Se considerarmos que alguns deles fazem uso há algum tempo (um deles refere consumir crack há quase dez anos), a média de idade do início de uso deve ser bem inferior a esta. Conforme as informações contidas nos prontuários, apenas um, dos 16 interlocutores, pode ser considerado de classe média-alta. A maioria deles vive em situação de pobreza, alguns dependendo do albergue municipal para ter um local para dormir e se alimentar. E quanto ao sexo, já comentamos sobre a predominância de interlocutores do sexo masculino.

Domanico (2006) aborda alguns dos motivos que levaram o crack a fazer sucesso entre as classes menos favorecidas economicamente nos Estados Unidos e que podemos pensá-los na realidade brasileira. O crack era vendido nas ruas, principalmente, por jovens negros e latinos. Um dos principais motivos do “sucesso de vendas” foi o grande contingente de desempregados dispostos a trabalhar no negócio de produção caseira da droga e de venda na própria vizinhança. Era uma ocupação mais rentável que qualquer outro emprego (ou subemprego) disponível a eles, muito em função da (baixa) escolaridade. Além disso, por se

tratar de uma inovação mercadológica no ramo das drogas, mudava também a maneira de consumo e, pelo fato de ser fumada, trazia satisfação breve, porém intensa. Assim o crack se tornou sucesso de vendas e fonte de lucro para o tráfico, ainda mais porque a produção da droga era feita com uma cocaína menos pura.

Nesse sentido, vemos que o crack representa uma ruptura no mercado das drogas, como afirma um dos interlocutores:

Eles tão falando só do crack, porque é o carro chefe do tráfico de droga hoje em dia é o crack. Antigamente quando o cara ia comprar cinqüenta grama de fumo o cara pagava trinta pila, hoje tu vai pagar cento e cinqüenta, quase não tem, entendeu. Em compensação tu vai...tu vai atrás de crack tu acha baratinho, e o efeito é muito mais forte do que a...mais dinheiro e menos volume, quem nem fala, pra carregar, pra vender, pra tudo (G3/229. I-D).

Portanto, se olhadas como mercadorias, as drogas não são apenas substâncias naturais ou sintetizadas, nem um fenômeno bom ou mau por si mesmas, elas são produtos sociais. E mais: “na dinâmica transformação do fetiche “droga ilegal” no fetiche “lucro, dinheiro”, estão em jogo relações de produção e reprodução de riqueza, poder e simbologia” (Minayo, 2003, p.17). Como vimos no primeiro eixo, a especificidade do capitalismo que confere centralidade ao mercado e ao consumo está refletido no mercado das drogas: é um mercado globalizado; contempla redes internacionais de produção e comercialização e pontos locais; tem uma organização complexa, hierarquizada, que envolve diversas atividades e setores; tem enorme capilaridade, uma vez que atende a demandas tanto de altas esferas do poder econômico (com a cocaína, por exemplo) quanto de camadas pobres da população (com o crack, por exemplo); e organiza-se de forma ágil e flexível, incorporando estratégias sofisticadas de acumulação de riqueza (Minayo, 2003).

A acumulação de riqueza, entretanto, não é benefício de todos. A marginalização do uso de drogas e a relação complicada com a lei e com a polícia delimitam um espaço que Fernandes (2006) chama de Território Psicotrópico. Trata-se de um território sedutor a todos que tem interesses em torno das drogas, sejam eles consumidores ou traficantes. Esses territórios são constituídos por regras informais que regem os estilos de vida que habitam o espaço, bem como definem comportamentos de defesa frente a estranhos – como a polícia, que não é mais tão estranha. Essas regras geralmente são ditadas pelos traficantes.

Nesses locais, temos uma mistura do espaço público e do privado. O espaço público é apropriado pela atividade privada de venda e consumo de drogas, ao mesmo tempo em que o

espaço privado das residências nas imediações desse local se torna público pela constante movimentação de usuários para compra da droga (Fernandes, 2006). Algumas falas dos nossos interlocutores ilustram alguns dos territórios psicotrópicos habitados por eles:

Na realidade mesmo assim, bei ontem eu fui dar uma banda, né. Fui dar uma banda com o piação aquele ali [referindo-se à pessoa que entrou na sala com música em volume alta no celular e depois se retirou] que pegou o dinheiro dele e botou tudo fora em crack. Mas uma sala assim, pura merda assim, as pessoas deitadas em cima da merda, sentada em cima das merda e eu só pisei em cima de uma e já me deu um nojo, imagina aquelas pessoas deitadas em cima, aquelas merdas em decomposição, puro bichinho, deitada em cima, sentando em cima daquilo ali, e às vezes com as mãos cagadas assim, e limpando o nariz, limpando boca, prensando e ajeitando pedra e fumando ali, vivendo naquele ambiente, vinte e quatro horas por dia vivendo naquele ambiente. (G2/78. I-J)

Logo após essa fala, outro interlocutor complementa: “(...) *Quem tá perdido na pedra em qualquer canto se atira*” (G2/83. I-F). Essas vivências narradas por eles evidenciam as condições precárias dos territórios habitados por eles, expondo seu corpo, sua saúde. Além disso, esses territórios são conhecidos como contextos violentos, nos quais a droga é sempre a culpada pelos crimes cometidos.

Quando questionados sobre a frase da primeira propaganda exibida (“É uma droga tão devastadora que pode viciar logo na primeira vez e provocar as piores conseqüências: dor, prostituição, roubos e assassinatos são algumas delas”), enquanto alguns interlocutores concordaram plenamente com a afirmação, outros responderam: G2/43. I-F: “*Não, não é bem assim...*” (G2/43. I-F); “*Não. Demorou. Demorou umas três gramas...*” (G2/44. I-J); “*Não, não é bem assim. Eu já roubei, mas nunca me prostitui...*” (G3/109. I-D); e o mesmo interlocutor afirma mais adiante “*Eu tive uns doze anos nessa de idas e vindas sabe, por isso que eu digo que é muito sensacionalismo o que eles fazem assim. Não é da primeira vez que vicia... não é bem assim pra viciar*” (G3/113. I-D).

Essas considerações nos ajudam a pensar em outro mito da “guerra ao crack”, pontuado por Reinerman e Levine (2004), que o crack produz uma adicção instantânea e inevitável. Enquanto mito, essa afirmação se serve da estratégia de universalização (Thompson, 2007), propondo que isso se aplica a todos que se atreverem a experimentar a droga. Por mais que alguns interlocutores tenham “confirmado” isso, consideramos significativas as ponderações contrárias em relação à dependência instantânea ao crack.

Sobre roubos e assassinatos algumas histórias são contadas. Mas o que mais nos chamou a atenção foi o discurso que relaciona o uso do crack à criminalidade, pautado na estratégia de naturalização (Thompson, 2007). Um interlocutor afirma que ocorre a

prostituição porque não tem dinheiro pra comprar né, aí então tu vai ter que fazer isso. O roubo também é a mesma coisa, meu. Quem vai te dar serviço? Que tu é um usuário e tal... Então, tu vai ter que roubar pra sustentar teu vício. (G1/442. I-A)

Outro interlocutor fala não apenas pautado na sua experiência, mas no que tem visto na televisão:

Não, mas aqui em Vacaria, por exemplo, 80% dos homicídios que acontece é por causa do crack. Eu vi, eu vi agora no final de semana na televisão. Os índices de violência e homicídio, e assaltos que acontecem aumentou depois que veio o crack pra cá. Isso aí é inegável né. (G1/73. I-L)

Após um tempo de grupo, o mediador questionou a relação direta entre crack e criminalidade e o mesmo interlocutor reflete de maneira diferente sobre o assunto:

Não é o crack o único culpado. Eu acho que o governo, acho que a falta de lazer, eu acho que a falta de oportunidades pros jovens, a corrupção do país, isso aí é um ciclo que faz com que a gente se torne usuário e faz com que a gente entre nesse mundo, entendeu? Não é que seja o único culpado. Vem de várias coisas já do passado da gente, já vem de várias coisas que acaba se tornando a verdadeira gota d'água, sabe? Mas não que seja o único culpado. Eu acho que já tem outras coisas por trás disso, que já são culpadas também, entendeu? (...). (G1/467-468. I-L)

Essa fala demonstra que nossos interlocutores não são passivos a tudo isso, que eles refletem, exercem uma crítica frente ao que é veiculado, compreendendo que a culpabilização é de outra ordem. Além disso, essa fala reflete a incerteza quanto às explicações causais, apesar dos diversos estudos e evidências empíricas associando uso de drogas e violência (Fryer et al., 2005; Ribeiro et al., 2006; Pulcherio et al., 2010; Duailib et al., 2008). Uma questão que não está suficientemente explicada é se a presença de álcool ou outras drogas nos eventos violentos permite inferir que elas tenham afetado o comportamento das pessoas envolvidas (Minayo & Deslandes, 1998). Ou seja, não é possível saber se essas pessoas em estado de abstinência não teriam cometido as mesmas transgressões.

Também não é possível definir, a partir das pesquisas empíricas, se o uso de drogas atua como um fator associado a outros, desencadeando comportamentos violentos, ou se é o

fator causador (tal como é apresentado nas matérias analisadas). O que é possível inferir, apenas, é que há uma alta proporção de atos violentos quando o álcool ou as drogas estão presentes entre agressores e vítimas (Minayo & Deslandes, 1998; Martins & Pillon, 2008; Reinerman & Levine, 2004).

Zaluar (2008b) nos apresenta outra questão referente à violência: geralmente se atribui às taxas de criminalidade uma forma disfarçada de luta de classes, como se os pobres estivessem cobrando dos ricos aquilo que eles não têm, ou não conseguiram ter. Entretanto, vemos que os pobres são as principais vítimas da criminalidade violenta que assola o Rio de Janeiro, por exemplo. A vinculação entre pobreza e criminalidade é um pressuposto ainda muito difundido no meio social, e hoje cede “lugar ao determinismo sociológico que considera a pobreza, o meio social ideal ou o “meio de cultura” (no sentido bacteriológico) para o aparecimento do criminoso” (p.109).

Deve ficar claro, portanto, o perigo em se estabelecer uma associação direta entre violência e uso de drogas, pois pode estar reforçando a representação social do usuário de drogas como um criminoso (Mota, 2009; Reinerman & Levine, 2004; Romanini & Roso, 2011; Oliveira, 2009) e, conseqüentemente, a exclusão de determinados indivíduos ou grupos sociais. Com o estabelecimento de uma relação causal entre uso de drogas e violência, apenas buscamos ‘curas’ medicamentosas e repressivas para o dependente, ao invés de entendermos o processo como algo psicossocial e histórico (Brasil, 2005a; Romanini & Roso, 2011). Dessa maneira, pensar políticas públicas que promovam saúde fica relegado ao segundo plano (Araújo, Gontíes & Nunes Júnior, 2007; Oliveira, McCallum & Costa, 2010).

Não avançamos muito quanto a essas relações nos grupos realizados. Mas o que ficou evidente, é que nos três grupos, quando se falou em violência e morte, todos conheceram alguém que morreu em função da droga. “Em função da droga” aqui significa que a morte foi relacionada a causas externas (Reinerman & Levine, 1997; Fryer et al., 2005; Ribeiro et al., 2006; Pulcherio et al., 2010; Duailib et al., 2008; Zaluar, 2008a), principalmente homicídios justificados por dívidas com traficantes ou em situações de furto. São vidas assoladas pela violência. Os que moram na rua convivem com a violência do cotidiano das ruas, onde prevalece a “lei do mais forte” (assim como em nossa sociedade de um modo geral) e, conforme a narração da 1ª cena, eles convivem e suportam a violência dos vigias da prefeitura, das ações truculentas da polícia. Como disse um interlocutor, “*é matar ou morrer*”,

a vida se torna mercadoria de troca: “se você não tem dinheiro, vai pagar com a própria vida”. “*Quem diz que ia matar por dois reais...*” (G1/461. I-AN), conclui um interlocutor.

Essa vida, que vale “*dois reais*”, é uma vida marcada pela violência e pela exclusão social. É uma vida encarnada num corpo que vive à margem, cicatrizado, estigmatizado, mas que é habitado não somente por histórias de dor, mas também de prazer. É disto que trataremos na última seção.

Um corpo habitado por histórias e cicatrizes: experiências de prazer e de dor

Essa violência perpetrada no cotidiano desses jovens, uma violência praticada pelo outro, outro-traficante, outro-policial, outro-usuário, outro-droga. Mas é também um outro representado pelo que denominamos no primeiro eixo de “monocultura do saber” (Santos, 2007). Essa monocultura pautada no “saber científico” de diversas áreas, (como a medicina, a psiquiatria, a psicologia e tantas outras) transformou o “corpo-pessoa” num corpo “objetificado”, ou melhor, num “corpo com órgão” (Merhy, 2007) – um corpo-objeto de cuidado, consumidor de inúmeros atos profissionais de saúde centrados em tecnologias duras, e que também se torna objeto de estratégias disciplinares das profissões clássicas da saúde e da saúde pública. Ou, ainda, como assinala Russo (2006), num “corpo-objeto”.

Russo (2006) tece a distinção entre “corpo-pessoa” e “corpo-objeto” através da ilustração de aulas de anatomia para alunos de cursos de medicina: nessas aulas eles têm contato com “peças” do corpo humano – um braço, um órgão ou um osso. Mas esse “corpo-objeto” não existe na vida real, apenas nos livros e aulas de anatomia. O que esses estudantes encontrarão no decorrer de sua carreira profissional serão “corpos-pessoas”, os quais não são abordados na formação (Russo, 2006). O mesmo podemos dizer da formação em psicologia, na qual, desde os primeiros semestres aprendemos a estudar a “mente” das pessoas, separada do corpo, produzindo da mesma maneira um “corpo-objeto”. Essa dicotomia é resultado da tão conhecida dualidade cartesiana mente-corpo, que a exemplo de outras como cultura-natureza, bem-mal, reproduzimos cotidianamente de forma “natural”.

O sujeito, despido de suas roupas, seus adereços e tudo o que o singulariza, torna-se diante do profissional de saúde em um corpo-objeto a ser manipulado, tratado, examinado (Russo, 2006). Para ilustrar o que seria esse “corpo-objeto” no caso do uso do crack, trazemos uma reportagem que foi publicada em Julho de 2008, pelo Jornal Zero Hora, na série intitulada “A Epidemia do Crack” (Jornal Zero Hora, 2008). Esse dia de reportagens especiais

sobre o crack foi intitulado de “A morte é o destino”, e termina com um quadro explicando a ação devastadora da droga no organismo do usuário (Figura 1).

AÇÃO DEVASTADORA

Mais potente e destruidor, o crack provoca dependência em menos tempo do que as outras drogas:

O que é
O crack é uma forma sólida da cocaína, o que permite que seja fumado. Ele resulta da mistura da cocaína com bicarbonato de sódio. Pode ser produzido tanto a partir da pasta básica de coca quanto do pó já refinado.
Os produtores costumam adicionar substâncias para aumentar o rendimento, como pó de vidro, ou intensificar o efeito da droga, como medicamentos.



O uso
O usuário aspira a fumaça resultante da queima da pedra de crack, o que pode ser feito com um cachimbo. É também misturado em cigarros de maconha, chamados de piticos. Ele passa do estado sólido para o gasoso a 95°C.



No organismo

A entrada
A fumaça do crack vai imediatamente para o pulmão, entra na corrente sanguínea e atinge o cérebro. É a forma de uso, e não a composição, que o torna mais potente.

A rapidez da dependência
Usuários afirmam ter se tornado dependentes a partir da terceira vez em que fumaram a pedra, mas ainda não há uma estimativa científica.

O efeito
O crack chega ao cérebro em **oito a 12 segundos**. A cocaína, mesmo quando injetada, vai levar de 30 a 34 segundos para fazer o efeito mais robusto, que persiste por cinco a 10 minutos. Os efeitos compreendem intensa euforia (êxtase), ilusão de onipotência e grande autoconfiança.



Conseqüências para a saúde

- **Fome e sono**
O organismo passa a funcionar em função da droga. O dependente quase não come ou dorme. Ocorre um processo rápido e acentuado de emagrecimento. Os casos de desnutrição são comuns. A dependência também se reflete em ausência de hábitos básicos de higiene e em falta de cuidado com a aparência.
- **Pulmões**
A ação da fumaça do crack gera lesões nos pulmões, levando a disfunções pulmonares. Como já há um processo de emagrecimento, os dependentes ficam vulneráveis a doenças como pneumonia e tuberculose. Também há evidências de que o crack causa problemas respiratórios agudos, incluindo tosse, falta de ar e dores fortes no peito.
- **Coração**
A liberação de dopamina faz o usuário de crack ficar mais ativo e agitado, o que leva a um aumento da presença de adrenalina no organismo. A consequência é um aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial. Problemas cardiovasculares, como infarto, podem ocorrer.
- **Sistema neurológico**
Oscilações de humor – O crack provoca lesões no cérebro, causando perda de função de neurônios. Isso resulta em deficiências de memória e de concentração, oscilações de humor, baixo limite para frustração e dificuldade de ter relacionamentos afetivos. O tratamento permite reverter parte dos danos, mas algumas vezes as seqüelas são irreversíveis.
Prejuízo cognitivo – O prejuízo cognitivo pode ser grave e rápido. A Clínica São José, da Capital, avaliou um paciente com seis meses de dependência e constatou um QI de cem, dentro da média. O teste foi refeito um ano depois, e o resultado deu 80.
Doenças psiquiátricas – Em razão da ação no cérebro, quadros psiquiátricos mais graves também podem ocorrer psicoses, paranóia, alucinações e delírios.
- **Sexo**
O desejo sexual diminui. Os homens têm dificuldade para conseguir uma ereção. Há pesquisas que associam o uso do crack a uma suscetibilidade maior a doenças sexualmente transmissíveis, como a aids, em razão do comportamento promíscuo e imprudente que adotam.
- **Morte**
Pacientes podem morrer principalmente de doenças relacionadas ao enfraquecimento do organismo, como tuberculose, e de doenças cardiovasculares, como derrame e infarto. A causa mais comum de óbito entre usuários de crack, porém, é a exposição à violência e a situações de perigo, uma vez que o vício acarreta invariavelmente comportamentos de risco, desde envolvimento com traficantes a acidentes de trânsito.

Fontes: psiquiatra Félix Kessler, vice-diretor do Centro de Pesquisa em Alcool e Drogas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, psiquiatra Leandro Luz, da Clínica São José, estudo Comportamento de

Editoria de Arte

Figura 1. Ação Devastadora do Crack no organismo do usuário (Zero Hora, 2008)

Nessa explicação sobre a ação devastadora do crack, encontramos primeiramente uma descrição sobre “o que é” a droga e como ela age no organismo: a entrada, a rapidez da dependência e os efeitos causados. Na parte que aborda as “conseqüências para a saúde”, vislumbramos, ao menos, cinco “peças” do “corpo-objeto”: a que diz respeito à alimentação e ao sono, pulmões, coração, sistema neurológico e sexo. O fim inevitável, como diz o próprio

título da matéria, é a morte. Veremos agora como esse discurso está reproduzido nas falas de nossos interlocutores.

O primeiro aspecto discutido nos grupos foi a “aparência física” da pessoa que está “em uso” de crack. Segundo os interlocutores, “o cara” anda sempre “sujo”, pálido, “sempre de olheira” (é que o “cara não dorme” – problemas no sono), fica com os dedos amarelos e queimados, os “dentes podres” e “geralmente com a gengiva sangrando”. Além disso, o usuário fica “seco”, magro (“e o cara também não come” – problemas com a alimentação), como conta um dos nossos interlocutores:

Bei, mas pela visão dos outros o neguinho tá mal... mas o cara não se importa, tira a camisa, tá seco, e acha que tá gordo ainda, entendeu? Acha que tá forte... não, tô gordo, mas vai sumindo, sumindo... eu cheguei a 50 e poucos quilos. (G1/236. I-J)

E não apenas magro, ele fica também com uma aparência de uma pessoa mais velha: “Entendeu, se for uma pessoa de 15, vai representar uma pessoa de trinta e poucos anos...” (G1/184. I-R). Nossos interlocutores também observaram problemas com os pulmões: “E os pulmão né prejudica também né” (G3/54. I-V); “Passa uma noite inteira fumando, no outro dia tu vai respirar teu pulmão nem abre cara. Pro teu pulmão abri não é fácil, só um negocinho assim, mal e mal entra o ar sabe. Até dá uns dias pra limpar aquilo ali, meu Deus do céu” (G3/56. I-D); “(...) Porque é feito à base de cal e querosene né. Imagina, tu pega cal na mão e já te, já te come o pedaço dos dedo, imagina dentro do pulmão, na boca. Tá louco!” (G3/65. I-D).

Outros problemas também são relatados, principalmente no “cérebro”: “Um morreu, um morreu sem cérebro, 3% só de cérebro ele tinha. Morreu que nem criança babando, não falava, não fazia nada... Morreu” (G1/85. I-AN); “Falta oxigenação no cérebro, porque é muita prensa...” (G1/90. I-AN); “Eu voltei, eu fui, apaguei e voltei...” (G1/91. I-B). E, por fim, um interlocutor conclui relatando que

O negão fica branco. O cara fica pálido, branco, branco... ele fica pálido e de olho fechado. Daí daqui a pouco, tu mesmo te apavora, tu mesmo vai mexer na pessoa, pra ver o que tá acontecendo, daí ela começa a se mexer de volta, abre os olhos. E daí conversa contigo, meio olhando pros lados, meio, sabe, pancadão. E daí daqui a pouco, em questão de dez, quinze segundos, a pessoa fica normal de novo. E já tá pronto, já usa de novo. (G1/97. I-AN)

Vemos, através dessas falas, que eles estabelecem uma relação com seu “corpo-objeto”, fragmentado, disperso. Ele “*fica normal de novo*” e “*já tá pronto, já usa de novo*”. O corpo-objeto, ou o corpo-drogado, como afirma Lins (2004), insere-se na “metáfora do narcisismo do sono: dorme o corpo, dorme a dor, dorme o sexo, dorme a vida” (p.192). Dorme, não morre. E é essa a principal diferença que os interlocutores estabeleceram entre eles e os “personagens” das propagandas exibidas. No decorrer da discussão sobre a “aparência física” do usuário de crack, um interlocutor diz que ele “*Parece um morto-vivo. Daquele filme dos morto-vivo. E sabe... até sai umas manchas, mas não que nem aquelas que deixa o cara sem a metade do braço*” (G1/189. I-AN).

Quando o co-mediador do grupo levanta a questão “E qual é a diferença do morto-vivo para aquelas imagens?”, as respostas são imediatas: “*Aquele ali tá morto*”, “*Ele não tá morto-vivo, tá morto mesmo*”, “*O morto-vivo ainda tem volta*”, “*Mas o cara tá morto-vivo porque não dorme, né...*”, “*Tá morto, não tem mais o que fazer*”. A morte, para eles, não é um fim inevitável para o usuário de crack. Afinal de contas, o “*morto-vivo*” ainda tem volta, ainda vive, no máximo ele “dorme a vida” (Lins, 2004), mas sempre acordado e pronto para o consumo.

Conforme abordamos no primeiro eixo, sobre o mercado e o consumo, os sujeitos modernos compram, consomem as próteses oferecidas pela sociedade, “tendo a impressão de que estão vivendo “pequenas salvaçãoes” por poderem participar do mercado de bens sociais” (Carreteiro, 2005, p.67). Ao conceber a droga como uma mercadoria e o seu mercado constituído pelas mesmas características que o princípio do mercado das sociedades modernas, vemos que a droga pode assumir esse lugar de “pequena salvação”. Parece um paradoxo, mas como já afirmamos nesse trabalho, o sujeito usuário de crack participa da “sociedade de consumo” por essa via, mesmo que seja considerada ilícita. O problema surge porque o objetivo central passa a ser “fabricar, produzir e consumir gozo” (p.67), e é nesse cenário que o corpo entra em cena.

Considerando o enfraquecimento dos coletivos e da configuração de uma “cultura do narcisismo”, Carreteiro (2005) propõe uma reflexão sobre o corpo como uma metáfora da subjetividade, observando quatro modos de viver o corpo nas sociedades contemporâneas: o corpo-viril, o corpo-beleza, o corpo do excesso e o corpo-território. Trataremos agora desses quatro modos de viver o corpo, abordando o corpo viril e o corpo beleza juntos, pois

entendemos que eles são interdependentes e se relacionam com questões de gênero em nossa sociedade.

O corpo-viril e o corpo-beleza

O corpo-viril, pensado sob a modalidade da força física, é resultado do esforço de pessoas para se sentirem e se mostrarem fortes diante dos outros, dos outros que convivem e que consideram importantes. O olhar desse outro é fundamental, uma vez que é através dele que o sujeito obterá o reconhecimento de sua ação “pela virilidade que seu corpo é capaz de expressar em público” (Carreteiro, 2005, p.69). Nesse modo de viver o corpo, homens e mulheres se submetem a um trabalho desenfreado de escultura do próprio corpo. O corpo, aqui, torna-se ele próprio em mercadoria, exposto aos olhares de admiração de todos que gostariam de *ter* um corpo igual.

Essa noção de corpo-viril nos remete à segunda cena narrada no início deste eixo. A exibição do corpo com cicatrizes revela a força desses jovens. A cicatriz, nesse caso, não deixa de ser uma forma de “escultura do corpo”, uma vez que ela impõe o respeito ou medo necessário no outro. “*Já fui baleado aqui*”, “*leve uma facada aqui*”. O “*aqui*”, acompanhado do gesto que revela a parte do corpo afetada no ato violento sofrido, mostra aos presentes que *naquele momento* ele estava fraco, vulnerável aos ataques dos outros, mas seu corpo se recuperou e agora está mais forte.

Outro aspecto é a aparência física, da qual tratamos anteriormente. Essa questão não apareceu somente nos grupos, mas também nas observações realizadas dentro do serviço. A oposição fraco-forte é colocada em ato em várias situações: no levantar a camiseta e mostrar que agora “*tenho até barriga*”, em contraposição à magreza no período crítico de uso; no arregaçar as mangas e mostrar os músculos, geralmente seguido da frase “*agora estou forte de novo*”.

O corpo-beleza, por sua vez, é o reflexo da fascinação do mundo contemporâneo pela estética, levando os sujeitos a investirem em seus corpos em busca dos atuais ideais de beleza. Em função disto, a estética corporal tornou-se um dos maiores mercados da sociedade de consumo (Carreteiro, 2005). No caso dos rapazes, que observamos no serviço, o par belo-feio está diretamente associado ao par forte-fraco. Para eles, ser forte e viril significa ser belo e atraente aos olhos das mulheres que freqüentam o CAPS.

Contudo, talvez pelo fato de circularem poucas mulheres usuárias no serviço, não conseguimos visualizar através das observações como o corpo é representado por elas. Mas nas várias visitas ao CAPS, pudemos constatar como o corpo feminino é vislumbrado pelos homens. Na segunda cena narrada, a continuação da conversa no pátio foi justamente sobre as “mulheres do CAPS”. A conversa entre eles consistiu, basicamente, em definir quais meninas eles “pegariam” e quais “não pegariam”. O critério era o corpo, a partir de um ideal de beleza que não precisou ser debatido: “aquilo ali enche a mão do cara”.

Um aspecto que nos chama muito a atenção é que as marcas ou cicatrizes corporais são concebidas de modos distintos para homens e mulheres. As marcas no corpo masculino representam a força e a virilidade do homem. Contudo, as mesmas marcas no corpo feminino representam um “corpo feio”, não atraente, e são usadas como critérios para estabelecer quais mulheres “não pegariam”, como fica evidente numa frase dita por um deles no decorrer da conversa: “cara, aquela ali tá acabada por causa do crack”. As mulheres profissionais da equipe também “entraram” na avaliação. Na comparação entre duas delas, uma era a desejada, pois era “delicada”, “bonita”, tem “corpão”, sempre “simpática” e “acessível”; a outra era “uma bruxa”, até que é “bonitinha”, mas “parece um homem”, gosta de mandar e, com esse jeito, parece até “que gosta de mulher”.

Essas observações evidenciam questões de gênero vivenciadas até hoje em nossas sociedades, nas quais “os estereótipos, como resultantes de processo de manipulação simbólica do objeto-mulher, diferem na medida em que se reportam a posições de classe diferenciadas, linguagens e condições sociais e históricas diferentes” (Strey, 2008). Os estereótipos de gênero, sempre ideológicos, são veiculados cotidianamente pelos meios de comunicação, através de filmes, novelas e comerciais, criando e mantendo relações de dominação entre homens e mulheres (Strey, 2008; Roso, Strey, Guareschi & Bueno, 2002).

Nos grupos realizados, entretanto, a noção de gênero não chega a ser problematizada, ao contrário, reproduziu-se, através da naturalização (Thompson, 2007), estereótipos de gênero no que diz respeito ao consumo do crack: “acontece com algumas mulheres, que elas se prostituem pra conseguir crack...” (G1/37. I-R). Todos os interlocutores aceitaram essa constatação sem questionamentos. Inclusive, os homens que estavam nos grupos logo diziam “nunca me prostituí”, ou “nunca fiz e nunca vou fazer isso [Grifo nosso]”. Eles não fazem, e se já fizeram, possivelmente não contariam no espaço do grupo, *isso* porque é “coisa de mulher”. Contudo, mesmo um pouco reticentes, eles contam dos roubos e das brigas em que

estiveram envolvidos. Um dos interlocutores disse que “*quando eu usava, eu roubava de diabo a pai, bei... O que eu fiz assim. Vocês nem conversavam comigo se vocês soubessem do meu passado*” (G1/486. I-J). Essa fala, com um tom ao mesmo tempo irônico e ameaçador, impõe respeito aos demais membros do grupo. Mas a prostituição ainda parece ser um desses assuntos recobertos por uma “proibição de contato”.

Cenas de marginalidade, violência, degeneração física, moral e transgressão de normas sociais relacionadas com a prostituição são paisagens que persistem no imaginário coletivo quando o assunto remete ao trabalho sexual ou ao consumo de drogas. A narrativa histórica revela que o consumo de psicoativos (como o álcool, a cocaína ou a morfina) foi tolerado enquanto seu uso fez parte dos costumes das classes dominantes, passando a ser atacado pela mídia ou por setores moralistas quando atingiu prostitutas, negros, mestiços e demais indivíduos dos estratos populares (Costa, 2009).

Essa história começa no século XIX, com o nascimento da idéia de sexualidade, do conceito de dependência de drogas e do próprio “drogado”, simultâneo a criação de uma série de outros, como o homossexual, a ninfomaníaca, etc. Este período foi marcado pela crescente intervenção e regulação do Estado nos hábitos da população. A disciplinarização dos corpos, a medicalização da população e os modelos epidemiológicos orientavam-se pelas políticas sexuais e raciais, preocupadas com a higiene social e a profilaxia moral. As campanhas de erradicação dos vícios, do alcoolismo, das sexualidades desviantes, inclusive da prostituição e das doenças contagiosas se propunham a evitar a degeneração da população. Considerados perigosos por seus hábitos, muitos grupos sociais passam a sofrer vigilância por parte da sociedade “sã”, sobretudo por contrariar normas ou pela relação com o uso e comercialização dos “venenos do corpo e da alma” (Carneiro, 2007).

Conforme uma pesquisa realizada com profissionais do sexo da cidade de Campo Grande (Costa, 2009), o consumo de substâncias psicoativas, inclusive do crack, adquire sentidos direta ou indiretamente relacionados à esfera do serviço sexual: descontrair, relaxar, aliviar a tensão, encorajar a manter relação sexual, facilitar a negociação do programa, seduzir, sentir-se protegida, agradar o freguês, ou para agüentar uma vida turbulenta, entre outros. Esse estudo aponta que a freqüência do uso de substâncias não decorre simplesmente por influência da dependência química ou em decorrência de características patológicas individuais, mas por um tipo particular de interação e relação estabelecido no ambiente do

comércio do sexo feminino (Costa, 2009), de modo semelhante ao que ocorre com os meninos de rua, que fazem do crack um símbolo que os distingue dos demais no circuito da rua.

Veremos agora que, apesar de serem tratados separadamente nesta dissertação, o corpo-viril e o corpo-beleza constituem modos de viver mutuamente interdependentes com o corpo do excesso e também com o corpo território.

O corpo do excesso

O corpo do excesso ou da compulsão refere-se aos sujeitos que, consciente ou inconscientemente, usam seu corpo para praticar excessos. O excesso aqui não é somente o consumo massivo de alimentos, por exemplo, mas também a sua ausência (Carretero, 2005). Essa forma de viver o corpo apresenta estreita relação com ideais modernos de mercado e consumo, bem como com as práticas que geram dependência, como o uso de drogas (que *pode* gerar dependência). Para compor essa análise, resgataremos algumas idéias de Freud em “O Mal-Estar na Civilização” (1974/1930).

O uso de drogas, seguindo o pensamento freudiano nessa obra, seria uma das possíveis saídas para o alívio da angústia, provocadas pelas renúncias a serem realizadas pelos sujeitos em benefício da vida na civilização:

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. (Freud, 1974/1930, p.86)

Ao pensar que, com a ajuda destas substâncias, é possível subtrair-se a qualquer momento da pressão da realidade e refugiar-se em um mundo próprio, Freud reconhece possíveis benefícios no uso de drogas desde que seu uso seja socialmente controlado e, não, como uma prática que se opõe ao social. Nessa perspectiva, o uso de drogas ocupava uma posição fixa na economia libidinal nas cerimônias rituais de diversos povos primitivos e, atualmente, em certas formas de consumo de álcool consideradas “sociais”, tais como festas e comemorações em geral, o que constitui um cenário distinto do que ocorre nas adicções.

Com efeito, é justamente “essa propriedade dos intoxicantes que determina seu perigo e sua capacidade de causar danos” (Freud, 1974/1930, p.86). É quando a relação com as drogas passa a ser vivida com total independência, opondo-se ao social de uma forma radical. Na verdade, o que impulsiona a passagem do uso para o abuso de drogas é a condição subjetiva do sujeito que indica, também, um rompimento com o laço social.

Segundo Freud (1974/1930), a intoxicação via drogas é um método interessante, grosseiro e eficaz de evitar a dor, usado contra o sofrimento que pode advir dos relacionamentos humanos. Como uma defesa, a droga serve para manter-se à distância de outras pessoas. Com o auxílio da droga, ou de um “amortecedor de preocupações”, é possível em qualquer ocasião, afastar-se da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio.

Assim, podemos pensar que a ameaça está em “apostar todas as fichas” (economia libidinal) em um único objeto (as drogas). Como disse Freud (1974/1930)

Qualquer escolha levada a um extremo condena o indivíduo a ser exposto a perigos, que surgem caso uma técnica de viver, escolhida como exclusiva, se mostre inadequada. Assim como o negociante cauteloso evita empregar todo seu capital num só negócio, assim também, talvez, a sabedoria popular nos aconselhe a não buscar a totalidade de nossa satisfação numa só aspiração (p.103).

Em última instância, Freud está abordando a busca do homem pela felicidade. A felicidade pode ser encontrada em duas situações – pelo encontro com o prazer e pela evitação do sofrimento. Ou seja, essa busca envolve uma meta positiva e uma meta negativa: a primeira refere-se à experiência de intensas sensações de prazer, enquanto que a segunda à sensação de ausência de sofrimento, mal-estar e desprazer (Freud, 1974/1930). Com o intuito de ilustrar essa busca pela felicidade analisada por Freud, reproduzimos aqui um diálogo ocorrido na nossa primeira “roda de conversa”:

G1/468. I-L: (...) *Acho que o crack é a gota d'água, porque se nós tivesse uma vida boa, se tivesse outras coisas, nós não ia tá nessa vida aí.*

G1/469. I-J: *E quantas pessoas aí que têm a vida boa, até que é rico, tem famoso que usa essas drogas aí...*

G1/470. I-L: *Ah, mas alguma coisa atrapalha a vida deles, que eles foram querer usar, entendeu?*

G1/471. I-J: *Mas e o que tem de estragado na vida deles?*

G1/472. I-L: *Ah não, dinheiro não traz felicidade...*

Nesse diálogo, destacamos dois aspectos: a ausência da meta positiva e a presença da meta negativa, descritas por Freud. Vamos ao primeiro aspecto. Não apenas nessa situação, mas em todas as rodas de conversa, a sensação intensa de prazer buscada no uso do crack não é relatada. E isso é um dado importante, uma vez que a mídia veicula cotidianamente a informação de que o uso do crack provoca um prazer muito mais “intenso” que outras drogas, porém é mais fugaz, como fica claro na afirmação de um de nossos interlocutores que “a paulada do crack é bem mais *light* que o da dose²⁴”. Outro trecho do primeiro grupo revela as sensações sentidas pelo uso de outras drogas:

G1/218. I-J: *Eu fiquei apavorado depois, parecia que eu tava da velocidade de um carro correndo, assim a paulada que me deu. Nós fomos parar lá na [Avenida] Rio Branco. Até o parque, descí toda a [Rua] Venâncio correndo.*

G1/219. I-A: *Tu queria ser o super-homem e sair voando?*

G1/220. I-J: *Que super-homem? Tu olhava pra rua e parecia que ela tava assim [faz um sinal indicando que a rua parecia estar torta].*

G1/221. I-AN: *É o diabo cara, um buraquinho desse tamanho parece que o cara vai cair dentro. Ei velho, parece que tu tá entrando no buraco.*

G1/226. I-J: *Tu viaja assim, entendeu? Tu cheirando cola tu nem vê mais essa bolinha [mostra um objeto], tu enxerga um desenho com as letras assim... tu te enxerga vestido de alguma coisa, viajando nas palavras, entendeu? Tu sai fora de si.*

G1/227. I-AN: *O corpo do cara não agüenta mais...*

O corpo não agüenta mais. A sensação de ser um “super-homem” e “sair voando” pode nos mostrar a necessidade de ultrapassar os limites do próprio corpo, pelo excesso ou pela ausência. Por fim, comparando o crack com a cocaína injetável, um interlocutor encerra o assunto referente aos efeitos ou ao prazer proporcionado pelo consumo:

(...) *Parece um céu descendo, eu olhava assim, as nuvens assim parecia que Deus tava abrindo uma cidade nova assim em cima das nuvens, eu ficava viajando assim, e nem tirava os braços, às vezes quando olhava tava lavado já, toda a roupa de sangue. E o crack não, o crack te dá, o crack só te dá uma bobeira na hora ali, tu fica meio espiado e passou. (G2/53. I-J)*

Consideramos curioso que nossos interlocutores não fazem referência ao prazer proporcionado pelo consumo do crack, como já dissemos acima. É como se fosse um assunto

²⁴ A “dose” é a cocaína em sua forma injetável, conforme a fala dos interlocutores.

proibido. Mas o que não é proibido é o relato das sensações de dor provocadas pelo consumo compulsivo do crack. Mas antes de provocar dor, o uso da droga possibilita não sentir a dor “*de ver tua mãe chorando*”, “*a gente não enxerga o outro*”. O crack, num primeiro momento, assim como qualquer outra droga, possibilita amortecer as “preocupações” e os “sofrimentos”, como nos disse Freud. E aqui resgatamos o segundo aspecto identificado no diálogo reproduzido anteriormente: a presença da meta negativa. A busca da felicidade pela via da “evitação do sofrimento”, entretanto, não é exclusividade dos nossos interlocutores, ela é uma característica marcante das sociedades “anti-depressivas”, que zelam por uma vida sem maiores sobressaltos afetivos, uma vida sem dor, nem que seja à base de medicamentos que entorpecem nossa percepção (Kehl, 2009). Entretanto, a lógica da “evitação da dor” via consumo do crack é invertida no discurso dos nossos interlocutores.

“*Dá uma dor de barriga*”, “*mexe com o sistema nervoso*”, “*dor de cabeça*”, “*dói o corpo*”. Essas são algumas das falas que evidenciam a dor provocada pela droga.

Às vezes a pessoa não tem coragem de se matar, assim como tu diz, mas pode ir se matando aos poucos. Tu sabe que tá se matando. Sei lá, dois anos, eu sei que vou morrer aos poucos. É um jeito de se auto-destruir né. (G2/307. I-E).

O crack, então, é apresentado como uma forma de “se fazer sentir dor”, de “se auto-destruir”. Mas essa dor auto-provocada não está somente relacionada à droga, como podemos observar na seguinte fala: “*Quando eu tava com depressão mesmo... aquilo me lembrou, quando a depressão tava bem, bem forte mesmo, assim sabe, eu procuro dor sempre. Daí eu pego um caco de vidro, uma faca e começo a me riscar*” (G2/295. I-J). Outros interlocutores também referem a prática de cortar a própria pele, com o intuito de sentir dor.

Talvez resida nesse fato uma das explicações para a diferença que eles estabelecem entre os usuários “*de verdade*” e os “*personagens*” das propagandas: os primeiros são “*mortos-vivos*”, os segundos são/estão “*mortos*”. Os “*mortos*” não sentem dor, eles simplesmente não sentem, não vivem mais. Os “*mortos-vivos*”, em contraponto aos segundos, podem até não sentir ou não “enxergar os sentimentos” dos outros, e por mais que o ato de consumir crack e de se cortar seja um ato de “morte em vida”, são atos que provocam dor, que fazem sentir dor. E quando se sente algo, é sinal que ainda há vida. Portanto, a dor, que aparentemente é uma dor física, tem sua interlocução com o psíquico (Nasio, 2008). Nessa direção, quando somos privados da integridade do nosso corpo ou do nosso objeto de apego, produz-se um excesso de investimento afetivo da *imagem do local lesado do corpo*, quando é

a nossa integridade física que está em jogo; ou um excesso de investimento afetivo da *imagem do objeto perdido*, quando é a presença do outro que está em jogo. Esse excesso compensatório traduz-se em dor. (Nasio, 2008, p.38)

O “superinvestimento do objeto” (Nasio, 2008), do objeto crack, é traduzido em dor quando da ausência deste, pois é um objeto de amor, de apego. E aqui destacamos outro resultado significativo desta pesquisa. Nossos interlocutores fazem uma diferenciação entre fissura e “saudade”:

(...) Eu tive quatro internação, nessas quatro aí vô tê dizê, a que mais me fez efeito foi a primeira, porque eu realmente aprendi alguma coisa. Porque as outras, as outras foi pra desintoxicar o corpo, o corpo tu desintoxica ali... em um mês sem uso tu desintoxica o corpo, mas a cabeça... a cabeça tu não vai desintoxicar nunca. Nunca porque muitas vez tu não tem nem vontade de usá, te dá saudade do troço, tá ligado, não é vontade, é saudade (G3/96. I-D).

Essa diferenciação, mesmo com a dicotomia “corpo-cabeça” sendo dada como natural (Thompson, 2007), é fundamental nos debates atuais sobre a internação compulsória, por exemplo. Um dos argumentos favoráveis à internação compulsória é que o usuário, na fissura, não tem condições de se “auto-governar”, pois estão desprovidos de razão. Por isso, torna-se urgente aumentar o número de leitos para desintoxicação. Porém, como dizem nossos interlocutores, “a fissura dá depois que tu usa” (G3/100. I-D), já que “tu é obrigado a usar outro que, tipo assim dá vontade mesmo...” (G3/103. I-J), mas o problema é “o desejo” (G3/105. I-J),

(...) não é só a dependência física, é a psíquica mesmo, o troço é na cabeça...o corpo, o corpo sente falta muitas vez, mas o pior é a cabeça... ah a vontade vem de... daqui ...daí tu se assegura, se assegura, se assegura (...). (G3/106. I-D)

Essas considerações nos alertam, apesar de usarmos a denominação “corpo do excesso” (Carreteiro, 2005), para o perigo de interpretar o “corpo-drogado” apenas em termos de *falta* ou de *excesso*, “procura da felicidade” ou “reação à infelicidade”; à “dificuldade de comunicação” ou ao “desencanto com a sociedade injusta”, à “falta de amor”, etc. Este tipo de discurso, quando imbuído duma “consciência infeliz” ou dum ressentimento cristão, elimina o drogado, roubando-lhe, assim, sua própria experiência. O corpo-drogado vive, sobretudo, um experimento marcado radicalmente pelo desejo: para o bem ou para o mal; para além do bem e do mal. Corpo-drogado, corpo-do-desejo? Talvez. É preciso atribuir ao desejo sua

polissemia infinita, suas linhas de fuga, e a prudência necessária às experimentações desejantes. (Lins, 2004, p.203)

Esse corpo não apenas de excesso ou de falta, mas um corpo desejante, mostra-se em ato como um corpo-território. É o que veremos a seguir.

O corpo-território

Neste modo, o corpo é considerado, ao mesmo tempo, um lugar de expressão da subjetividade e das questões sociais (na verdade, como veremos no último capítulo desta dissertação, concebemos as questões sociais como constituintes da subjetividade, e não separadas dela). O corpo, dessa forma, transmite uma mensagem, constitui-se como um ato.

Como já discutimos anteriormente, vemos que as cicatrizes causadas por outros ou por si próprios também podem servir como marcas identificatórias de um grupo social. Além das cicatrizes, a “aparência física” – *pálido, magro, dedos e boca queimados, sujo*, etc. – também contribui para o reconhecimento social de um dado grupo, nesse caso, de um grupo de usuários de crack, culminando num processo de identidade e de categorização social.

Todo indivíduo é caracterizado, de um lado, por traços de ordem pessoal, atributos mais específicos do indivíduo; e, de outro, por traços de ordem social que indicam sua pertença a grupos ou categorias. Os primeiros traços definem a identidade pessoal que, construída nas trocas, é um sistema de representações que permite ao sujeito projetar-se numa continuidade existencial, construir um horizonte temporal no qual o indivíduo possa se tornar semelhante a si mesmo e diferente dos outros (Wautier, 2001; Deschamps & Moliner, 2009).

A construção da identidade pessoal acontece através de um processo dialético entre dois movimentos complexos: o de conformar-se, adaptar-se à vida social; e o de diferenciar-se, da necessidade de se afirmar, de se opor (Wautier, 2001). E a forma como cada indivíduo vai “resolver” essa dialética depende de uma “combinação singular de traços que fazem cada indivíduo ser diferente dos outros, portanto, único” (Deschamps & Moliner, 2009, p.24), ou seja, trata-se do processo de singularização.

Quanto aos traços mais sociais, é à identidade social que eles remetem, que pode ser definida como “uma identidade socialmente reconhecida” (Wautier, 2001, p.52). A identidade social é um processo resultante de duas formas de identificações sociais: uma, na qual o indivíduo realiza uma auto-atribuição das características do seu grupo, ou seja, torna-se semelhante aos outros da mesma pertença; a outra, realizada pelo meio ou por membros de

outros grupos ou categorias, é uma atribuição de características feita pelos outros, ou seja, é a forma pela qual somos identificados, reconhecidos socialmente (Wautier, 2001; Deschamps & Moliner, 2009). Percebe-se que aqui temos uma tensão entre “o nós” – o grupo de pertença do indivíduo – e “o eles” – membros de outros grupos, entre semelhança e diferença.

Na categorização social, os sujeitos que “categorizam” os outros estão eles próprios no interior de uma rede de categorias. As pessoas são então “‘sujeitos’ da categorização e ‘objetos’ tratados por este processo cognitivo que eles utilizam” (Deschamps & Moliner, 2009, p.31). Ainda poderíamos acrescentar: não se trata apenas de um processo cognitivo, mas social, simbólico, emocional e cultural.

Portanto, os “traços comuns” do grupo de usuários de crack “podem levar os indivíduos a fazer um julgamento negativo sobre uma pessoa, não em razão das especificidades desta pessoa ou de sua conduta, mas simplesmente em razão de sua pertença a um grupo que é o objeto de um estereótipo negativo” (Deschamps & Moliner, 2009, p.34). Todavia, os estereótipos não cumprem apenas uma função cognitiva, mas também avaliativa. O estereótipo desempenha o papel de um filtro que vem alterar a percepção dos outros, sendo o substrato cognitivo dos preconceitos, que designam o “julgamento *a priori* e geralmente negativo de que são vítimas os membros de certos grupos” (ibid). Isso fica claro na fala de um interlocutor:

Aliás, pra quem usa, no caso, as pessoas te olham assim e, então, em vez de chegar em ti e te ajudar né, te ajudar, te levar a algum lugar que tu possa parar. Mas não, elas só sabem dizer aquele lá é um drogado, aquele lá é um ladrão, aquele lá vai morrer... as pessoas não vêm assim passar uma mensagem pra gente, de conforto (...). (G1/411. I-A)

Outro interlocutor pondera sobre os efeitos das propagandas da Campanha “Crack nem pensar” nesse processo de estereotipia e categorização social:

Não assim, tu vai seguir o que a propaganda diz a fio ali, vai acontecer que nem com meu pai. Ele já era um bagual da fronteira e um gaúcho velho barrasqueiro, ei, não te quero mais em casa, tu vai matar, tu vai roubar, vai fazer isso e aquilo. E outras pessoas não, mas será que isso vai acontecer mesmo, e o que é que vai acontecer com essas pessoas que não vão ter casa? O que vai acontecer com eles? O que eu posso fazer pra ajudar eles? Bah, o que eu posso fazer para me ajudar? Olhando essa propaganda (...). (G2/197. I-J)

No plano comportamental, a categorização social leva à discriminação. A simples classificação de um conjunto de indivíduos em dois grupos distintos levaria os sujeitos a

favorecer seu grupo e desfavorecer o outro, ou seja, há um tratamento diferencial entre os grupos e nos grupos (Deschamps & Moliner, 2009). Na vida cotidiana, “os comportamentos discriminatórios se manifestam em domínios tais como o acesso ao emprego, à promoção profissional ou à habitação. Geralmente eles estão ligados a situações de repartição ou de atribuição de recursos, materiais ou simbólicos” (p.36).

A discriminação, ou preconceito como foi nomeado nos grupos, vem à tona no discurso de outro interlocutor:

E por essa propaganda assim, como eu tava dizendo, eu tenho amigos que não são usuários, mas que eu convivo no meio, só que eles sabem que eu uso, então fica aquela... bah, perigoso, de repente será que ele vai roubar alguma coisa, não vou deixar ele aqui em casa sabe, fica sempre de olho em cima... Fica aquela impressão sabe, eles não te dizem sabe, mas tu vê pela impressão que dá né, pelos gestos, bah tão sempre cuidando, bah parece que se tu vai num canto, vou pegar uma água, já vai junto sabe. (G2/167-169. I-E)

O estereótipo e a discriminação nos levam à discussão sobre o estigma. Goffman (1988) distingue os indivíduos em dois grandes grupos: os “normais” e os “estigmatizados”. Para os estigmatizados restam apenas duas situações possíveis: ou eles são “desacreditados” (não há mais o que fazer, eles se tornarão criminosos e o tratamento não funciona) ou eles são “desacreditáveis” (quando a característica principal do estigma ainda não é reconhecida socialmente no indivíduo). O autor considera três tipos de estigma, a saber: 1) as abominações do corpo (ou deformidades físicas); 2) as culpas de caráter individual (dentre tantas outras, a dependência química ou o “vício” no crack); e 3) os estigmas tribais de raça, nação, religião, etc. Já encontramos duas características dos usuários de crack veiculadas na mídia – eles são “desacreditados” e carregam consigo um estigma cuja culpa é de caráter individual.

Goffman (1988) apresenta o caráter político da questão ao afirmar que existem dois tipos de discurso que podem ser apresentados para o estigmatizado, um com fraseologia psiquiátrica (pelo exogrupo) e outro com fraseologia predominantemente política (pelo intragrupo). O segundo tipo tem sido inviabilizado na esfera pública devido à forma como o tema vem sendo tratado pela mídia e pela sociedade, apenas pelo viés biomédico e repressivo. Mas consideramos que as “rodas de conversa” de nossa pesquisa possibilitaram a vivificação de um discurso intragrupo. Em relação ao primeiro tipo, a ciência e a mídia propõem modelos, padrões desejáveis de comportamento.

Porém, ao demonizar as drogas e, mais especificamente, o crack, o problema enfrentado é o da droga e não o do fenômeno da “dependência química”, como querem os “especialistas”. O que interessa não é ouvir o parecer dos usuários e dependentes e o confronto com as histórias singulares, mas o “fenômeno droga”, normatizá-lo. Normatizando a droga, dissocia-se a substância droga do usuário. A intervenção do Estado, nesse sentido, é pobre, na medida em que se fundamenta cada vez mais no código penal (Rotelli, 1992). Nesse sentido, a demonização do crack e, conseqüentemente, dos usuários de crack inviabiliza qualquer tentativa de pensar essa questão na perspectiva da identidade do eu, de como esses sujeitos “experimentam sua identidade”, ou simplesmente como esses usuários vivem seu corpo e constituem sua subjetividade. Como diz um de nossos interlocutores:

Eu acho que é um certo tipo de preconceito que tem contra o usuário, que mostra uma realidade muito forçada sei lá... pode ser um pouco de preconceito né... que daí o pessoal que vê isso aí, que passou aí é muita TV, o pessoal assiste muita TV. Pessoal que passa pelo usuário e olha daquele jeito, enxerga daquele jeito... que tá morrendo, que esse aí não tem mais jeito, esse aí tá morrendo... esse aí vai me roubar. (G3/91. I-J)

Outro interlocutor complementa a ideia anterior: “*Ele precisa de internação...*” (G3/92. I-D). Ou seja, o corpo-território é alvo de “invasões”, classificações, julgamentos e ainda é investido de ações políticas, que pretendem “o seu bem” – como disse o vigia da prefeitura: eles são “um bando de vagabundos”, tem que “descer o pau” neles. Não se procura saber o que o usuário está sentindo, apenas se vislumbra a necessidade de internação, de afastamento do meio social. Nesse sentido, percebemos que os discursos hegemônicos sobre as drogas orientam as ações ou intervenções nesse “corpo-drogado” – ou a prisão, ou o tratamento, preferencialmente em leitos hospitalares de desintoxicação, o maior tempo possível. Quanto menos “corpos-drogados”, indesejáveis, estiverem em nosso campo visual, melhor. Quanto mais tempo eles ficam “recolhidos”, afastados do convívio social, mais nos esquecemos de quem somos e o que estamos “produzindo” e “consumindo” em nossas sociedades capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA PRODUÇÃO DO “REFUGO HUMANO”, MÍDIA E DROGAS: A “CRACKTONITA” E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DO “SUPER-HOMEM” MODERNO

Na parte final dessa dissertação, quando re-interpretamos o conjunto de material trabalhado nessa pesquisa, queremos destacar algo que perpassa todos os elementos abordados em nossa análise: a noção de subjetividade. O primeiro aspecto dessa noção é a forma como concebe o indivíduo: um “terminal” de todo um conjunto de agenciamentos sociais (Guattari & Rolnik, 2008). A subjetividade dos indivíduos, nesse sentido, é fundamentalmente fabricada e modelada no registro do social. Portanto, a subjetividade é uma noção “essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas experiências particulares” (p.42).

O modo como os indivíduos vivem a sua subjetividade pode variar, conforme Guattari & Rolnik (2008), de duas maneiras. A primeira é constituída como uma relação de alienação e opressão, na qual os indivíduos, massificados, aceitam a subjetividade assim como a “recebem”, gerando processos de individuação, como podemos constatar nas falas dos nossos interlocutores: “A única paulada que dá em todo mundo é a polícia” (G1/303. I-AN). Outro interlocutor, ao debater sobre o que a propaganda fala “deles”, afirma que:

Só sobre o uso, porque na verdade o usuário, querendo ou não, cada um tem uma cabeça, mas no fundo no fundo o usuário é quase todo igual, quase todo igual... tu usa, tu fuma pra vivê e vive pra fuma, se tu tiver mesmo afundado, sem vontade de saí tu tá, tu tá igual aos cara ali. (260. I-D)

Essa dimensão ou essa maneira de viver a subjetividade implica a noção de “ser igual aos outros”. A segunda maneira é caracterizada por uma relação de expressão e de criação, configurando um processo de singularização (Guattari & Rolnik, 2008). Esse processo se aproxima da concepção de homem que adotamos a partir do pressuposto teórico da Psicologia Social Crítica: ele é um, singular; mas ele só é com os outros, na relação que estabelece com os outros (Guareschi, 2009).

A noção de ser uma pessoa singular fica explícita na fala de alguns interlocutores: “Porque nem todos os usuários são iguais, né. Cada um tem um jeito de usar o crack” (G1/292. I-R); “E cada um tem uma paulada diferente. Nenhuma paulada é igual à outra. São

todas diferentes as pauladas” (G1/293. I-AN); “*Cada um que fuma tem o seu tipo de paulada, entendeu? Tem umas pauladas forte que dá a droga... aí eu fumo e acho que tão querendo me pegar, esse é outro tipo de paulada*” (G1/302. I-J).

O mais importante dessa posição discursiva assumida pelos sujeitos dessas frases é a “consciência” de que a relação existente entre qualquer substância e a pessoa que a usa é única. Corrêa (2010) amplia essa análise ao afirmar que “a minha relação com o café é diferente da relação de qualquer outra pessoa. E ninguém mais interessante nesse jogo todo do que eu para pensar o uso que eu mesmo faço, já que o café não pode, né?” (p.173).

Como vimos, entretanto, os diversos meios de comunicação, principalmente a televisão, têm veiculado formas simbólicas sobre o crack que produzem um “efeito” de individuação: todos os usuários ficam “viciados” logo na primeira vez, todo “crackeiro” (especialmente os pobres) se torna um criminoso, as mulheres acabam se prostituindo para sustentar o vício, entre outras afirmações. A televisão, dessa maneira, produz mitos sobre o crack, coloca em cena o corpo do usuário, corpo-território invadido cotidianamente pelos saberes científicos e evidenciados através do que Bucci e Kehl (2004) denominaram de “videologia”.

A mídia, portanto, é que, em grande medida, formata “a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente” (Gregolin, 2007, p.16). Podemos pensar, então, que a mídia é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir interpretações e significados do mundo e que, por isso, falam pelos e para os sujeitos (Guattari & Rolnik, 2008). Além de produzir certos modos de existência e de vida, a mídia organiza fluxos de acontecimentos, escolhendo quais temas devem ou não ser discutidos pela sociedade, estabelecendo uma pauta de discussão (Guareschi, 2003, 2009; Coimbra, 2001; Gregolin, 2007; Thompson, 2007, 2008; Charaudeau, 2009).

Mas essas interpretações e significados veiculados pela mídia não são recebidos de forma “passiva” pelos receptores. Thompson (2007, 2008) considera que toda recepção e apropriação de formas simbólicas é um processo ativo, crítico e o sujeito as interpreta a partir do seu aparato cognitivo e do seu contexto social. Portanto, sempre existe algo de singular nesse processo de comunicação.

A discussão que propomos nesta dissertação sobre o fenômeno das drogas, bem como dos meios de comunicação, nos remete ao sério debate que precisamos ainda empreender

sobre a questão da cidadania. O aprimoramento da atenção aos usuários de crack corresponde ao que Benevides (1991) denomina de cidadania passiva. Por cidadania passiva entendemos o reconhecimento dos direitos de determinada população, por parte do Estado. Essa dimensão da cidadania é fundamental para qualquer processo de busca de garantia de direitos e do reconhecimento dos usuários de crack/drogas como seres humanos. Há, contudo, um segundo nível que precisa ser considerado: a cidadania ativa, ou seja, além de serem reconhecidos como seres humanos dotados de direitos, os usuários podem (e devem) atuar como atores políticos no debate sobre políticas públicas. Devemos reconhecer, porém, que

as drogas e os medicamentos constituem-se de fato em significantes-mestres de nossa civilização, dominada pela ciência e pela tecnologia a serviço do capitalismo. Por isso, é importante que possamos interrogar esses significantes-mestres, a fim de que não fiquemos intoxicados por significações fixas, preestabelecidas. (Cirino, 2010, p.122)

Como vemos, há um entrave essencial para o pleno exercício da cidadania dita ativa, já que existem apenas dois discursos possíveis para pessoas que usam drogas: o discurso heróico, do sujeito que superou o inferno das drogas, e o discurso desesperado, daquela pessoa que não suporta mais o martírio (Petuco, 2010, 2011). A mídia tem atuado de modo decisivo na legitimação desses discursos, como podemos ver na situação narrada por um dos interlocutores:

Não sei se foi na internet que eu vi ou se foi no Fantástico, um cara, o cara morador de rua, mendigo. Dormia em baixo de ponte, tudo. Não tinha estudo, não tinha nada, não sabia nem ler e escrever e era usuário, vivia na cracolândia. O cara conseguiu sair. O cara conseguiu sair, diz que fumava não sei quantas gramas por dia. O cara disse que procurou ajuda com o Governo, tipo o CAPS assim, pediu ajuda, conseguiu terminar o 1º grau, já sabe ler e escrever agora, conseguiu emprego, casou, tá com o empreguinho dele, trabalhando, tá morando de aluguel tudo, mas conseguiu sair da droga. Entendeu? Tipo, o cara era um nada. Hoje o cara tem a casinha dele, tem um teto pra dormir, tem a comida, tem o salário dele, não usa mais droga, então, dá pra sair. Claro, só que tem uma coisa muito, que muita gente esquece, a gente fala de ajuda daqui, ajuda dali, mas se Deus não te ajudar cara, se tu não se apegar primeiro a Deus tu tá ferrado cara! Eu não sou nem um religioso, não faço apologia à religião e nem nada, mas tu tem que se apegar a alguma coisa cara, de preferência que seja Deus né cara. Eu falo por mim, o resto... o resto é o resto. (G3/341. I-D)

O primeiro aspecto que destacamos nesta fala é o “apego a Deus”. Não vamos entrar no mérito da discussão das fazendas terapêuticas de cunho religioso, da doutrina dos doze passos e da importância (ou não) da fé no processo de tratamento. Queremos apenas resgatar algo que já foi dito nesta dissertação. Por mais que se pense o contrário, o discurso proibicionista pautado em saberes científicos ainda não se desvencilhou do pensamento cristão. Moscovici (2011) abordou a relação entre o sagrado e o profano e essa relação foi analisada sob o viés do fenômeno das drogas. Acreditamos que a dicotomia entre sagrado e profano seja a base de outras “antinomias dialógicas” (Marková, 2006), como o bem e o mal, o certo e o errado, o cidadão “correto” e o criminoso, entre outras.

Entretanto, enquanto sustentarmos nossos discursos e nossas práticas sobre o “fenômeno drogas” a partir destas antinomias dialógicas, vamos continuar mantendo as representações sociais do uso/usuário de drogas como pecador, criminoso e doente (Mota, 2009; Corrêa, 2010). E mantendo essas representações sociais, estaremos ao mesmo tempo reproduzindo discursos ideológicos e práticas que excluem o outro. Eis um grande desafio: pensar e elaborar políticas públicas direcionadas ao *cuidado* de usuários de drogas que trabalhem não numa ótica de bem e mal, mas “além do bem e do mal” (Corrêa, 2010; Lins, 2004).

Isso nos leva a pensar que, talvez, na saúde pública, na área da comunicação em saúde, fosse mais interessante elaborar campanhas para os familiares e não para o usuário em si ou apenas para os usuários, o que, em certa medida, foi a intenção dos produtores da campanha em foco. Todavia, salientamos que à medida que surge uma demanda ao segmento publicitário em virtude da generalização e da inserção na vida cotidiana do uso de drogas, pensamos ser fundamental a instrumentalização deste setor, através da criação de “conceitos de prevenção que reflitam sobre essa diversidade de significados e comportamentos, fortalecendo uma compreensão culturalmente sensível do problema” (Trad, 2004, p.57).

Neste processo de instrumentalização e criação é mister lembrar que o maior receptor das formas simbólicas televisivas tem sido as famílias - famílias que têm crianças como telespectadores também. Ao pensar nas limitações da campanha, como a demora para tomar uma iniciativa sobre o problema, a corrupção e a força do “vício” do crack, os interlocutores expressaram algumas idéias que pudessem melhorar a campanha.

O segundo aspecto que vamos destacar na fala do nosso interlocutor é a história veiculada na mídia sobre o morador de rua. “*O cara era um nada. Hoje o cara tem a casinha*

dele, tem um teto pra dormir, tem a comida, tem o salário dele, não usa mais droga, então, dá pra sair". Por trás dessa bela história, porém, identificamos a estratégia ideológica da racionalização (Thompson, 2007). A cadeia de raciocínio parece muito simples: um morador de rua, que vivia na cracolândia em São Paulo, com a “ajuda do Governo”, “tipo um CAPS”, foi alfabetizado, conseguiu uma “casinha” e um emprego.

Temos nesse raciocínio ao menos duas lógicas: uma centrada no Estado, outra centrada no indivíduo. A lógica do Estado, nesse caso, é a mesma que analisamos no caso da Escola (no primeiro eixo): o Governo oferece ajuda “a todos” (assim como existe “escola para todos”), nem que seja “recolhendo-os” das ruas. Se a ajuda é oferecida a todos que necessitam dela, só os “que não querem” é que não se tratam de sua “dependência”. Aqui entra a lógica individual. Mas se considerarmos os elementos que apresentamos em nossa análise sobre o capitalismo e a conseqüente produção de “refugio humano”, bem como as implicações do desinvestimento nas políticas sociais sobre o campo da saúde mental, vemos que a “universalidade da ajuda” é um mito, ou melhor, um mito paradoxal.

É através desse paradoxo que o Estado se exime da responsabilidade de “cuidar” daqueles que “não se esforçam” para tal, assim como ocorre com a idéia das políticas que pretendem reforçar ou empoderar as famílias – já que são elas as responsáveis pela “doença” dos filhos. Nessa lógica que pensamos na “saga do super-homem moderno”. Essa interpretação tem origem na expressão utilizada por um interlocutor, referindo-se à narração de uma cena que evidenciava os efeitos da substância utilizada: “*Tu queria ser o super-homem e sair voando?*”, ao passo que outro interlocutor responde, com um tom de indignação, “*Que super-homem?*”.

Com o intuito de explicitar essa interpretação, resgatamos uma análise que realizamos em outro estudo (Romanini & Roso, 2011). A palavra “crack” tem, na língua inglesa, diversos significados: rachadura, defeito, estalo ou a própria droga “crack”. Esse termo foi utilizado no período da Grande Depressão no fenômeno “Crack da bolsa de valores”, ocorrido em 1929 na cidade de Nova Iorque. Milhões de títulos foram colocados à venda sem que aparecessem compradores. Os preços dos títulos desabaram. Para saldar compromissos, os bancos norte-americanos deixaram de abrir linhas de crédito aos países estrangeiros e passaram a repatriar os capitais que tinham investido no exterior (Mello & Costa, 2008).

Podemos dizer, nesse sentido, que a palavra crack é um significante de dois momentos da era moderna: “o crack da bolsa de valores” e “a epidemia do crack”. Assim como a bolsa

de valores quebrou, sofreu uma rachadura, a droga crack também provoca quebras - nas famílias, nos usuários, na sociedade. Ambas as ‘quebras’, em diferentes momentos, constituem um ‘ciclo terrível’: a crise a alimentar a crise; a droga a alimentar a droga, que alimenta as desigualdades sociais, a criminalidade, a violência estrutural. Com a quebra da bolsa de valores, num primeiro momento, a sociedade ficou atônita, passiva, sem ação, assim como ficou em relação à epidemia do crack (Romanini & Roso, 2011).

Curiosamente, a “Era de Ouro dos *Comic Books*”²⁵ nos Estados Unidos foi entre as décadas de 1930 e 1950 (Kelley, 2009). Durante a Grande Depressão, os *Comic Books* tornaram-se acessíveis aos norte-americanos, já que estes “necessitavam de diversões baratas”²⁶. Nesse contexto, o personagem “Super-Homem” surge ao público pela primeira vez em 1938, na *Action Comics #1*, tendo posteriormente ocupado espaços de programas de televisão, filmes e jogos de *videogame*, transformando-se num ícone cultural. Sabemos que o sucesso do super-homem não ficou restrito aos Estados Unidos, tendo grande repercussão até hoje no Brasil, por exemplo.

O “super-homem” foi criado no corpo de um homem comum, mas com “super-poderes”, como a capacidade de voar e sua visão de “Raio-X”. O “Super-Homem” não luta com “super-vilões”, mas ele “bate em homens maus” (Kelley, 2009), refletindo o desejo da sociedade em “consertar” o que está errado na mesma. Contudo, o “Super-Homem” é apresentado, pela primeira vez em uma série de rádio, à Kryptonita: um mineral cujo principal efeito é o de “roubar sua força”, enfraquecê-lo. O curioso é que a Kryptonita foi criada a partir de restos minerais do planeta natal do “Super-Homem”, Krypton. Abaixo trazemos uma imagem²⁷ que demonstra esse enfraquecimento diante do mineral (Figura 2):

²⁵ Os “Comic Books” são pequenas histórias publicadas em revistas, com a utilização de desenhos e diálogos entre personagens (Kelley, 2009). Em outras palavras, são as conhecidas “histórias em quadrinhos” (HQ) no Brasil, tendo grande sucesso as histórias de super-heróis.

²⁶ Tradução livre dos autores.

²⁷ Essa imagem foi encontrada em um blog que pode ser acessado através dos links: http://bp3.blogger.com/_P2trgsz3_Q8/Ri5ub5VA76I/AAAAAAAAAAEg/tf8y3agKG1E/s400/kryptonita.gif ; <http://arquivoconfidencial.blogspot.com/2007/04/srvia-cientistas-descobrem-kryptonita.html>. Ressaltamos que não havia indicação de autoria da imagem.



Figura 2. O Super-Homem e a Kryptonita
 Fonte: Blog Arquivo Confidencial, 2007

Este é o super-homem que surgiu no período moderno da Grande Depressão norte-americana. Como seria o super-homem diante do fenômeno moderno da “epidemia do crack”? Conforme analisamos no primeiro eixo, podemos destacar algumas características do homem moderno ou da vida nas sociedades modernas: desenvolvimento exacerbado do mercado, em detrimento de outras formas de vida; a necessidade de produzir para consumir; individualismo; a produção de “refugos humanos”, quando estes não “fazem por merecer”. Porém, ao mesmo tempo em que a sociedade nos incita ao consumo excessivo e a práticas individualistas, por exemplo, ela “acusa” os sujeitos quando estes não conseguem “*enxergar o sofrimento do outro*” ou quando a família, geralmente considerada desestruturada, não consegue cumprir com sua função preventiva em relação às drogas.

Nesse contexto repleto de paradoxos, vivemos numa sociedade na qual mal nos damos conta da banal velocidade da vida, “até que algum mau encontro venha revelar a sua face mortífera. Mortífera não apenas contra a vida do corpo, em casos extremos, mas também

contra a delicadeza inegociável da vida psíquica” (Kehl, 2009, p.16-17). Mesmo sendo “treinados” ou “estimulados” a ter percepções instantâneas, as pessoas são moralmente condenadas se não “*enxergam o sofrimento da mãe*”. Nessa direção, uma visão de “Raio-X” é um ideal, pois nos capacitaria a dar conta dessas condições contrastantes.

Outro ideal é a capacidade de voar, em virtude da velocidade que a vida moderna nos impõe (Kehl, 2009). Se pudéssemos voar, não ficaríamos presos em engarrafamentos, não nos atrasaríamos para os compromissos profissionais. E, por fim, como Santos (2007) nos disse, apesar das expectativas de um futuro melhor terem diminuído, ainda temos o desejo de “consertar o que está errado” – como faz o Super-Homem norte-americano, de ter uma sociedade melhor. O personagem do “Super-Homem”, dessa forma, nos ajuda a pensar nos ideais propostos pelo “projeto moderno”, ele se torna o ideal a ser seguido e alcançado, mesmo que isso seja impossível: um homem (ou mulher) bem sucedido, com um bom trabalho, que seja um bom consumidor e que seja moralmente bom, que respeite as regras do convívio social e que consiga, além de constituir uma família estruturada, transmitir esses “valores” aos filhos.

A cada um desses ideais não alcançados, a pessoa vai se distanciando cada vez mais daquilo que é *esperado*. Aos que não se enquadram na “sociedade de consumo”, resta-lhes o lugar de “refugo”, “refugo humano” (Bauman, 2005a). Algumas pessoas ainda encontram em seu caminho um “bicho de sete cabeças”: a cracktonita. A cracktonita é uma pedra produzida com restos de outras substâncias (assim como a kryptonita), que fazem parte da história da própria humanidade (a origem da kryptonita é o planeta natal do “Super-Homem”). A cracktonita é, por assim dizer, a “droga-refugo”, consumida principalmente pelo “refugo humano”. Como dizem por aí: “lugar de lixo é no lixo”.

Essas pessoas, diante da cracktonita, tornam-se fracas (mais do que já eram!), “secam”, e acabam se transformando em “mortos-vivos”. Elas somente conseguirão ficar fortes novamente quando afastadas dessa pedra. Pedra, aliás, produzida por “demônios” – os traficantes. Os laboratórios são as casas destes traficantes, e às vezes o próprio espaço da rua. Essa “pedrinha potente e concentrada” precisa ser banida para que continuemos a alimentar nessas pessoas o desejo de se tornarem “Super-Homens”.

Mas a serviço de que faríamos isso? Talvez porque nos seja muito desagradável e nos cause mal-estar “olhar”, “enxergar”, essas pessoas na rua, como “refugos”. Como todo projeto traz consigo o lixo (Bauman, 2005a), o projeto do “Super-Homem Moderno” também produz

lixo, refugio. São essas pessoas indesejáveis, descartáveis, que ocupam o espaço público “contaminando” aquilo que devia estar limpo, ordenado. Como batalhamos cotidianamente para alcançarmos o ideal de ser um “Super-Homem”, talvez não queiramos nos deparar com o “outro lado da moeda”: o “Super-Homem” e o “Refugio Humano” podem ser a mesma pessoa, eles encarnam a ideia de bem e mal num mesmo corpo, portanto, são reflexos um do outro.

O que diferencia um do outro é que o primeiro possui um “corpo sem órgãos”. Isto é, um corpo da experiência, com suas próprias forças, livre da interpretação e do juízo que impedem novos modos de vida e organizam os corpos (Deleuze & Guattari, 2004). Um corpo de Super-Homem. Como ponderou Deleuze (1997), um corpo sem órgãos não estaria aprisionado em um corpo organicamente organizado e poderia se abrir ao fluxo, ao devir, à intensidade, à experimentação de nós mesmos. Criar para si um corpo sem órgãos é se deixar atravessar por uma poderosa vitalidade não-orgânica. Ou seja, o Super-Homem encontra a vitalidade (via pedra) para viver tudo o que não consegue viver sem a pedra. O segundo (o “Refugio Humano”) possui um corpo com órgãos, portanto passível de ser patologizado, esquadrihado, discriminado, manipulado em nome da ciência, do discurso médico e psicológico.

Com essa metáfora buscamos problematizar que, enquanto continuarmos tratando desse tema sob a ótica do “terrorismo”, vamos continuar esperando por “curas milagrosas” ou por “super-heróis” que consertem o que está errado na sociedade. Tratar o assunto como um bicho de sete cabeças, como historicamente a mídia brasileira vem fazendo (com uma importação do modelo midiático norte-americano), nos leva a esquecer de todos esses aspectos analisados nesta dissertação, e de outros que não foram considerados aqui, mas que demonstram a complexidade do problema social, estrutural, do crack.

Precisamos considerar, sobretudo, as limitações do presente estudo. Em primeiro lugar, toda interpretação é parcial e conflitiva e pode, arriscamo-nos a dizer que deve, ter uma re-interpretação - o que sugere o desenvolvimento de outros estudos relativos ao tema, ampliando o debate e uma compreensão mais profunda desses fenômenos. Como em toda pesquisa, a adoção dos pressupostos teóricos e metodológicos representa, ao mesmo tempo, um aprofundamento e uma limitação. Partindo de um “ponto de vista”, aprofundamo-nos na “vista de um ponto”, mas não conseguimos, por mais que se tente isso, considerar outras (ou todas as) perspectivas sobre o fenômeno.

Citamos aqui dois exemplos do nosso trabalho. O primeiro sobre a noção de compulsão abordada no primeiro eixo da análise. Sabemos que existe uma vasta produção teórica acerca do tema no campo da Psicanálise, contudo, apenas lançamos a idéia como uma maneira de estimular o debate. O segundo exemplo é em relação aos estudos de gênero, cuja análise sob tal perspectiva resultaria em outro trabalho.

A perspectiva de gênero vem sendo indicada como uma abordagem para reconhecer o impacto de construções sociais e culturais da masculinidade e da feminilidade sobre o uso de drogas em grupo ou individualmente, bem como sua relação com contextos sociais de violência e de prostituição (Oliveira et al, 2006). Ainda há uma tendência à homogeneização, como se todos os usuários pertencessem a uma mesma categoria social e devessem ser vistos a partir de um mesmo enfoque. Nesse sentido, torna-se necessário enfatizar que:

mulheres com problemas de uso e abuso de drogas têm apresentado situações e necessidades específicas, que nem sempre são reconhecidas e satisfeitas pelos serviços destinados à assistência de pessoas usuárias de drogas. Essas situações e necessidades, de um modo geral, estão associadas com: gravidez; responsabilidades nos cuidados com crianças; trabalho com sexo; traumas decorrentes de abuso físico e sexual experienciados na infância e/ou adolescência; o sistema judiciário; e, ainda, com níveis mais altos de problemas de saúde mental e crônica em relação aos homens (Oliveira et al., 2006, p. 474).

Outra limitação desta pesquisa se refere à dificuldade de compor os grupos para a realização das “rodas de conversa”. Essa dificuldade, que consideramos inerente à realização de qualquer grupo, revelou-se numa via de reflexão a ser aprofundada em outra oportunidade. Nossa intenção inicial era a de realizar dois encontros com cada grupo. Após a realização do primeiro encontro, a orientadora, o pesquisador-mediador e o co-mediador selecionaram frases ditas neste encontro, que serviriam de disparador para o debate no segundo encontro. Nosso objetivo era o de que os próprios interlocutores (re) interpretassem esses discursos, trabalhando na via de um reconhecimento das próprias construções discursivas.

Todavia, esse segundo momento não ocorreu. Após várias tentativas fracassadas de reunir o grupo novamente, optamos por manter apenas um encontro com cada grupo. Vários foram os motivos identificados para a não realização dessa segunda etapa, dentre eles destacamos: as dificuldades dos usuários do serviço em manter uma “regularidade” na participação das atividades propostas pela equipe, conforme observamos nas inserções no CAPS (é justamente por não haver essa “regularidade” que a equipe sempre constrói “planos

terapêuticos” a curto prazo, modificando sempre que for necessário); as dificuldades enfrentadas pela equipe acabaram inevitavelmente sendo sentidas na realização da pesquisa, até porque nos propomos a efetuar uma inserção no local; e, possivelmente, a pouca experiência do pesquisador-mediador em conduzir a formação de grupos tenha influenciado.

A última limitação que queremos destacar é que, em função do tempo, não incorporamos na dissertação os “resultados” da nossa última “roda de conversa” no serviço: o momento de conversar com a equipe e com os interlocutores sobre as nossas análises e interpretações. Esse momento é fundamental, uma vez que nele já surgem outras interpretações, outros “pontos de vista”. Certamente, esse momento se constituirá em foco de análise em outra oportunidade.

À guisa de conclusão, gostaríamos de ressaltar que, apesar dos discursos hegemônicos e da veiculação maciça de formas simbólicas que sustentam mitos em relação às drogas, bem como das inúmeras estratégias ideológicas identificadas nessa pesquisa (e.g. naturalização, eternalização, diferenciação, expurgo do outro, universalização, racionalização, dentre outras), nem tudo está “perdido”, pois como disse um dos nossos interlocutores, “*nem tudo é sim ou não*”, tudo ou nada. Sim, precisamos de mais encontros dialógicos que proponham debates como esses e que, para além do debate, criem processos de singularização na direção de uma construção de espaços coletivos de elaboração de políticas públicas.

Mas vários esforços vêm sendo empreendidos nessa direção. Como exemplo, citamos dois projetos da própria Universidade Federal de Santa Maria, que trabalham (trabalharam) na perspectiva da “ecologia dos saberes” (Santos, 2007). O primeiro é o “Projeto Ítaca”²⁸, vinculado ao Centro de Educação e coordenado por um professor desta universidade. O projeto terminou ainda no primeiro semestre deste ano e consistiu em reunir profissionais da saúde, redutores de danos e pessoas envolvidas com a Redução de Danos. Desses encontros resultou o Curso de Formação “Redução de Danos: ferramenta para atuação no campo das drogas”, destinado principalmente a estudantes universitários, uma vez que se entende que a universidade não aborda o tema e, quando aborda, o faz por uma via acrítica.

O segundo projeto integra as atividades do nosso Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação”. Na tentativa de suprir a carência quanto ao estudo sobre drogas no curso de Psicologia, elaborou-se um projeto de ensino e extensão intitulado “Psicologia

²⁸ Para maiores informações sobre o “Projeto Ítaca” seguir o link do Blog do mesmo: <http://projetoitaca.blogspot.com/>

Social, Cinema e Saúde: Círculo de Estudos e Análise Crítica Compartilhada de filmes/documentários”²⁹, que contempla a inserção de conhecimento crítico sobre a temática e outras afins (HIV/Aids, Biopolíticas/Biotecnologias e Violência). O projeto envolve três níveis: alunos da graduação, alunos do mestrado e comunidade em geral. Durante o ano de 2011 os mestrandos medeiam um grupo de estudos com alunos da graduação, sobre a sua temática específica. Além de textos, são utilizados filmes e documentários para os debates. No segundo ano do projeto, serão organizados encontros com a comunidade para assistir e debater os filmes de cada temática, mediado pelos alunos da graduação.

Além desses projetos, inúmeras pesquisas e pesquisadores, citados nesse trabalho, têm abordado o fenômeno das drogas a partir do paradigma da Redução de Danos e de uma prática comprometida com a transformação social. Nossa pesquisa, pautada em encontros dialógicos, proporcionou-nos uma experiência ímpar com a constituição das “rodas de conversa”. O grupo mostrou-se como um método apropriado para a pesquisa que pretendíamos realizar. Mas ele mostrou algo para além disto: “o grupo tomado como dispositivo, como aquilo que põe a funcionar os modos de expressão de subjetividade, opera processos de desindividualização” (Barros, 2009, p.325).

Ao colocar em funcionamento “modos de expressão de subjetividade”, o grupo evidencia seu caráter não apenas terapêutico, mas político. O grupo tanto funcionou como um dispositivo em nossa pesquisa que, ancorado na perspectiva teórica da Psicologia Social Crítica e nos pressupostos metodológicos da Hermenêutica de Profundidade, nos possibilitou ir além dos objetivos propostos, que seriam contemplados apenas com a análise do segundo eixo, sobre a mídia televisiva. Mas atenção: a constituição de um grupo por si só não garante seu caráter político, pois podemos continuar reproduzindo “modos-indivíduo” (Barros, 2009) de subjetividade dentro do campo grupal.

Encerramos nosso trabalho, e não poderia ser de outra forma, com a fala de um interlocutor, que nos diz sobre seu sentimento de vazio, aparentemente espaço deixado pela droga. Mas questionamo-nos: não buscamos incessantemente, em nossas vidas, aplacar esse sentimento de vazio? Esse vazio não seria, pois, um sintoma social ao invés de “patologia” de alguns indivíduos?

²⁹Projeto registrado no Gabinete de Projetos (GAP) nº 029916.

(...) *eu tenho esparecido muito e tentado ocupar a minha cabeça. Como eu disse antes, sempre tem alguma coisa que parece que tá faltando sabe? Parece que me falta alguma coisa, parece que eu esqueci de alguma coisa, que eu não sei o que é que é. Então isso é uma coisa que eu tenho que tentar botar alguma coisa pra preencher esse vazio né, que tá ficando agora...* (G2/282. I-E).

Assim, é preciso constantemente nos lembrar que todas as ações e fenômenos possuem ao menos dois lados... A *krinein* precisa constantemente se renovar.

REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (2010/1970). Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In S. Zizek (Org.). *Um mapa da Ideologia*. (4a. reimp., V. Ribeiro. Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto. (Obra original publicada em 1970)
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e Observação Participante* (Coleção Pesquisa Qualitativa, U. Flick, Coord., J. Fonseca, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Araújo, L. F. de, Gontíes, B., & Nunes Júnior, J. (2007). Representações sociais da cocaína: estudo comparativo entre universitários das áreas de saúde e jurídica. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 24(3), jul.-set., 315-323.
- Azevedo, B. M. S., & Carvalho, S. R. (2009). O Diário de Campo como ferramenta e dispositivo para o ensino, a gestão e a pesquisa. In S. R. Carvalho, S. Ferigato, M. E. Barros (Orgs.). *Conexões Saúde Coletiva e Políticas de Subjetividade*. São Paulo: Ed. Hucitec.
- Baptista, M. (2003). Drogas, Estado, sociedade. In M. Baptista, M. S. Cruz, & R. Matias (Orgs.). *Drogas e pós-modernidade – prazer, sofrimento, tabu*. (Vol.1, pp.25-32). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Barbour, R. (2009). *Grupos Focais*. (Coleção Pesquisa Qualitativa, U. Flick, Coord., M. F. Duarte, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo* (3a. ed., L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Barros, R. B. de, et al. (2001). A desinstitucionalização da loucura, os estabelecimentos de cuidado e as práticas grupais. In A. M., Jacó-Vilela, A. C. Cerezo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.). *Clio-psyché hoje: Fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp.65-70). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Barros, R. B. de. (2009). *Grupo – A Afirmação de um Simulacro*. (2a. ed.). Porto Alegre: Sulina, Ed. UFRGS.
- Bauer, M. W., & Aarts, B. (2008). A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (7a. ed, P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bauman, Z. (2005a). *Vidas Desperdiçadas* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Benevides, M. V. M. (1991). *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática.

Blog Arquivo Confidencial (2007). *Sérvia. Cientistas descobrem kriptonita*. Resgatado em 05 novembro, 2011 de: <http://arquivoconfidencial.blogspot.com/2007/04/srvia-cientistas-descobrem-kriptonita.html>.

Bourgois, P. (2003). Crack and the Political Economy of Social Suffering. *Addiction Research and Theory*, Vol.11, n.1, .31-37.

Bourgois, P. (2010). Useless Suffering – The War on Homeless Drug Addicts. In H. Gusterson & C. Besteman (Eds.). *The Insecure American – How We Got Here and What We Should Do about It*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Nacional DST/Aids. (2004a). *A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. (2a.ed.). Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2004b). *Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2005). *Mídia e Drogas: o perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira*. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância, Ministério da Saúde.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria e Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. (2010). *Abordagens Terapêuticas a Usuários de Cocaína/Crack no Sistema Único de Saúde – texto preliminar destinado à consulta pública*. Brasília: Ministério da Saúde.

Bucci, E. (2004a). A Crítica de Televisão. In E. Bucci & M. R. Kehl (Orgs.). *Videologias – Ensaios sobre televisão* (Coleção Estado de Sítio, pp.27-42). São Paulo: Boitempo.

Bucci, E. (2004b). A História na era de sua reprodutibilidade técnica. In E. Bucci & M. R. Kehl (Orgs.). *Videologias – Ensaios sobre televisão* (Coleção Estado de Sítio, pp.191-219). São Paulo: Boitempo.

Bucci, E. (2004c). Ainda sob o signo da Globo. In E. Bucci & M. R. Kehl (Orgs.). *Videologias – Ensaios sobre televisão* (Coleção Estado de Sítio, pp.220-240). São Paulo: Boitempo.

Bucci E. & Kehl, M. R. (2004). Introdução: o mito não pára. In E. Bucci & M. R. Kehl (Orgs.). *Videologias – Ensaios sobre televisão* (Coleção Estado de Sítio, pp.15-23). São Paulo: Boitempo.

Bucher, R. (1992). *Drogas e Drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Caplan, G. (1980). *Princípios de Psiquiatria Preventiva*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

Carneiro, H. (2007). *A fabricação do vício*. Recuperado em 8 abril, 2007 de http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf

Carretero, T. C. (2005). Corpo e Contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 11(17), 62-76. Recuperado em 15 outubro, 2011 de http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20051220154024.pdf

Carvalho, S. R. (2004). As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. *Ciênc. saúde coletiva* [online], 9(3), 669-678. Recuperado em 10 abril, 2010 de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n3/a13v09n3.pdf>

Cedraz, A. & Dimenstein, M. (2005). Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não? *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, V(2), 300-327. Recuperado em 10 novembro, 2011 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482005000200006&script=sci_arttext

Charaudeau, P. (2009). *Discurso das Mídias*. (A. S. M. Corrêa, Trad.). São Paulo: Contexto.

Chauí, M. (2004). Prefácio. In E. Bucci & M. R. Kehl. (Orgs.). *Videologias – Ensaio sobre televisão* (Coleção Estado de Sítio). São Paulo: Boitempo.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). *Resolução 016/2000*. Brasília: Autor.

Cirino, O. (2010). Roda de Conversa: a práxis do psicólogo em face das políticas públicas de atenção ao consumo de álcool e outras drogas. In Conselho Federal de Psicologia. *Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras*. Brasília: Autor.

Coimbra, C. M. B. (1995). Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 7(1), 52-80.

Coimbra, C. M. B. (2001). Mídia e Produção de Modos de Existência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, jan.-abr., 17(1), 001-004. Recuperado em 08 novembro, 2011 de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n1/5399.pdf>

Conselho Nacional de Saúde. (1996). *Resolução nº 196/1996*. Brasília: Autor.

Corrêa, G. (2010). Drogas para além do bem e do mal.. In L. M. B. Santos (Org.). *Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas* (pp.167-176). Porto Alegre: Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Costa, A. L. (2009). *Paradisíacos e venenos: o uso de drogas e o controle do corpo*. Recuperado em 10 novembro, 2009 de www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=713

Deleuze, G. (s.d.). *O que é um dispositivo?* Recuperado em 12 agosto, 2011 de www.filoesco.unb.br/foucault

Deleuze, G. & Guattari, F. (2004/1980). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (A. G. Neto & C. P. Costa, Trad., Vol. 3, pp.9-29). Rio de Janeiro: Editora 34. (Obra original publicada em 1980)

Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica* (P. P. Pelbart, Trad., pp. 143-153). Rio de Janeiro: Editora 34.

Deschamps, J. C. & Moliner, P. (2009). *A Identidade em Psicologia Social – dos processos identitários às representações sociais* (L. M. E. Orth, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Dijk, T. A. van. (2008). *Discurso e Poder* (J. Hoffnagel et al., Trad.). São Paulo: Contexto.

Domanico, A. (2006). “Craqueiros e Cracados: Bem vindo ao Mundo dos Nórias!” – Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Disponível: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=98199

Duailib, L. B., Ribeiro, M., & Laranjeira, R. (2008). Profile of cocaine and crack users in Brazil. *Cad. Saúde Pública*, 24(4), 545-57. Recuperado em 10 outubro, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24s4/07.pdf>

Escohotado, A. (1997). *O Livro das Drogas – Usos e abusos, desafios e preconceitos* (Trad. Carlos D. Szlak). São Paulo: Dynamis Editorial.

Fernandes, L. (2006). El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. *Monografías Humanitas – Uso de drogas y drogodependencias*. Barcelona, v.5, 147-162.

Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v.14, n.2, 50-59. Recuperado em 12 setembro, 2010 de: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf>

Freud, S. (1974/1930). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)

Freyer, R. G., Jr., Heaton, P. S., Levitt, S. D. & Murphy, K. M. (2005). *Measuring the impact of crack cocaine*. Cambridge: NBER Working Paper Series, National Bureau of Economic Research.

Goffman, E. (1988). *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (4a. ed., M. Lambert, Trad.). Rio de Janeiro: LTC.

Gorgulho, M. (2011). Psicologia, drogas e políticas públicas. In Conselho Federal de Psicologia. *V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas*. Brasília: Autor.

Gregolin, M. R. (2007). Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, 11(4), 11-25. Recuperado em 05 março, 2011 de: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/117/118>

Grupo RBS. (2009). *Painel RBS*. Recuperado em 16 outubro, 2009 de: <http://www.cracknempensar.com.br/>

Grupo RBS (2011). *Televisão*. Recuperado em 03 outubro, 2011 de: <http://www.rbs.com.br/midias/index.php?pagina=televisao>

Guareschi, P. A. (2003). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética* (Primeira Parte, pp.35-92). Petrópolis, RJ: Vozes.

Guareschi, P. A. (2009). *Psicologia Social Crítica como prática de libertação* (4a. ed.rev.ampl.). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Guareschi, P. A. & Biz, O. (2005). *Mídia e Democracia* (5a. ed.). Porto Alegre: P.G/O.B.

Guareschi, P. A. & Biz, O. (orgs.) (2003). *Diário Gaúcho. Que discurso, que responsabilidade social?* (2a.ed.). Porto Alegre: Evangraf.

Guareschi, P. A., Romanzini, L. P., & Grassi, L. B. (2008). A “mercadoria” informação: um estudo sobre comerciais de TV e rádio. *Paidéia*, 18 (41), 567-580. Recuperado em 30 outubro, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a12.pdf>

Guattari, F. & Rolnik, S. (2008). *Micropolítica – cartografias do desejo* (9a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Hartman, D. M., & Gollub, A. (1999). The social construction of the crack epidemic in the print media. *J Psychoactive Drugs*, 31(4), 423-33.

Helman, C. G. (2009b). *Cultura, Saúde e Doença* (Capítulo - Cultura e farmacologia: drogas, álcool e tabaco, 5a. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Henmam, A. (2008). A guerra às drogas é uma guerra etnocida – Um estudo do uso da maconha entre os índios Tenetehara do Maranhão. In A. Zaluar (Org.). *Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos*. (2a reimp., 1a. ed.). São Paulo: Brasiliense.

Horta, R.L., Rodrigues, V. S., Lodi, D., Ribeiro, A. M., Wolff, A. & Kichler, G. (2009). *Drogas & Internet*. São Leopoldo, RS: Sinodal.

Hüning, S. M. & Guareschi, N. M. F. (2008). Para inventar o que as teorias não ensinam... In N. M. F. Guareschi (Coord.). *Olhar Vidas – a fotografia em uma pesquisa-intervenção*. Porto Alegre, RS: Zouk.

Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber – representações, comunidade e cultura* (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes.

Kehl, M. R. (2003). *Em defesa da família tentacular*. Recuperado em 10 setembro, 2011 de: <http://www.mariaritakehl.psc.br>

Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.

Kelley, M. (2009). *The Golden Age of Comic Books: Representations of American Culture from the Great Depression to the Cold War*. Undergraduate recipient of the Library's Maria Dittman Award, History 124. Retrieved November 5, 2011, from: <http://epublications.marquette.edu/cgi/>

Kessler, F. & Pechansky, F. (2008). Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. *Rev. Psiquiatria RS*, 30(2), 96-98. Recuperado em 08 outubro, 2010 de: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v30n2/v30n2a03.pdf>

Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 10(15), 124-136. Recuperado em 10 novembro, 2011 de: http://www.pucminas.br/imagadb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213115340.pdf

Lancetti, A. (1989). Prevenção, Preservação e Progresso em Saúde Mental. In A. Lancetti (Org.). *SaúdeLoucura* (Vol. 1, 2a. ed.). São Paulo: Ed. Hucitec.

Lancetti, A. (2009). *Clínica Peripatética* (4a. ed.). São Paulo: Ed. Hucitec.

Leite, M. C. (1999). História da Cocaína. In M. C. Leite & A. G. Andrade (Orgs.). *Cocaína e Crack: dos fundamentos ao tratamento* (pp.15-23). Porto Alegre: Artes Médicas.

Le Poulichet, S. (1990). *Toxicomanias y psicoanálisis – Las narcosis del deseo*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Lima, R. de C. C. (2010). Álcool e outras Drogas como desafio para a saúde e as políticas intersetoriais – contribuições para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. In E. M. Vasconcelos (Org.). *Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec.

Lins, D. (2004). Crueldade do devir e corpo-drogado. *Verve*, 5, 186-207. Recuperado em 08 novembro, 2011 de: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4985/3532>

Lins, M. R. S. W. & Scarparo, H. B. K. (2010). Drogadição na contemporaneidade: Pessoas, famílias e serviços tecendo redes de complexidade. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v.28, n.62, 261-271. Recuperado em 05 novembro, 2011 de: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd99=view&dd98=&dd1=3727&idioma=2>

Machado, A. R. & Miranda, P. S. C. (2007). Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, 801-821. Recuperado em 08 novembro, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n3/06.pdf>

MacRae, E. (2004). Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In L. A. Tavares, A. R. B. Almeida, E. MacRae, & O. S. Ferreira (Orgs.). *Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo*. Salvador: EDUFBA, CEETAD/UFBA. Recuperado em 20 de junho de 2011, de NEIP: http://www.neip.info/downloads/t_edw9.pdf.

MacRae, E. (2010). *Aspectos socioculturais do uso de drogas e políticas de redução de danos*. Recuperado em 30 novembro, 2010 de: www.neip.info

Mance, E. (1998). *O capitalismo atual e a produção de subjetividades*. Recuperado em 10 novembro, 2009 de: <http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/filosofia/subjetividade.htm>

Marinho, M. B. (2005). O demônio nos “paraísos artificiais”: considerações sobre as políticas de comunicação para a saúde relacionadas ao consumo de drogas. *Interface – Comunic, Saúde, Educ.*, v.9, n.17, 343-54, mar/ago. Recuperado em 10 novembro, 2011 de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832005000200010&script=sci_arttext

Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente* (H. M. Filho, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Martins, M. C., & Pillon, S. C. (2008). A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cad. Saúde Pública*, 24 (5), 1112-1120. Recuperado em 05 novembro, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n5/18.pdf>

Mattevi, R. & Ribeiro, C. (2008). *MP Federal patrocina inédita ação contra oligopólio midiático*. Recuperado em 03 outubro, 2011 de: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15439

Mattos, S. A. S. (2010). *História da televisão brasileira – Uma visão econômica, social e política*. (5a. ed. rev. ampl.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Mello, L. I. A., & Costa, L. C. A. (2008). *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione.

Merhy, E. E. (2007). A clínica do corpo sem órgãos, entre laços e perspicácias. Em foco a disciplinarização e a sociedade de controle. *Lugar Comum*, 27, 281-306. Recuperado em 10 novembro, 2011 de: <http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/Lugar%20Comum/27/15%20A%20clinica%20do%20corpo%20sem%20orgaos%20entre%20lacos.pdf>

Minayo, M. C. de S. (2003). Prefácio – Sobre a toxicomania da sociedade. In M. Baptista, M. S. Cruz, & R. Matias. *Drogas e Pós-Modernidade – faces de um tema proscrito* (Vol.2, pp.13-29). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Minayo, M. C. de S. (2010). *O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde* (12a. ed.). São Paulo: Ed. Hucitec.

- Minayo, M. C. S., & Deslandes, S. F. (1998). A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cad. Saúde Pública*, 14 (1), 35-42.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais – Investigações em psicologia social* (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2003.
- Moscovici, S. (2011). *A Invenção da Sociedade – Sociologia e Psicologia* (M. Ferreira, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mota, L. (2009). *Dependência Química e Representações Sociais: pecado, crime ou doença?*. Curitiba: Juruá.
- Mourão, C. (2003). A função do objeto droga na ideologia da contracultura e da cultura contemporânea. In M. Baptista, M. S. Cruz, & R. Matias. *Drogas e Pós-Modernidade – faces de um tema proscrito* (Vol.2, pp.109-118). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Nascimento, A. B. (2006). Uma visão crítica das Políticas de Descriminalização e de *Patologização* do usuário de drogas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.11, n.1, 185-190. Recuperado em 03 novembro, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a21.pdf>
- Nasio, J. -D. (2008). *A Dor Física – Uma teoria psicanalítica da dor corporal* (A. Telles & L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Noto, A. R., Baptista, M. C., Faria, S. T., Nappo, S. A., Galduróz, J. C. F., & Carlini, E. A. (2003). Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(1): 69-79. Recuperado em 03 novembro, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14906.pdf>
- Oliveira, D. C. (2009). Uma genealogia do jovem usuário de crack: mídia, justiça, saúde, educação. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. Disponível: http://coralx.ufsm.br/ppge/diss_douglas_casarotto_2010.pdf
- Oliveira, J. F. (2006). Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2), 473-481. Recuperado em 14 agosto, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n2/30434.pdf>
- Oliveira, E. M. de, & Santos, N. T. V. (2010). A rede de assistência aos usuários de álcool e outras drogas – em busca da integralidade. In L. M. B. Santos (Org.). *Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas*. Porto Alegre: Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.
- Oliveira, J. F. de, McCallum, C. A., & Costa, H. O. G. (2010). Representações sociais de Agentes Comunitários de Saúde acerca do consumo de drogas. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 44(3): 611-8. Recuperado em 14 agosto, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n3/09.pdf>
- Oliveira, F. O., & Werba, G. C. (1998). Representações Sociais. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca (Orgs.). *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes.

Organização das Nações Unidas. (2010). *Guia de Estudos*. Simulação da Organização das Nações Unidas: Comitê de Imprensa Internacional da ONU.

Padilha, M. I. C. S. (2005). A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. *Texto Contexto Enferm*, 14(1), 96-105. Recuperado em 14 agosto, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n1/a13v14n1.pdf>

Petuco, D. R. S. (2010). Entre macro e micropolíticas: o movimento social de redução de danos e o campo político reflexivo das drogas. In Conselho Federal de Psicologia. *Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras*. Brasília: Autor.

Petuco, D. R. S. (2011). O cuidado de pessoas que usam drogas: contribuições de uma Redução de Danos fecundada pela Educação Popular. In Conselho Federal de Psicologia. *V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas*. Brasília: Autor.

Pickstone, J. (2008). Medicina, Sociedade e Estado. In Porter, R. *História da Medicina*. Rio de Janeiro: Revinter.

Pulcherio, G., Stolf, A. R., Pettenon, M., Fensterseifer, D. P. & Kessler, F. (2010). Crack – da pedra ao tratamento. *Revista da AMRIGS*, Porto Alegre, 54 (3): 337-343. Recuperado em 14 agosto, 2011 de: http://www.amrigs.org.br/revista/54-03/018-610_crack_NOVO.pdf

Raupp, L., & Adorno, R. de C. F. (2010). Uso de crack na cidade de São Paulo/Brasil. *Revista Toxicodependências*, Edição IDT, 16(2), 29-37. Recuperado em 10 outubro, 2011 de: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tox/v16n2/v16n2a03.pdf>

Raupp, L. & Adorno, R. de C. F. (2011). Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(5), 2613-2622. Recuperado em 10 outubro, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n5/a31v16n5.pdf>

Redação UOL (2011). Rede Globo é a terceira maior TV do mundo. Recuperado em 03 outubro, 2011 de: <http://natelinha.uol.com.br/noticias/2011/03/31/143228.php>

Rede Globo (2011). A gente se liga em você. Recuperado em 03 outubro, 2011 de: <http://redeglobo.globo.com/TVG/0,,9648,00.html>

Reinarman, C., & Levine, H. G. (1997). The Crack Attack – Politics and Media in the Crack Scare. In Reinarman, C., & Levine, H. G. (eds.). *Crack in America: Demon Drugs and Social Justice*. Berkeley: University of California Press.

Reinarman, C., & Levine, H. G. (2004). Crack in the Rearview Mirror: Deconstructing Drug War Mythology. *Social Justice*, v. 31, Nos. 1-2, 182- 199.

Reis, J. R. T. (2007). Família, emoção e ideologia. In S. T. M. Lane, & W. Codo (orgs.). *Psicologia Social – o homem em movimento* (13a. ed.). São Paulo: Brasiliense.

Ribeiro, M., Dunn, J., Sesso, R., Dias, A. C. & Laranjeira, R. (2006). Causes of death among crack cocaine users. *Rev. Bras. Psiquiatria*, 28(3), 196-202.

Rodrigues, T. (2003). Política de Drogas e a Lógica dos Danos. *Revista Verve*, São Paulo, Nu-Sol/PUC-SP, n.03. Recuperado em 03 outubro, 2011 de: http://www.neip.info/downloads/t_tia3.pdf

Rodrigues, T. (2004). *Política e Drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC, FAPESP, Hipótese.

Romani, O. (2003). Informação sobre drogas: ações, valores e orientações. In M. Baptista, M. S. Cruz, & R. Matias (Orgs.). *Drogas e Pós-Modernidade – faces de um tema proscrito* (v.2). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Romanini, M. (2009). *Mídia e Ideologia: um estudo sobre a epidemia do crack*. Trabalho de Monografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Romanini, M., & Roso, A. (2009). A Epidemia do Crack e as “Famílias Esfareladas”: uma análise da mídia escrita. *Anais do Simpósio de Ensino Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)*, Santa Maria, RS, Brasil.

Romanini, M. & Roso, A. (2011). Mídia e Crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? *Psicologia Ciência & Profissão*. (Artigo aceito para publicação)

Ronzani, T. M., Fernandes, A. G. B., Gebara, C. F. de P., Oliveira, S. A., Scoralick, N. N., & Lourenço, L. M. (2009). Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5), 1751-1762. Recuperado em 03 outubro, 2011 de: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n5/16.pdf>

Roso, A. (1997). Grupos Focais em Psicologia Social: da teoria à prática. *Psico*, Porto Alegre, v.28, n.2, 155-169.

Roso, A. (2011). *Cenários midiáticos/institucionais, relações de poder e representações: desafios atuais na saúde pública*. Projeto de Pesquisa registrado no SIE. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria.

Roso, A., & Guareschi, P. A. (2007). Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisistas. *Política & Trabalho*, v. 26, 37-54. Recuperado em 10 outubro, 2010 de: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/6767/4205>

Roso, A., Strey, M. N., Guareschi, P., & Bueno, S. M. N. (2002). Cultura e Ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, vol.14, n.2. recuperado em 10 outubro, 2010 de: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a05.pdf>

Rotelli, F. (1992). Onde está o senhor? In J. F. Costa. *SaúdeLoucura* (n.2, pp.66-76). São Paulo: Hucitec.

Roudinesco, E. (2003). *A Família em Desordem* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Rua, M. G. (2009). *Políticas Públicas*. Brasília: CAPES, UAB.

Russo, J. (2006). Do corpo-objeto ao corpo-pessoa: desnaturalização de um pressuposto médico. In A. N. de Souza, & J. Pitanguy. *Saúde, Corpo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Santos, B. de S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (M. Benedito, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Santos, B. de S. (2010). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (13a. ed.). São Paulo: Cortez.

Schmidt, M. L. S. (2008). Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2), 391-398. Recuperado em 10 outubro, 2010 de: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/630/63013210.pdf>

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. (2006). *A Prevenção do Uso de Drogas e a Terapia Comunitária*. Brasília: Autor.

Sícoli, J. L., & Nascimento, P. R. (2003). Promoção de Saúde: concepções, princípios e operacionalização. *Interface – Comunic, Saúde, Educ*, 7(12), 101-122. Recuperado em 10 outubro, 2010 de: <http://www.alunos.dcc.fc.up.pt/~c0607045/trash/Estagio/artigo3.pdf>

Simões, J. A. (2008). Prefácio. In B. C. Labate, et. al. (Orgs.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA.

Singly, F. de. (2007). *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Sodré, M. (2006). *Sociedade, Mídia & Violência* (2a. ed.). Porto Alegre: Sulina; EDIPUCRS.

Souza, C. Z. (2005). “*Tá ligado*”? : *adolescência em ritmo de videoclipe*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Souza, T. de P. (2007). *Redução de Danos no Brasil: A clínica e a política em movimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível: <http://www.slab.uff.br/dissertacoes/2007/Tadeu.pdf>

Spink, M. J. (2009). *Psicologia Social e Saúde* (6a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 6ªed.

Strey, M. N. (2008). Encenando Gênero: a mediação da cultura no dia-a-dia das mulheres. In: M. N. Strey, M. E. V. M. Wilke, R. de A. Rodrigues, & V. G. Balestrin (Orgs.). *Encenando Gênero: cultura, arte e comunicação* (Coleção Gênero e Contemporaneidade). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Thompson, J. B. (2007). *Ideologia e Cultura Moderna - teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (7a. ed., Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais – PPGP/PUCRS, Trad.). Petrópolis: Vozes.

Thompson, J. B. (2008). *A Mídia e a Modernidade* (10a. ed., W. de O. Brandão, Trad.). Petrópolis: Vozes.

Trad, S. (2004). Mídia e drogas: confrontando texto e contexto da publicidade comercial e de prevenção. In L. A. Tavares (Coord.), A. R. de Almeida, A. Nery Filho, E. MacRae & O. S. Ferreira. *Drogas. Tempos, lugares e olhares sobre seu consumo* (pp.49-58). Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA.

Vasconcelos, E. M. (2010). Desafios políticos no campo da saúde mental na atual conjuntura: uma contribuição ao debate da IV Conferência Nacional. In E. M. Vasconcelos (Org.). *Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira* (pp.17-73). São Paulo: Ed. Hucitec.

Vedovatto, S. M. A. (2010). Contrapondo o discurso midiático sobre drogas – Nem tão feios, nem tão sujos, nem tão malvados: pessoas de bem também usam drogas!. In L. M. B. Santos (Org.). *Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas* (pp.159-166). Porto Alegre: Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Veronese, M. V., & Guareschi, P. A. (2006). Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. *Ciências Sociais Unisinos*, 42(2), 85-93. Recuperado em 10 novembro, 2011 de: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/938/93842201.pdf>

Wautier, A. M. (2001). *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas* (S. Miola, Trad.). Ijuí: Ed. UNIJUÍ.

Weissheimer, M. A. (2009). *Prática de Monopólio Midiático em debate no sul do Brasil*. Recuperado em 03 outubro, 2011 de: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16264

Westphal, M. F. (2009). Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças. In G. W. S. Campos, M. C. de S. Minayo, M. Akerman, M. Drumond Jr., & Y. M. de Carvalho (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva* (2a. ed., Capítulo 19, pp.635-669). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz.

Whyte, W. F. (2005). *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Zaluar, A. (2008a). Introdução: Drogas e Cidadania. In Alba Zaluar (Org.). *Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos*. (2a. reimp., pp.7-22). São Paulo: Brasiliense.

Zaluar, A. (2008b). A criminalização das drogas e o reencantamento do mal. In Alba Zaluar (Org.). *Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos*. (2ª reimp., pp.97-128). São Paulo: Brasiliense.

Zero Hora. (2008). A Epidemia do Crack. Porto Alegre: Autor, *Cad. Especial*, 06-13 Jul.

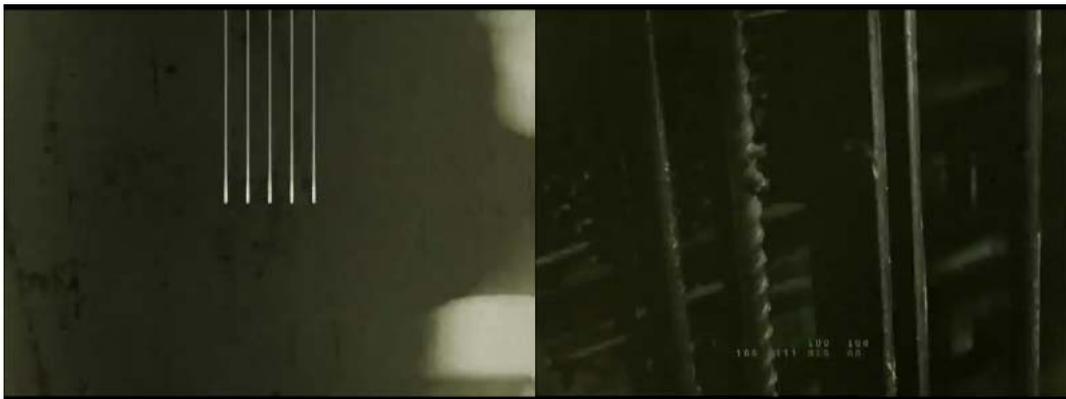
ANEXO 1

DECUPAGEM DAS PROPAGANDAS DA CAMPANHA “CRACK NEM PENSAR”

PROPAGANDA 1



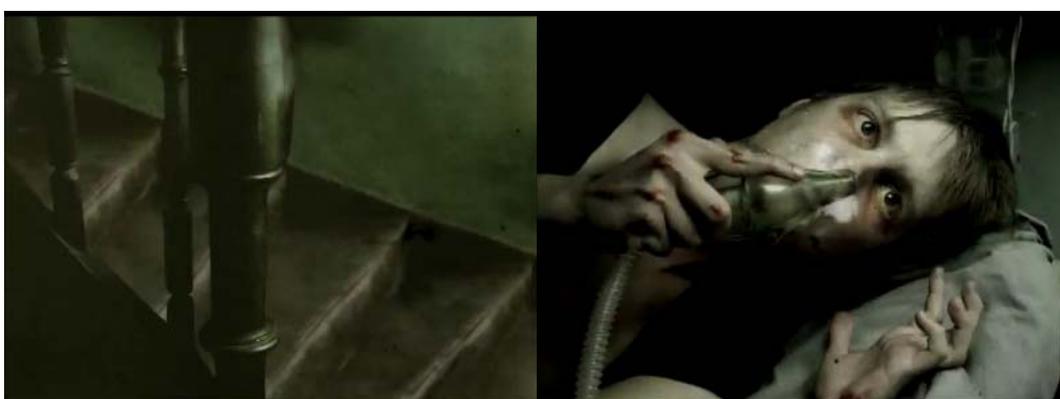
[Prepare-se para ver imagens chocantes e de forte impacto emocional]



[Mas, por favor, não tire os seus filhos da sala]



[As crianças e os adolescentes são as maiores vítimas do crack]



[É uma droga tão devastadora...]



[... que pode viciar logo na primeira vez.]



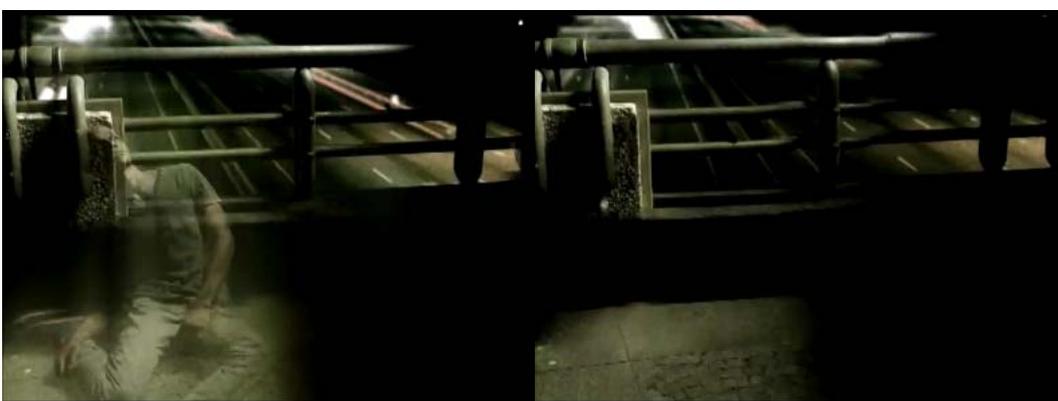
[E provocar as piores conseqüências.]



[Dor, prostituição, roubos e...]



[... assassinatos são algumas delas.]

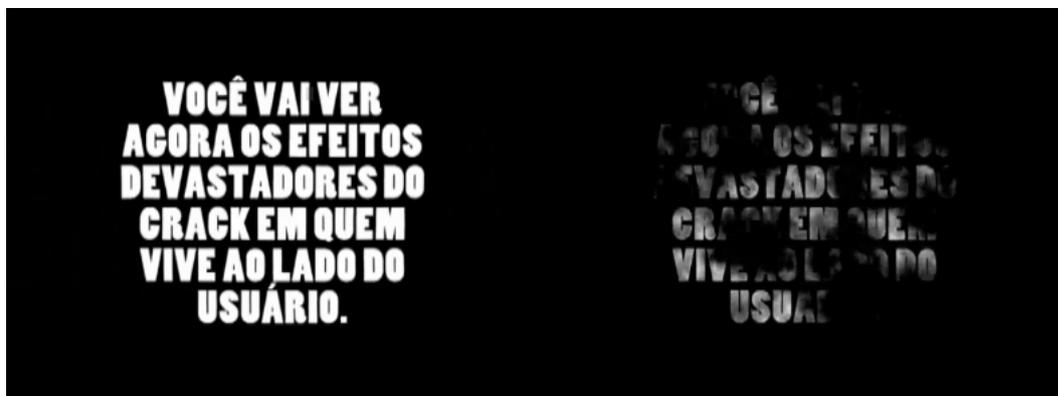


[Não feche os olhos para essa realidade.]



[Crack, nem pensar.]

PROPAGANDA 2



[Som/Música – acompanha toda a propaganda]





[Além de viciar na primeira vez...]



[... e levar à morte,]



[o crack acaba com todos que estão à volta de um dependente.]





[Crack,]



[Nem Pensar.]

ANEXO 2

 <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)</p>	 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa Comitê de Ética em Pesquisa - CEP- UFSM REGISTRO CONEP: 243</p>
--	---

CARTA DE APROVAÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – (CONEP/MS) analisou o protocolo de pesquisa:

Título: Encontros Dialógicos em um CAPS ad: usuários como interlocutores no debate sobre a campanha "Crack Nem Pensar".

Número do processo: 23081.001630/2011-13

CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 0006.0.243.000-11

Pesquisador Responsável: Adriane Roso

Este projeto foi APROVADO em seus aspectos éticos e metodológicos de acordo com as Diretrizes estabelecidas na Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde. Toda e qualquer alteração do Projeto, assim como os eventos adversos graves, deverão ser comunicados imediatamente a este Comitê. O pesquisador deve apresentar ao CEP:

Janeiro /2012 - Relatório final

Os membros do CEP-UFSM não participaram do processo de avaliação dos projetos onde constam como pesquisadores.

DATA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO:

Santa Maria, 29 de Março de 2011.



Félix A. Antunes Soares
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa-UFSM
Registro CONEP N. 243.

ANEXO 3



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PARTICIPANTES

Pesquisa: Encontros dialógicos em um CAPS ad: usuários como interlocutores no debate sobre a campanha “Crack nem pensar”

Pesquisador Responsável: Adriane Roso

Discente Pesquisador: Moises Romanini

1. *Natureza da pesquisa:* Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, que tem como objetivo oferecer um espaço de diálogo e discussão sobre a campanha “Crack, nem pensar” e constituir uma atividade denominada “Rodas de Conversa” dentro do CAPS ad Novo.

2. *Participantes da pesquisa:* Usuários do CAPS ad Novo que demonstrem interesse e disponibilidade para participar da pesquisa. Para participar dessa pesquisa, você deve estar freqüentando regularmente o serviço e deve estar fazendo psicoterapia individual e/ou grupal.

3. *Envolvimento na pesquisa:* As atividades em grupo serão realizadas no serviço que você freqüenta em uma sala e horário previamente determinados. Inicialmente, é previsto dois encontros com o grupo, que deve durar mais ou menos de uma (1) hora a uma (1) hora e trinta (30) minutos cada um. Como se trata de um tema que pode trazer algumas lembranças e sentimentos talvez desconfortáveis, será oferecido ao final dos encontros um espaço para você falar livremente o que quiser. Você tem a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. No entanto, solicitamos sua colaboração ao participar do grupo, garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com os coordenadores da pesquisa Dra. Adriane Roso através do telefone (55) 3220-9231 e Moises Romanini através do telefone (55) 8148-7572.

4. *Sobre os grupos:* Os grupos serão marcados com antecedência. Será pedido que você forneça algumas informações básicas, como a idade e o tempo que freqüenta o serviço, e que participe das discussões geradas no grupo.

5. *Riscos e desconforto:* A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, talvez, apenas, a lembrança de alguns eventos diante da temática que será abordada. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos físicos, morais e à sua dignidade.

6. *Confidencialidade*: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o seu nome. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento dos dados, que serão arquivados pela pesquisadora responsável para análises e consultas posteriores, à Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750 (centro da cidade de Santa Maria), 3º andar, sala 313, no computador patrimônio 136733, arquivo protegido por senha.

7. *Benefícios*: Ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que essa pesquisa possibilite a construção de novos saberes acerca do uso de drogas, da saúde. No futuro, essas informações poderão ser usadas em benefício de outras pessoas.

8. *Pagamento*: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Nome do participante da pesquisa

Local e Data

Assinatura do participante da pesquisa

Moises Romanini
Discente Pesquisador

Adriane Roso
Pesquisadora Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM
Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 2º andar - Sala Comitê de Ética
Cidade Universitária - Bairro Camobi
97105-900 - Santa Maria - RS
Tel.: (55)32209362 - Fax: (55)32208009
e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br

ANEXO 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA OS PARTICIPANTES MENORES DE 18 ANOS

Pesquisa: Encontros dialógicos em um CAPS ad: usuários como interlocutores no debate sobre a campanha “Crack nem pensar”

Pesquisador Responsável: Adriane Roso

Discente Pesquisador: Moises Romanini

1. *Natureza da pesquisa:* Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, que tem como objetivo oferecer um espaço de diálogo e discussão sobre a campanha “Crack, nem pensar” e constituir uma atividade denominada “Rodas de Conversa” dentro do CAPS ad Novo.

2. *Participantes da pesquisa:* Usuários do CAPS ad Novo que demonstrem interesse e disponibilidade para participar da pesquisa. Para participar dessa pesquisa, você deve estar freqüentando regularmente o serviço e deve estar fazendo psicoterapia individual e/ou grupal.

3. *Envolvimento na pesquisa:* As atividades em grupo serão realizadas no serviço que você freqüenta em uma sala e horário previamente determinados. Inicialmente, é previsto dois encontros com o grupo, que deve durar mais ou menos de uma (1) hora a uma (1) hora e trinta (30) minutos cada um. Como se trata de um tema que pode trazer algumas lembranças e sentimentos talvez desconfortáveis, será oferecido ao final dos encontros um espaço para você falar livremente o que quiser. Você tem a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. No entanto, solicitamos sua colaboração ao participar do grupo, garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com os coordenadores da pesquisa Dra. Adriane Roso através do telefone (55) 3220-9231 e Moises Romanini através do telefone (55) 8148-7572.

4. *Sobre os grupos:* Os grupos serão marcados com antecedência. Será pedido que você forneça algumas informações básicas, como a idade e o tempo que freqüenta o serviço, e que participe das discussões geradas no grupo.

5. *Riscos e desconforto:* A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, talvez, apenas, a lembrança de alguns eventos diante da temática que será abordada. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a

Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos físicos, morais e à sua dignidade.

6. *Confidencialidade*: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o seu nome. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento dos dados, que serão arquivados pela pesquisadora responsável para análises e consultas posteriores, à Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750 (centro da cidade de Santa Maria), 3º andar, sala 313, no computador patrimônio 136733, arquivo protegido por senha.

7. *Benefícios*: Ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que essa pesquisa possibilite a construção de novos saberes acerca do uso de drogas, da saúde. No futuro, essas informações poderão ser usadas em benefício de outras pessoas.

8. *Pagamento*: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu assentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Nome do participante da pesquisa

Local e Data

Assinatura do participante da pesquisa

Moises Romanini
Discente Pesquisador

Adriane Roso
Pesquisadora Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM
Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 2º andar - Sala Comitê de Ética
Cidade Universitária - Bairro Camobi
97105-900 - Santa Maria - RS
Tel.: (55)32209362 - Fax: (55)32208009
e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br

ANEXO 5



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS

Pesquisa: Encontros dialógicos em um CAPS ad: usuários como interlocutores no debate sobre a campanha “Crack nem pensar”

Pesquisador Responsável: Adriane Roso

Discente Pesquisador: Moises Romanini

1. *Natureza da pesquisa:* O seu filho e/ou jovem sob sua responsabilidade legal está sendo convidado a participar desta pesquisa, que tem como objetivo oferecer um espaço de diálogo e discussão sobre a campanha “Crack, nem pensar” e constituir uma atividade denominada “Rodas de Conversa” dentro do CAPS ad Novo.

2. *Participantes da pesquisa:* Usuários do CAPS ad Novo que demonstrem interesse e disponibilidade para participar da pesquisa. Para participar dessa pesquisa, o jovem deve estar freqüentando regularmente o serviço e deve estar fazendo psicoterapia individual e/ou grupal. Será solicitada a permissão dos participantes através do Termo de Assentimento.

3. *Envolvimento na pesquisa:* As atividades em grupo serão realizadas no serviço que seu filho freqüenta em uma sala e horário previamente determinados. Inicialmente, é previsto dois encontros com o grupo, que deve durar mais ou menos de uma (1) hora a uma (1) hora e trinta (30) minutos cada um. Como se trata de um tema que pode trazer algumas lembranças e sentimentos talvez desconfortáveis, será oferecido ao final dos encontros um espaço para que ele possa falar livremente o que quiser. O jovem tem a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o jovem. Para qualquer dúvida ou informação, você poderá entrar em contato com os coordenadores da pesquisa Dra. Adriane Roso através do telefone (55) 3220-9231 e Moises Romanini através do telefone (55) 8148-7572.

4. *Sobre os grupos:* Os grupos serão marcados com antecedência. Será pedido ao participante que ele forneça algumas informações básicas, como a idade e o tempo que freqüenta o serviço, e que participe das discussões geradas no grupo.

5. *Riscos e desconforto:* A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, talvez, apenas, a lembrança de alguns eventos diante da temática que será abordada. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a

Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos físicos, morais e à dignidade.

6. *Confidencialidade*: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com nome do participante. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento dos dados, que serão arquivados pela pesquisadora responsável para análises e consultas posteriores, à Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750 (centro da cidade de Santa Maria), 3º andar, sala 313, no computador patrimônio 136733, arquivo protegido por senha.

7. *Benefícios*: Ao participar desta pesquisa o jovem não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que essa pesquisa possibilite a construção de novos saberes acerca do uso de drogas, da saúde. No futuro, essas informações poderão ser usadas em benefício de outras pessoas.

8. *Pagamento*: O participante não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre autorizando o seu filho e/ou jovem sob sua responsabilidade legal a participar dessa pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto minha autorização para que meu filho e/ou jovem sob minha responsabilidade legal participe da pesquisa.

Nome do participante da pesquisa

Local e Data

Assinatura dos pais e/ou responsáveis

Moises Romanini
Discente Pesquisador

Adriane Roso
Pesquisadora Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM
Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 2º andar - Sala Comitê de Ética
Cidade Universitária - Bairro Camobi
97105-900 - Santa Maria - RS
Tel.: (55)32209362 - Fax: (55)32208009
e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br

ANEXO 6



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA OS PROFISSIONAIS CO-MEDIADORES**

Título do Projeto: Encontros Dialógicos em um CAPS ad: usuários como interlocutores no debate sobre a campanha "Crack nem pensar".

Pesquisador Responsável: Adriane Roso

Instituição/Departamento: Departamento de Psicologia/Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Telefone para contato: 3220-9231

Local da Coleta de Dados: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Novo – CAPS ad Novo – Santa Maria/RS

Os profissionais co-mediadores dos grupos previstos para o presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Novo (CAPS ad Novo), localizado na cidade de Santa Maria/RS, cujos dados serão coletados através da realização de Grupos Focais. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima. Para tal fim, os dados e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com nome do participante. Apenas os pesquisadores terão conhecimento dos dados, que serão arquivados sob a responsabilidade da Prof^a. Pesquisadora Adriane Roso para análises e consultas posteriores, à Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750 (centro da cidade de Santa Maria), 3º andar, sala 313, no computador patrimônio 136733, arquivo protegido por senha, alocado no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. Após o período de dois anos, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 29/03/2011, com o número do CAAE 0006.0.243.000-11.

Santa Maria, 06 de abril de 2011

A handwritten signature in blue ink, reading "Gilson Mafacioli da Silva".

Gilson Mafacioli da Silva
Co-mediador dos Grupos
Profissional da Equipe de Implantação do CAPS ad Novo

ANEXO 7



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA O OBSERVADOR DOS GRUPOS**

Título do Projeto: Encontros Dialógicos em um CAPS ad: usuários como interlocutores no debate sobre a campanha "Crack nem pensar".

Pesquisador Responsável: Adriane Roso

Instituição/Departamento: Departamento de Psicologia/Programa de Pós-Graduação em Psicologia

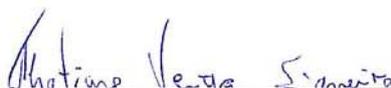
Telefone para contato: 3220-9231

Local da Coleta de Dados: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Novo – CAPS ad Novo – Santa Maria/RS

O observador dos grupos previstos para o presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Novo (CAPS ad Novo), localizado na cidade de Santa Maria/RS, cujos dados serão coletados através da realização de Grupos Focais. Concorde, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima. Para tal fim, os dados e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com nome do participante. Apenas os pesquisadores terão conhecimento dos dados, que serão arquivados sob a responsabilidade da Profª. Pesquisadora Adriane Roso para análises e consultas posteriores, à Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750 (centro da cidade de Santa Maria), 3º andar, sala 313, no computador patrimônio 136733, arquivo protegido por senha, alocado no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. Após o período de dois anos, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 29/03/2011, com o número do CAAE 0006.0.243.000-11.

Santa Maria, 06 de abril de 2011



Thatiane Veiga Siqueira
Observadora dos Grupos
Estagiária do CAPS ad Novo – Programa Bolsa-estágio CIEE

ANEXO 8



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Titulo do Projeto: Encontros Dialógicos em um CAPS ad: usuários como interlocutores no debate sobre a campanha "Crack nem pensar".

Pesquisador Responsável: Adriane Roso

Instituição/Departamento: Departamento de Psicologia/Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Telefone para contato: 3220-9231

Local da Coleta de Dados: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Novo – CAPS ad Novo – Santa Maria/RS

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Novo (CAPS ad Novo), localizado na cidade de Santa Maria/RS, cujos dados serão coletados através da realização de Grupos Focais. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima. Para tal fim, os dados e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com nome do participante. Apenas os pesquisadores terão conhecimento dos dados, que serão arquivados sob a responsabilidade da Prof^a. Pesquisadora Adriane Roso para análises e consultas posteriores, à Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750 (centro da cidade de Santa Maria), 3º andar, sala 313, no computador patrimônio 136733, arquivo protegido por senha, alocado no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. Após o período de dois anos, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 29/03/2011, com o número do CAAE 0006.0.243.000-11.

Santa Maria, 06 de abril de 2011



Adriane Roso – Pesquisadora Responsável
Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFSM
Chefe Substituta do Departamento de Psicologia – UFSM
RG: 6036241813
CRP 07/05545
CIAP: 1664128

ANEXO 9

Reportagem veiculada no Jornal Diário de Santa Maria, no dia 14 de Fevereiro de 2011

| 9 | POLÍCIA

CRIME Tiro foi disparado depois de a policial residente ter entrado em luta corporal com o suspeito

PM mata invasor de escola

FOTOS RONALD MENDES, ESPECIAL

Jovem acessou prédio
anexo do Cícero Barreto, quebrando vidro de janela. Após ser baleado, ele fugiu

Um homem de 24 anos foi morto por volta das 23h50min de sábado, após invadir a Escola Estadual Cícero Barreto, no bairro Rosário. Maurício Flores de Oliveira foi baleado por uma policial militar (PM) que reside no colégio. O criminoso teria pulado o muro e a grade pela lateral da instituição, na Rua Vale Machado, e entrou por uma janela de um prédio anexo, depois de quebrar o vidro.

Segundo a vice-diretora administrativa da Cícero Barreto, Beatriz Mello Lopes, o homem teria invadido uma sala cuja porta estava trancada. Então, ele teria retirado parte do forro e se deslocado pelo espaço entre o forro e o telhado até chegar a um corredor. Depois, saiu por um alçapão, acessando o prédio. No corredor, o invasor teria ido em direção a uma porta de vidro que dá acesso ao local onde a policial reside. Nesse momento, a policial o avistou, relata Beatriz.

O criminoso teria quebrado parte do vidro da porta da peça onde a PM mora. Segundo Beatriz, a policial e o suspeito teriam entrado em luta corporal. Foi então que a PM atirou mais uma vez, acertando o invasor.

– Ele queria pegar a arma dela. Ela (PM) está com os braços e as mãos mordidos, está toda machucada. Ela foi uma guerreira, enfrentou-o sozinha – afirma Beatriz.

Após o disparo, o suspeito teria sido em disparada, pulando o muro da Rua Vale Machado. Ele atravessou a Rua Serafim Valandro, mas caiu na frente da entrada de uma garagem, poucos metros depois. Enquanto isso, a PM chamou a Brigada Militar, que



O ACESSO
Invasor teria pulado muro da escola da Vale Machado e, depois, entrado no prédio onde PM reside (atrás das árvores)

acionou uma ambulância. Oliveira foi encontrado já caído e levado ao Hospital de Caridade, mas morreu.

Segundo a vice-diretora colégio, foram furtados três ventiladores.

Investigação – O caso será investigado pela Polícia Civil. A PM, que trabalha no Hospital da Brigada Militar (HBM), mora na escola há dois anos. Hoje, a BM deve decidir se abre um procedimento interno para apurar as circunstâncias do fato, informou o major Tito Livio Coelho, subcomandante do 1º Regimento de Polícia Montada (1º RPMon)

O *Diário* tentou falar com a PM, mas nem a Brigada Militar nem a vice-diretora informaram seu contato. Ela estaria na casa de parentes.

Até o fechamento desta edição, o corpo de Oliveira seguia no Departamento Médico-Legal (DML).

MAIS

Na Serra
Sete homens armados com fuzis fizeram quatro reféns e detonaram explosivos em uma agência do Banco do Brasil em Nova Roma do Sul, na Serra, às 3h de ontem. Havia só um policial militar no quartel, a 100 metros da agência. Ele foi recebido a tiros pelo bando ao atender a ocorrência



O CORPO
Suspeito caiu em frente à garagem, na Vale Machado